

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

FLAVIA DANIELA PEREIRA DELGADO

**Uma voz contra o autoritarismo: crônicas de Antônio Callado
durante a ditadura militar**

São Paulo

2020

Flavia Daniela Pereira Delgado

**Uma voz contra o autoritarismo: crônicas de Antônio Callado
durante a ditadura militar**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo como exigência para obtenção do grau de doutor em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação
Orientador: Profa. Dra. Sandra Reimão

São Paulo

2020

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Delgado, Flavia Daniela

Uma voz contra o autoritarismo:: as crônicas de Antônio Callado durante a Ditadura Militar / Flavia Daniela Delgado ; orientadora, Sandra Reimão. -- São Paulo, 2020.
220 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia
Versão original

1. Antônio Callado 2. Crônicas Políticas 3. História da Imprensa 4. Ditadura Militar 5. Representação I. Reimão, Sandra II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

FLAVIA DANIELA PEREIRA DELGADO

Uma voz contra o autoritarismo: crônicas de Antônio Callado durante a ditadura militar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de S. Paulo, como exigência para obtenção de título de doutor em Ciências da Comunicação.

Data da defesa: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À Alzira e Nilton, meus jovens dos anos 1960, que plantaram em mim o amor pela liberdade de pensar e lutaram tantas lutas para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.
Foram anos de muitas veredas, uma longa travessia em que certas presenças foram tão determinantes que, sem elas, eu não teria conseguido.

Agradeço a Deus, por renovar minhas esperanças e a minha luz em todos os momentos mais difíceis. Eu nunca estive nem estarei sem Ele. À minha família, em especial aos meus pais, pelo amor e incentivo durante a vida inteira.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sandra Lúcia Amaral de Assis Reimão, pela generosidade e por ser um farol do conhecimento a iluminar o meu caminho desde o Mestrado. Obrigada por sempre confiar tanto em mim (até mais do que eu mesma), apesar das minhas grandes limitações de tempo e dedicação.

À Profa. Dra. Cláudia Lago, pelas ideias e determinantes contribuições na banca de qualificação.

Aos meus amigos, em especial aos inigualáveis Ana Cláudia Gomes Fernandes, Alex Francisco, Cida Ruiz, Inácio Rodrigues e Miriam Bevilacqua, pela força, pelas dicas, pelas ideias, pelos materiais, *insights* a qualquer hora do dia ou da noite, por pensarem comigo o caminho. Aos meus queridíssimos aliados Bruno Tavares, Gabriela Guiselini, Deborah Sisti e Luciana Guimarães, leais parceiros na labuta acadêmica que é lecionar e gerir três graduações, tudo ao mesmo tempo.

Aos meus amores Safira, Pérola e Davis, as melhores companheiras de estudo e escrita que eu poderia ter durante um confinamento de dias, noites e longas madrugadas – antes e durante a pandemia de 2020.

Aos meus alunos, que me inspiram para estudar sempre mais.

A todos os funcionários das bibliotecas da USP, especialmente aos da ECA e FFLCH, dos Arquivos Públicos Estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, pela presteza e boa vontade de ajudar uma pesquisadora. À Maria Teixeira Sousa, da Secretaria do PPGCOM, pela paciência e pela fineza por sempre me atender tão bem em tantos momentos nestes anos.

“Nada temos a temer, exceto as palavras”.

Rubem Fonseca

(O caso Morel)

RESUMO

Paralelo ao trabalho de escritor de ficção e de teatro, Antônio Callado atuou nas redações dos mais importantes veículos impressos do país por mais de 50 anos. Foi uma figura engajada e reconhecidamente alinhada a ideologias de esquerda, que se notabilizou pela oposição à conjuntura política da época, cujas consequências foram prisões, inquéritos e a cassação de seus direitos políticos. A pesquisa compreende um estudo sobre dez crônicas políticas do jornalista, publicadas entre os anos de 1964 e 1970 nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Pasquim*, no contexto da Ditadura Militar. A partir da reflexão sobre o seu percurso como intelectual e profissional da imprensa, a tese se apoia na técnica da análise pragmática da narrativa jornalística e propõe uma compreensão contextual e analítica sobre como o regime militar é representado nesta produção, identificando as diferentes estratégias comunicativas e retóricas empreendidas pelo jornalista. E em sintonia com postulados teóricos da Nova História da Cultura, preconiza que o conjunto dos textos opinativos constituem relevantes fontes, que contribuem para a memória daquele período histórico do Brasil.

Palavras chave: Antônio Callado; Crônicas Políticas; História da Imprensa; Ditadura Militar; Representação.

ABSTRACT

In parallel with the work of the fiction and theater writer, Antônio Callado worked in the newsroom of the most important print media in the country for four decades. He was an engaged figure and admittedly aligned with leftist ideologies, who stood out for his opposition to the political situation at the time, the consequences of which were arrests, inquiries and the impeachment of his political rights. The research comprises a study of ten political chronicles by a journalist published between 1964 and 1979 in the newspapers *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* and *O Pasquim*, in the context of the military dictatorship. Based on the reflection on his career as an intellectual and professional of the press, the thesis is based on the technique of pragmatic analysis of the journalistic narrative and proposes a contextual and analytical understanding of how the military regime is represented in this production, identifying the different communicative strategies and rhetoric undertaken by the journalist. And in line with the theoretical postulates of The New History of Culture, recommends that the set of opinion texts constitute sources that contribute to the memory of that historical period in Brazil.

Keywords: Antônio Callado; Political Chronicles; Press History; Military Dictatorship; Representation

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Antônio Callado no protesto na reunião da OEA, Rio de Janeiro, 1965	37
Figura 2: Notícia sobre a defesa de Callado no processo movido pelos militares, 1969.....	46
Figura 3: Capa do prontuário de Antônio Callado, 1965	52
Figura 4: IPM da 10ª Vara Criminal o protesto na reunião da OEA	53
Figura 5: Resumo das pastas sobre Antônio Callado junto às áreas de vigilância, 1966.....	55
Figura 6: Exemplos de anotações gerais e históricos do DOPS sobre Callado	55
Figura 7: Carta de desligamento da ABI, 1967.....	56
Figura 8: Termo de inquirição por ocasião da segunda prisão de Callado, 1969.....	57
Figura 9: Declaração de bens de Callado, 1969	59
Figuras 10, 11 e 12: Ficha de identificação datiloscópica e foto de Callado, 1969	60
Figura 13: Códice Ministério da Justiça direitos políticos e cassações	61
Figura 14: Códice do Ministério da Justiça com lista de cassados 1964 e 1969	62
Figura 15: Dossiê da Divisão Central de Informações.....	65
Figuras 16 e 17: Depoimentos prestados por Callado em 1978 sobre viagem a Cuba	66
Figuras 18 e 19: Memorando e cópia do passaporte, remetidos ao Arquivo da DGIE 1978...	67
Figuras 20 e 21: <i>Clipping</i> anos 1970 sobre lançamentos literários de Callado	68
Figuras 22 e 23: <i>Clipping</i> de entrevistas os anos 1980 criticando a Ditadura	69
Imagem 24 – Capa no <i>Correio da Manhã</i> sobre a favela de Brás de Pina, 1964	75
Imagem 25 – Foto <i>Correio da Manhã</i> encontro com Oscar Niemeyer e Paulo Francis a respeito da primeira montagem de <i>Pedro Mico</i>	105
Imagem 26 – Nota no <i>Correio da Manhã</i> sobre a participação de Ary Barroso em <i>Pedro Mico</i>	105
Imagem 27: Callado ao lado de Milton Moraes, ator principal de <i>Pedro Mico</i> , 1958	106
Imagem 28: Anúncio de uma das montagens da peça <i>Pedro Mico</i> , 1960	106
Imagem 29- Nas manifestações contra a ditadura no final dos anos 1960, com as atrizes Norma Benguell e Odete Lara	107
Figuras 30 e 31 - Fragmentos dos editoriais de oposição a Jango publicados no <i>Correio da Manhã</i> em 31 de março e 01 de abril de 1964, respectivamente.....	125
Figura 32- Fragmento da crônica “Entrevista imaginária com Lampião” - 20.05.1964	134
Figura 33- Fragmento “Entrevista com Padre Antônio Vieira” - 31.05.1964.....	140
Figura 34- Fragmento “Entrevista com Sigmund Freud” – 07.06.1964	149

Figura 35- Fragmento “Entrevista imaginária com Mahatma Gandhi” - 14.06.1964	155
Figura 36- Fragmento “Entrevista imaginária com Abraham Lincoln” - 28.06.1964	165
Figura 37 – Fragmento “O Provedor de Ausentes” – 18 a 24.11.1970	170
Figura 38 – Capa de O Pasquim- Edição 74 – 18 a 21.11.1970	172
Figura 39 Fragmento da crônica “Volta o Barril” - 12.04.1964.....	178
Figura 40 – Fragmento “Arma Secreta” - 28 .03. 1967	185
Figura 41-Fragmento “Merenda dos Generais” - 04 .04. 1967.....	191
Figura 42 – Fragmento “Exércitos Mendigos” - 11.04.1964	198

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1. A trajetória e o engajamento de um jornalista-escritor	19
1.1 Do Correio da Manhã a Londres e Paris	19
1.2 De volta para a Casa e “com fome de Brasil”	25
1.3 Os agitados anos no JB	29
1.4 O Regime à espreita: o dossiê nº 1948	49
1.5 Longe das redações, mas não da escrita	70
Capítulo 2. Reflexos sobre o campo da intelectualidade	74
2.1 Intelectuais no Brasil	86
2.2. Vínculos de sociabilidade de um intelectual orgânico	95
Capítulo 3. Vozes das redações: opinião política no jornalismo	109
3.1 Imprensa: uma instituição política	109
3.2 Um gênero ao rés do chão	113
3.3 Crônicas políticas no Brasil	118
Capítulo 4. Antagonismo, convicção e subjetividade: as crônicas de oposição.	
4.1 <i>As Entrevistas Imaginárias</i> : seis passeios ficcionais de crítica à ditadura	
4.1.1 Entrevista com Lampião	134
4.1.2 Entrevista com Padre Antônio Vieira	140
4.1.3 Entrevista com Sigmund Freud	149
4.1.4 Entrevista com Mahatma Gandhi	155
4.1.5 Entrevista com Abrãao Lincoln	165
4.1.6 O Provedor de Ausentes: entrevista com Camões	170
4.2 As Crônicas de Confrontação: sem rodeios nem concessões	
4.2.1 Volta o Barril	178
4.2.2 Arma Secreta	185
4.2.3 A Merenda dos Generais	191
4.2.4 – Exércitos Mendigos	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
REFERÊNCIAS	208

INTRODUÇÃO

3 de janeiro de 1997. Pela primeira vez, uma jovem de 23 anos põe os pés na redação de um jornal diário. É seu primeiro emprego como jornalista profissional, em uma emissora de TV, onde pôr a “mão na massa” tornou-se tão apaixonante que sobrepujou os anos que estudou para ser advogada. Em outra cidade, três semanas depois, um dos mais respeitados⁶⁷e tarimbados jornalistas do país, que um dia também preteriu o mundo das leis pelo Jornalismo, morria, aos 80 anos.

Passadas duas décadas, eles se encontram. Ela, como pesquisadora. Ele, como objeto de pesquisa, por meio do seu legado jornalístico preservado, (felizmente) graças à digitalização de periódicos antigos pela Biblioteca Nacional. Um conjunto de textos produzidos e publicados na imprensa por um brasileiro cuja trajetória de vida teve sincronia com alguns dos mais determinantes fatos históricos do Brasil e do mundo no século passado.

Antônio Callado (1917-1997) foi um intelectual talhado à moda como se forjava a *intelligentsia* brasileira até a primeira metade do século XX. Escritor, dramaturgo, repórter, correspondente internacional de guerra, cronista, articulista, crítico. Um profissional daqueles para quem o engajamento social e político eram a tônica de se viver. Um apaixonado pelo Brasil, que fez da sua escrita um modo de interpretar o país e o momento histórico em que viveu. Um homem de seu tempo, cuja voz se elevou pela democracia e pela liberdade e que pagou um preço por não temer uma época de sombrio autoritarismo.

Alinhado a ideologias de esquerda, Callado era considerado um arauto na defesa dos indígenas, da reforma agrária e da justiça social, mas também um aguçado crítico e observador dos rumos políticos do Brasil. A sempre veemente defesa de seus pontos de vista, dotados de elegância e polidez, lhe valeram apostos cunhados por quem o conhecia de perto: Tom Jobim o chamava de “caboclo inglês”; Hélio Pellegrino, de “doce radical”; e Nelson Rodrigues, de “o único inglês da vida real”.

Imortal ocupante da cadeira nº 8 da Academia Brasileira de Letras, é um consagrado nome de nossa literatura, cuja obra máxima, *Quarup* (considerada um raro casamento harmônico de crítica e vendas no final dos anos 1960, cuja importância para aquela geração é comparada, por alguns críticos a *Grande Sertão: Veredas*, nos anos 1950) foi traduzido em mais de cinco países e adaptado para o cinema por Ruy Guerra, em 1989.

No teatro, obteve grande êxito em diferentes montagens nos palcos cariocas com *Pedro Mico*, a partir do final dos anos 1950, também transposto em filme em 1989. Ao todo, escreveu nove romances, alguns com temas religiosos (como *Assunção de Salviano* e *A Madona de Cedro*), mas a maior parte de seus escritos teve como foco a realidade política e social do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. Seu legado compreende ainda seis livros-reportagem¹, além de uma antologia de crônicas², sete textos para teatro, um livro de contos e uma biografia, a do pintor Cândido Portinari.

A experiência em redações foi vasta: ao longo de cinco décadas foi editorialista, redator chefe, chefe de redação, além de assinar reportagens, crônicas, artigos, resenhas em veículos como *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Pasquim*, *Opinião*, *Isto é*, *Visão*, *Folha de S. Paulo* e alternativo *Brasil em Marcha*³. Trabalhou no exterior durante a Segunda Guerra Mundial pela BBC de Londres e Radio France. Testemunhou o surgimento do movimento das Ligas Camponesas e do governo de Miguel Arraes, em Pernambuco. Foi o único brasileiro a cobrir a Guerra do Vietnã “do outro lado”⁴, a partir de Hanói. Testemunhou ações contra a imprensa por parte do governo instituído após a deposição de João Goulart. Mesmo depois de aposentado, continuou a escrever crônicas políticas. E quando houve a reabertura, produziu textos até o fim de seus dias.

Não há caminho no jornalismo impresso brasileiro a partir do final dos anos 1930 que Callado não tenha trilhado. No entanto, existem inúmeras pesquisas acadêmicas sobre sua fortuna crítica enquanto homem das letras, no âmbito da Literatura, mas, espantosamente, as pesquisas que tratam de sua contribuição ao campo do jornalismo são escassas. Sua produção jornalística é estudada de maneira deficiente na academia, como bem apontaram Marcos Martinelli (2006) e Martins (2018), o que nos intrigou e nos impeliu a este estudo. Por outro lado, procuramos aqui dar continuidade a esse campo de estudos, mas diferente dos dois pesquisadores, que voltam suas atenções para análise de textos ficcionais ou jornalístico-informativos do autor editados em livro, interessa-nos focar na produção jornalístico-opinativa

¹ *Esqueleto na Lagoa Verde* (1953), *Os industriais de seca e os Galileus de Pernambuco* (1959). *Tempo de Arraes: padres e comunista na revolução sem violência* (1964), *Vietnã do Norte: advertência aos agressores* (1969), *Passaporte sem carimbo* (1978) e *Entre Deus e a Vasilha* (1984).

² *Crônicas de fim do milênio* (1997), composto por crônicas publicadas originalmente na Folha de S. Paulo, entre 1992 e 1996, que foram compilados no ano de sua morte.

³ Jornal carioca de esquerda fundado por Michael Krymchantowski, joalheiro polonês naturalizado brasileiro. Circulou de 3 de fevereiro de 1961 a 21 de janeiro de 1967, inicialmente com periodicidade semanal, depois mensal, até desaparecer, na esteira das políticas de restrições à liberdade de imprensa, adotada pelo regime militar que se acentuou no início de 1967.

⁴ Como se sabe, outro jornalista brasileiro José Hamilton Ribeiro também cobriu o conflito, mas a partir do lado americano, em Saigon, na parte sul do território Vietnamita.

publicada em jornais nos anos entre 1964-1970, que permanece até hoje sem ser editada e inédita em pesquisas científicas. Mais precisamente, as crônicas políticas em que procurou representar a época da ditadura militar, um momento histórico de efervescência política e cultural no país, que vai coincidir com o auge do seu percurso produtivo como intelectual.

Como lembra Paul Ricouer (2007), as narrativas produzem um conhecimento e narrar é uma forma de agir no mundo, de tornar experiências vividas em um emaranhado de pontos de vista. E o ponto de vista “designa a orientação do olhar do narrador e direção aos seus personagens e dos personagens e uns em direção dos outros” (RICOUER, 2007, p. 162). Nosso objetivo é investigar como o jornalista de esquerda procurou expressar sua discordância e crítica acerca do regime instaurado pela quartelada de 31 de março, detectando com quais expedientes de enunciação buscou persuadir seus leitores quanto à construção dessa realidade. Questionamos ainda se tais estratégias comunicativas sofreram mutações e acompanharam a mudança de feição da ditadura- leia-se, seu recrudescimento.

Partimos de alguns pressupostos. O primeiro deles é que como homem da imprensa diária e também autor de peças de teatro e livros de ficção, Callado ao longo dos seis anos que delimitam nosso *corpus*, produziu crônicas políticas que mesclavam em harmonia e equilíbrio em todos os textos a linguagem poética da ficção à linguagem factual do jornalismo. O segundo pressuposto é que, como boa parte da imprensa à época, também o tom das crônicas partiu do inicial apoio ao movimento que destituiu João Goulart para o paulatino enfrentamento do autoritarismo, subindo o tom à medida que a ditadura recrudescia. Outro pressuposto é de que o jornalista, mais do que expressar sua perplexidade crescente com o as arbitrariedades de um governo antidemocrático, produziu textos que, em conjunto, ajudaram a construir uma representação daquele momento histórico vivido pelo Brasil.

É importante ressaltar que entendemos o conceito de representação no contexto de estudos da Nova História Cultural, enquanto abordagem proposta a partir da década de 1970 por uma geração mais contemporânea de pesquisadores associados à *École des Annales*. Mais precisamente, nossa abordagem segue a ótica de Roger Chartier, cujo principal objetivo é identificar o modo pelo qual, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Assim, as representações referem-se “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social, como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Albert Camus considerava jornalistas como “historiadores do instante”. Jacques Lacouture (1998) trata do relato jornalístico como exemplo do que denomina “história imediata”, mas mesmo assim pontua que os jornalistas em geral são profissionais da notícia tão imersos nos fatos, com tamanha proximidade material a tal ponto de serem, ao mesmo tempo, participantes e reflexos dos fatos (por mais que se propale a ideia da objetividade e distanciamento do jornalista em relação aos acontecimentos, como a recorrente pedra fundamental da atividade jornalística) e por isso seus relatos não estão credenciados a serem considerados documentos históricos. Um ponto de vista questionável, segundo os estudiosos mais contemporâneos da História Cultural⁵.

O que parece não constituir ponto polêmico é o entendimento segundo o qual conteúdos veiculados pela imprensa são importantes instrumentos para compreender a memória, porque a sociedade se vê representada por meio da prática jornalística, que é “memória em ato, enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado, constantemente recuperado” (PALACIOS, 2010). Aliás, cumpre relembramos Chartier a propósito das relações entre memória e história abordadas na obra de Ricoeur. O testemunho da memória é fiador da existência de um passado que foi e não é mais. E par ao autor, entre memória e história, um dos paralelos a se considerar é que

a primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção do seu ser coletivo. E a segunda, se inscreve na ordem de uma saber universalmente aceitável, ‘científico’, no sentido de Michel de Certeau. (CHARTIER, 2009, p. 24)

Pierre Nora (1993) considera que as produções jornalísticas são lugar de memória e caracterizam-se por serem mensageiras de uma realidade construída a partir dos acontecimentos, que são apresentados como verossímeis e imparciais, ocupando espaço destacado no arquivamento e na produção da memória contemporânea (Barbosa, 1996). Por isso, Zelizer (2008) exalta a centralidade do jornalismo como uma instituição de registro mnemônico: qualifica os jornalistas como “agentes de memória”, pois por meio de suas narrativas conseguem apresentar o passado (que tem grande papel na produção de sentido do presente), ao mesmo tempo em que oferecem comparação e oportunidades de fazer analogias, ainda que os próprios jornalistas sejam avessos a admiti-lo como parte do que fazem e mesmo que os estudiosos da memória ainda não tenham dado o devido crédito a essa atuação dos profissionais da imprensa.

⁵ Para Peter Burke (2008), os estudos das gerações mais contemporâneas da *Annales* mostram que a história cultural não é mais monopólio dos historiadores e o terreno comum reside na preocupação com o simbólico e suas interpretações.

O *corpus* desta pesquisa é integrado por dez crônicas, a maioria publicada no *Correio da Manhã* (5) e as demais no *Jornal do Brasil* (4) e *O Pasquim* (1). Inicialmente, nosso intuito era analisar todos os textos do jornalista publicados na mídia impressa, referentes ao período dos dez primeiros anos da ditadura, até 1974, quando ele se aposentou das redações e decidiu viver apenas da carreira de escritor. Um primeiro levantamento quantitativo junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional mostrou mais de 100 textos de diferentes gêneros publicados neste período de seis anos - reportagens, resenhas, artigos, entrevistas e crônicas. Sem dúvida, um universo rico de possibilidades narrativas e argumentativas, mas bem diverso entre si.

Graças a outro levantamento realizado durante a pesquisa, delineamos a mostra final de textos a ser analisada. Ao mapearmos os vestígios da vigilância do aparato oficial da ditadura sobre Callado nos arquivos públicos estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, encontramos documentos primários, que revelaram que o jornalista respondeu e foi julgado em um Inquérito Policial Militar (IPM) motivado (ao menos oficialmente) ⁶ por duas crônicas (que os responsáveis erroneamente classificavam como “artigos”) publicadas em 1967 no *Jornal do Brasil*, nas quais supostamente o jornalista atacava os militares e o Exército. Os textos constituíam aos olhos dos militares a prova material irrefutável para justificar o inquérito. Ao refinarmos a seleção dos dados, descobrimos um conjunto de outras crônicas que pareciam estar conectadas no tempo e nas temáticas e que permaneciam inéditas em termos de pesquisa científica.

Entendemos que este é um estudo de caso qualitativo, pois como pontua Robert Yin (2005), a técnica permite ao investigador um aprofundamento em relação ao objeto estudado, revelando matizes difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

A técnica empregada no exame de cada crônica é a análise pragmática da narrativa jornalística, entendida aqui como uma de apropriação de princípios da Narratologia – estudo das narrativas – que, como nos ensina Motta (2010), torna-se nosso caso um procedimento analítico

⁶ Instrumentos de investigação usados pelos militares contra aqueles que julgassem cometer ilícitos contra a “Revolução”. Tinha caráter de instrução e seu objetivo era, em tese, apurar atividades subversivas, buscando materialidade e autoria de crime reunindo elementos que possibilitassem ao oferecimento ou não denúncia com base na Lei de Segurança Nacional. O resultado deste IPM foi a cassação dos direitos políticos, publicada em uma lista em 29 de abril de 1969, em que também figuravam 219 professores universitários e pesquisadores aposentados compulsoriamente entre os quais os físicos José Leite Lopes e Mário Schemberg, as historiadoras Eulália Lahmeyer Lobo e Maria Ieda Linhares, os cientistas sociais Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Duarte, Emília Viotti da Costa, Paul Singer, Luís Pereira e Paula Beiguelman, além do historiador Caio Prado Júnior. A lista também incluía a cassação de 15 deputados federais, tanto da Arena como do MDB.

útil para compreendermos como os sujeitos sociais constroem seus significados por meio da cognição e expressão narrativa da realidade, através de estratégias comunicativas, operações e modos linguísticos, a fim de obter certas intenções/efeitos junto ao leitor, como convencer, persuadir, envolver o seu leitor/telespectador/ouvinte. É uma técnica aplicável ao nosso *corpus*, na medida em que propõe

uma análise de um conjunto de notícias isoladas sobre um mesmo tema publicadas dia após dia, que aparentemente não possuem narratividade. Propomos integrar essas notícias isoladas em um conjunto significativo solidário com uma história única (...). Juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separa. Reunir as notícias diárias em episódios e sequências maiores, como se fosse um acontecimento único e singular. (MOTTA, 2010, p. 153-154).

Neste sentido, dos diversos movimentos para empreender a análise apresentados pelo autor, utilizamos o estudo das estratégias comunicativas, mais precisamente as estratégias de subjetivação e a construção de efeitos poéticos, por tratarmos de textos do gênero opinativo, que, ao contrário de reportagens ou outros tipos textuais informativos, não dissimulam a mediação nem estão preocupados com a construção de efeitos do real.

Entendemos ser imprescindível situar todas as informações sobre o jornalista e sua obra no contexto no qual ambos se desenvolveram, assinalando como esse mesmo contexto foi forjando com tempo a obra calladiana.

Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou linguística para utilizar os elementos capazes de conduzir a uma interpretação coerente. Mas nada impede que cada crítico ressalte o elemento de sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra (CÂNDIDO, 1976, p.07).

A presente tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, traçamos a percurso da vida profissional de Antônio Callado, tendo como pano de fundo o contexto histórico do país. Desde a juventude, os primeiros passos na imprensa carioca no final dos anos 1930 no *Correio da Manhã*, passando pelo tempo em que trabalhou na Inglaterra e França durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que passa a ter mais contato com a literatura nacional e que sente “fome de Brasil” - forma pela qual traduz o desejo de fazer reportagens pelos rincões do Brasil para além do eixo Rio-São Paulo, como forma de conhecer melhor o próprio país.

É a fase em que volta ao *Correio da Manhã* como repórter e se engaja em reportagens no nordeste, norte e centro-oeste e tem os primeiros contatos com povos indígenas, com destaque

para as tribos às margens do Rio Xingu. Uma terceira e mais intensa fase tem início quando recebe convite para trabalhar no *Jornal do Brasil* como editorialista, que coincide com o golpe militar de 1964, com as perseguições e prisões por parte do regime. A quarta fase marca a aposentadoria e o afastamento das redações, mas não das colaborações na imprensa como colunista e cronista, época que coincide com a distensão e a redemocratização. Também neste capítulo apresentamos documentos primários, evidenciando os passos da vigilância ao jornalista, iniciada já no final dos anos 1950, antes do golpe militar.

O capítulo 2 se dedica a entender os intelectuais enquanto um campo social, repassa o conceito de intelectual orgânico e aborda o segmento da intelectualidade no Brasil, procurando compreender o “chão” que formou Antônio Callado. Suas conexões, seu capital social e como se dava a interação com outros intelectuais em uma configuração social específica, constituída por relações políticas e sociais com a classe artística-cultural e jornalística dos anos 1940 em diante, que o credenciaram a ser um crítico da conjuntura brasileira durante a ditadura militar e retratam o Brasil da época.

No capítulo 3 tratamos da imprensa enquanto uma instituição com atuação política na sociedade e discutimos a gênese e as possibilidades criativas e de crítica social da crônica, particularmente da crônica política, apontando diferentes estilos de jornalistas-escritores no Brasil a partir do século XIX, que influenciaram a crônica calladiana.

Finalmente, no capítulo 4, ponto central da tese, será a vez de nos dedicarmos às análises do *corpus* da pesquisa, as dez crônicas selecionadas, subdivididas em dois grupos, a partir de similitudes narrativas que apresentam: as “Entrevistas Imaginárias” e “As Crônicas de Confrontação”, em que identificamos as estratégias de comunicação utilizadas para representar aquele momento vivido, cujo arremate é apresentado nas considerações finais.

1- A TRAJETÓRIA E O ENGAJAMENTO DE UM JORNALISTA-ESCRITOR

... qualquer artigo de Callado é uma espécie de quarteto de cordas, de uma insuportável delícia auditiva. E será assim, eternamente assim.

Daqui a 200 anos, ele viverá de sua música verbal.

(Nelson Rodrigues).

1.1 Do Correio da Manhã a Londres e Paris

É no primeiro mês do ano da Revolução Russa (1917), em Niterói, então, capital do estado do Rio de Janeiro que nasce Antônio Carlos Callado. O Brasil daqueles tempos era politicamente marcado pelas primeiras cisões e competições intraoligárquicas entre grupos de poder dominantes, oriundos dos estados de “primeira grandeza” da época – São Paulo e Minas Gerais – que se alternavam na presidência, como o mineiro Venceslau Brás, presidente do Brasil naquele ano.

A década de 1910 foi um período em que o país tornou-se palco de revoltas, manifestações sociais e rebeliões militares por melhores condições de trabalho (Revolta da Chibata⁷), por descontentamento com o nível de exploração e exclusão da população rural (como a Guerra do Contestado⁸), além de paralisações nas cidades por aumentos de salários (greves operárias no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife). Esse ciclo de greves de grandes proporções

⁷ Rebelião na Marinha, no Rio de Janeiro, contra os castigos físicos impostos aos marinheiros, em sua maioria negros e pobres. Liderada por Joao Cândido, apelidado Almirante Negro, a revolta estourou em função da punição com chibatadas para faltas disciplinares. Os revoltosos se apoderaram dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, que na época estavam entre os mais modernos do mundo e ameaçaram bombardear a cidade. , caso suas reivindicações não fossem ouvidas. Embora inicialmente negociações tenham sido entabuladas para anistiar os rebeldes e atender às suas demandas, o desfecho foi uma forte repressão desencadeada pelo governo, sufocando completamente o episódio. (FERREIRA, 2019, p. 60).

⁸ Considerada por estudiosos como a maior guerra civil do país, foi um confronto armado entre os estados de Santa Catarina e Paraná pela disputa de terras contestadas de uma região com aproximadamente 20.000km², rica em erva mate e madeira. Um conflito assimétrico, em que lutavam, de um lado, um exército republicano, moderno e bem armado, e de outro uma população de caboclos, seguidores de um monge, que defendiam suas terras e moradias. A rebelião foi deflagrada pela combinação de várias tensões subjacentes à época: a disputa entre o Exército e a Guarda Nacional - força armada privada das oligarquias - pelo monopólio da violência no País; o conflito entre a Igreja Católica e o catolicismo popular brasileiro; e o desamparo de centenas de operários que haviam sido conduzidos à região para construir a ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, com a promessa de que seriam levados de volta às suas cidades de origem, mas acabaram abandonados à própria sorte. Para justificar a barbárie, o Exército dizia defender a República e acusava os 'fanáticos' de Santa Catarina de defenderem a Monarquia. (Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,estado-promove-debate-sobre-a-reportagem-meninos-do-contestado,855098>).

ocorrido entre 1917-1920 tinha duas explicações, segundo o historiador Boris Fausto (2002, p.169). Primeiro, por conta do agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e pela especulação com gêneros alimentícios. E segundo, a influência da revolução bolchevique de outubro de 1917 na Rússia czarista. Na época havia uma grande distância entre a população brasileira – que vivia em sua maioria no campo – e uma efetiva participação democrática nos rumos do país.

Nesse quadro, as lutas sociais, tanto nas cidades quanto no campo, apesar de não buscarem uma inserção eleitoral na nova ordem republicana, expressavam suas insatisfações visando à conquista de direitos sociais. Assim, embora a grande exclusão que o regime republicano oligárquico impunha – função da existência de um sistema eleitoral baseado no reduzido número de eleitores, na fraude e na manipulação dos resultados – não tenha garantido o acesso à cidadania à grande maioria da população brasileira, pode-se dizer que essas camadas subalternas buscaram se manifestar através de diferentes tipos de movimentos sociais. (FERREIRA, 2019, p.61).

Callado era o quarto filho (único homem) em uma típica família burguesa, que privilegiava a educação formal, composta por professores (como a mãe Edith), médicos (como o pai, Dario Callado, que se arriscava em poemas parnasianistas) e advogados (como o avô materno, que conviveu com Olavo Bilac e Rui Barbosa). Em 1936, o neto também se tornaria bacharel em Direito, mas sem nunca ter real interesse na carreira jurídica. Chegou a trabalhar em funções administrativas em uma firma comercial para ajudar a custear a Faculdade de Direito de Niterói (hoje Universidade Federal Fluminense) - cidade onde passou a infância e a juventude - e também minimizar as despesas da família, que enfrentou dificuldades financeiras depois que o pai morreu por tuberculose, quando o menino tinha 11 anos. Mas, seu talento desde cedo se revelou, predestinando-o ao campo da escrita. Na adolescência, ganhou um pequeno concurso de contos, aos 16 anos.

Foi graças ao ambiente literário que tinha em casa que nasceu no menino Antônio, então aluno do Colégio Bittencourt Silva, o gosto pela leitura e a determinação de escrever. “Meu pai tinha lá uma biblioteca bastante boa de literatura, brasileira e francesa. Eu me lembro dos livros que li, de poesia e das primeiras tentativas de ler em francês, que comecei a aprender por minha conta, lendo as revistas que ele recebia, também francesas” (LEITE, 1982, p.4)⁹.

Dentre as possibilidades profissionais que se lhe apresentavam à época e diante das dificuldades familiares, o jornalismo parecia-lhe a que mais poderia conciliar o ofício de escritor

⁹ A entrevista biográfica dada por Callado tornou-se uma edição da série Biblioteca Comentada, organizada pela autora citada.

com um emprego remunerado. Segundo Callado, “toda a vocação foi no sentido da literatura. O jornalismo foi a profissão mais afim que eu descobri, como muitas outras pessoas, para ganhar a vida com uma coisa que não fosse muito diferente daquilo que eu realmente queria fazer”. (CALLADO, 1982, p. 249).

Uma coincidência facilitou a entrada do jovem na imprensa. Seu avô era amigo do também advogado e empresário Edmundo Bittencourt, fundador e proprietário de um dos mais importantes periódicos do Rio de Janeiro na época: o *Correio da Manhã*¹⁰. Ele relembra que, ao se apresentar com uma carta de recomendação a Paulo Bittencourt – filho de Edmundo que havia assumido a direção do jornal – teve como teste inicial escrever uma reportagem. Mas ao fazê-lo, deu-se conta de que havia escrito, na verdade, um gênero opinativo, a crônica. Porém, como estava bem redigida, lhe ofereceram outra oportunidade, então ele escreveu a reportagem e foi contratado. (CALLADO, 1982, p. 5).

Foi assim que, aos 20 anos de idade, em 1937, iniciou a carreira como jornalista. Mal começou e já testemunhava o cerceamento à liberdade de expressão como uma rotina imposta às redações de jornal: a estreia de Callado foi um mês antes do golpe de estado de Getúlio Vargas, marco histórico que encerrou definitivamente a Primeira República¹¹. “Comecei a trabalhar (...) em outubro de 1937. Em novembro, o Estado Novo me desaba sobre a cabeça. E aí me vem

¹⁰ Fundado pelo advogado gaúcho Edmundo Bittencourt em 15 de junho de 1901 no centro da cidade do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* era marcado por uma linha editorial participante, liberal, legalista e combativa, fazendo oposição ao então presidente Campos Sales em uma época em que os jornais se abstinham de fazer críticas ao governo alegando neutralidade. “Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra de opinião da imprensa (...). Foi realmente o veículo dos sentimentos e motivos da uma burguesa urbana (...) quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete, levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima”. (SODRE, 2011, p. 422-423). Por ser um jornal de opinião e de oposição, tendo se posicionado frontalmente contra o golpe militar, O *Correio da Manhã* sofreu perseguições, na forma de corte de publicidade e pressões e prisões contra jornalistas, apreensões de exemplares, ocupação da redação por policiais e um atentado a bomba na sede do jornal, que aliados à pressão financeira, fizeram com o que o periódico fechasse em 1974. Era considerado um dos mais consistentes formadores de opinião do país, pois se identifica tanto com as classes médias conservadores quanto com as ideias avançadas do Rio de Janeiro. Além de Antônio Callado, passaram também pelo *Correio da Manhã* nomes como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda (como revisores) e Carlos Drummond Andrade, Carlos Heitor Cony, Otto Maria Carpeaux, Ledo Ivo e Marcio Moreira Alves.

¹¹ Para Antônio Cândido, o golpe de estado, ditatorial e antidemocrático, buscou interromper o florescimento cultural desencadeado pelo movimento modernista, instalando a censura e o autoritarismo para modernização do Brasil. (Candido, 2000, p. 114). Boris Fausto (2002) lembra que o novo regime foi implantado em grandes mobilizações. “O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta dos seus membros irem levar solidariedade a Getúlio a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos” (FAUSTO, 2002, p.200). Getúlio permaneceu no poder coo chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador por 15 anos. Volta à presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por suicidar-se em 1954.

um censor para dentro do jornal, que ficava lá sentado, lendo tudo antes de ser impresso”. (ARRUDA, 2013, p. 69)

Entre 1939 e 1941, além de atuar como repórter no Correio da Manhã, Callado trabalhou paralelamente como colunista em O Globo, periódico no qual assinava uma coluna sob o pseudônimo de “Anthony”. Na mesma empresa, também foi redator de um suplemento chamado “Globo Juvenil”, um tabloide colorido de dezesseis páginas que lançava no Brasil os quadrinhos norte-americanos mais famosos da época – “Fantasma”, “Mandrake” – e circulava as terças, quintas e sábados.

O trabalho consistia em traduzir os balões em inglês e produzir sessões fixas recheadas de tiradas patrióticas e curiosidades. Callado, que era fluente no inglês, traduzia os balões enquanto outro jornalista, Nelson Rodrigues, cuidava da seção nacional. É possível inferirmos que a relação com Rodrigues – jornalista tarimbado desde muito jovem – tenha sido um fator importante para Callado no momento em que ele iniciava a sua carreira. A parceria durou até 1941, quando Callado viajou para a Europa¹², onde atuou como jornalista por seis anos na Inglaterra e França.

A biografia do jornalista coincide com as divisas históricas criadas por Eric Hobsbawm (1999) e está bastante ligada às transformações que irrompem, tanto na esfera mundial quanto brasileira. Para o historiador, o breve século XX situa-se entre o início da Primeira Guerra Mundial e a derrocada da União Soviética e se divide em três eras: a *era da catástrofe*, que vai de 1914 até o fim da Segunda Guerra Mundial; a *era de ouro*, cujos anos, que se estendem do fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970, época de um grande crescimento econômico e transformação social; e a *era do desmoronamento*, que encerra o breve século XX em meio à crise econômica e social, e as incertezas quanto ao futuro. Callado nasceu, começou a carreira e atingiu a idade adulta na era da catástrofe, viveu a maturidade no jornalismo e escreveu sua obra máxima (Quarup) na era de ouro e se afastou do jornalismo diário para viver de literatura na era do desmoronamento.

Em plena vigência da Segunda Guerra, Callado assinou contrato com a então jovem seção latino-americana da *Rádio BBC* de Londres, que começara a transmitir em português e espanhol apenas alguns anos antes, em 1938. Depois de atravessar o Atlântico durante o conflito, viveu na capital inglesa e trabalhou como redator, tradutor e roteirista do serviço brasileiro de

¹² Eles eram amigos próximos. Em imagens registradas antes de embarcar rumo à Inglaterra com a família de Callado (publicadas na série “Literatura Comentada”, Nelson Rodrigues aparece e é um dos únicos amigos a se despedir do amigo no aeroporto no Rio de Janeiro). Com o passar do tempo, no entanto, distanciaram-se, em parte por causa de suas divergências ideológicas e políticas.

rádio da corporação britânica, que dando grande visibilidade e proporcionando crescimento na profissão. Afinal, nesta época, na *BBC* eram produzidas e transmitidas notícias em mais de 50 idiomas para o mundo todo.

Pela primeira vez, foi testemunha dos dramas de uma guerra. Vivenciou de perto os bombardeios sobre a cidade, o racionamento de comida e de itens básicos como papel, ao mesmo tempo em que observou a capacidade britânica de união nacional em torno da resistência ao avanço nazista.

Além de atuar como jornalista, Callado iniciou, no mesmo período, produção literária¹³, pois, recentemente foram descobertos nos arquivos da *BBC* e organizados em livro 19 roteiros ficcionais, peças de radio teatro inéditas de sua autoria, nunca encenadas ou irradiadas¹⁴. Permaneceu na emissora britânica até maio de 1947, só se afastando no período compreendido entre dezembro de 1944 e outubro de 1945, quando trabalhou em Paris (já liberta da ocupação nazista), no Serviço Brasileiro de *Radio-Diffusion Française*.

Viveu em meio à *libération* e à efervescência que tomou conta da capital francesa com a vitória da Resistência, o fim da ocupação e da Segunda Guerra Mundial. Neste período, acumulou também a função de correspondente de guerra do *Correio da Manhã*. O próprio Callado conta que sua educação política foi o resultado desses anos de aprendizado¹⁵ e coincidiu tanto com a formação do Brasil, nas suas palavras, “rigorosamente moderno” – especialmente a Revolução de 1930 e o golpe de 1937 – quanto com a participação na guerra como correspondente. Callado viveu nesses anos, final, nas capitais europeias que foram epicentros das grandes transformações históricas,

Ele observou de perto e conseguiu refletir sobre essas profundas mudanças e, sobretudo, como elas formaram um país muito diferente daquele que conhecia quando partiu. Ao mesmo tempo, graças à distância, Callado aprendeu a olhar de fora o Brasil, e aprofundou o interesse e o desejo de conhecer a realidade brasileira lendo o que havia disponível nas cidades em que viveu. Foram anos de amadurecimento também no campo pessoal: foi na Inglaterra em 1943 que

¹³ No entanto, a primeira peça de ficção *O fígado de Prometeu* em 1951, mas só ganhou notoriedade como dramaturgo em 1957 com *Pedro Mico*.

¹⁴ Segundo o pesquisador Daniel Mandur Thomaz (Universidade de Oxford) foram encontrados nos arquivos em Londres textos datilografados, mas os arquivos sonoros, nos quais Callado inclusive representava alguns personagens, se perderam com o tempo. O pesquisador explica que é possível perceber que vários dos temas e questões que Callado desenvolverá em seus romances dos anos 50, 60 e 70 - como as relações entre misticismo e revolução, entre arte e transformação social e o papel do artista engajado - já aparecem problematizados nas suas peças dos anos 40. Isso revela como sua experiência na Inglaterra durante a guerra impactou sua obra. Os roteiros revelam uma tentativa de representação da identidade brasileira. Para Thomaz, uma provável influência da tonalidade nacionalista das transmissões britânicas, que tinham o intuito de mobilizar ânimos e o moral da população diante do esforço de guerra e dos bombardeios que atingiam o Reino Unido.

¹⁵ Inspirado nesses anos, Callado escreveu o seu último romance, *Memórias de Aldeham House*, publicado em 1989.

Callado se casou pela primeira vez com uma colega de trabalho, Jean Maxine Watson, com quem teve três filhos. Nas próprias palavras do autor:

Era moço, 20 anos, pouco politizado, acabei casando por lá mesmo e vivia feliz da vida... Mas... de repente começou a bater aquela saudade do Brasil. Tão grande... e assumia várias formas, uma das quais era ir a uma rua, onde tinha os sebos todos, sebos gigantescos, e catar tudo que encontrasse sobre o Brasil, livros brasileiros e portugueses. Começou a me dar uma sufocação, aquela vontade de voltar e viver no Brasil, e uma tranquila convicção de que nunca mais ia morar no estrangeiro. Viajar, sim, mas nunca mais me afastar daqui por tanto tempo. (CALLADO, 1982, p. 235).

1.2– De volta para Casa e com “fome de Brasil”

Em 1947, quando regressa ao Brasil e ao Correio da Manhã (onde iniciou a carreira e de onde só se desvinculará totalmente no final da década de 1960), trabalhou como redator e depois, como redator chefe, além de cobrir eventos de interesse internacional, como a Conferência Interamericana de Assistência Recíproca (Petrópolis, 1947), a Conferência Pan-Americana de Bogotá (1948) e a Conferência de Ministros do Exterior do Hemisfério (Washington, 1951).

Apesar das intensas atividades jornalísticas, ainda restava a “fome” de Brasil. Desta forma, em 1952, Callado colocou em prática o projeto que acalentara enquanto vivia no exterior: conhecer de perto a realidade brasileira. Para isso, foi viajar pelo interior, fazer pesquisa e trabalho de campo – observação, entrevistas, tudo registrado à mão em um diário – coletando dados úteis tanto para fazer reportagens quanto para, futuramente, compor prosa de ficção.

Eu tinha morado anos no estrangeiro e voltei ao Brasil com uma vontade quase física de conhecer direito o país: uma espécie de fome. Antes de viajar e viver alguns anos na Europa, eu tinha conhecido de um modo um tanto distraído e vago apenas o Rio e seus arredores, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador. Ao regressar (...) o que eu queria era a Amazônia, o Xingu dos índios, o Pantanal de Mato Grosso, o sertão nordestino. A primeira providência que tomei, pela ordem, foi conhecer a Amazônia (CALLADO, 1986).

Em 1952, participou da expedição em busca dos ossos do coronel Fawcett¹⁶. Contudo, quando Callado e a expedição chegaram ao local em 24 de janeiro, já se comprovava que a ossada não era do coronel. Foi nesta viagem ao Xingu que Callado recolheu farto material etnográfico que ele mobilizou, primeiramente, para escrever uma reportagem para o Correio da Manhã e, posteriormente, transformá-la em seu primeiro livro- reportagem, *Esqueleto na Lagoa Verde: ensaio sobre a vida e o sumiço do Coronel Fawcett*, publicado em 1953.

Quem possibilitou as condições materiais e operacionais para Callado produzir o referido conteúdo não foi o jornal onde trabalhava, mas, curiosamente, um concorrente, que montou a expedição ao Xingu: os Diários Associados. O convite pessoal feito pelo proprietário, o empresário Assis Chateaubriand, gerou protestos dos outros colegas jornalistas que lá

¹⁶ No ano anterior, em abril, Orlando Vilas Boas descobrira com a ajuda dos índios Kalapalo, uma ossada na beira do Rio Kuluene, mais importante e caudaloso afluente do Rio Xingu e um dos principais da Bacia Amazônica. O coronel Percy Harrison Fawcett, oficial britânico que, com autorização do governo brasileiro fez duas expedições ao interior do país em busca de uma misteriosa cidade perdida que ele acreditava encontrar no Alto Xingu, desaparecera na selva em 1925. Ele estava com seu filho mais velho e um amigo, e poderia ter sido morto pelos índios.

trabalhavam, como relata Callado, em texto escrito sobre os bastidores da reportagem e que foi publicado pela Revista Realidade, em junho de 1975:

Descoberta a ossada por Orlando Villas Boas, resolveu Assis Chateaubriand montar a grande reportagem de 1952, convidando para integrar a caravana dos Associados o filho vivo de Fawcett, Brian, que para isto veio especialmente da Inglaterra. E me convidou a mim também, apesar de eu ser do Correio da Manhã. Fundador dos Associados, tirano esclarecido do império que fundara, de jornais e estações de rádio, misto de grande jornalista, corsário, imoralista e príncipe do Renascimento, Chatô tinha desses gestos largos. O pessoal dos Associados achou o cúmulo que ele anexasse à expedição um repórter de jornal concorrente. Sabendo que eu gostava do mato e da história de Fawcett, Chatô me chamou e me incluiu, com honras de convidado, sem sequer tomar nota dos protestos. Só ouvia uma voz interior do “meu padrinho Nietzsche”, como dizia. (CALLADO, 1975, p.104).

Nessa reportagem, o jornalista constrói um relato engenhoso. Sob o pretexto de falar de Fawcett e a da ossada encontrada às margens do Rio Kuluene¹⁷, mostra a situação dos índios e o seu cotidiano, aborda o trabalho do posto indígena e de Villas Boas, descreve a natureza do Xingu, e entrelaça a sua narrativa com reflexões sobre o Brasil dessa época. Para o crítico literário Davi Arrigucci Jr, *Esqueleto na lagoa verde* não é apenas uma das melhores reportagens já escritas no Brasil, “mas uma espécie de desconstrução da reportagem tradicional, minada pela fratura da escrita irônica com que faz e desfaz hipóteses sobre ossos falsos” (1999, p.129).

Em julho de 1954, após a morte do jornalista, ex-deputado e ex-governador de Alagoas Pedro da Costa Rego, que era chefe de redação do Correio da Manhã, Callado assumiu o cargo, que ocupou por cinco anos. A experiência na direção jornalística e como gestor de pessoas, entretanto, não lhe agradou. Em entrevista concedida dias antes de sua morte ao jornal Folha de S. Paulo, admitiu: “Não gostei. Não gosto de mandar nos outros. Acho uma coisa desagradável, chata”.

Passados sete anos de sua volta ao Brasil, o jornalista passava a colher frutos também do seu lado escritor. Aos 37 anos, Callado publicou o seu primeiro romance, *Assunção de Salviano* e estreou no palco com a encenação de sua peça *A cidade assassinada*, pela Companhia Dramática Nacional.

Quatro anos depois, lançou seu segundo romance, “*A Madona de Cedro*. Ambas as obras são romances míticos, que apostam na prosa direta com uma ou outra incursão no monólogo e

¹⁷ Usamos aqui a grafia originalmente utilizada por Callado no livro reportagem, embora usualmente também se escreva com a letra C. Principal afluente do Rio Xingu, é muito procurado por pescadores devido à diversidade da fauna. Corta diversas reservas ambientais indígenas e fica no estado do Mato Grosso

abordam temáticas em torno da religiosidade - uma provável influência da educação fortemente católica que teve na infância. Sua poética foi saudada por um dos mais importantes críticos da época, Tristão de Athayde, como lembra em sua tese Fábio Carminati: “O aval de Tristão de Athayde¹⁸ conferia, na época, um certificado de legitimidade no campo literário brasileira. E para Callado, concretizavam-se as suas aspirações de fazer ficção concomitante à profissão de jornalista, e escrever sobre o Brasil”. (CARMINATI, 2014, p.126).

No fim de 1959, optou por voltar ao universo que lhe dava mais satisfação pessoal e profissional: a produção de texto, a partir de reportagem de campo (Entre 10 e 23 de setembro, produziu e publicou para o jornal uma série de reportagens¹⁹ no nordeste, centradas principalmente no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão²⁰, local onde começavam a se afirmar com pujança as Ligas Camponesas²¹ de Francisco Julião.

Nesta cobertura, Callado passou em revista alguns aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil, expondo os dramas que envolviam milhares de nordestinos entregues ao sol, ao vento e à miséria - nas palavras do próprio jornalista na reportagem “por culpa de alguns poucos e pela indiferença de muitos”. O conjunto de textos - que teve repercussão nacional e culminou com a desapropriação do engenho (mas também lhe rendeu um processo em Pernambuco) - foi transformado em livro. Mais tarde, Callado adaptou-o ao teatro, dando origem à peça *Forró no*

¹⁸ Pseudônimo do escritor Alceu de Amoroso Lima.

¹⁹ As reportagens denunciavam as más condições de trabalho e divulgou as lutas sociais dos lavradores de Pernambuco.

²⁰ Município a 50 quilômetros da capital, Recife, onde funcionava um engenho desativado (ou de “fogo morto”, expressão que ganhou notoriedade com o livro de José Lins do Rego se refere aos engenhos que não mais produzem açúcar, mas apenas a cana para venderem às usinas) no qual trabalhavam mais de 100 famílias de agricultores, vivendo em situação de penúria. .

²¹ Por estarem ligados ao grande latifúndio, os partidos políticos brasileiros não legislavam sobre os direitos do camponês. O primeiro partido a abraçar a causa dos camponeses foi o Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi o responsável pela criação das primeiras Ligas camponesas com o objetivo principal de organizar as massas dos trabalhadores rurais para protestar contra os grandes proprietários de terras, os latifundiários. Tal organização iniciou-se ainda nos anos de 1940. Porém, o cenário político-social ideal para a expansão e consolidação das mesmas só ocorreu entre os anos de 1950 e 1960, sendo mais forte na região Nordeste do Brasil. Foi nessas décadas que foi construída a emergência da luta do homem do campo. Em 1962, o movimento propriamente camponês estava sob orientação das Ligas Camponesas. Neste mesmo ano, o advogado e político pernambucano, Francisco Julião, assume um papel fundamental como representante das causas relacionadas às Ligas e ao homem do campo. (VANDECK, 2001).

*Engenho Cananeia*²², conferindo ainda mais visibilidade ao texto que, originalmente, já tinha revelado na mídia²³ a dura realidade de exploração dos trabalhadores em canaviais e engenhos.

É importante lembrar que, embora os sindicatos rurais proliferassem nesse período – sendo estimulados e disputados tanto pelos comunistas quanto pela Igreja Católica – os camponeses, oficialmente, não possuíam o estatuto de trabalhadores; somente em 1963 é promulgado o Estatuto dos Trabalhadores Rurais, que institui para os camponeses os mesmos direitos que gozavam os trabalhadores urbanos – como carteira profissional, jornada de trabalho, salário mínimo, repouso semanal e férias. As Ligas lutavam pela melhoria das condições dos camponeses, em especial pelo fim do cambão – que obrigava os camponeses a trabalharem um dia ou mais de graça para o dono da terra que arrendavam – e promoviam a sua educação política.

No início dos anos 60, Callado aceitou um convite e passa a conciliar as atividades de chefe do escritório brasileiro da Enciclopédia Britânica Barsa com as atividades no *Correio da Manhã*.

²² A peça *Forró no Engenho Cananéia* foi publicada em 1964 e nela Callado põe em cena os lavradores convertendo a opressão e a exploração vividas em resistência e luta; através das pregações de Manuel Ermitão, “espécie de beato e cangaceiro”, das músicas do jovem violeiro Zé Gato, das conversas a respeito da morte e do futuro, e da organização da Sociedade Mortuária – que fornece a mortalha para aqueles que a miséria retirou até a possibilidade de morrer com dignidade¹² – os lavradores vão se tornando conscientes de sua situação social e histórica para além do sofrimento cotidiano, transformando-a em movimento social. Os textos originais foram publicados originalmente na imprensa em 1959, tendo se tornado livro reportagem em 1960.

²³ Embora inteiramente contrário à reforma agrária, o *Correio da Manhã* tinha por política editorial ser um veículo liberal, por isso, permitiu que se publicassem os textos de Callado. O jornal iniciou também uma campanha pela consolidação da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, autarquia federal criada em 1959 pelo governo Juscelino Kubitschek, com sede em Recife. Passou a defender o órgão das investidas que determinados políticos já faziam para transformá-lo em mera agência eleitoral. Nos dias de hoje, a autarquia está subordinada ao Ministério do Interior.

1.3 Os agitados anos no JB: ditadura, perseguições e prisões.

Em dezembro de 1963, Callado recebe o convite para atuar no Jornal do Brasil²⁴, veículo no qual trabalhou como redator, editorialista e repórter especial. Foi nesta última condição que ele voltou ao Nordeste e produziu uma série de reportagens ainda sobre as tensões entre usineiros e trabalhadores na zona canavieira de Pernambuco, além da nova experiência político-social vivenciada pelo estado, então governado por Miguel Arraes. Callado narra a experiência democrática vivida pelo estado e que considerava ser aquela uma revolução-piloto na medida em que não se opunha ao sistema, mas se desenrolava dentro dele.

É o que mostra o título de uma de suas reportagens, que ganhou manchete na capa do Jornal do Brasil, na edição de 23.12.1963: *Pernambuco é laboratório de mudanças*. A série de reportagens publicadas entre 07 de dezembro de 1963 e 19 de janeiro de 1964 foi transformada em livro neste mesmo ano, pouco antes do golpe militar de 31 de março: *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. No prefácio do livro, publicado já sob a égide do novo regime ditatorial, o autor reflete sobre a experiência pernambucana que testemunhou, mas já com um ar de incerteza e desencanto pelos rumos políticos tomados pelo país.

²⁴ Apesar disso o jornalista não se desligou totalmente do Correio da Manhã, nele ainda colaborando eventualmente, como veremos nos próximos capítulos.

O panorama que encontrei em Pernambuco em fins de 1963 era de infundir esperança mesmo ao mais desanimado dos brasileiros. De 1959 para cá e principalmente sob a liderança de Miguel Arraes, Pernambuco se dedicara a mais escassa das atividades deste país: a de fazer história. As Ligas tinham perdido terreno. Mas não tanto em relação a si mesmas. É que entraram em campos outras forças que tiraram o estado e o Brasil da marginalidade da história em que temos vivido (...). A revolução de Pernambuco era ‘piloto’ no sentido de que provavelmente inspiraria a revolução maior, brasileira, e ambas tinham jeito de triunfar à brasileira, com bons modos e pouco sangue. Agora não sei. O que inconscientemente deseja talvez o regime do Ato Institucional de nove de abril de 1964²⁵ é contrariar a revolução do povo para ver a cara do Brasil desconhecido que há séculos borbulha por baixo da nossa preguiça de fazer história. (CALLADO, 1969, p.15-16)

O processo social em que se inserem os 21 anos da ditadura militar brasileira (1964-1985) necessita ser compreendido à luz de outro fenômeno anterior, a chamada “nova ordem mundial”, que se estabelece no cenário político, econômico e social internacional como consequência da Segunda Grande Guerra (1939-1945). No início da Segunda Guerra, o Brasil procurou manter a neutralidade, mas sofreu uma enorme pressão norte-americana que pretendia marcar presença nos portos e aeroportos do Nordeste e assim, no final de 1942, o Brasil declarou guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Acabou por se aliar aos países liderados pelos Estados Unidos, fato que marca definitivamente a política do nosso país. Essas ações imperialistas norte-americanas denominadas de -política de boa vizinhança nos são assim apresentadas por Gerson Moura:

Durante a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, as nações do Terceiro Mundo foram pressionadas a optar por uma facção ou outra do conflito. De um lado, o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. No outro extremo, os Aliados, liderados por Grã Bretanha, França e União Soviética; e, a partir de 1941, pelos Estados Unidos. Nestes seis anos de conflito, destacou-se a política da boa vizinhança⁶, visando a aproximar os países da América Latina da cultura e ideologia estadunidense. O objetivo era único: que o Brasil passasse a defender os interesses dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o que ocorreu em 1942. (MOURA, 1984, p.63)

²⁵ Referência ao Ato Institucional número 1, baixado pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Segundo Boris Fausto, várias das medidas do AI-1 tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso em votações. Passou para a competência do presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que viessem criar ou aumentar despesa pública. Suspendia garantias do funcionalismo público como vitaliciedade e estabilidade, suspendia imunidades parlamentares, autorizando os comandantes das Forças Armadas a cassarem mandatos ou suspenderem direitos políticos pelo prazo de 10 anos. E criou as bases para a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), mas ainda manteve o instituto jurídico do *habeas corpus*. A partir destes poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime dentro e fora do serviço público envolvendo prisões e torturas. “No Congresso, 50 parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos 40 deputados que perderam o mandato, em uma primeira lista o PTB vinha na frente (...) nenhuma cassação atingiu a UDN (...). Calcula-se, em números conservadores, que mais de 1.400 pessoas foram afastadas da burocracia civil e em torno de 1200 das Forças Armadas. Eram especialmente visadas as pessoas que se haviam destacado em posições nacionalistas e de esquerda” (FAUSTO, 2002, p.258-259).

Após a derrota dos países do Eixo, Inglaterra, França e Estados Unidos (à frente) disputariam a hegemonia política, econômica e militar no mundo, em um embate ideológico que tinha como oponente a União Soviética, constituída por países do leste europeu que formaram um bloco de países socialistas liderados pela Rússia. No ocidente, os norte-americanos intensificam a política de combate ao comunismo.

No Brasil, o golpe militar de 1964 é uma consequência desse estado da política internacional, em que o governo de Washington, na defesa de seus interesses, mantinha uma política intervencionista de dominação em relação a toda a América Latina. Boris Fausto lembra que

Em 1959, um fato de grande importância ocorrera na América Latina: a vitória da Revolução Cubana. Após um período de euforia geral resultante da derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista, no comando da revolução Fidel Castro começou a se inclinar pelo socialismo comunista. Cuba caminhava nessa direção por convicção de suas lideranças e empurrada cada vez mais pelas medidas de embargo contra a ilha, tomadas pelos Estados Unidos. A ameaça comunista, agitada como um espantinho para reprimir as reivindicações das classes dominadas, convertia-se em realidade. Se um regime desse tipo podia se instalar a menos de 150 quilômetros da costa da Flórida, por que não poderia triunfar em outras regiões da América Latina? (FAUSTO, 2004, p.439).

Quando começam os anos 1960, enquanto o governo norte-americano cuidava de se preocupar em afastar as tendências socialistas da América Latina, internamente permaneciam latentes as tensões entre grupos que desde a década de 1940 disputavam espaço na política brasileira. De um lado, parcelas das forças armadas, algumas lideranças políticas e do empresariado. E do outro, herdeiros do legado de Getúlio Vargas. A eleição presidencial naquele ano desenharia então um cenário político esdrúxulo, um prenúncio de uma das épocas mais turbulentas da nossa história republicana, porque.

Pelas regras da época, presidente e vice eram eleitos separadamente. Em 1960, Jânio Quadros, apoiado pelo PDC e pela UDN, ganhou as eleições, todavia o vice eleito foi João Goulart, da chapa apoiada por PTB e PSD. Assim, tínhamos um político com apelo popular temperamental, apoiado pelos inimigos do varguismo, que haviam amargado três derrotas sucessivas (em 1945, 1950 e 1955); e como contraponto, o herdeiro de Vargas. Era receita de crise. (CARVALHO, 2019, p. 143)

O governo de Quadros defrontou-se, desde o princípio, com uma pesada herança macroeconômica, cuja maior expressão foi um surto inflacionário derivado das iniciativas da gestão de Juscelino Kubitschek – mormente a inauguração de Brasília. Marcado por medidas

excêntricas²⁶, uma política externa de aproximação com países socialistas (negando apoio aos Estados Unidos na questão cubana e condecorando Che Guevara), Jânio Quadros acabou por perder apoio dos partidos que o elegeram e também no Congresso, ao tentar aprovar leis polêmicas. Renunciou ao mandato que lhe conferiram mais de 5,6 milhões de eleitores, apenas sete meses após sua posse.

O tom do momento se refletia na imprensa. No mês seguinte à renúncia, em declaração ao Correio da Manhã, Callado qualifica Quadros, assim como o então governador da Guanabara, como sendo ambos “tipos psicopáticos de políticos”, que mergulharam o país em uma “farsa sinistra”, transformando o Brasil em uma “república das bananas”:

Que querem, por exemplo, os atores principais da farsa sinistra que estamos vivendo, os senhores Jânio Quadros e Carlos Lacerda? Para lá dos golpes, das renúncias e das fases de negra apatia que ambos mergulham de quando em quando, esses dois inegáveis líderes têm tudo o que deve ter um líder – exceto saberem para onde querem ir. Arrastam as massas atrás de si e de repente, aborrecidos de si mesmos, fecham a cara, vão para Bertioxa ou Samambaia, Londres ou Taipé. E não explicam nada. Possessos, sabe se lá de que forças obscuras. (...) Os homens em que votei transformaram o Brasil de novo numa *Banana Republic* – banana grande se quiserem, S. Thomé - mas banana. (CALLADO, 1961).

Em meio a essa cena turbulenta, João Goulart aos 42 anos de idade assumiu a condução do país, a princípio, como primeiro ministro²⁷ e depois como presidente. O contexto de forte inquietação política refletiu-se na economia por muitos meses. “Entre janeiro de 1961 e março de 1964, o país teve seis ministros da Fazenda, e economia estagnou e a inflação acelerou, atingindo 23% no primeiro trimestre de 1963, o equivalente a uma taxa anualizada de mais de 100%” (RESENDE, 2019, p. 154).

Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2004), o clima de alvoroço, quase desordem entre os vários setores da sociedade da época, aproximou-se perigosamente dos detentores do poder e da riqueza no país. Trabalhadores urbanos reivindicavam melhor distribuição da riqueza nacional e ampla participação nas decisões políticas; os do campo clamavam por melhor divisão de terras, invadiam fazendas e já não respeitavam propriedade privada; os estudantes pareciam esquecer as salas de aula e se engajavam em partidos e

²⁶ A proibição de brigas de galo e do uso do biquíni são exemplos delas.

²⁷ Devido a sua trajetória política e ligação com a esquerda, os ministros militares de Jânio Quadros tinham muitos senões e não aceitavam a posse de Jango, que à época da renúncia estava em viagem ao Leste Europeu e à China. O Exército o acusava de simpatia pelo peronismo e de querer implantar no Brasil uma ditadura sindicalista. O Congresso, partidos e sindicatos eram favoráveis à legalidade. O imbróglio foi então resolvido como uma manobra que acalmou os ânimos: fora adotado o parlamentarismo e Jango assumiria como presidente em setembro de 1961. Mas tal sistema teve vida curta. Três primeiros ministros sucederam-se sem conseguir governar, até que um plebiscito sancionou a volta do presidencialismo, em janeiro de 1963.

movimentos políticos-ideológicos; soldados e marinheiros ignoravam a disciplina e subvertiam as hierarquias e a ordem nos quartéis. O jornalista Edmar Morel (1965), no livro “O golpe começou em Washington”, sintetizou bem o clima do país na época ao dizer que o Brasil na época “era um saco de gatos”.

Adicione-se a esse cenário as propostas de profundas reformas estruturais empreendidas pelo governo Jango, que incluíam desapropriações, entre outras medidas, que em muito desagradavam vários setores econômicos e políticos da sociedade.

Uma ampla conjunção de movimentos sociais era articulada aos poucos pelo programa das Reformas de Base. No meio da sarabanda, pululavam organizações revolucionárias que embora fracas, falavam grosso. Na esteira, o velho Partido Comunista, ilegal de direito, legalizado de fato, fazia reuniões e vendia seus jornais nas bancas. Os líderes deitavam falação e os teóricos, doutrinação. Afiavam facas imaginárias e mostravam os dentes, aparentando uma força que não tinham. Assustavam. Um frio na espinha correu entre os que tinham algo a perder. A sensação era a de beira do abismo. O receio das elites, multiplicado pela mídia histerizada instilou o pânico na classe média e a energia do medo conferiu ímpeto. Alguém precisava calar o alarido. Aquilo já era um motim, poderia fugir do controle, transformar-se em revolta (...). Era preciso dar um basta, escorraçar o inquilino do Palácio do Planalto. (REIS FILHO, 2002, p. 436-437).

Tudo conspirava contra o governo de Jango. Os partidos de oposição acusavam o presidente de estar planejando um golpe de esquerda e de ser o grande responsável pelos graves problemas que o país enfrentava, como por exemplo, o desabastecimento, que poderia culminar em uma revolta com dimensões difíceis de serem controladas por Brasília. Morel (1965) lembra que eram muitas as frentes de pressão para desestabilizar o governo Jango: latifundiários contra a reforma agrária, interesses do empresariado e do capital estrangeiro ligados aos setores de energia elétrica, farmacêutico e de calçados. Sem falar na atuação conspiratória de órgãos como o IPES e o IBAD²⁸.

No dia 13 de março de 1964, Jango faz um comício no Rio de Janeiro e, na presença de 200 mil pessoas, prometeu uma série de mudanças. Seis dias depois, em 19 de março, os conservadores em resposta organizam a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, que reuniu milhares de pessoas pelas ruas de São Paulo. A população marchava contra Jango. Nos quartéis, contando com o apoio logístico militar norte-americano, os

²⁸ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, respectivamente. Organismos criados nos anos 1960 oriundos da sociedade civil que faziam parte de uma rede de natureza conservadora de direita. O IPES reunia empresários e setores da sociedade com alto poder econômico e custeava propaganda anticomunista e movimentos de oposição ao governo. O IBAD recebia apoio da CIA e atuou intensamente na área rural, no meio parlamentar, no movimento estudantil e sindical e junto à Igreja Católica. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>

líderes militares de direita preparavam um golpe de estado. Em 1º de Abril de 1964, o presidente é deposto. Isolado politicamente e sem apoio, deixa logo após o país, refugiando-se no Uruguai enquanto os generais golpistas de direita, com apoio dos políticos e líderes conservadores, assumiam o poder e o comando da nação. Iniciava-se uma nova ditadura no Brasil, fruto de uma forte coalizão: a espada (Exército), a cruz (Igreja) e o capital (elite econômica).

O governo Castelo Branco foi imediatamente reconhecido pelas autoridades governamentais dos Estados Unidos e contou com o apoio de grandes empresários brasileiros e diretores de empresas multinacionais. Esse apoio foi dado aos militares em razão da doutrina de segurança nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra, por meio da qual o governo brasileiro assumia o compromisso de combater as ideias socialistas ou comunistas. Promoveu-se forte repressão policial contra várias entidades: diversos sindicatos foram fechados e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida. Em 60 dias, mais de 300 pessoas tiveram seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos — entre elas três ex-presidentes da república: Juscelino Jânio e João Goulart. (COTRIN, 2005, p.558).

Marcelo Ridenti avalia que uma das razões pelas quais o golpe foi instalado sem grandes resistências por parte da sociedade é que o regime buscou legitimidade com pleno êxito junto às esferas que se sentiam ameaçadas por um suposto avanço do comunismo, do sindicalismo e da corrupção. Além dos já mencionados setores que ampararam o golpe, a deposição de Jango contou também com o respaldo de setores das classes médias, profissionais, grande imprensa e.

(...) os profissionais liberais e até de alguns trabalhadores... Sem contar o apoio expresso ou velado da maior parte dos integrantes de partidos legais, que por isso mesmo continuaram em atividade até outubro de 1965; uma vez afastados seus integrantes acusados de subversão da ordem: foram cassados mais de cinquenta deputados federais, cuja maioria vinha da ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de outras agremiações menores. (RIDENTI, 2014 p. 31).

Concomitantemente ao início de um período de pujança econômica e tecnológica - o crescimento acelerado do PIB, o avanço das telecomunicações, a construção da ponte Rio-Niterói, a abertura da Transamazônica, são exemplos de feitos deste período - uma profunda crise política reviraria o país durante esse regime: as eleições deixariam de ser diretas, os partidos políticos seriam dissolvidos, vários parlamentares teriam seus mandatos cassados, funcionários públicos seriam compulsoriamente afastados ou aposentados, em um processo que também levaria cidadãos engajados em movimentos de esquerda à perda de

seus direitos civis por alguns anos. Artistas e intelectuais teriam suas obras censuradas, estudantes e professores das universidades sofreriam patrulhamento ideológico, cidadãos seriam perseguidos, torturados, mortos. Enfim, era o ponto de partida de mudanças radicais nos rumos da nação brasileira, nos contraditórios anos que se seguiram.

Quando o golpe militar acontece, o jornalista Antônio Callado estava em franca produção textual, escrevendo para o JB artigos sobre educação, política nacional e internacional, críticas literárias, além de crônicas, publicadas ora no primeiro caderno, na editoria de Opinião, ora no Caderno B (Cultura) e no Suplemento Literário. Seu trabalho não raras vezes dividia página com crônicas de Carlos Drummond Andrade e Clarice Lispector.

A mídia considerava Goulart sem pulso e inepto ao cargo. “Basta!” e “Fora!” foram os títulos dos editoriais do *Jornal do Brasil* na antevéspera e na véspera de derrocada de Goulart. Mesmo Carlos Heitor Cony, uma das vozes mais irônicas, mordazes, indignadas e de denúncia contra o que chamou de “a quartelada”, nos dias seguintes ao golpe de 1964 criticava com veemência o presidente deposto, vendo nos fatos um mal necessário. Na crônica “O medo e a responsabilidade”, publicada em 09 de abril de 1964 no *Correio da Manhã*, Cony expõe seu ponto de vista.

(...) o senhor João Goulart, um homem completamente despreparado para qualquer cargo político, fraco, pusilânime e, sobretudo, raiando os extensos limites do analfabetismo (...) o povo brasileiro votou nesse homem porque acreditava que representava alguma coisa. Digamos que esse homem traiu essa confiança. Não considero traição, o que houve simplesmente foi incompetência (...). Apelo para os meus colegas de profissão, os que escrevem, os que exercem atividade intelectual, o que ensinam, os que aprendem: não é hora para o medo. (CONY, 1979, p. 37-38).

Como muitos jornalistas de sua geração, em pese o fato de sua inclinação ideológica à esquerda, Callado também foi favorável (ao menos em um primeiro momento) à deposição de João Goulart, fazendo coro com a maior parte da imprensa da época. Mas, já logo nos primeiros dias do novo regime, assumiu publicamente uma postura crítica e contrária à arbitrariedade do novo regime, mesmo que ainda não dirigida totalmente ao primeiro general presidente. Em 12 de abril de 1964, um dia após o Congresso eleger indiretamente como presidente o general Humberto Castelo Branco, o *Correio da Manhã* publicava na página 6 do primeiro caderno a crônica de Callado *Volta o Barri!*²⁹, em que deixa clara sua postura quanto aos últimos

²⁹ Esta crônica é parte do *corpus* sob análise nesta pesquisa, à qual procederemos a análise com mais ênfase no capítulo 4.

acontecimentos políticos do país, particularmente à deposição e degradação de Miguel Arraes à prisão em Fernando de Noronha, além da cassação dos direitos políticos do economista e professor Celso Furtado, um dos intelectuais mais respeitados do país, então presidente da SUDENE.

...o presidente estava levando o país à anarquia. Por mais que me repugne atirar pedra particular na hora do geral apedrejamento do ex-presidente, é inegável que o Brasil descia sem freios uma encosta que ia dar no caos (...) acabei por aplaudir sinceramente a queda do presidente. Mas só com muita náusea podemos tolerar entre os heróis democráticos do dia figuras como Ademar de Barros (...). Vai ser difícil justificar o que se fez no plano democrático ao governador Miguel Arraes e no plano do progresso do Brasil em geral contra Celso Furtado, superintendente da SUDENE (...). É difícil calcular, desde já, que força real terá o general Castelo Branco na presidência desta pobre República desdenhosamente outorgada do país a três militares. Se tiver alguma, vai ter que rever muita coisa. (CALLADO, 1964, p.6)

Não demorou muito para seu posicionamento de jornalista e intelectual de oposição ao regime custar-lhe algumas prisões – pelo menos cinco - sob a acusação de subversão. “A primeira vez foi ali no largo São Francisco, logo depois de 1964. E logo fui solto”. A segunda vez foi em 1965, no episódio conhecido por *Os Oito do Glória*, que levou esse nome por ter ocorrido em frente hotel de mesmo nome no Rio de Janeiro, onde acontecia reunião da Organização dos Estados Americanos.

(...) estava programada uma reunião da OEA no Rio de Janeiro e a própria OEA comunicou ao governo brasileiro que ia fazer a reunião em Washington, porque não era o momento adequado para fazê-la no Brasil. Mas o Castelo Branco insistiu, dizendo que o povo estava calmo e que tudo estava sob controle. Achamos aquilo um desaforo, eu mais um grupo de intelectuais. Então fomos para a porta do local da reunião, onde realizamos uma boa manifestação. Depois de certo espanto dos policiais, por verem sujeitos maduros, de classe média, uns senhores bem vestidos fazendo passeata feito estudante, nos prenderam. Ficamos uns 10 dias. Saímos, porque a imprensa fez alarde e tiveram que nos soltar. (LEITE, 1982, p.6)

É Carlos Heitor Cony, que ao lado de Glauber Rocha também dividiu a cela com Callado, quem lembra:

Estavam lá o Glauber, o Callado, o Flávio Rangel, Thiago de Mello, Márcio Moreira Alves e outros (...). O mínimo que nos aconteceria seria a prisão, disso tínhamos certeza. Volta e meia eu sentia um frio no estômago: e se houvesse reação, tiros, o diabo? Olhava o Callado: a fleuma dele era sobrenatural. Já de cabelos brancos, ele tinha a consciência de que estava fazendo o certo - o resto não tinha importância. (...) Demos uma vaia e fomos presos. Ficamos presos quase um mês. (CONY, 1996)³⁰.

Figura 1: Callado durante o protesto por ocasião da reunião da OEA no Rio de Janeiro em 1965.



Fonte: Memória da Democracia

Martins (2018) lembra que quando a prisão dos intelectuais completou dois dias, um abaixo-assinado com 400 assinaturas de artistas e intelectuais foi divulgado pedindo a soltura dos manifestantes, que estavam incomunicáveis. Diante da pressão pública e da forte repercussão na mídia, tiveram que ser soltos.

Naquele ano, outra prisão reverberou na imprensa: a do editor Ênio da Silveira, dono da editora Civilização Brasileira (selo que publicou vários livros de Callado), conhecida por sua inclinação à esquerda. Silveira fora detido por ter oferecido uma feijoada ao governador cassado de Pernambuco, Miguel Arraes. Cerca de mil pessoas ligadas à produção cultural – inclusive Callado - assinaram um manifesto, publicado nos jornais de grande circulação. Era só o início do terror cultural, que incluiu apreensão de títulos e censura prévia a livros e outras obras culturais, um processo que, segundo levantamento feito pela pesquisadora Sandra Reimão (2011), atingiu o ápice no final dos anos 1970.

³⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/28/mais!/5.html>

A impopularidade do governo de Castello Branco surgiu gradativamente, principalmente, em função das medidas econômicas e dos abusos políticos. A economia brasileira, então dirigida por Roberto Campos e por Otávio Gouveia de Bulhões, ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, caracterizava-se pela implantação de um programa de governo que favorecia o capital estrangeiro, restringia créditos, promovia a redução de salários e implantava a perda do direito de estabilidade no emprego.

Ao ser decretado o Ato Institucional nº 2 em 1965, conferia-se maiores poderes ao presidente na cassação de mandatos, implantando o bipartidarismo e eliminando os partidos políticos existentes. Iniciava-se assim o período em que o golpe começaria a se caracterizar como uma ditadura de caráter autoritário e repressor. Pouco tempo depois, teria início o isolamento do governo militar em relação aos apoios civis que havia recebido em abril de 1964, como veremos sintetizados em trechos sobre a conjuntura político-cultural, da obra de José Salvador Faro:

O ano de 1966 pode ser considerado o momento que divide a história do movimento militar que rompeu a ordem constitucional brasileira com o golpe de 1964. Há razões para afirmar que se inicia naquele ano um processo gradativo de isolamento do Estado autoritário que se instalou com a queda de João Goulart, processo esse marcado por três níveis de conflito que esvaziam o amplo espectro civil que se mobilizou na crise institucional que levou ao afastamento de Jango. O primeiro nível é aquele que se estabelece no próprio plano institucional com o cerceamento das liberdades civis e com as medidas que liquidam as bases do regime populista. [...] O isolamento político do Estado autoritário, no entanto, não se produziu exclusivamente por conta da predominância do poder militar sobre o civil. E aqui surge o segundo nível de conflito que responde pela persistência da crise de legitimidade em que o novo regime se debateu no início de sua instalação: o da montagem do modelo modernizador que caracterizaria a política econômica depois de 1964. [...] o terceiro nível de conflito enfrentado pelo novo regime nos meados dos anos 60: a impossibilidade de que o autoritarismo do regime recém-inaugurado tivesse sob seu controle as manifestações difusas da sociedade civil que resistiram à cooptação da ordem antidemocrática. (FARO, 1998, ps. 31-38).

O movimento estudantil, cujas entidades haviam sido postas fora da lei pelo golpe, vinham se reorganizando e mobilizando a massa de secundaristas e universitários. Em setembro daquele ano, sofreu violentas repressões. Prisões de estudantes da UNE em Belo Horizonte e São Paulo, além do espancamento de 600 alunos no campus da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro foram demonstrações de que ganhava força no governo, a ala mais “linha dura”, gerando perplexidade na camada social que apoiou sua ascensão.

A classe média, assustada pelas pancadarias, não compreendia mais o governo que ajudara a entronizar. O regime, que prometia fazer da educação uma de suas joias, não percebia que alguma coisa estava mudando. Havia nessas duas incompreensões a problemática habitual do choque entre uma classe média que acha graça em filhos rebeldes e um governo que prefere bater em estudantes atrevidos. (GASPARI, 2014, p.235).

Por outro lado, na área da cultura, já há alguns anos anteriores ao golpe, o país vivia uma fase de grande efervescência, ainda no espírito otimista que marcara o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Segundo o Anuário Estatístico de 1966 do IBGE, o país apresentava os seguintes números ligados à mídia nacional: na categoria Imprensa Periódica, eram 227 jornais impressos diários (tiragem de 2.546.411 exemplares); 737 dos jornais semanais e/ou quinzenais (tiragem de 1.834.845 exemplares); havia 74 salas de teatros com o total anual de 1.606.236 espectadores e 3.234 salas de cinemas, incluindo-se aí os cineteatros, com o total anual de 295.477.172 espectadores; eram 740 as emissoras de radiodifusão e 32 as empresas de tele difusão. Era uma época em que se iniciava um grande crescimento no setor das comunicações, conforme demonstra Renato Ortiz, no artigo *Sociedade e Cultura*, na obra *Brasil um século de transformações*:

A concretização de uma segunda revolução industrial‘ consolidou um mercado de bens materiais e impulsionou a criação de um mercado nacional de bens culturais. A partir de 1964 ocorre uma formidável expansão da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais. É nessa fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação (TV Globo e Editora Abril). Os dados, quaisquer que sejam eles indicam um crescimento inequívoco deste setor. Consideremos por exemplo, o mercado de revistas. Entre 1960-85, de cresceu de 104 milhões para 500 milhões de exemplares. Mas não é somente a quantidade que caracteriza esse mercado emergente. Cada vez mais o setor de publicação se diferenciava em função de públicos especializados. (ORTIZ, 2001, p. 200).

Outros destaques foram os prêmios conquistados em festivais internacionais de cinema com filmes como *O Pagador de Promessas*, dirigido por Anselmo Duarte (indicado ao *Oscar* de Melhor Filme estrangeiro em 1963, ganhador da *Palma de Ouro* de Melhor Filme no *Festival de Cannes* de 1962, Prêmio Especial do Júri no *Festival de Cartagena* de 1962, ganhador do *Golden Gate* de Melhor Filme e Melhor Trilha Sonora no *San Francisco International Film Festival* em 1962) e como *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, filme de Glauber Rocha, grande sucesso no *Festival de Cannes* em 1963.

No campo musical, surgiam os acordes de uma nova música popular: a Bossa Nova, gênero também consagrado internacionalmente a partir do grande sucesso do concerto de Bossa Nova no *Carnegie Hall*, Nova Iorque, 1962. Nos palcos, o teatro brasileiro ganhava maior relevância na cena paulistana. Através do trabalho de companhias e grupos de teatro como o *TBC*, *Teatro de Arena* e *Teatro Oficina*, cujos artistas como José Renato, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e José Celso Martinez Corrêa constituíram-se nos principais representantes da dramaturgia realizada no período. Esse trabalho teatral teve seus desdobramentos, atingindo os palcos cariocas, com a participação de alguns desses artistas em movimentos como os *CPCs* – Centros Populares de Cultura, junto a *UNE* – União Nacional dos Estudantes e *TNC*– Teatro Nacional de Comédia. Todo esse movimentado circuito cultural era fortemente dominado por artistas e intelectuais afinados com a esquerda e assim permaneceu, mesmo após a instalação da ditadura em 1964, como nos afirma o crítico literário Roberto Schwarz:

Entretanto, para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer, A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante Apesar da ditadura de direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia — que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo - é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69, Assinala, além de luta, um compromisso. (SCHWARZ, 2000, p.62).

Esse tom de esquerda, relatado por Schwartz como principal marco da vida cultura brasileira nos princípios do regime militar, também mereceu a abordagem de Heloisa Buarque de Hollanda que em sua tese *Impressões de Viagem*, estuda a cultura brasileira nos anos 60, especificamente, a temática desse movimento cultural:

a produção cultural, largamente controlada pela esquerda, estará nesse período pé e pós-64 marcada pelos temas do debate político. Seja ao nível da produção em traços populistas, seja em relação às vanguardas, os temas da modernização, da democratização, o nacionalismo e a fé no povo, estarão no centro das discussões, informando e delineando a necessidade de uma arte participante, forjando o mito do alcance revolucionário da palavra poética. (HOLLANDA, 2004, p.19).

Reis Filho (2002) lembra que esse foi um estranho tempo, em que havia já a ditadura, mas também ainda havia espaço para a diversidade de pensamento, para falar e ser ouvido - até mesmo a voz das oposições mais radicais. Um cenário que, no entanto, mudou completamente após a edição do AI -5, em dezembro de 1968.

No ano das grandes contestações, um episódio marcou mais uma vez a coerência e o posicionamento do jornalista contrário ao regime: a carta escrita contendo o pedido público de demissão do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa, ABI. O órgão, contrariando seu posicionamento de se colocar a favor da democracia e da liberdade de expressão, decidiu prestar uma homenagem ao presidente Costa e Silva. Callado negou-se a compactuar com a falta de coerência do episódio e decidiu faltar ao almoço em que a Casa do Jornalista celebrava seus 60 anos, dividindo espaço com os convidados de “honra”: o general presidente e o governador Negrão de Lima. Declarou Callado ao Correio da Manhã, em 14 de abril daquele ano: “não podemos almoçar com quem quer nos almoçar”.

No segundo semestre e após uma longa negociação por um visto, Callado volta ao *front* de uma guerra como correspondente. Torna-se o primeiro repórter sul americano a cobrir direto de Hanói em pleno combate a Guerra do Vietnã. O resultado de três semanas de viagem foi a série *Vietname do Norte*³¹: *o outro lado da guerra*, composta por cinco reportagens, sendo a primeira publicada em 10 de outubro de 1968 sob o título *Hanói ou heroísmo como rotina*, ocupando quase duas páginas do primeiro caderno. A série, posteriormente, foi editada em livro, cujo subtítulo mudou para *Advertência aos Agressores*. Foi na primeira edição, a cargo da Civilização Brasileira, que Joel Silveira, o “Víbora”³² pontuou:

A presença de Callado se verificava nas mais perigosas frentes de luta do sudeste asiático e em trincheiras aonde até então nenhum jornalista brasileiro conseguira chegar. (...) O que convém destacar nesta magnífica e ao mesmo tempo pungente reportagem de Antônio Callado é o seu tom isento: sente-se, lendo-a que o seu autor não saiu do Brasil com ideias preconcebidas, levando, senão no bolso, pelo menos na cabeça, o roteiro adremente preparado do que iria ver e o rol de assuntos sobre os quais iria escrever – capciosa esquematização que tem feito tanto ‘repórter’ entre nós e no mundo inteiro um ser execrável a serviço dos mais ignóbeis farsas e das mais deslavadas pulhices. (...). O repórter Antônio Callado se conduz nos seus contatos com a terra e a gente vietnamita, bem como na sua maneira de observar as motivações e a estratégia da fabulosa luta popular, como um pintor impressionista diante da paisagem ou da figura que tem diante dos olhos e que tocou sua sensibilidade. (SILVEIRA, 1969).

³¹ Grafia original com a qual as reportagens foram publicadas nas páginas do Jornal do Brasil

³² Um dos nomes mais importantes do jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX, autor de mais de 30 livros. O apelido foi dado por Assis Chateaubriand.

Callado foi o único jornalista da América Latina que conseguiu chegar ao Vietnã do Norte e viajar para o sul de Hanói, no rumo do Paralelo 17, onde se concentravam então em toda sua fúria os bombardeios norte-americanos. Depois seguiu para as montanhas de *Dien Bien Phu*,³³ onde havia terminado a resistência aos franceses invasores³⁴, em 1954. Sua ideia era mostrar qual era a fórmula de resistência do povo vietnamita à invasão de duas grandes potências ocidentais, no intervalo de duas décadas. Inimigos poderosos, servidos da mais adiantada tecnologia.

A repercussão da série de reportagens no Sudeste Asiático foi grande. Outros veículos noticiavam o feito e ele recebia convites para falar sobre os bastidores do trabalho realizado em pleno *front*. Mas a ditadura brasileira não perdoava. Uma nota na coluna “Informe JB”, publicada em três de novembro de 1968, informava que Callado viajara a São Paulo a fim de ser entrevistado pelo programa da popular apresentadora Hebe Camargo, na TV Record, na época líder de audiência noturna. A entrevista fora gravada em *videoteipe* e o programa foi para o ar no Rio de Janeiro. Mas a entrevista foi cortada – em seu lugar apareceu um anúncio de sabão. Era a censura na TV mostrando suas garras, um mês antes da edição do AI-5, do fechamento do Congresso Nacional e do consequente recrudescimento do regime militar.

A partir do Ato houve uma intensificação da censura na imprensa, já que o documento que suspendia o *habeas corpus* também permitia praticamente tudo ao aparato de repressão estatal. Pelo AI- 5 o Exército outorgou-se, entre outros poderes, o de decretar o recesso do congresso, a intervenção nos estados e municípios (nomeando respectivos interventores), suspensão de *habeas corpus*, dos direitos políticos de qualquer cidadão, cassação de mandatos federais, estaduais e municipais, confisco de bens, estado de sítio, além da exclusão de qualquer apreciação judiciária de todos os atos praticados de acordo com os Atos. Em suma, de acordo com Nelson Werneck Sodré “os poderes que o Executivo assumiu, foram assim, extraordinariamente ampliados, os mais amplos que a história brasileira conheceu, aliás,” (SODRÉ, 2004, p. 116).

Desde então, tornou-se rotineira e passou a obedecer às instruções especificamente emanadas pelos altos escalões do governo de Costa e Silva. Mas diferente dos jornais impressos, cuja censura era política, os programas de entretenimento de TV sofriam com mais ênfase a patrulha moral, a cargo da Divisão de Censura das Diversões Públicas, a DCDP, que, na época,

³³ Cidade no noroeste do Vietnã, local onde aconteceu a batalha entre as forças pela independência do Vietnã e o exército francês, que assinalou o fim da guerra da Indochina e a vitória comunista.

³⁴ Como se sabe, o Vietnã foi colônia francesa e integrava a Indochina, território formado também por Laos e Camboja. O trecho em questão faz referência à Guerra da Indochina, ocorrida após a Segunda Guerra, entre 1946 e 1954, quando os vietnamitas lutaram pela independência pelo fim do domínio francês na região, que terminou com a derrota da França.

tratava de analisar previamente antes de serem publicados ou irem ao ar outros objetos midiáticos como livros, revistas, espetáculos musicais e teatrais, além de programas de rádio.

A busca era por possíveis materiais atentatórios contra os bons costumes da sociedade. Censurar conteúdos políticos era um desvio de finalidade, não era propriamente o forte da Divisão. Mas isso não impediu o corte da entrevista de Callado à Hebe. Afinal, o programa abordaria os bastidores da reportagem de uma guerra considerada sem sentido pelos próprios americanos, além de contar a história de luta e resistência do povo vietnamita. Do ponto de vista dos censores, era uma afronta anunciada criticar norte-americanos, aliados do regime e fazer qualquer menção elogiosa aos compatriotas de Ho Chi Minh. Ao citar um dos diretores da Divisão, Carlos Fico lembra:

As atividades principais do DCDP (...) desenvolvem-se nos vários segmentos que compõem os espetáculos de diversões públicas. No entanto, são constantes as oportunidades em que se defronta com os problemas político-ideológicos (...) dificultando as respectivas liberações devido à autonomia que lhe falta, levando-se em consideração a sua finalidade primeira. Por outro lado, não poderia ser a primeira a tomar conhecimento e examinar o material (...). Não poderia se omitir, ignorando todos os lados manipulados ideologicamente com o intuito de contestar e/ou grosseiramente criticar as ações (...) governamentais bem como fazer apologias contrárias aos Objetivos Nacionais. (FICO, 2004, p.93).

Sempre existiu no Brasil censura às diversões públicas, tolhendo manifestações supostamente atentatórias “à moral e os bons costumes”. No entanto, com o AI-5 a censura politizou-se e estabeleceu vigilância também aos jornais impressos. Era praxe funcionários ligados à Direção da Polícia Federal consolidarem diariamente uma relação de proibições determinadas. E, segundo Fico, (2019), estas eram enviadas às redações dos jornais, por meio de telefonemas ou de avisos escritos. Sem contar as ameaças anônimas que os jornalistas sofriam, como as que expressou Carlos Heitor Cony em uma de suas crônicas

Aproveito esse final de crônica para dar um recado às pessoas que me ameaçam, por carta e por telefone: sou um homem desarmado, não tenho guarda-costas, nem medo. Tenho, isso sim, uma obra literária quem, bem ou mal, já me dá razoável sobrevivência. Esse é o meu patrimônio. Essa é a minha arma. Qualquer violência que praticarem contra mim, terá um responsável certo: general Costa e Silva. (CONY, 1979, p.73).

Ameaças e truculência eram expedientes corriqueiros. O aparato da censura e o *modus operandi* dos militares contra os jornais era implacável. Várias prisões de jornalistas continuavam a acontecer. Como lembra Sandra Reimão:

Em 13 de dezembro de 1968, os encarregados da censura invadiram redações em vários pontos do País, inclusive as redações do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*, e realizaram uma *blitz* geral. As prisões da véspera foram atos de violência destinados muito mais a garantir o sucesso do golpe do que a assegurar a permanência do regime. A partir de 13 de dezembro houve fortes intervenções da censura no jornal *O Estado de S. Paulo*, sendo que entre 1972 e 1975 censores foram instalados diretamente na redação; o mesmo aconteceu, durante 10 anos, no jornal *Tribuna da Imprensa*. A revista *Veja* também foi informada, em dezembro de 1969, que, semanalmente, deveria submeter um exemplar impresso para exame por um determinado militar, que liberaria ou suspenderia a circulação daquela edição. (REIMÃO, 2011, p. 56)

Em uma madrugada de janeiro de 1969, época em que Callado aparecia nos créditos do expediente do JB como editorialista ao lado de Lago Burnett e Wilson Figueiredo, foi preso novamente, e dessa vez, como ele conta, “[...] foi diferente, uma coisa chata demais”. Foram buscá-lo em casa e Callado lembra de um “jipe cheio de soldados”, e de um “tenentezinho meio insolente”, que pediu para ver os seus livros:

(...) Aí até que gostei. Na minha casa tem tanto livro que ele entrou na sala e desistiu logo. Eu disse: ‘Por favor, o senhor pode ver à vontade. Senta aí, vê os livros’. Eram três horas da manhã. Me obrigaram a levar um retrato de Guevara, em sua moldura, com vidro e tudo, como estava pendurado na parede. Disseram que o quadro também estava preso... Prenderam o retrato do Che Guevara! (...). Fui sentado no jipe com aquele quadro na mão. Acho que nesse episódio eu cumpri a minha tarefa de gratidão ao Guevara. Carreguei aquele quadro por vários lugares, até eles descobrirem um lugar para me depositar... Passei por vários lugares, por um lugar onde havia cavalos e carneiros, depois um quartel. E eu carregando aquele retrato... (CALLADO, 1993, p. 68-69)

Depois, Callado foi levado a Realengo, onde ficaram presos Ferreira Gullar e Paulo Francis e onde estavam também Caetano Veloso e Gilberto Gill, encarcerados em uma cela com mais dois presos, acusados de serem comunistas. Os dois ficaram detidos por três meses, enquanto Callado cumpriu 15 dias de cadeia.

Mas fiquei pouco tempo em Realengo. Quando saí, ainda deixei Gil e Caetano por lá. Eles cumpriram uns três meses de prisão. No presídio da Vila Militar, cortaram a barba do Gil só para chatear, para tentar humilhar e desmoralizar. E fingiam que iam fuzilar a gente, levavam os presos para um pátio e treinavam a mira... Sei o quanto devem ter sofrido Caetano e Gil. Era uma violência enorme. De lá, ainda fui para o Batalhão de Guardas. (CALLADO, 1993, p. 69).

No ano seguinte, foi preso novamente junto com a diretoria do *Correio da Manhã*, sob a acusação de atividade contra a segurança nacional, mas logo foi solto. Em 30 de abril de 1969, a

manchete do Jornal do Brasil estampava na capa “Governo cassa, suspende ou afasta 107 cidadãos”. E no corpo da manchete: “várias pessoas tiveram seus direitos político suspensos, neles figurando Antônio Callado, editorialista deste jornal, proibido agora de exercer a atividade jornalística”. Era o AI-9, que fechava emissoras de rádio, demitia ou aposentava compulsoriamente professores e pesquisadores universitários, cassava deputados e também os direitos políticos de Callado, pelo período de dez anos.

A decisão repercutiu no meio intelectual e jornalístico. A proibição de exercer o jornalismo foi revogada então no mês seguinte. Na capa da edição de 13 de maio de 1969, o JB publicou “Jornalistas que o ato atingiu já podem escrever”:

O presidente da República assinou decreto ontem suspendendo a proibição aos jornalistas Antônio Callado e Leo Guanabara de exercerem atividade em empresas jornalísticas de rádio e TV (...). Desta forma, a punição imposta aos dois jornalistas ficou limitada além da suspensão por dez anos de seus atos políticos, ao impedimento de exercerem magistério de qualquer nível ou de integrarem diretórios ou conselhos de sindicatos, clubes e associações de atividades recreativas. (JORNAL DO BRASIL, 1969, p.1).

Em crônica que publicou anos mais tarde, em novembro de 1982 na revista Istoé³⁵ sob o título *Penetra na festa da eleição*, Callado relembra e reflete sobre o fato. Conta, com tristeza, que estava ansioso para participar e votar diretamente nas eleições daquele ano³⁶, mas não conseguiu, porque a Justiça Eleitoral havia eliminado seu registro como eleitor 13 anos antes.

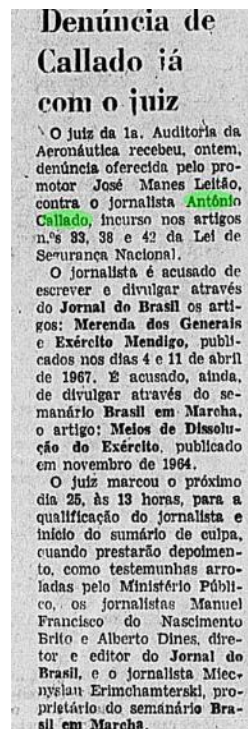
³⁵ Crônica publicada originalmente na coluna política chamada “Sacadas” e reunidas no livro *O país que não teve infância*, publicado em 2017, pela viúva Ana Arruda Callado.

³⁶ Eleições gerais para governadores realizadas em 15 de novembro de 1982, as primeiras em que os cidadãos puderam votar diretamente desde que a ditadura fora estabelecida, em 1964. Segundo GASPARI (2006, p. 229-230) o regime saiu derrotado do pleito. A oposição recebeu 25,3 milhões de votos em disputas pelos governos estaduais. A eleição de dez governadores opositores representou o fim do mais longo período de centralização administrativa da história republicana. Milhares de pessoas banidas de cargos de relevo no serviço público ou opositores moderados ou não chegariam ao poder ou a ele retornariam, como foi o caso de Leonel Brizola, Tancredo Neves, Franco Montoro, Darcy Ribeiro e Mário Covas.

Meus direitos políticos foram suspensos a partir de 1969. Resolveram, então, que eu não podia votar durante dez anos. De início resolveram até que eu não podia trabalhar em nenhum jornal, revista, rádio, televisão ou exercer o magistério. Mas essa grosseria maior durou pouco. Foi revogada. Seja como for, esgotados os dez anos, entendi que, automaticamente, recuperaria os direitos perdidos. (...) Juro ter imaginado que decorridos os dez anos, meus direitos me voltavam às mãos, como volta a liberdade a quem cumpriu sentença num cárcere. Mas não (...) para a justiça eleitoral é como se eu nunca tivesse existido. Meu nome foi extirpado da lista, como se eu tivesse morrido. (...) No dia da eleição, fiz ver ao juiz que eu não tinha estado ausente. O voto é que se ausentara e mim. Não tinha aviso descaso de minha parte. O voto é que se ausentara de mim, desdenhoso. E de que enfermidade podiam me acusar, a não ser de uma catalepsia falsamente induzida pela Lei de Segurança Nacional, uma mortezinha civil com data marcada, uma eternidade de meros dez anos? (...) Mas não há de ser nada, pensei, ao voltar para casa com meu voto no bolso. Afinal de contas, fiquei na boa companhia dos eternamente cassados, dos que são considerados sempre penetras, dos barrados na porta, dos milhões que não votam porque não sabem ler nem escrever (CALLADO, 2017, p.241-242).

Para Callado, o restante do ano de 1969 passou a ser de depoimentos e discussões sobre a legalidade das acusações que o governo Costa e Silva lhe imputava. Em 31 de julho, a manchete “Aeronáutica interroga Callado” dá conta de que o jornalista prestava esclarecimentos em Inquérito Militar, cuja acusação versava sobre a publicação das duas crônicas no *Jornal do Brasil*, em 1967, consideradas ofensivas à Lei de Segurança Nacional.

Figura 2: Notícia no *Correio da Manhã* - junho de 1969 sobre processo contra Callado



Fonte: Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

A defesa³⁷ de Callado baseava-se no princípio básico do Direito Penal - a irretroatividade da lei³⁸, uma tese que ao final foi considerada vencedora - em 26 de setembro, a página 4 do Jornal do Brasil trazia a notícia *Justiça Militar absolve Antônio Callado* das acusações de supostamente seus textos políticos terem teor subversivo, ofendendo a segurança do Estado. A inocência estava provada, mas seus direitos políticos continuariam cassados por dez anos.

Em 1970, órgãos de repressão foram criados e devidamente montados pelo Exército, como por exemplo, o DOI-CODI³⁹ (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) – base da estrutura da repressão política no Brasil e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). O propósito era o de “combater o perigo comunista”

Na virada da década, Callado continua a trabalhar no Jornal do Brasil, agora como repórter especial e correspondente internacional na França – afinal, tratar sobre política nacional no Brasil durante a ditadura havia sido muito desgastante tanto para o jornalista quanto para o veículo, haja vistos os acontecimentos da década anterior. A solução momentânea para a continuação do desempenho de suas atividades jornalísticas com mais liberdade encontrada pela direção do JB parece ter sido transferir Callado para a França.

Sobre o Chile, relatou em crônica a experiência democrática do governo de esquerda de Salvador Allende, três anos antes do golpe que instalaria Pinochet e a ditadura no país vizinho. De Paris, escrevia sobre o processo eleitoral na França, sobre o cinema político de denúncia de Costa Gavras, produzia crítica de livros, como o de memórias de Charles De Gaulle. Quando o Suplemento do Livro⁴⁰ passou a circular no último sábado de cada mês, em janeiro de 1971, Callado passa também atuar como crítico literário, até o fim de 1974, ano em que se aposenta das redações, decidido a viver apenas da literatura.

Na mesma época, em paralelo, passa a colaborar como articulista também no jornal semanal *Opinião*, veículo alternativo e de oposição lançado em 23 de outubro de 1972, cuja proposta era abordar questões sociais e políticas por meio de análises econômicas, cultura, comportamento, além de matérias originalmente publicadas no *Washington Post*, *Le Monde*, *The*

³⁷ Callado foi defendido pelo advogado Carlos Eduardo Lins e Silva

³⁸ Ou seja, a lei penal não retroage, salvo para beneficiar o réu. Uma lei nova não pode voltar ao passado, não considerando situações já consolidadas na vigência da lei anterior.

³⁹ Entre 1970 a 1973, período de atividade máxima deste órgão, o número de pessoas vítimas chega a 70, assim como são intensificados os casos de “desaparecimentos”, que sobem para 47

⁴⁰ Os anos 1950 e 1960 foram extremamente férteis na produção cultural do país, que desfrutava de um período democrático e desenvolvimentista. São desta época os primeiros suplementos literários dos grandes jornais diários, que deram origem aos cadernos de Cultura (LORENZOTTI, 2007). No caso do Suplemento no qual Callado publicava críticas nesta época, consistia em um caderno especial, desdobramento do caderno B.

Guardian, *New York Review of Books* etc. A ideia era também trazer reportagens interpretativas, que procurassem correlacionar os fatos, enquadrando os eventos em seu contexto mais amplo.

Opinião, até o número 24 foi de 28 mil para perto de 38 mil exemplares vendido. *Veja* estava vendendo pouco mais de 40 mil nas bancas e *Visão*, nas bancas, vendia pato de 10 mil. A redação de *Opinião* chegou a ser uma das maiores do país, em termos de esforços mobilizados a favor dela. Fora do país, era um negócio maior ainda: tinha o Robert Kennedy mando entrevistas, tinha essas grandes publicações estrangeiras cedendo direitos de opinião pro *Opinião*, só porque *Opinião* resistia à censura (AZEVEDO, 2011, p.20).

Conforme pontua Kucinsky (1991, p.261), o jornal derrubou o preconceito da classe jornalística da época quanto ao caráter artesanal e dogmático da imprensa alternativa. Foi um veículo influente e, por isso mesmo, teve problemas desde o início com a censura. Callado fazia parte do corpo de colaboradores⁴¹ e escreveu sobre temas sobre os quais tinha a propriedade para discorrer sobre, como na edição de estreia, em novembro de 1972, quando publicou artigo sobre o fim da guerra do Vietnã.

Callado, que já havia produzido reportagem em 1968 sobre a força e resistência do pequeno país do Sudeste asiático contra o gigantismo dos EUA e que, desde 1930, repelira outros invasores (chineses, japoneses, ingleses, franceses), refletia desta vez em artigo sobre o caráter disruptivo do conflito. Para ele, a Guerra do Vietnã ampliou o “campo do possível” (foi a primeira a ser transmitida pela TV, por exemplo), provocou questionamentos sobre a hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, além de abordar, com fina ironia, sobre as consequências da guerra para a própria nação norte-americana: “Além do dinheiro investido nas crateras do Vietnã, quem há de calcular o dinheiro americano a ser gasto com os analistas, com os psiquiatras, com os doutores em Ciências Ocultas que a guerra fez brotarem como cogumelos em solo americano?”. (CALLADO, 1972)

Em fevereiro do ano seguinte, já sob a aura de escritor especialista na questão indígena, por conta do grande sucesso de *Quarup* no Brasil e no exterior, publicou na página quatro um artigo sobre o trabalho dos irmãos indigenistas Villas Boas no norte do estado do Mato Grosso, em busca da tribo *Kreen-Akarores* ou Panarás. Sob o título “A extinção das tribos de Vilas Boas”, mereceu destaque na capa da edição número 15. A questão voltará a ser tratada no jornal na edição número 30 de junho, quando por meio de resenha crítica avalia um livro sobre tribos no Brasil e minorias do interior de Santa Catarina. Callado evoca *Tristes Trópicos* de Lévi-

⁴¹ Também faziam parte do Conselho de colaboradores do jornal Antônio Cândido, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado e Alceu Amoroso Lima.

Strauss para tratar dos horrores cometidos contra os índios e se valeu do espaço para mais uma vez tecer críticas à incompetência e falta de vontade política do governo militar quando o assunto era tratar das demarcações de reservas indígenas.

1.4 O Regime à espreita: o dossiê nº 1948

Pouco mais de um mês após a deposição de João Goulart, o jornalista e deputado federal Márcio Moreira Alves⁴² expressou em artigo publicado no *Correio da Manhã* a perplexidade com que as classes mais letradas assistiam aquele momento de imprecisão que o Brasil atravessava: “A insegurança continua a ser a mesma entre os intelectuais brasileiros nessa fase de pós-revolução indefinida que atravessamos. Não existem critérios fixos para o expurgo ideológico. A fluida classificação de esquerdista pode ser a guilhotina para qualquer um”.

Pensar diferente, discordar da ideologia da então nascente ditadura militar era uma ousadia que implicava automática transformação de qualquer cidadão em sujeito subversivo, em perigoso inimigo e ameaça à segurança e aos interesses do Estado. E para mapear e rastrear os reacionários, o novo governo não poupou esforços nem recursos.

Logo nos primeiros meses após o golpe, foi montado um aparato oficial institucional que não perscrutou apenas a imprensa, mas cuidou também de monitorar diversos setores da sociedade – igreja, universidades, movimentos sociais, estudantes, profissionais liberais - que foram vigiados e tiveram documentos arquivados sobre suas vidas privadas e profissionais. Todo esse material era cuidadosamente produzidos por um bem organizado *bureau* que agia como serviço secreto acima dos estados e do Congresso e que, diferente dos serviços secretos de outros países como CIA ou KGB, não se subordinava ou prestava contas a nenhum tipo de instituição, apenas ao presidente da República⁴³.

⁴² Foi redator e repórter no *Correio da Manhã* e se tornou amigo de Callado. Ganhou um prêmio Esso (1957), foi eleito deputado federal pela Guanabara em 1966 pelo MDB. Era adversário do governo Goulart, tendo apoiado o golpe de 31 de março nos primeiros dias, voltando-se contra este a partir da edição do AI-1. Em 2 de setembro de 1968, fez um discurso na Câmara protestando contra a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar. O tom radical do seu discurso e a não aceitação da Câmara do pedido de cassação de seu mandato, encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, serviu como estopim para a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro daquele ano. IN *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁴³ GASPARI, E. **Ditadura Envergonhada**: Rio de Janeiro: Pioneira, 2014.

Um ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático. Assim com bem definiu na época o jornal *Correio da Manhã*⁴⁴, o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da presidência da República criado⁴⁵ para coordenar nacionalmente as atividades de informação e contrainformação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional, segundo o ponto de vista do Regime.

Capitaneado pelo general Golbery do Couto e Silva, com o tempo passou a reunir também os serviços secretos do Exército, Marinha, Aeronáutica, uma parte da Polícia Federal, além das delegacias de Ordem Política e Social. Eles investiam na microfilmagem de seus arquivos e ainda guardavam boa parte dos originais em papel. Pelo menos uma vez por ano, os órgãos arquivadores produziam inventários de seus arquivos, que transitavam por escaninhos oficiais até serem, por fim, arquivados⁴⁶.

É importante lembrar que no Brasil, os órgãos de informação não apenas recolhiam elementos, mas também integravam o sistema repressivo ao fornecer “dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.”⁴⁷

Mesmo antes de abril de 1964 e da posterior aparelhagem dos órgãos de informação institucionais da ditadura, os passos do jornalista Antônio Callado já eram controlados por órgãos oficiais de Estado. No final dos anos 50, seu posicionamento como jornalista defensor da liberdade de expressão e contrário a práticas típicas de regimes ditatoriais o credenciavam a ser um intelectual a ser vigiado. Sete anos antes da deposição de João Goulart, um dossiê passava a elencar os registros de uma vigilância acerca de suas atividades profissionais, como revelam os documentos dos arquivos das polícias políticas⁴⁸.

⁴⁴ O Editorial de 13 de junho de 1964 criticava a criação do órgão. Pouco mais de um mês antes, o jornal já questionava as intenções da criação do novo órgão pelo presidente Castello Branco em outro editorial sob o título “FBI ou DIP?”, em uma alusão ao Departamento de Informação e Propaganda, órgão de repressão e espionagem vigente durante o governo Vargas.

⁴⁵ Em um primeiro momento o SNI, criado pela Lei nº 4.341/64 herdou a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que foi oficialmente o primeiro serviço secreto, criado em 1946 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Era vinculado ao Conselho de Segurança Nacional. O SNI era bem dotado de meios e recursos, ao qual se vinculavam agentes e órgãos de busca de toda espécie, tendo chegado a um efetivo de mais de seis mil pessoas em 1982.

⁴⁶ FIGUEIREDO, L. **Lugar nenhum:** militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁴⁷ FICO, C. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 105.

⁴⁸ O dossiê de “Antônio Carlos Callado” era o de número 1948. O mais antigo registro em seu nome consiste em uma ficha contendo resumo de uma matéria publicada em junho de 1957, quando o jornal *Imprensa Popular*, vinculado ao Partido Comunista, publicou que Callado, por ocasião da visita ao Brasil de Craveiros Lopes,

No Rio de Janeiro, obtivemos as evidências da vigilância das atividades pessoais e profissionais de Antônio Callado por parte do regime militar junto aos arquivos de dois setores: Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) e Departamento de Investigações Especiais (DGIE), atualmente sob a tutela do Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). A documentação faz parte do fundo “Polícias Políticas do Rio de Janeiro”⁴⁹.

O acervo engloba correspondências de outros órgãos de informação. Foram levantadas referências ao nome de Antônio Callado em pedidos de busca, sindicâncias, inquéritos, relatórios, prontuários, informes, notícias de jornais, entre outros. Pesquisa semelhante em busca destes “rastros” também foi empreendida junto ao Arquivo Público de São Paulo (APESP), detentor dos arquivos do DEOPS⁵⁰, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. No entanto, a maior parte dos achados concentrou-se na capital carioca, então epicentro do jornalismo impresso brasileiro.

Com a deposição de João Goulart, o jornalista passa a noticiar os atos autoritários da ditadura, cassações, prisões e torturas, denunciando-os jornalisticamente. Callado conhecia a intervenção dos Estados Unidos na política continental e participou de vários protestos políticos, na condição de cidadão, como durante a conferência da OEA, em 1965. Esses atos colocaram-no em oposição ao regime militar⁵¹ e deflagraram a intensa produção de documentos sobre Callado, como a certidão expedida pela 10ª Vara Criminal da Guanabara quanto ao recebimento do

presidente de Portugal (então sob ditadura salazarista) assinou um “manifesto dos intelectuais brasileiros aos seus colegas portugueses, há muito privados da liberdade de expressão”. A pesquisa de campo para coletar as informações foi realizada em julho de 2017, no Arquivo Estadual do Rio de Janeiro.

⁴⁹ São documentos que integravam o arquivo ativo destes órgãos e relatavam as atividades rotineiras de investigação, controle e repressão à imprensa, movimentos estudantis, grupos ideológicos e partidários, artistas e sindicalistas. São cerca de 120 mil prontuários, três mil pastas agrupadas em 58 setores, 2,5 milhões de fichas e centenas de códices. Os dossiês, organizados fisicamente em pastas setores, contém comunicações, informes, informações, processos de investigação, correspondência de outros órgãos de informação, boletins, termos de declaração, fotografias, fichas, depoimentos, documentos apreendidos, identificação de ativistas considerados subversivos e recortes de jornais. Realizamos a pesquisa de campo e coleta destes documentos em julho de 2017 (RJ) e outubro de 2019 (SP).

⁵⁰ O DEOPS/SP foi criado em 1924, época de agitações políticas e crise social, para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. De simples delegacia, tornou-se um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo. A extinção do DEOPS em 1983 ocorreu na esteira das eleições diretas para governador e o seu arquivo passou para a guarda da Polícia Federal e transferido para o APESP em 1991. O arquivo do DEOPS é formado por aproximadamente 3.5 milhões de documentos, 1.538.000 fichas, 149.917 prontuários e 9.141 “dossiês” de pessoas, partidos políticos, empresas e movimentos sociais de interesse dos órgãos de repressão. O acervo do DEOPS veio das suas delegacias especializadas e o acervo é composto por três arquivos: o Arquivo Geral, o Arquivo da Delegacia de Ordem Social e o Arquivo da Delegacia de Ordem Política.

⁵¹ KOSHIYAMA, A.M. Antônio Callado: jornalismo para a cidadania. IN MELO J.M. (organizador) **Imprensa Brasileira: personagens que fizeram a história**, volume 4. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, São Bernardo do Campo, 2009, p. 63.

Inquérito Policial Militar (IPM), que apurou sobre o protesto que culminou na prisão⁵² e indiciamento do jornalista e de outros sete intelectuais que protestaram na frente do Hotel Glória contra a repressão imposta pelo governo do general Castelo Branco, empunhando faixas e aos gritos de “abaixo a ditadura” e “viva a liberdade”.

Figura 3 – Capa do prontuário de Antônio Callado, após prisão por manifesto durante reunião da OEA no Rio de Janeiro, em 1965.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANO DE REGISTRO

Nome: ANTONIO CARLOS CALLADO

Nacionalidade: Brasileiro
Naturalidade: São Paulo
Filho de: Maria Callado
e de: CARLOS AUGUSTO CALLADO
Idade: 27 anos. Nascido em: 24 de Junho de 1938 em São Paulo
Estado Civil: Casado. Instrução: Superior
Profissão: Jornalista
Residência: R. Pádua de Albuquerque, 117, Lapa
Muito: Viação em São Paulo

Notas Crimológicas

Culpa: _____ Crime: _____
Classe: _____ Tipo: _____
Sentença: _____ Como: _____

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura: 1,70 m
Frente: Alta
Largura: _____
Palmeiras: _____
Nariz: Direto
Dentes: _____
Olhos: _____ Língua: _____ Queixo: _____ Orelhas: _____
Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens: _____

Assinatura do Identificado: *Antônio Callado*

Identificado em: _____ de _____

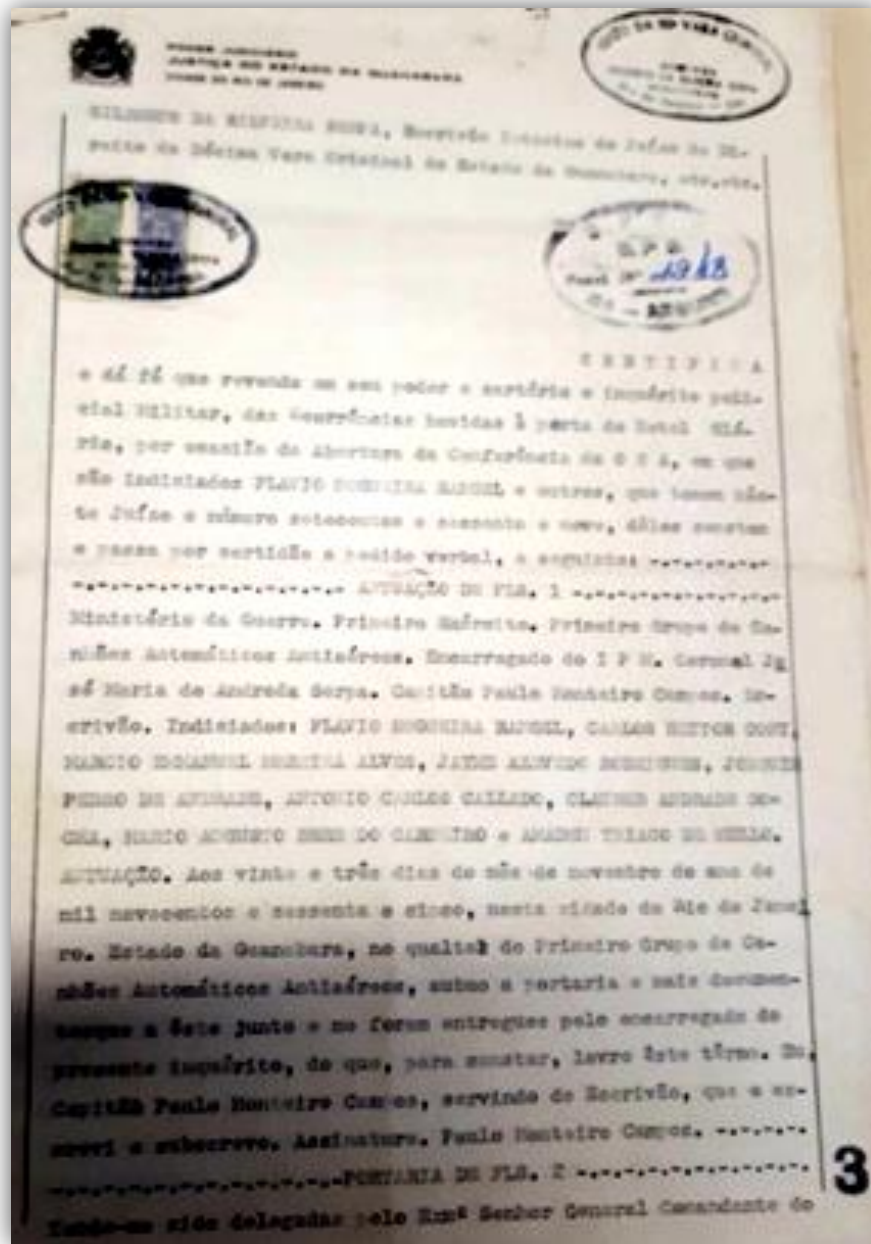
Identificado: _____

Participante no 1º IPM em 24/6/65 em São Paulo
Tel. Santa 21995

Fonte: APERJ.

⁵² Callado ficou detido no Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca.

Figura 4- IPM da 10ª Vara Criminal da Guanabara sobre o protesto na reunião da OEA.



Fonte: APERJ

Além de Callado (mentor da manifestação em frente ao Hotel Glória), o IPM indiciou também o cineasta Glauber Rocha, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, o jornalista Marcio Moreira Alves, o poeta Thiago de Mello, o embaixador Jaime Rodrigues, o diretor de teatro Flávio Rangel e o diretor de fotografia Mário Carneiro, por afrontarem o artigo 40 da Lei de Contravenções Penais ao provocarem “tumulto ou portar-se de modo inconveniente ou

desrespeitoso, em solenidade ou ato oficial, em assembleia ou espetáculo público”, cuja pena previa prisão simples de 15 dias a seis meses ou multa. Callado dividiu cela com Cony e Glauber por quase um mês⁵³. A repercussão da prisão de tão representativos artistas ganhou repercussão, inclusive, internacional. No ano seguinte, a acusação foi arquivada.

Antes desta prisão, contudo, artigos opinativos publicados, na grande mídia e/ou em jornais alternativos incomodavam os militares, que acompanhavam e registravam em resumos/históricos (marcados com o carimbo “segredo”) a cronologia destes textos e suas temáticas-chave como o texto “Meios de dissolver o Exército” (artigo de novembro de 1964, publicado no alternativo jornal *Brasil em Marcha*). Outras movimentações do jornalista eram cuidadosamente registradas, como supostas assinaturas de manifestos (a favor da UNE, contra a intervenção dos EUA no Caribe (participação refutada por Callado, em depoimento posterior, em 1969), pela liberdade do editor Ênio da Silveira⁵⁴, preso sob acusação de ter escondido o ex-governador de Pernambuco deposto pelo regime, Miguel Arraes) comparecimento a atos como passeatas e comícios, reuniões e viagens. Nestes levantamentos, os responsáveis pelos arquivos se referem a Callado como “comunista” e “figura representativa da esquerda brasileira”.

Um mês depois de o golpe completar dois anos, um levantamento de maio de 1966 do Ministério da Segurança Pública dava conta de que o jornalista já tinha pastas em seu nome arquivadas em pelo menos cinco diferentes setores de vigilância e monitoramento oficial.

⁵³ Durante o tempo em que estiveram presos, Callado, Cony e Glauber criaram simultaneamente três obras maestras: os romances *Quarup* (Callado), *Pessach: a travessia* (Cony) e o filme *Terra em Transe* (Glauber), que seriam todas finalizadas e lançadas em 1967. Cony começou os primeiros capítulos de seu romance, Callado tocou os derradeiros capítulos do seu, Glauber burilou o roteiro e adiantou os diálogos do filme. IN AUGUSTO, S. *Carlos Heitor Cony era remanescente dos Oito do Glória*. Disponível em <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral/carlos-heitor-cony-era-remanescente-dos-oito-do-gloria,70002147417>

⁵⁴ Editor proprietário da editora Civilização Brasileira, cuja prisão por nove dias em maio de 1965 provocou um manifesto assinado por cerca de mil pessoas ligadas à produção cultural. Como lembra Alexandre Stephanou (2001, p.215-227) a prisão objetivava intimidar o editor, que era membro do partido comunista e foi responsável pelo lançamento de vários autores de esquerda no Brasil e também de estrangeiros. Considerada uma referência do debate político, a Editora Civilização Brasileira além de ser exemplo de resistência ao governo militar, formulou projetos importantes no meio editorial brasileiro. Callado teve vários livros editados pela Civilização Brasileira como “Assunção de Salviano”, “Quarup”, “Vietnam do Norte: aviso aos invasores”, “Bar Don Juan” e “Forró no Engenho Cananea”. No ano 2000, a editora foi incorporada ao grupo editorial Record.

Outra ficha no dossiê se refere ao pedido de desligamento da ABI em 1968, por discordar frontalmente da manifestação de deferência da agremiação ao regime autoritário⁵⁵. O fato constou em mais uma ficha no dossiê do jornalista.

Figura 7 – Registro sobre carta de desligamento da ABI após homenagem à Costa e Silva, em 1967.

INTERVENÇÃO DAS ARMAS ARMADAS.

C A L L A D O - ANTONIO
Escritor e Jornalista

Reunião Secreta - - -

Enviou carta ao Presidente d A.B.I. solicitando seu desligamento do Conselho Administrativo da A.B.I., por não concordar com a homenagem prestada ao Presidente COSTA E SILVA
B.R. 29 de 9.4.68 vol 67

C A L L A D O - Antonio Carlos
Filho de Dario Callado e Edith Pitanga Callado, nascido em 26/01/1.917. (VIDE VERSO)

SETOR	PASTA	DOSSIER	FOLHAS
VIDE O PRONTUARIO Nº 1.948			

Em, 09 06 / 1975 Func. Carlos.

Fonte: APERJ

⁵⁵ Em que pese a imagem da ABI como órgão de luta pela democracia e de resistência, a historiadora da UFF Denise Rollemberg sustenta que em vários momentos dentro dos próprios quadros da entidade houve diretores que colaboraram e outros que tentaram impedir o alinhamento da entidade no campo da oposição à ditadura militar. A autora lembra que em determinados momentos da história, as forças da sociedade não atuam exclusivamente em campos bem delimitados e sim na ambivalência, entre apoio e rejeição – o que o historiador francês Pierre Labourie denominou (inspirado por Primo Levi) de “zona cinzenta”. Assim, “se a ABI denunciava as prisões de jornalistas, perseguidos por suas ideias, atuava para que fossem libertados, mantinha relações com os governos militares, os celebrava em homenagens, banquetes etc., e identificava-se com valores e princípios que os definiam. Durante a ditadura e depois do seu fim, muitos que estiveram no campo da resistência democrática argumentaram que esta duplicidade fora um recurso para combater o regime por dentro”. IN ROLLEMBERG, D. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). IN Aarão Reis, D.; Rolland, D. (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96).

Na madrugada dos primeiros dias de janeiro de 1969, preso em casa pelo Exército, o jornalista foi levado à sede do Batalhão de Infantaria Blindada, no bairro de São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro. O interrogatório deu origem a um depoimento escrito, tomado pelo Coronel Ernany Airosa da Silva, presidente do inquérito, lavrado em mais de cinco páginas pelo escrivão, o Tenente Raul Faillace Carvalho de Souza.

Figura 8- Termo de inquirição por ocasião da segunda prisão de Callado, janeiro de 1969.

Batalhão de Infantaria Blindada.

Termo de inquirição na forma abaixo de ANTONIO CARLOS CALADO;

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, no Batalhão de Infantaria Blindada, situado na Avenida Bartolomeu Gusmão, quinhentos e oitenta e cinco, São Cristóvão, onde se achava presente o Coronel do Exército- Ernany Airosa da Silva Presidente deste inquérito, comigo escrivão de seu cargo, anteriormente nomeado- Tenente do Exército Raul Faillace Carvalho de Souza, af PRSENTE- ANTONIO CARLOS CALADO, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, com cinquenta e dois anos de idade, casado, jornalista, residente à rua Aporana, cento e quarenta e três, apartamento quatrocentos e quatro, telefone tr, digo, dois sete, quatro - uij, nove nove, filho de Dario Calado e de Edith Fintanga Calado, de cor branca, trabalhando no Jornal do Brasil do Estado da Guanabara, o qual, as perguntas que lhe foram feitas, RESPONDEU: Que, em meados do ano de mil novecentos e sessenta e três, o declarante começou a trabalhar no "Jornal do Brasil" como redator e editoralista; Que, os artigos publicados no Jornal, de autoria do declarante, são lês sempre assinados com o nome de "Antônio Calado", não usando pseudônimo de qualquer espécie; Que, a função específica do declarante, no jornal, é editorialista, digo, editorialista; Que, em princípio de mil novecentos e sessenta e cinco, afastou-se do Jornal do Brasil a fim de trabalhar no Correio da Manhã, onde trabalhou alguns meses como redator-chefe; Que, após haver se retirado do Correio da Manhã, ficou sem trabalhar em qualquer outro jornal durante cerca de catorze meses, com a finalidade de escrever seu romance intitulado "Quarup"; Que, após isto, voltou para o Jornal do Brasil, em meados de mil novecentos e sessenta e sete, onde continua exercendo as funções de redator e editorialista; Que, se afastou do Jornal do Brasil para exercer o cargo de redator-chefe do Correio da Manhã, em virtude de receber maior remuneração; Que, a sua retirada do Correio da Manhã, foi em consequência da demissão do redator HEITOR COLI, em qualquer consulta prévia ao declarante; Que, Heitor Coli era responsável naquela época, por uma coluna assinada; Que, o declarante foi colaborador do jornal - "BRASIL EM MARCHA" de propriedade, segundo consta, digo, segundo consta ao declarante, do senhor MICHAEL KERNHANTOVSKY, de nacionalidade de polonês; Que, o declarante chegou, digo, fêz a entrega de alguns artigos de sua autoria ao proprietário do jornal, na Praça Sacerdote do Correio, em um edifício onde fica situado um Centro Comercial; Que, o declarante admite que a impressão do jornal fosse feita nas oficinas do Correio da Manhã ou Tribunal de Imprensa; Que, o declarante de seja esclarecer que a impressão de um jornal em oficinas de outro, são procedimentos normais; Que, o declarante chegou a entregar ao proprietário do jornal "Brasil em Marcha", cerca de dez colaborações, as quais foram remuneradas; Que, FIRMADO EM CARRÃO

Fonte: APERJ.

No depoimento, os militares questionam Callado sobre o nível de relação de amizade com o deputado Márcio Moreira Alves (os dois haviam sido colegas desde os anos 50 no Correio da Manhã e Callado o ajudou ativamente durante a campanha eleitoral), o frequente recebimento

de livros vindos da *Casa de las Américas*⁵⁶, de Cuba, (onde sua peça “Pedro Mico” havia sido encenada anos antes), sobre sua presença em manifestações, sobre artigos assinados em jornais alternativos, sobre a intervenção da URSS na Hungria e Tchecoslováquia, se era a favor da UNE, se conhecia o “esbanjamento” e a origem do dinheiro da União Nacional dos Estudantes.

Callado era objetivo nas respostas durante os interrogatórios. Ao ser inquirido sobre sua opinião a respeito do governo Costa e Silva, disse: “Até o dia 13 de dezembro de 1968 era um prosseguimento do governo Castelo Branco. Mas a partir desta data, foi na realidade a instituição de uma ditadura”. E, ao ser perguntado sobre os movimentos estudantis, procurou ser cauteloso sem, contudo, deixar de pontuar certa crítica, não direcionada especificamente aos militares, mas ao conjunto de governantes do país: “os movimentos não são exclusivos no Brasil, mas sim parte de um movimento de rebeldia e impaciência dos jovens de todo o mundo e que no Brasil, tem a justificativa do descaso com que sucessivos governos têm encarado o problema fundamental da educação no Brasil”.

Como continuação do depoimento, Callado foi instado a assinar uma declaração de bens, na qual é obrigado a listar e pormenorizar o que possuía à data – uma casa, um apartamento, um carro, algumas obras de arte (de Cândido Portinari- seu amigo – e de Guignard), letras de câmbio, quatro mil cruzeiros novos em conta corrente no banco e até mesmo “algumas joias de sua senhora”. Além disso, assim como qualquer prisão comum na época, foi fotografado e teve registradas suas impressões digitais.

⁵⁶ Instituição fundada em 1959 com sede em Havana. Tem como objetivo promover, investigar premiar e publicar o trabalho de escritores, artistas plásticos, dramaturgos, estudiosos da literatura, das artes em geral e das ciências sociais do continente americano, provendo o intercâmbio de Cuba com outros países. Disponível em www.casadelasamericas.org/casa.php

Figura 9 – Declaração de bens de Callado em 08.01.1969

DECLARAÇÃO DE BENS

NOME: ANTONIO CARLOS CALLADO

DECLAROU QUE POSSUI: Bens imóveis: Uma casa na Rua Olinto de Oliveira, 115- Laranjeiras, no valor de RCr\$80.000,00 (oitenta mil cruzeiros novos).

Apartamento em que reside, no Leblon, na Rua Aperana, 143, Aptº 404, comprado por RCr\$7.000,00 (sete mil cruzeiros novos).

Bens Móveis: Automóvel VW, 1968 - chapa GB 22-0518.

Cêrca de vinte desenhos e quadros de Fortinari, um quadro do pintor Guignard, algumas litografias de pintores estrangeiros, algumas jóias de sua senhora.

Possui em letras de câmbio, no Banco Nacional de Minas Gerais S.A., RCr\$60.000,00 (sessenta mil cruzeiros novos), parcelas já recebidas da venda da casa de Laranjeiras.

Em conta corrente no Banco Nacional de Minas Gerais S.A., possui cêrca de Cr\$4.000,00 (quarto mil cruzeiros novos).

Rio de Janeiro, GB, 08 de Janeiro de 1969

Antonio Carlos Callado
ANTONIO CARLOS CALLADO

SECRET	35	38
SECRET	35	38
SECRET	35	38

S.S.P. - D.C.I.E. - RJ.
 DATA: 1968
 38

Fonte: APERJ

Figuras 10, 11 e 12 – Frente e verso da ficha de identificação datiloscópica e fotografia de Callado, colhidas por ocasião da prisão, em janeiro de 1969.

Reg. n.º _____ Individual dactiloscópica de: _____

ANTONIO CARLOS CALLADO

Filho de DARIO CALLADO

e de EDITH PITANGA CALLADO

Nasc. a 26-01-1917 Natural d Est. Rio-Nit. Est. civil Casado Instr. Sup.

Cúlis Branca Cabelos brancos Barba Não(raspada)

Bigode Não(raspado) Olhos Cast. Escuros Alt. 1.m 74

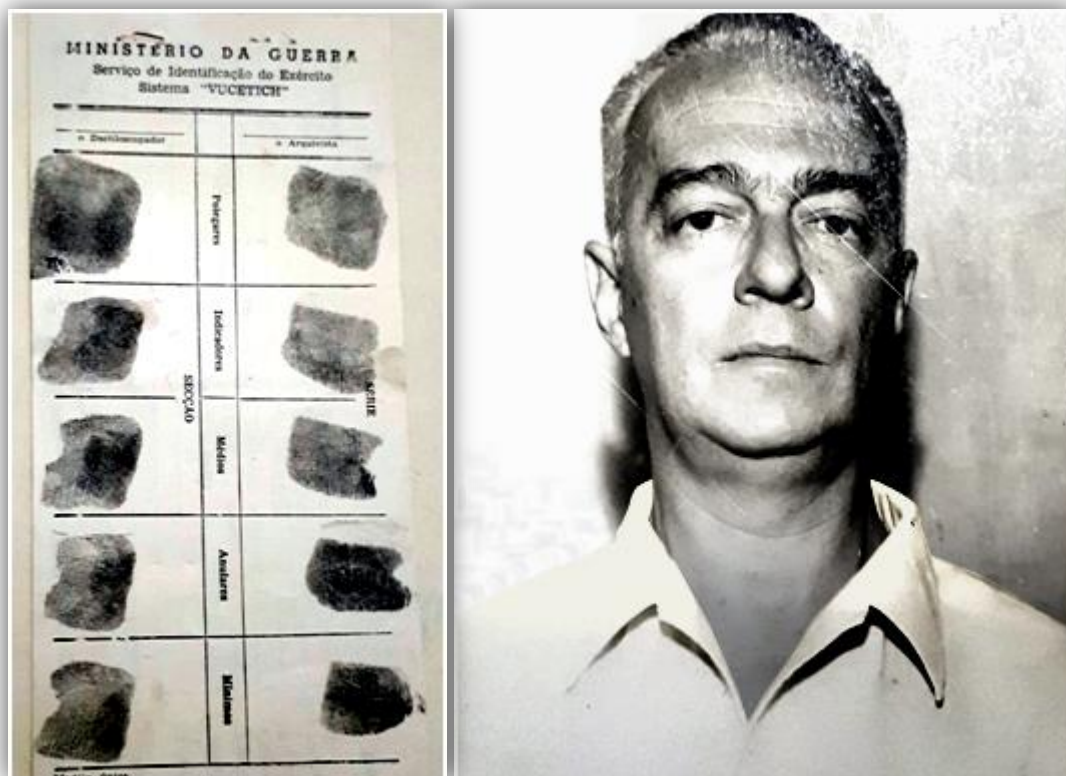
Motivo _____

Pôsto — Graduação _____

Classificação _____

Rio de Janeiro, GB., 08 de Janeiro de 19 69

Antonio Carlos Callado Identificado *[Assinatura]* Identificador



Fonte: APERJ

Passados três meses da detenção, Callado teve os direitos políticos suspensos. O ato oficial da decisão foi publicado no Diário Oficial da União, em 30.04.1969. O nome do jornalista ocupou a página número 16 de um código editado no mesmo ano pelo Serviço de Documentação

do Ministério da Justiça, em dois volumes. Em mais de 50 páginas da publicação, figura a lista com o nome de dezenas de cidadãos que tiveram mandatos políticos cassados e/ou direitos políticos suspensos pela ditadura.

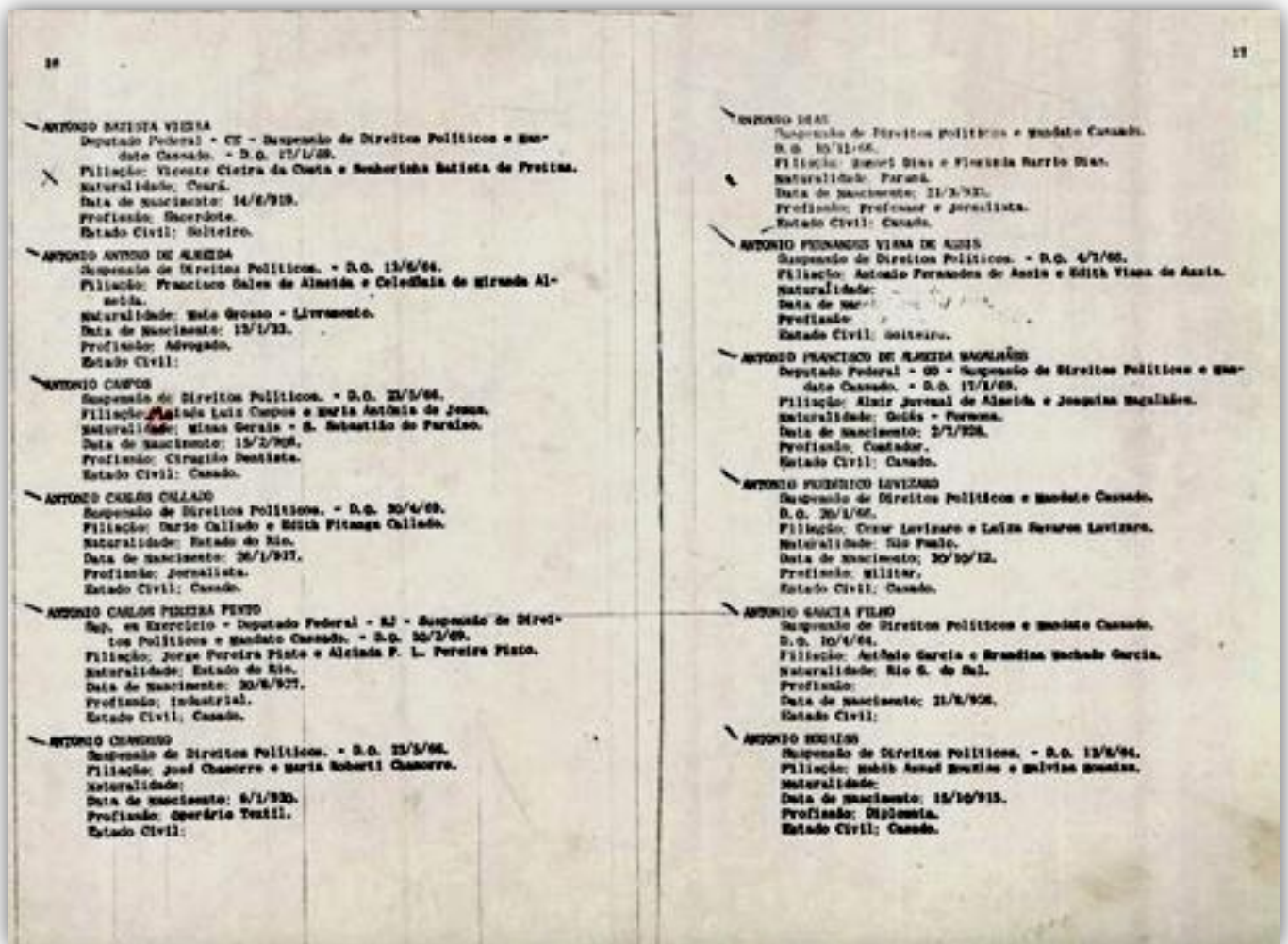
Na listagem, organizada em ordem alfabética (contendo nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, profissão, data de nascimento e estado civil) figuram cidadãos comuns - de operários e sacerdotes a profissionais liberais, como advogados, contadores, dentistas, industriais, professores, diplomatas (como é o caso do professor e filólogo Antônio Houaiss, listado na página seguinte a de Callado), além de deputados federais de diferentes estados do país, cujos mandatos eletivos foram rescindidos arbitrariamente.

Figura 13– Capa do Códice editado pelo Ministério da Justiça constando os cidadãos com direitos políticos suspensos e mandatos eletivos cassados pela ditadura militar entre os anos de 1964 e 1969.



Fonte: APESP

Figura 14 – Página do Códice editado pelo Ministério da Justiça constando os nomes dos cidadãos com direitos políticos suspensos e mandatos eletivos cassados entre os anos de 1964 e 1969. Pela ordem, Antônio Carlos Callado é o quarto nome na página 16, à esquerda.



Fonte: APESP

O que se viu nos primeiros 120 dias após o AI- 5 foi uma verdadeira onda de cassações de mandatos de opositores, de demissão de servidores militares e civis, e numerosas prisões. Até junho, tinham sido cassados os direitos políticos de 441 pessoas, entre elas os dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart, seis governadores, 55 congressistas, diplomatas, militares dissidentes, sindicalistas, intelectuais. Sem falar nas demissões e aposentadorias compulsórias de mais de quatro mil funcionários públicos e militares⁵⁷.

⁵⁷ IN <http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>

No primeiro ano da década de 70, destaca-se uma listagem do DOPS produzida a pedido do Ministério do Exército contendo nomes de jornalistas com “antecedentes comunistas” ou que atentassem “contra a Segurança Nacional”. No rol, nomes conhecidos e com vastíssimos dossiês em todas as agências especializadas. Ao lado de Callado no *Jornal do Brasil*, apareceram os profissionais José Carlos Avellar, Grizolli, José Carlos Oliveira, Miriam Alencar, Reynaldo Jardim, Derly Barreto, Carlos Lemos, Helena Bocayuva e José Wolf.

Outros jornais e respectivos jornalistas foram: *Correio da Manhã* (Zuenir Ventura, Washington Novaes, Galeno de Freitas, Sérgio Lemos, Jânio de Freitas, Oscar Araripe, Sérgio Cabral, Ana Maria Mandim, Paulo Francis e Carlos Alberto Wanderley); *Diários de Notícias* (Plínio de Abreu Ramos); *O Jornal* (Ana Arruda e Maurício Lacerda); *O Globo* (Carlos Joaquim Tavares, José Gorayeb, Aguinaldo Silva, George Cabral), *Última Hora* (Paulo da Silveira, João Etchverry, Ignácio Alencar, José Carlos e Amado Ribeiro), *Folha de S. Paulo* (Tereza Cesário Alvim); *Tribuna da Imprensa* (Pedro Muniz e Carlos Alberto de Oliveira).

Em 1971, outro documento encontrado nos arquivos do DOPS chama a atenção. “Panorama da Imprensa Brasileira” foi um relatório com origem no Centro de Informação do Exército, cujo objetivo era traçar um panorama da imprensa e dos veículos de comunicação, mencionando atividades de 21 profissionais da notícia considerados “uma ameaça comunista” ao regime àquela altura. O material, que ao todo tinha dez páginas em que se aponta a “infiltração da esquerda” na mídia, foi produzido por um jornalista – não identificado – o que corrobora o argumento segundo o qual parte da imprensa era complacente com a ditadura⁵⁸ e colaborava com a vigilância sobre veículos e profissionais considerados subversivos.

Como introdução, o *Panorama* afirmava que:

⁵⁸ Um conhecido exemplo da condescendência de certos veículos foi a ação da *Folha da Tarde*, que após o AI-5 “foi para muitos, um porta-voz, o diário oficial da Oban ao reproduzir informes do governo como se fossem reportagens feitas pelo próprio jornal”. IN, KUSHNIR, B. **Cães de Guarda- jornalista e censores: do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 340.

Órgãos respeitáveis, classificados como conservadores estão totalmente infiltrados pelas esquerdas, que assumiram papel relevante na área da comunicação social a partir da Revolução de 1964, quando as lideranças esquerdistas foram banidas do cenário político nacional e os sindicatos dos trabalhadores – que serviam aos interesses de Goulart e dos comunistas passaram ao rígido controle de governo, através do Ministério do Trabalho. Perdendo o notável instrumento político de agitação social, que representava o sindicato de trabalhadores, federações e confederações, a máquina do Partido Comunista e as esquerdas a elas aliadas voltaram suas atenções para uma área mais interessante e possivelmente mais importante em termo de formação e informação política – a área da comunicação social. Como influir nessa área Perdendo as condições de organismo de agitação de massas, o Partido Comunista transformou-se ao longo dos últimos anos numa poderosa máquina agenciadora de empregos nos jornais e revistas, ou inseridas nos jornais falados e telejornais, concluirá fatalmente pela infiltração inteligente dos comunistas e esquerdistas, que desta forma procuram influir na opinião pública, ora de maneira direta, ora de forma subliminar, atrás das entrelinhas das matérias, dos títulos das reportagens nacionais e internacionais, das colunas de assuntos especializados ou de assuntos gerais. (PANORAMA DA IMPRENSA BRASILEIRA, 1971).

O documento – que apontava “infiltração de esquerdistas” no Jornal do Brasil, Diário de Notícias, Correio da Manhã, revista O Cruzeiro, Organizações Bloch e Globo, Estado de S. Paulo é dividido em dez tópicos: infiltração esquerda na imprensa; o papel dos diretores e proprietários de veículos de comunicação social; a máquina do PC a serviço da infiltração; os comandos internos, o sistema de solidariedade entre os esquerdistas da imprensa; como dar conteúdo ideológico às matérias; picaretagem somada ao esquerdismo, financiamento de jornais por elementos cassados; o partido comunista como agência de emprego nos jornais e controle de informação; a censura do PC; outros itens.

É também de meados de junho de 1971 o informe do DOPS de número 19954, contendo um resumo de todas as acusações que pairavam sobre o jornalista - provavelmente com o intuito de municiar outros setores de segurança de Estado. O documento sustentava que o jornalista integrava a lista de colaboradores da revista Visão, “suspeito de atividades esquerdistas” e relata viagens ao exterior (Argentina, Estados Unidos e Europa) entre os anos de 1966 e 1970. É o primeiro documento que faz menção ao conteúdo de uma obra literária de Callado:

O livro Quarup de Antônio Carlos, editado em 1967 pela Editora Civilização Brasileira S/A e impressa nas oficinas gráficas Lux, é na sua realização literária e nas intenções ideológicas uma mensagem clara da subversão, com incitações à guerra civil, além de ser insidioso instrumento de ataques e desmoralização do regime instituído pela Revolução de 1964⁵⁹. (INFORME DOPS, 1971, p. 8).

⁵⁹ Informe DOPS 19954, de 21 de junho de 1971.

Figura 15- Dossiê da Divisão Central de Informações sobre Callado por conta das crônicas do JB “que atentaram contra a segurança do país”.

July 1943

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA
DIVISÃO CENTRAL DE INFORMAÇÕES

Florianópolis, SC. 22 Jun 74

1. ASSUNTO: *Dossiê*
2. ORIGEM: AMÊNIO CALADO
3. CLASSIFICAÇÃO:
4. DIFUSÃO: SIG/US
5. DIFUSÃO ANT:
6. REFERÊNCIA: Prostadria
7. ANEXO:

S.S.P. - D.C.F. - D.
D.I. - S.D. - S.A.F.
Procedência: *188*
Desempenho: *188*

1.1. AMÊNIO CALADO ou AMÊNIO CALADO, jornalista e escritor, denunciado pelo promotor José Manes Leitão de ter assinado uma série de publicações consideradas de natureza subversiva. Nos artigos, ataques contra a segurança do País, incluindo, inclusive, contra as Forças Armadas. Foi absolvido por falta de provas.

2. DADOS IDENTIFICADORES

2.1. Qualificação do nomeado.
2.2. O que constar sobre o nomeado.
2.3. Outros dados julgados úteis e relevantes.

18

Co. Anderson
J.P.P. necessariamente para o
trabalho processado pelo J.P.P.

CONFIDENCIAL

Fonte: APERJ

O último ano de trabalho de Callado na imprensa diária antes de sua aposentadoria, em 1974, também é marcado por registros de vigilância. Encontramos documentos relativos ao processo de monitoramento de suas atividades. Denunciado pelo promotor José Manes Leitão por supostamente assinar manifestos contrários ao regime e atentar “contra a segurança do país, investindo contra as Forças Armadas” em “uma série de publicações de natureza consideradas subversivas”, a acusação, no entanto, foi arquivada por falta de provas.

Quatro anos depois, ao regressar de uma viagem a Cuba (com paradas em Nova Iorque e Lima) para ser jurado de um concurso literário promovido pela *Casa de las Americas* em fevereiro de 1978, Callado, então com mais de 60 anos de idade foi preso no Aeroporto Galeão, quando prestou depoimento a um delegado da Polícia Federal.

Além de pormenorizar as datas das viagens, os nomes dos hotéis/endereços nos quais ficou hospedado em cada uma das cidades visitadas, o jornalista foi questionado sobre o conteúdo de sua bagagem, e sobre as companhias com as quais se encontrou durante os dias em que esteve no exterior, mais especificamente se esteve com exilados em Cuba. Dias depois, prestou novo depoimento sobre os mesmos fatos a um delegado da Polícia Política e Social.

Figuras 16 e 17 - Depoimentos prestados por Callado nos dias 02 e 20 de fevereiro de 1978, ambos sobre a mesma viagem a Cuba.

1948

47

SERVÍCIO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO GERAL DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS-DOIS
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL-DOIS
DEPT. DELEGACIA DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL

Data - Vinte de fevereiro de 1978

Nome e Cargo da Autoridade - Dr. ANTONIO DECARO DE BRITO FERREIRA
"Delegado-Titular"

Nome do Escrivão - Milton Gonçalves

TERMO DE - DECLARAÇÕES - DEPOIMENTO que presta

Qualidade -

Nome - ANTONIO CARLOS CALLADO.

Filiação - Pai - Doris Callado.
Mãe - Edith Pittanga Callado.

Nacionalidade Brasileira. Naturalidade RJ

Idade - 61 anos (26 / 01 / 17) Cor - branco Sexo - masc.

Profissão - jornalista e escritor Estado Civil - casado.

Local de Trabalho - não tem vínculo empregatício Tel:

Residência - Rua Apereira, 143/402-Leblon-RJ Tel: 274-0250

Documento de identidade - PAS. CA 229909

Lê - sim Escreve - sim

Contradita -

Custumes -

Compromisso Legal -

INQUIRIDO DESSE DIPO, INQUIRIDO SOBRE SUAS ATIVIDADES DURANTE SUA PERMANÊNCIA NO EXTERIO, DECLAROU: que em fevereiro saiu do Brasil no dia quinze de janeiro de 1978, com destino ao Peru, e dali seguiu para Cuba; que, foi à CUBA participante de um júri a convite da Casa de las Americas como Jurado do Ebero Literário Romancal; que desde 1970 mantém correspondência esporádica com a Casa de las Americas, através de cartas; que o depoente já há via sido convidado para participar do referido júri em 1979, e não aceitou por motivos de trabalho no Rio de Janeiro; que viajou em...

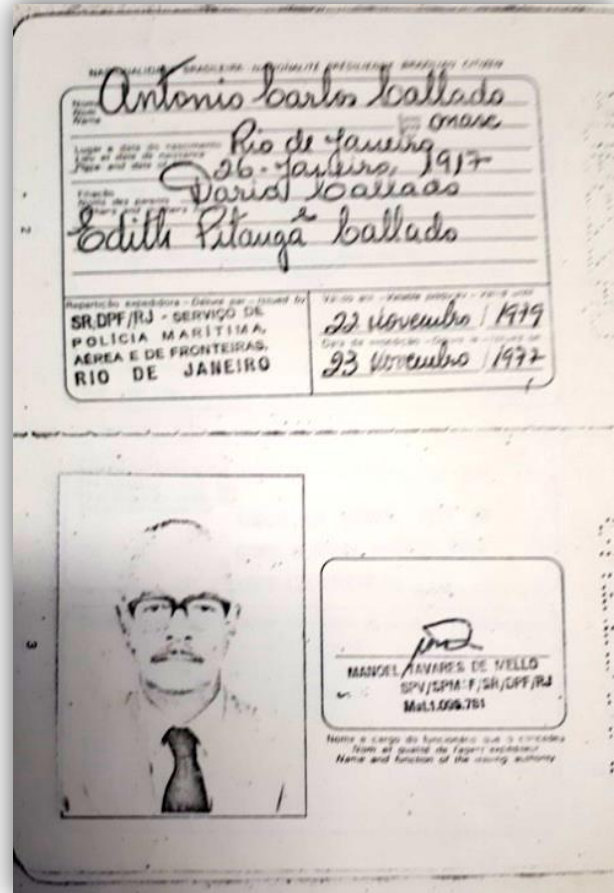
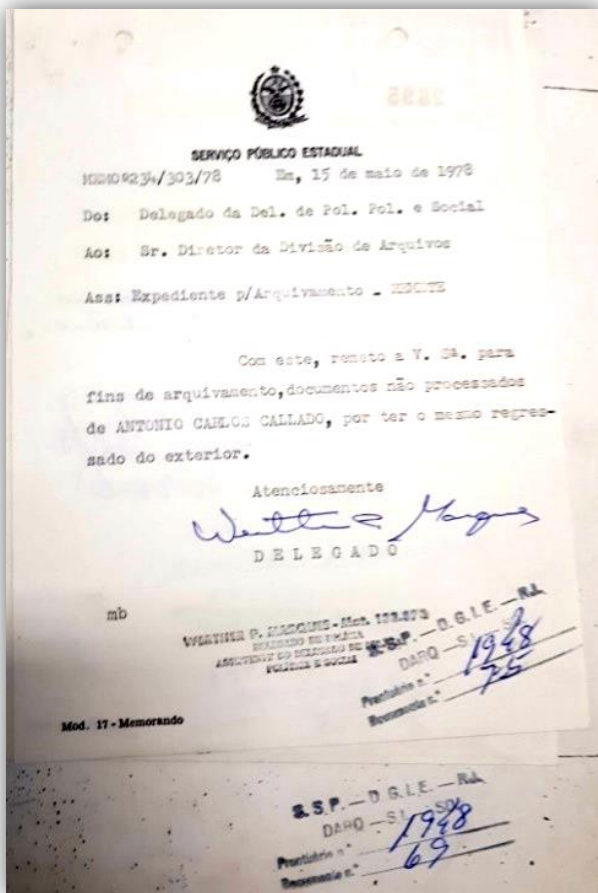
SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL
DELEGACIA DE CUBA POLITICA E SOCIAL/GR/DIA/20

TERMO DE DECLARAÇÃO que presta ANTONIO CARLOS CALLADO, na forma abaixo:

Ass vinte dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, neste Estado do Rio de Janeiro e na Delegacia de Cuba Política e Social/GR/DIA/20, presente o Delegado da Delegacia Federal, Doutor MIGUEL DE LACERDA MENDES, conselheiro, assistente de Mesa, Escrivão de seu cargo, compareceu ANTONIO CARLOS CALLADO, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, filho de Doris Callado e de Edith Pittanga Callado, nascido a 26 de janeiro de 1917, documento de identidade RG nº / 459.226, expedido pelo Instituto Nêlix Machado, Jornalista e Escritor, exercendo suas funções em sua residência, à Rua Apereira, 143 - apto. 402 - Leblon - RJ, Casado, sabendo ler e escrever. Inquirido pela autoridade policial, RESPONDEU, QUE deixou o Brasil por ter sido convidado por um Instituto de Cultura de Cuba, chamada "CASA DE LAS AMERICAS"; QUE foi convidado como Membro do Júri de um Concurso Literário; QUE deixou o Brasil no dia 15 de fevereiro, às 10h, no dia 15 de janeiro de corrente ano, utilizando o avião como transporte; QUE não destino à Cuba, e declarante passou pelo PERU, visitando, também, à Nova Iorque; QUE no PERU, permaneceu durante quarenta e oito horas, com o objetivo de adaptar o avião e a viagem à Cuba; QUE, em CUBA, permaneceu do dia dozecentos de janeiro até nove de fevereiro; QUE em NOVA IORQUE, esteve de 09 a vinte de fevereiro, com o fim de tratar de assunto relativo à correspondência que o declarante deverá fazer, naquela cidade; durante este ano ou, talvez, durante o próximo ano; QUE durante esta viagem e declarante não exercera nenhuma atividade remunerada; QUE, em CUBA, esteve hospedado no hotel HAVANA; QUE, em CUBA, hospedou-se no HOTEL HAVANA / LIMA, no quarto 2115; QUE na Província de Guanajuato, e declarante esteve hospedado, durante uma semana, no HOTEL HAVANA / LIMA; QUE, em NOVA IORQUE, o declarante hospedou-se no apartamento de sua filha com, que lê abaixo; QUE este apartamento está situado em Thompson Street 210 ap. 3 NY; QUE o declarante foi procurado, durante a sua viagem, por vários brasileiros exilados, em sua maioria, jovens, porém não se recorda de nomes e não pôde dizer a respeito de situação econômica de tais brasileiros exilados; QUE não deixou amigos, dentre os que ainda se encontram exilados; QUE face à sua situação peculiar, e declarante não tem conhecimento, diga, das condições de vida da representação Diplomática (NOVA IORQUE), de que iria regressar ao Brasil; QUE e declarante vai residir, no endereço citado em sua qualificação; QUE trouxe cartas de sua filha, de nome MARIA ANTONIA CALLADO, para a sua mãe, e o nome LIMA CALLADO; QUE trouxe ainda, cartas de sua filha...

Fonte: APERJ

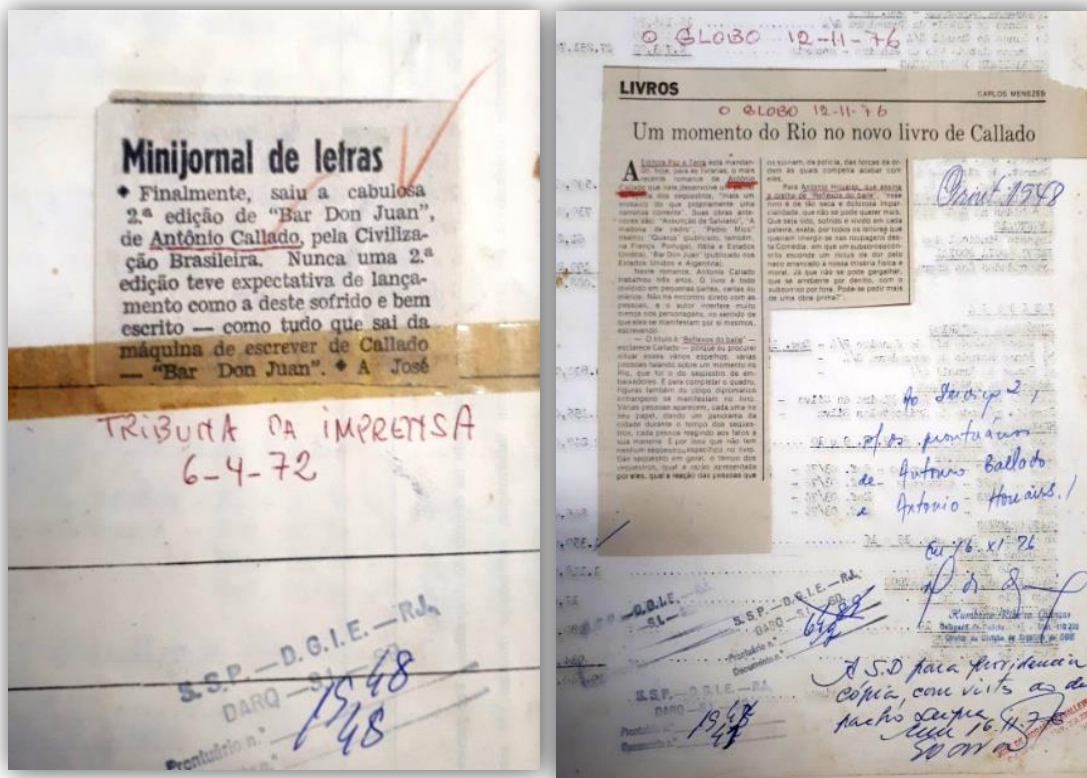
Figuras 18 e 19 - Memorando e cópia do passaporte dos anos 1970, remetidos ao Arquivo da DGIE.



Fonte: APERJ

Nem só de movimentações jornalísticas é composto o dossiê sobre Antônio Callado. Sua trajetória como ficcionista também não escapou da vigilância oficial por quase duas décadas. Um minucioso *clipping* sobre suas atividades jornalísticas e literárias - notas e notícias sobre lançamentos de seus livros de ficção, por exemplo, eram devidamente acompanhadas e arquivadas nos anos 70 do século XX.

Figuras 20 e 21- Clipping de notícias anos 1970 - O Globo e Tribuna da Imprensa sobre lançamentos literários de Callado.



Fonte: APERJ

Mesmo nos estertores da ditadura, quando o regime aparentemente já dava sinais de uma distensão “lenta e gradual” de volta à democracia, a vigilância oficial ao pensamento do jornalista continuava, com a seleção e arquivamento de matérias publicadas na mídia que se referiam à aparição do jornalista na imprensa.


Nos anos de 1981 e 1982, Callado, que há muito já era considerado um intelectual-referência, quando o assunto era refletir sobre a atualidade, especialmente temas ligados à política ou a realidade social no Brasil (*Uma consciência intelectual ante a ditadura*, como figura no título de uma das matérias) era procurado com frequência por outros jornalistas para discorrer sobre o contexto vivido pelo Brasil. Nestas oportunidades, voltava a criticar abertamente a ditadura, a falta de liberdade de expressão, a censura, a tortura e impunidade (essa última, especificamente, no caso dos militares envolvidos no atentado do Rio Centro). Estas duas entrevistas cedidas pelo jornalista ao extinto *Tribuna da Imprensa* são os dois últimos documentos constantes do dossiê número 1948.

Figura 22 – Parte do *clipping* de entrevistas concedidas à imprensa nos anos 1980 criticando a ditadura militar

8-6-81

1948

8-6-81



Antônio Callado

“O presidente foi preso e arrebitado”

Entrevista a Maria Carolina Falcone
Foto de Ricardo Coelho

“Os autores do atentado do Riocentro estão identificados. Eles próprios se apontaram e são, respectivamente, os dois militares que estavam no carro Puma, mais os chefes que os acobertam, como o Comandante do I Exército. A afirmação é do escritor Antônio Callado, ficcionista que acaba de lançar, editado pela Nova Fronteira, “Sempreviva”, ouve continua os estudos que vem fazendo da realidade brasileira, desta vez através da volta de um banido, com “contas a cobrar.” Antônio Callado, autor de *Quarup*, *Bar Don Juan* e *Reflexos do Balle* entre outros romances, considera que é “para evitar que algum membro das Forças Armadas sofra algum tipo de revanchismo, por causa das torturas que praticaram no tempo do AI-5, que se cometem agora outro lote de violência”. É claro: “Com esse episódio do Riocentro praticamente prenderam e arrebitaram o Presidente da República, que será informado dos resultados do IFM do Riocentro, se as autoridades do I Exército considerarem necessário.” Pessimista em relação aos rumos do país, Antônio Callado ressalta que, se tem esperança no futuro político brasileiro, ela está depositada em líderes como Lula e na nova Igreja Católica brasileira, “que está fazendo uma verdadeira revolução social no país.”

Callado: terroristas estão aí

AO SERVIÇO DE PREPARO E CONTROLE, P/ANOTAR E ARQUIVAR EM 06/11/81

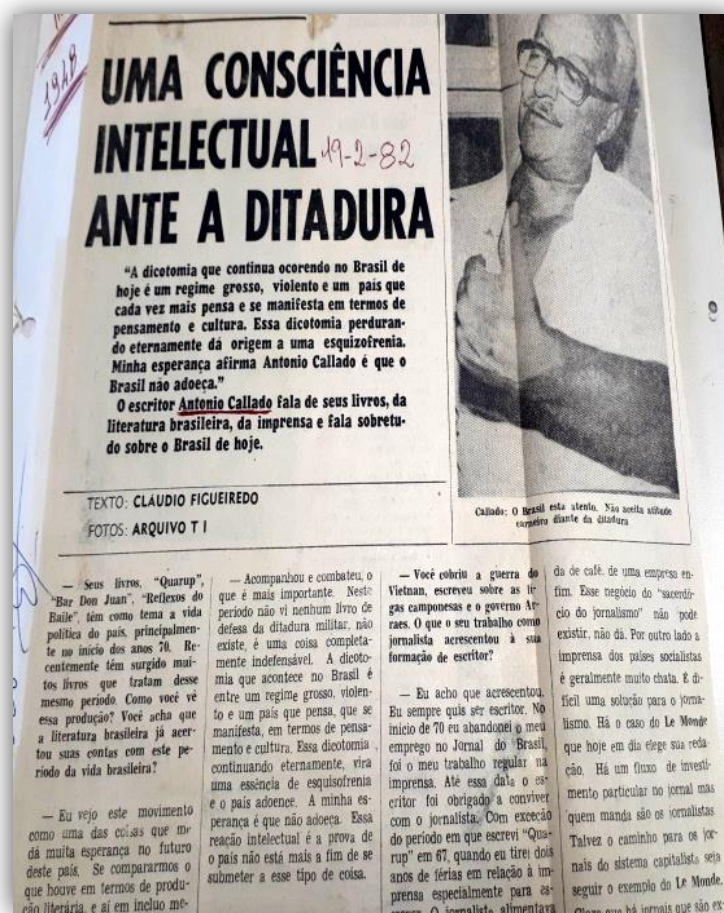
ESTIMADO SENHOR V. DE SAUSSE
DIRETOR DA DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO E MARK
SUS. 1.291.201-0

G.S.P. - D.S.I.E. - 1948

MARK - S.I. - 92

Fonte: APERJ

Figura 23 - Parte do Clipping de entrevistas dadas à imprensa no início dos anos 1980 criticando a ditadura militar



Fonte: APERJ

É provável que os documentos que chegaram preservados até os dias atuais não tenham sido os únicos produzidos durante a ditadura. Possivelmente outros tenham sido destruídos, perdidos, aplacados pelo tempo. O alto valor histórico do que chegou até aqui nos permite lançar luz e compreender como se dava o entendimento enviesado dos setores de informação e contrainformação do regime sobre intelectuais e profissionais da imprensa e o contexto da época. Tais papéis abordaram o entendimento da comunidade de informações da época e dão pistas para a formação de um quadro de parte da história da imprensa brasileira, de jornalistas opositores e de suas experiências no período 1964-1985.

1.5 Longe das redações, mas não da escrita.

Em 1975, Callado se aposenta do ofício de jornalista de redação, aos 58 anos de idade. Havia decidido deixar o Jornal do Brasil para dedicar-se integralmente à literatura e a viver exclusivamente dos frutos financeiro trazidos pela literatura – afinal, já era autor de quatro romances, um deles aclamado pela crítica e traduzido em pelo menos quatro línguas na época: *Quarup*, aclamado pela crítica especializada como o livro-síntese da década de 1960.

Quando ainda estava nas redações e em pleno governo Médici, em 1971 publicou pela Editora Civilização Brasileira o romance *Bar Don Juan*, uma crítica à chamada “esquerda festiva”, pois os personagens eram intelectuais pretensamente engajados, mas eram na verdade boêmios diletantes da zona sul do Rio de Janeiro movidos a álcool, mas que jamais conseguiam mobilizar nenhuma causa ou “mudar o mundo”.

Já fora das redações, em 1976, publicou o romance *Reflexos do Baile*, considerado por estudiosos (e também pelo escritor) uma obra superior à *Quarup*. Romance epistolar sobre a época dos sequestros de embaixadores no Brasil durante a luta armada, sua narrativa é marcada pela ausência de narrador direto: o que se lê são sempre conteúdos de cartas, comunicações pessoais, bilhetes, trechos de diário e ofícios e assim o leitor era conduzido pela narrativa. A proposta foi bem recebida pela crítica da época.

No período que vai de 1978 a 1982, Callado voltou a trabalhar na mídia, agora como colaborador semanal e cronista político. Publicava textos com impressões sobre o Brasil e o mundo na revista *IstoÉ*, nas quais refletia sobre a distensão política, a anistia e a promessa de redemocratização do país.

Na mesma época, porém, como romancista, foi convidado pela Casa das Américas de Havana para integrar em fevereiro de 1978 o júri do I Festival de Arte de Cuba, um prêmio literário que também convidara o compositor Chico Buarque e jornalista Fernando Moraes para integrar o corpo de jurados. Contudo, na volta, todos foram detidos ainda no Aeroporto Internacional do Galeão⁶⁰ (Callado e Buarque com suas famílias) por agentes da Polícia Federal, suspeitos de trazerem na bagagem livros e slides subversivos e de terem mantido contato com exilados brasileiros no exterior. Foi sua última prisão, ocorrida no mesmo ano em que o governo iniciava encontros com líderes da oposição e da Igreja para encaminhar a restauração das

⁶⁰ Chico Buarque e Antônio Callado chegaram ao Brasil em voos diferentes (TAP e Varig, respectivamente), tiveram bagagem revistada e permaneceram mais de 12 horas prestando esclarecimentos na Secretaria de Segurança, para onde foram levados. A investigação mostrou que Callado nada trouxera na bagagem, enquanto Chico Buarque trouxera alguns livros e discos. Embora tenham sido liberados, ainda tiveram que prestar novo depoimento em nova oitiva realizada dias depois, o que mereceu muita atenção da mídia.

liberdades políticas, época que ficou conhecida como início da distensão. (FAUSTO, 2002, p. 202)

Impedido de exercer a docência no Brasil pela Ditadura Militar, passou o segundo semestre de 1981 como *Visiting Professor* na Universidade de Columbia (Nova York), para lecionar dois cursos: “A imprensa no Brasil” e “Os cinco pilares da literatura brasileira” (que para Callado eram Machado de Assis, José de Alencar, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e Clarice Lispector).

Nos estertores do regime, o autor continuou com a produção de tramas literárias que abordavam o contexto político e social vigente. Em *Sempreviva* (1981), Callado contava a história de um exilado político que voltou ao Brasil clandestinamente com a tarefa justiceira de desvendar a identidade dos responsáveis pela tortura de sua mulher durante a Ditadura. Já em *Expedição Montaigne* (1982), com auto ironia e humor que lhe eram recorrentes, Callado compôs uma paródia sobre o desaparecimento e a destruição da cultura indígena e aborda o tema indígena em uma perspectiva diferente do que desenhou em *Quarup*, quase 20 anos antes.

Sua principal obra teatral, *Pedro Mico*, ganhou versão cinematográfica em 1985 dirigida por Ipojuca Pontes e estrelada pelo jogador Pelé⁶¹ que precisou ser dublado pelo ator Milton Gonçalves, o ator que deu vida ao personagem nos palcos cariocas com muito sucesso em várias montagens, a partir do final da década de 1950. No mesmo ano, lançou um novo romance, mais leve que os anteriores, uma história urbana ambientada na zona sul do Rio de Janeiro, *Concerto Carioca* (1985). Quatro anos mais tarde, mais uma obra sua é adaptada para o cinema, quando Ruy Guerra dirige *Quarup*, filme que é indicado à Palma de Ouro em Cannes.

Memórias de Aldeham House (1989) foi seu último romance, tendo como pano de fundo o cenário político da década de 40 do século XX. Narra a história de jornalistas latino-americanos que trabalham em uma rádio em Londres durante a Segunda Guerra. A trama põe em discussão os desafios vividos por cidadãos de países periféricos em sociedades hegemônicas. Aldeham⁶² é um casarão de campo à moda inglesa, construído no século XVII que na época da Segunda Guerra abrigou os escritórios e estúdios da BBC (atingidos após um bombardeio alemão). O prédio era destinado aos profissionais vindos da América Latina, como o próprio Callado, que morou na Inglaterra e trabalhou na emissora, fazendo com que a trama ganhe certos ares de autobiografia.

⁶¹ O filme trazia ainda no elenco os atores Tereza Rachel e Jorge Dória.

⁶² Atualmente, o prédio é sede de uma escola nos arredores de Londres.

Com o passar dos anos, os planos pessoais de Callado sofreram mudanças. O projeto de viver depois da aposentadoria apenas com os rendimentos oriundos da literatura precisou ser revisto. Por motivos financeiros, precisou voltar a trabalhar na mídia nos anos 1990.

Com a propriedade de ser um dramaturgo ficcionista festejado, amigo dos pintores Djanira e Cândido Portinari (sobre o qual havia escrito no passado⁶³ um ensaio biográfico), estreou como colunista cultural no jornal Folha de S. Paulo, no Caderno *Ilustrada* em 11 de abril de 1992, para a qual escreveu resenhas sobre teatro, artes plásticas e literatura. Parte deste material, 69 crônicas produzidas ao longo de quatro anos, foram reunidas no livro póstumo *Crônicas de Fim de Milênio* (1997). A última coluna de Callado na Folha foi publicada em 1996⁶⁴, seis meses antes de sua morte, em janeiro de 1997, passados dois dias de completar 80 anos.

Três anos após sua morte, a TV Globo lhe prestou um homenagem ao adaptar *A Madona de Cedro* para o formato televisivo de minissérie, escrita por Walter Negrão e dirigida por Tizuka Yamazaki.⁶⁵

No fim da vida, após uma luta de muitos anos contra o câncer, o autor que sonhava uma utopia de país mais justo estava desapontado com os rumos do país. Achava que as lideranças políticas surgidas e forjadas a partir da redemocratização foram inábeis na tarefa de alçar o país a um patamar superior, a impulsionar não apenas a economia, mas a qualidade de vida dos brasileiros. Não empreenderam as reformas sobre as quais ele tratava desde os anos 1960. Suas crônicas finais no caderno *Ilustrada* da Folha de S. Paulo emanavam esse estado de desapontamento com o fato do Brasil não deslanchar enquanto potência e, enquanto sociedade organizada, não alcançar a maturidade como nação. Em suas palavras, “o Brasil é o país que não teve infância”.

⁶³ Em 1957 publicara a biografia ensaio “Retrato de Portinari”.

⁶⁴ Segundo consulta ao acervo digital da Folha, disponível em: <http://acervo.folha.com.br/busca.do?sort=desc&page=1&decadeStatus=&jornais=1&chapter=129&keyword=callado&periododesc=11%2F04%2F1992+-+01%2F08%2F1996&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=11%2F04%2F1992&endDate=01%2F08%2F1996&days=&month=&year=&jornais=1>

⁶⁵ A atração foi levada ao ar em oito capítulos, entre os dias 26 de abril e 06 de maio de 1994, no horário das 22h30. A minissérie foi exportada pela TV Globo para outros nove países: Angola, Colômbia, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. (IN DICIONÁRIO TV GLOBO, 2003, p. 350).

2 – REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DA INTELLECTUALIDADE

“Falar é agir”

(Jean Paul Sartre)

Antônio Callado afiançava a ideia segundo a qual um intelectual constitui a consciência coletiva de uma sociedade e que, além de opinar, deve se comprometer com as causas que entende serem as mais corretas. Em especial, aqueles que se dedicam ao ofício de escrever precisam se envolver ainda mais, estar em situação com o seu tempo, abraçar firmemente sua época.

Tal pensamento era o reflexo de um dos autores que influenciaram fortemente a consciência política do jornalista e a quem ele admirava: Jean Paul Sartre. Na apresentação de *Les Temps Modernes*, dizia o existencialista: “o escritor de fato não é nem Vestal nem Ariel: o que quer que faça, ele está em atuação, marcado, comprometido até sua mais remota aposentadoria (...) ele é chamado a uma missão: dar sentido a seu tempo, contribuir para as mudanças necessárias”⁶⁶.

Destacamos como exemplo quatro momentos em que isso acontece na trajetória jornalística de Callado. No final dos anos 1950, quando viajou até o interior de Pernambuco para denunciar em uma série de reportagens publicadas no *Correio da Manhã* as condições de exploração e miséria em que viviam os trabalhadores rurais ligados à indústria dos engenhos e os desmandos dos grandes latifundiários do setor.

Em dezembro de 1964, agora como chefe de redação no jornal, nos dias que antecedia o Natal daquele ano, assumiu também a função de repórter da editoria de cidades para relatar a arbitrariedade e a truculência do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, junto aos moradores da favela de Brás de Pina, que se negavam a serem despejados da comunidade e removidos à periferia de Bangu. Foi a campo e deixou o ambiente da redação para

⁶⁶ IN WINOCK, M. *O século dos intelectuais*: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 518.

produzir uma série de reportagens que resultou no recuo do governo estadual e na permanência dos moradores, cuja favela, futuramente, se tornaria a primeira do Brasil a ser urbanizada⁶⁷, em um contexto de política habitacional até então marcado por remoções no país.

Imagem 24 – Capa do *Correio da Manhã* sobre a favela de Brás de Pina, dezembro de 1964.



.Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Já no *Jornal do Brasil* anos depois, investiu no jornalismo opinativo para se colocar frontalmente contra o regime militar ao escrever crônicas consideradas ofensivas ao Exército (ambos publicados em 1967 pelo *Jornal do Brasil: Exército dos Mendigos, A Merenda dos Generais* – as quais analisaremos no capítulo quatro), que, como já vimos, lhe custaram um inquérito militar, a perda dos direitos políticos e a momentânea perda do direito de exercício da atividade jornalística.

‘Também no JB, em outra oportunidade, se dedicou a ser o primeiro e único jornalista brasileiro a retratar o conflito do Vietnã a partir do ponto de vista do lado contra hegemônico, credenciando-o a ser um dos herdeiros da tradição legada por Euclides da Cunha – que, como ele, também deixou a redação de um jornal para conhecer de perto e relatar uma guerra em uma terra distante, dando voz ao ponto de vista da parte supostamente mais fraca.

⁶⁷ Disponível em <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

Aliás, para Sirinelli⁶⁸ (2003, p. 242), a missão de dar sentido ao seu tempo constitui um dos dois possíveis alcances da noção geral de intelectual, a do engajamento, ao qual Callado se vincula. Já o segundo alcance corresponde a uma ideia mais ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, incluindo eruditos, jornalistas, professores, escritores, estudantes e outras categorias de receptores da cultura em geral.

A atuação do intelectual passa por interpretar, traduzir e reelaborar simbolicamente o mundo ao seu redor, se debruçando sobre fenômenos do país, relacionando-os às questões de identidade, vivências, memórias, ajudando assim a engendrar uma identidade nacional. Ou seja, mais do que representar uma peça chave em um processo social, a classe intelectual tem papel ativo de condutor e artesão neste “jogo de construção simbólica e deslocam as manifestações culturais de sua esfera particular e as articulam a uma identidade que as transcende” (ORTIZ, 2006, p. 142).

Já Michael Lowy entende a *intelligentsia* não como uma classe, mas como uma categoria da sociedade, definida por seu papel ideológico e suas relações com instâncias extra econômicas da estrutura social. Os intelectuais, para o autor, são criadores de produtos ideológico-sociais e ocupam “um lugar específico naquele que se poderia chamar de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário do administrador ou do distribuidor de bens sociais”⁶⁹.

Adotaremos o entendimento segundo o qual a intelectualidade constitui um *campo* e representa uma dimensão da sociedade. Pierre Bourdieu (2004) afirma que a sociedade é dividida em certos universos de produção de relações sociais objetivas. São os chamados *campos*, esferas com regras próprias que funcionam a partir de interações entre seus agentes (sujeitos, instituições), ocupantes de determinadas posições e que vivem em constante conflito e disputas entre dominantes e dominados. O campo cultural e dos intelectuais é um exemplo destes microcosmos, estudados pela sociologia da cultura.

Neste contexto, o grau de autoridade dos agentes é diretamente proporcional ao nível de um capital que não se refere apenas ao econômico, mas também de legitimação, reconhecimento ou consagração imateriais. São os *capitais simbólicos*, como o cultural – o conjunto de saberes e conhecimento adquirido pela educação formal – e o social – nível das relações sociais

⁶⁸ Para o autor, as duas noções não são estanques nem autônomas, já que envolvem elementos de natureza sociocultural.

⁶⁹ LOWY, M. **Para uma sociologia dos intelectuais** revolucionários. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 1.

engendradas que podem ser convertidas em eficientes recursos de dominação dentro ou fora destas dimensões.

Este capital constitui o conjunto das forças de prestígio que cada agente consegue adquirir e desempenha um papel de constituir, simultaneamente, o instrumento e o alvo de concorrência no interior de cada um dos campos, influenciando as relações de força (seja para transformá-lo ou conservá-lo) e mesmo de lutas internas dentro desses espaços. Quem detém/acumula maior capital, galga maior destaque e tende a monopolizar o poder e procurar manter as regras do jogo dentro do campo, viabilizando, assim, a sua reprodução, a qual se torna possível graças ao conhecimento e ao reconhecimento de suas leis inerentes e do *habitus*⁷⁰. O autor pontua que no contexto desse “jogo de forças” existe uma tendência à ortodoxia, evitando a todo custo impedir manifestações das eventuais vozes dissonantes.

No caso do campo cultural, as lutas que tão comumente opõem as vanguardas nascentes às vanguardas consagradas nos movimentos artísticos e são responsáveis pelas renovações estéticas constituem um exemplo. O autor ilustra com o caso da poesia francesa, que desde a metade do século XIX tem sido lugar de permanente revolução, com os novatos questionando a ortodoxia anterior. “É o caso, por exemplo, da revolta dos parnasianos contra o ‘lirismo’ romântico. Essa incessante contestação se traduz, em relação às obras, por um processo de depuração” (BOURDIEU, 2004, p. 173).

O campo da produção artística-cultural e o mundo das letras, espaço onde estão situados os que produzem obras e seus valores mereceram estudos mais aprofundados por parte do sociólogo francês. Em *As regras da Arte*, a partir da análise de *Educação Sentimental*, de Gustave Flaubert, Bourdieu reconstrói a trajetória da história literária francesa de meados do século XIX, traça um retrato da cena cultural, revelando as regras que regiam escritores e instituições literárias, além de desenvolver uma teoria da produção artística.

No contexto dos salões nobres de uma Paris oitocentista do 2º Império, o autor aborda a relação de subordinação estrutural entre os frequentadores, que figuravam em polos aparentemente opostos: de um lado os detentores do poder econômico e de posição na sociedade como aristocratas, donos de jornais, dirigentes políticos (o campo de poder) e do outro, jovens artistas e escritores⁷¹ nutridas de retórica, usando as palavras do autor, uma *intelligentsia*

⁷⁰ Certas disposições produzidas historicamente que tendem a reproduzir a lógica de funcionamento de cada campo. Grade de leitura pela qual cada agente de cada campo “lê” o mundo.

⁷¹ Os literatos mais ecléticos e mundanos (como o poeta vanguardista Baudelaire, visto como artista maldito, transgressor e que cultivava inimigos até mesmo nos meios literários) não frequentavam os mesmos salões que os

proletaróide, que vivia miseravelmente de pequenos ofícios ligados à literatura industrial e ao jornalismo, mas desprovidas de apoio financeiro e proteção social, indispensáveis para concretizar seus livros (representantes do campo literário).

É uma época em que predomina uma relação de permuta, de vínculos e submissões, já que os primeiros é que conseguem garantir aos segundos os meios materiais ou institucionais que ainda não se podia obter do mercado. São nos salões que se articulam trocas entre os campos, bem diferente das sociedades eruditas e dos clubes da sociedade aristocrática do século XVIII. A relação entre os produtores culturais e os dominantes não tem mais nada do que se poderia caracterizá-la nos séculos anteriores.

Trata-se de dependência direta em relação ao comanditário (mais frequente entre os pintores, mas também atestado no caso dos escritores) ou mesmo da fidelidade a um mecenas ou a um protetor oficial das artes. Doravante, trata-se de uma verdadeira subordinação estrutural, que se impõe de uma maneira muito desigual aos diferentes autores, segundo sua posição no campo e que se institui através de duas mediações principais: de um lado o mercado, cujas sanções ou sujeições se exercem sobre as empresas literárias, seja diretamente, através das cifras de venda, do número de recebimentos etc., seja indiretamente, através dos novos postos oferecidos pelo jornalismo, a edição, a ilustração e por todas as formas de literatura indústria; do outro lado as ligações duradouras baseadas em afinidades de estilo de vida e de sistemas de valores, especialmente por intermédio dos salões, unem pelo menos uma parte dos escritores a certas frações da alta sociedade e contribuem para orientar as generosidades do mecenato de Estado (...). Os detentores do poder visam impor aos artistas e apropriar-se do poder de consagração e legitimação que esses detêm. E por outro lado, os escritores e artistas agindo como solicitadores, intercessores ou mesmo às vezes como verdadeiros grupos de pressão, esforçam-se em assegurar para si (BOURDIEU, 2005, p. 64-65).

O rompimento com este cenário de submissão e dependência e a busca por autonomia do campo literário e artístico em relação ao campo de poder levará alguns anos. Nesse processo, algumas figuras são importantes para contribuir com a “libertação”, como Charles Baudelaire (1821-1867). Proscrito da corte e dos salões dos membros da família imperial por ser considerado excêntrico e transgressor, Baudelaire provoca e desafia de forma simbólica a ordem literária estabelecida na cena vigente em dois momentos: ao apresentar sua candidatura à tradicional e conservadora Academia Francesa, o que naturalmente é visto como um ultraje (e

escritores mais elitistas (como Flaubert), indicando certa segregação nestes espaços da “vida elegante” da Paris daqueles anos.

previsivelmente não obtém existo). E depois, ao publicar *As Flores do Mal*, quando opta por associar-se a um pequeno editor recusando condições financeiras mais favoráveis e uma difusão incomparavelmente mais ampla oferecida por editoras maiores.

A progressiva conquista de uma relativa autonomia do campo cultural em relação ao campo de poder, associada a um processo de literatos profundamente envolvidos com a política francesa no final do século culminou, segundo Bourdieu, com a “invenção do intelectual”: um momento histórico em que sai de cena a arte pela arte, o aristocratismo e “distância do real” mantida pelos homens das ideias e surge uma nova classe de literatos, que deliberadamente põe sua notoriedade e autoridade específica a serviço de uma causa política.

Esse processo é coroado em 1898, com o episódio *J'accuse*⁷², protagonizado pelo jornalista e já um romancista de sucesso Emile Zola, cujos artigos inflamaram a opinião pública e chamavam a atenção do governo para um iminente caso de aplicação injusta da lei, ao defender um judeu, o capitão do exército francês Alfred Dreyfuss contra uma acusação falsa de traição à pátria, em uma época em que grassavam sentimentos nacionalistas e antissemitas na França.

Winock (2000, p 34) credita a George Clemenceau, então jornalista e redator⁷³ do periódico francês *L'aurore* (1867-1914), o uso pioneiro do substantivo para qualificar os *dreyfusard* que, como Zola, ousavam naquele momento defender o indivíduo contra as supostas razões de Estado. “O protesto dos intelectuais que acompanha o clamor de Zola está marcado por uma vontade de agir que ultrapassa quaisquer considerações políticas (...). Queremos dizer com isso que o envolvimento desses escritores, professores, universitários, desses artistas independe de qualquer filiação partidária”. (WINOCK, 2000, p.35).

⁷² A imprensa sensacionalista da época apoiou as denúncias sem apurá-las e foi acompanhada por uma opinião pública enraivecida, que chegou a entoar coros de “morte aos judeus” e promoveu distúrbios em cerca de 20 cidades do país. O combate à campanha difamatória, encabeçada por Zola – que se convenceu da inocência após analisar provas reunidas pela família do capitão - uniu parte dos acadêmicos, escritores e artistas pela inocência de Dreyfus. Zola escreveu três artigos no jornal *Le Figaro* defendendo o capitão, mas sua colaboração acabou cortada depois que a publicação começou a perder assinantes. Com o espaço aberto no *L'aurore*, o jornalista-escritor descreve em detalhes as manobras de oficiais que tinham como objetivo incriminar Dreyfus, a negligência das instâncias superiores, erros judiciais e a falta de provas consistentes para condenar o militar. A discussão pública causou comoção e dividiu opiniões inflamadas de ambos os lados. O escritor foi processado por difamação e condenado em fevereiro de 1898. Era parte do plano dos ativistas pró-Dreyfus, que queriam ver as evidências em favor do militar discutidas em instâncias judiciais. Zola fugiu para a Inglaterra, onde ficou até junho de 1899. Dreyfus recebeu perdão presidencial, mas apenas em 1906 foi declarado inocente. Reabilitado, o oficial retornou ao Exército, participando como combatente na Primeira Guerra Mundial. Zola morreu envenenado por monóxido de carbono dentro de casa, em Paris, em 1902, sob condições até hoje cercadas de mistério. Em seu enterro, acompanhado por milhares de pessoas, Anatole France discursou: “(...) A França é o país da razão enriquecida de pensamentos generosos, a terra dos magistrados equânimes e dos filósofos humanos, a pátria de Turgot, de Voltaire (...) Zola prestou um grande serviço à pátria quando não abriu mão da justiça na França” (WINOCK, 2000, p. 88)

⁷³ Clemenceau se tornou primeiro ministro da França, nos primeiros anos do século XX.

Bourdieu lembra que não deixa de constituir um paradoxo que a autonomia do campo intelectual tenha tornado possível o ato inaugural de um escritor intervir no campo político – e constituir-se, assim, como um intelectual.

O ‘Eu acuso’ é o resultado e a consumação do processo coletivo de emancipação que progressivamente se realizou no campo da produção cultural: enquanto ruptura profética com a ordem estabelecida, reafirma (...) a irredutibilidade dos valores da verdade e da justiça e, ao mesmo tempo, a independência dos guardiões desses valores com relação às normas da política (as do patriotismo, por exemplo) e às sujeições da vida econômica (BOURDIEU, 2005, p. 150).

No entanto, um século antes do caso Dreyfus, precursores destes intelectuais contemporâneos já pareciam candidatar-se a ser a consciência coletiva do grupo social: os filósofos iluministas, por meio de Voltaire (1684-1778). Assim como Zola o fez nos estertores do século XIX, mais de cem anos antes o filósofo e ensaísta também se engajou e tornou público (por meio do livro *Tratado sobre a Tolerância*, proibido pela Coroa) um caso de injustiça e intolerância religiosa de grande repercussão na França, o caso Calas⁷⁴.

Para Lepape (1995) esses filósofos e escritores podem ser considerados precursores dos intelectuais e merecem destaque, pois constituíram o primeiro grupo de letrados a lançar mão de suas posições de destaque para concretizarem a publicização - ao menos aos que liam - daquilo que permanecia encerrado nos limites dos salões ou dos lares. Ou seja, traziam à tona a possibilidade de discussão das questões públicas e da reflexão em torno da imagem que a sociedade fazia de si mesma.

De repente, era a própria condição de escritor que se alterava na sociedade. Ele era o ornamento, o bufão ou o turiferário privilegiado, quando muito o pensador agradável, o mestre da elegância e da boa educação: e ei-lo promovido a guardião dos valores universais da humanidade, vigia e porta-voz da sociedade civil contra o arbítrio e o nepotismo da sociedade política. O homem das letras transformava-se em intelectual – então ainda se e dizia ‘filósofo’ – graças ao mesmo movimento pelo qual o público se transformava em opinião pública e passava de expressão dos gostos e costumes privados a expressão das opções e opiniões de natureza política. (Lepape, 1995, p. 237)

⁷⁴ Outro caso de emblemático de erro jurídico com motivações religiosas na França. O comerciante, Jean Calas, foi acusado injustamente de matar o próprio filho na cidade de Toulouse, por supostamente o rapaz ter se convertido ao catolicismo. Também como no caso Dreyfus, havia inconsistência de indícios e provas forjadas pelo Tribunal. O réu foi torturado, morto e inocentado postumamente. Voltaire estudou o caso e conseguiu obter na justiça a sentença póstuma, além de uma indenização para a família.

Mas o público para o qual almejavam falar estes *philosophes* apresentava certos limites na medida em que constituía uma classe distante e alijada dele – a massa trabalhadora (esses precursores, afinal, eram representantes esclarecidos da burguesia, consistindo no “braço” progressista, crítico desta contra as desigualdades e privilégios do Antigo Regime), o que comprometia a amplitude de suas mensagens e o seu pretenso projeto de promover efetiva consciência reflexiva e discussão pública no meio social naquele momento histórico pré-Revolução Francesa.

É a teoria marxista que vai questionar não apenas entre os “precursores” iluministas, mas também entre os intelectuais pós-Dreyfus, a suposta noção de independência destes homens das ideias frente à burguesia, estabelecendo uma limitação no alcance das ações dos intelectuais e pondo um freio no entusiasmo da época em torno do poder transformador do pensamento puro e livre sobre as relações sociais. Afinal, é próprio do sistema capitalista a interdependência entre as esferas econômica e cultural, havendo uma relação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura, ou seja, uma relação dialética entre o âmbito econômico e o âmbito das ideias, que envolve cultura, política, arte e educação.

Antônio Gramsci (1891-1937) é considerado um dos maiores herdeiros do pensamento de Marx no século XX. Parte do seu vasto e importante legado teórico diz respeito à reflexão em torno dos intelectuais e a cultura. Discute em *Intelectuais e Organização da Cultura* o papel dos intelectuais como sendo aqueles que fazem as relações entre as diferentes classes sociais, possibilitando visões de mundo contra hegemônicas.

O jornalista e filósofo italiano procurou indagar a respeito da natureza dos intelectuais: seriam eles um grupo social autônomo ou estariam ligados e dependentes da classe social dominante? Para ele, todos os homens são intelectuais apesar de nem todos assumirem na sociedade tal função. Isto porque, independente de sua atividade profissional, todos na sociedade possuem, mesmo que de maneira fragmentada, alguma visão de mundo em que baseia o seu comportamento moral, contribuindo ou não para manter ou mudar uma determinada forma de pensar.

Assim, ao contrário da perspectiva filosófica do idealismo alemão, Gramsci destaca que todas as camadas sociais possuem seus intelectuais, uns sendo profissionais, outros inclusos nesta categoria apenas por participarem de determinada visão de mundo. Nomeou então dois tipos de intelectuais: os tradicionais, pensadores que alcançaram um patamar superior de instrução e ocupam certa posição privilegiada no meio social decorrente deste saber conquistado,

mas que não promovem quaisquer alterações nas formas desiguais das relações entre classes estabelecidas historicamente no seio da sociedade. Ou seja, estão desvinculados das angústias das classes sociais mais desfavorecidas e não pretendem promover qualquer alteração nas formas desiguais vigentes no *status quo*. É uma nova categoria de intelectual, que interfere e pode promover transformações sociais, o intelectual orgânico.

Este último é dotado de um poder de transmissão e estabelecimento de processos conscientizadores e até mesmo revolucionários – especialmente quando posicionado ao lado das classes subalternas da sociedade e sendo seu sustentáculo. Segundo o autor, que em seus escritos também defendia integração dos intelectuais nas atividades dos partidos que façam a defesa do proletariado como parte de sua atuação, o nível de “organicidade” pode ser medido pela maior ou menor conexão nas funções superestruturais, ou da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia ou da sociedade política.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, eleva-se a técnica – ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente. (GRAMSCI, 1996 p. 8).

Sartre, também de influência marxista, se debruçou sobre a questão dos intelectuais, rearticulou e complexificou as nuances do pensamento gramsciano, problematizando entre outros pontos sua atuação a partir do conceito de *práxis*, de hegemonia e de certa “rejeição” dos intelectuais por parte das classes mais subalternas, visto que aqueles agiriam sem nenhuma espécie de mandato destas. Para o filósofo francês, os intelectuais não são um baluarte que guiaria o povo em direção à libertação e ao progresso pelo esclarecimento, conforme desejavam os iluministas do século XVIII, tampouco o intelectual orgânico do proletariado como queria Gramsci e nem a vanguarda dos partidos ligados à então URSS: o intelectual deve cumprir seu imperativo com muito esforço, deve trabalhar com os acontecimentos em prol da libertação efetiva dos homens, devendo sempre que possível se imiscuir em todos os setores que demandem crítica e atuação em prol de uma sociedade menos desigual.

O intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto de verdades recebidas, que das condutas que nelas se inspiram em nome de uma concepção global do homem e da sociedade (...). Assim, originalmente, o conjunto dos intelectuais aparece como uma variedade de homens que, tendo adquirido alguma notoriedade por trabalhos que dependem da inteligência (ciência exata, ciência aplicada, medicina, literatura etc.) abusam desta notoriedade para sair de seu domínio e criticar a sociedade e os poderes estabelecidos em nome de uma concepção global e dogmática (vaga ou precisa, moralista ou marxista) do homem (SARTRE, 1994, p. 14-15).

Para o francês, o engajamento representa para o indivíduo abdicar de sua liberdade de julgamento em benefício de uma causa e ser engajado é participar de um conjunto de valores e de atitudes. Defende uma postura ativa por parte dos intelectuais, cuja notoriedade deveria constituir um “passaporte” para sair de seus domínios, refletir, opinar, trazer à tona temas que mereçam ser discutidos e amplificados na sociedade, a fim de promoverem transformação social. Neste sentido, escritores deveriam ser dos intelectuais aqueles mais obrigados a denunciar injustiças - quem narra, conta, explica e desnuda o real está agindo sobre o real. A literatura, portanto, constituía a essência da tomada de posição.

Para Norberto Bobbio, a capacidade que os intelectuais têm de intervir na realidade é uma aptidão de ingerência “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (Bobbio, 1997, p. 11). Um poder exponenciado pelo avanço dos meios de comunicação de massa. Como ele pontua:

Os meios com os quais os intelectuais podem tornar conhecidos e fazer valer as suas próprias ideias (se as têm ou mesmo se não as têm) são enormes. Nenhuma comparação possível entre o tempo em que Sócrates se entretinha com os amigos, os discípulos ou os alunos, em um diálogo íntimo, e o nosso tempo, no qual um artigo publicado em qualquer jornal pode ser lido imediatamente por milhares de pessoas ou uma aparição na televisão pode ser vista por milhões. Nosso auditório dilatou-se desmesuradamente. De limitado a uma região, a um território, a uma cidade, tornou-se nacional. (...) De nacional, torna-se, em alguns casos, quase internacional, graças à rapidez das traduções e à rapidez das comunicações. (BOBBIO, 1997, p. 93-94)

Para o filósofo italiano, o intelectual é uma instância crítica do poder e deve também desempenhar o papel de mediador que trabalha tendo como referência a virtude da tolerância e, como método, o diálogo racional. Enquanto Sartre fala em engajamento, o filósofo italiano defende que pareça mais apropriado falar-se em “responsabilidade” desses atores sociais porque engajar-se significa tomar partido absoluto de algo, inclusive de lados que possam não se

coadunar justamente com a ideia do intelectual enquanto ator social não subordinado a nenhum campo que não seja o da defesa da cultura e dos seus valores que lhe sejam mais caros. Segundo Bobbio, não "importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das conseqüências que dela derivam" (Bobbio, 1997, p. 100).

Para exemplificar o argumento, Bobbio lembra o amplo debate vigente na Europa do pós Segunda Guerra sobre o engajamento dos intelectuais em um contexto de ocupação nazifascista. Observa que "terminado o período de desonra, em que o homem de cultura oscilava entre a subordinação e a evasão, abria-se uma nova era de profundas transformações sociais, na qual o homem de cultura deveria escolher o seu lado" (BOBBIO, 1997, p. 99). Mas o autor lembra que a teoria do engajamento jamais conseguiu dar resposta precisa ao questionamento de qual lado seria o certo.

O século XX, mais precisamente o período pós-Guerra parece representar o auge dos movimentos de engajamento, porque, como explica Abreu (2017) foi nesse século que caíram todas as barreiras que impediam o direito do indivíduo de se associar, se reunir, se expressar. Que se ampliaram os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos de reivindicação, as associações cívicas. O que abriu caminho para um sentimento do "intolerável" diante da injustiça, da indignação provocada pela arbitrariedade e de uma ideia segundo a qual a omissão é culpada e cúmplice.

Ou como diz Michelle Perrot "esse sentimento de responsabilidade pela infelicidade do mundo torna urgente 'fazer alguma coisa', supõe uma representação da sociedade como uma soma de interdependentes sobre a qual é possível agir" (PERROT apud ABREU, 2017, p. 168).

Porém, nos estertores da virada para o século XXI, os intelectuais já pareciam experimentar um descenso deste poder ideológico, posto que não conseguem mais "intervir em questões públicas em nome de algo universal - as únicas possibilidades são 'locais' e 'defensivas'" (Jacoby, 2001, p. 155). E como essa conjuntura de fragmentação se tem feito acompanhar da especialização e fragmentação do próprio conhecimento sobre o social, a retomada da discussão sobre intelectuais tem aparecido "capricho de intelectuais à moda antiga", ou "sobrevivência ilegítima de hegelianos ou marxistas clandestinos, que apostam seu poder simbólico na reconstrução de alguma totalidade determinada" (Sarlo, 2000, p. 177). No caso dos escritores,

acrescente-se a isso a influência ainda exercida pelo campo do poder sobre o campo do literário, o que os destitui os intelectuais de qualquer chance de uma independência plena.

Os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder (...) os artistas e escritores, e de modo mais geral os intelectuais são uma fração dominada da classe dominante (...) são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico. (...) Essa dominação já não se exerce, como em outras épocas, através das relações pessoais (como a relação entre o pintor e o mecenas), mas toma a forma de uma dominação estruturada exercida através de mecanismos muito gerais, como os do mercado. (BOURDIEU, 2004, p. 174- 175).

A mesma visão de que o campo da intelectualidade não escapou do domínio das condições de reprodução de força de trabalho pelo capital é compactuada por Muniz Sodré, para quem o papel e a influência da intelectualidade, sobretudo na vida brasileira nos dias de hoje, foram apequenados.

Na etapa clássica da acumulação capitalista, o intelectual ainda detinha algum poder como senhor de uma razão universal que, nas políticas da esquerda, deveria produzir o máximo de conscientização possível junto à agitação desenfreada das paixões revolucionárias. Hoje, como se sabe, intelectual, iluminista e militante político são progressivamente neutralizados pela organização total capitalista. (SODRE, 2004, p. 59).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2012) pensa que o campo da intelectualidade tem mudado através dos tempos e que o avanço das universidades enquanto centros de excelência e monopólio do conhecimento válido teve papel estratégico nesta trajetória, visto que deu como nunca aos letrados uma autoridade estupenda, transformando os intelectuais críticos em “intelectuais-guia” ou “intelectuais de vanguarda”.

Segundo Sousa Santos, realmente alguns deles estiveram muitas vezes na dianteira de muitos movimentos - o que seria mesmo natural, na medida em que estes eram os que tinham consciência mais lúcida - dando aos movimentos lições, guiando, aprovando ou reprovando, de maneira normativa. Mas na contemporaneidade, Sousa Santos crê que os intelectuais devam atuar junto a movimentos sociais, sem intenção de dirigi-los.

o papel do intelectual não é ir na vanguarda, é ir na retaguarda: é acompanhar os movimentos, ver onde é que estão as fragilidades; dar-lhes mais informação acerca daquilo que aconteceu noutros lugares com resultados bons ou com resultados maus; aquilo que os pode fortalecer; aquilo que os pode perverter. (...) Caminhar com aqueles que caminham mais devagar (...) é um papel de retaguarda, de facilitador, e não propriamente de guia. (JERÔNIMO; NEVES, 2012, p. 690-691).

O “ser de retaguarda” pugnado pelo sociólogo luso não implica em um intelectual menos militante ou menos comprometido com a emancipação da sociedade. A intervenção junto aos movimentos continua a existir, de forma que o intelectual trabalhe a evidenciação da opressão e para a conscientização da injustiça que ela contém, mas assumindo um papel de condução educativa do grupo que propriamente de protagonismo perante ele. Sousa Santos defende a “ecologia dos saberes”, ou seja, o diálogo de saberes que promove o interconhecimento e, assim, rompe as fronteiras culturais das epistemologias dominantes. (*Epistemologias do Sul*, 2010).

2.1 Intelectuais no Brasil

“Um poeta inglês pode ser só poeta. Mas num país com o intestino à mostra, como o Brasil, o intelectual tem a obrigação de tomar posição. Essa é uma briga séria”.

(Darcy Ribeiro)

Para traçarmos o percurso do pensamento intelectual brasileiro e refletirmos sobre o lugar ocupado por Callado nesse campo social, onde seus atores são caracterizados pelo esforço de avaliar, interpretar o painel social do Brasil de sua época para então nele intervir/interferir na realidade por meio de seu ofício, é interessante voltarmos o olhar para a história da literatura brasileira no período colonial, especialmente meados do século XVIII.

Antônio Candido em *Literatura e Sociedade* (2006) nos lembra que, em que pese a incipiência das condições de produção literária e intelectual no Brasil setecentista, havia entre a geração árcade mineira – letrados que à época ainda precisavam ir a Portugal para obterem formação acadêmica-cultural - uma crescente participação de homens das letras envolvidos nos assuntos públicos. Exemplos são o trio de poetas Claudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Oliveira (sendo este último o mais militante, segundo Cândido), que

atuavam nos movimentos da Inconfidência Mineira, influenciados pelos ideais iluministas, enredando política e literatura – destacando-se não apenas pela produção poética em si, mas também pelo próprio envolvimento com a causa da emancipação do país, que inclusive lhes custaram severas punições impostas por Portugal⁷⁵. “Na esteira do movimento pela independência, acenderam-se os sentimentos nativistas e patrióticos, os ideais de independência e autonomia, e ocorreu intensa participação intelectual na política”. (CARMINATI, 2014, p.58)

Aliás, o movimento de politização das artes era uma tendência mundial, tanto no período que precedeu a Revolução Francesa e a Industrial, quanto no período seguinte, instalando o mundo moderno, burguês capitalista. Segundo Hobsbawm (1998, p. 278) “o elo entre assuntos públicos e as artes é particularmente forte nos países onde a consciência nacional e os movimentos de libertação ou de unificação nacional estavam-se desenvolvendo”.

Sem dúvida, a transferência da corte portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro em virtude das guerras napoleônicas demarca um ponto essencial para compreender a “virada” da existência de vida intelectual no Brasil. Isto porque, com as mudanças empreendidas (a criação de diversos instrumentos e instituições intelectuais e o apoio da família real para as atividades culturais, artísticas e educacionais; instalação de escolas de ensino técnico e superior – militar, medicina, direito – tipografias, associações literárias, bibliotecas, revistas, jornais, teatros etc.), o conhecimento deixa de estar sob a preponderância do clero e a censura arrefece e passava-se a imprimir livros no Brasil, e a oligarquia não precisava mais, necessariamente, enviar os seus filhos para estudar na Europa.

A hegemonia cultural saiu dos conventos para ter nas atividades laicas o seu ponto de apoio, inclusive graças à fundação de escolas técnicas e superiores. Ao mesmo tempo o país adquiriu a possibilidade de se comunicar com outros centros de cultura além de Portugal e recebeu deles contribuições, como uma missão artística francesa e a visita e viajantes alemães, ingleses, franceses, russos, muitos deles cientistas de valor, que escreveram boas descrições da sociedade local e contribuíram para nos tornar conhecidos (CANDIDO, 2004, p. 42).

Desse modo, configura-se pela primeira vez um ambiente propício para o florescimento de uma vida intelectual ativa no Brasil. No entanto, ainda que seja possível identificar no país a existência pontual de autores críticos e visionários naqueles tempos, dotados de profundas inquietações sociais e políticas, esses avanços e mudanças empreendidas para “transformar” o

⁷⁵ Claudio suicidou-se na prisão, em 1789, enquanto Gonzaga e Alvarenga foram degradados para a África e não tornaram a voltar ao Brasil. “De qualquer modo, foram duramente castigados e representam no Brasil o primeiro e até hoje maior holocausto da inteligência às ideias do progresso social”. (CANDIDO, 2006, p.108)

Brasil colônia em sede do Império, não foram suficientes para ainda dentro do século XIX configurar um campo intelectual de fato no país, visto que mesmo que houvesse uma franca produção de conhecimento não havia quem o desfrutasse ou por ele fosse impactado, já que o Brasil oitocentista continuava eminentemente analfabeto.⁷⁶ Alguns estudiosos lembram que é apenas no alvorecer do século XX e do regime republicano que vai surgir realmente no Brasil uma primeira geração consistente de letrados, de detentores de autoridade de pensamento, grupo que sucedeu a geração de Machado de Assis e foi precursora do Modernismo.

No Brasil daqueles primeiros anos da República Velha, o voto era aberto, facultativo e limitado apenas a brasileiros, homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Tal baixa incorporação eleitoral⁷⁷ contribuía para um distanciamento entre o povo e a política, então dominada pelo coronelismo das elites rurais, oligarquias que durante anos impuseram suas preferências ao eleitorado em suas regiões de poder.

Um dos traços mais importantes das mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil do início da Primeira República foi a imigração em massa⁷⁸ de estrangeiros, que chegavam em busca de oportunidades de trabalho (mormente ligadas à cafeicultura – que ainda era principal vetor da economia) e ascensão social. Esse abundante contingente de mão-de-obra era direcionado também para a indústria e oportunidades para a crescente burguesia, que procurava investir nos ramos de transportes e serviços da capital federal - principal centro financeiro do país, que tinha uma estrutura social composta por setores menos dependentes das classes agrárias do que São Paulo, por exemplo.

⁷⁶ O primeiro recenseamento geral no Brasil data de 1872. Neste ano, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever. Em uma segunda contagem, em 1890, este número decaí ainda mais: somente 14,8% da população total sabia ler e escrever. (GUIMARAES, 2004).

⁷⁷ A participação do eleitorado era ínfima nas primeiras eleições presidenciais daqueles anos. A porcentagem de votantes oscilou entre um mínimo de 1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena, em 1906) e um máximo de 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930). (FAUSTO, 2002, p. 149).

⁷⁸ Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período 1887-1914 concentrou o maior número de imigrantes, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, 72% do total. (FAUSTO, 2022, p. 155)

O Rio de Janeiro empreendia esforços de modernização⁷⁹, para transformar sua feição de cidade colonial em capital urbana, em moldes semelhantes ao que havia sido realizado em Paris, décadas antes.

A economia experimentava um desempenho favorável na primeira década do século XX, o que criou condições para a estabilização definitiva da república, após seus conturbados anos iniciais. O programa de ajuste fiscal e de estabilização econômica com apoio de banqueiros ingleses implementada por Campos Sales na virada do século e continuada por Rodrigues Alves.

Esse conjunto de políticas, somado a um contexto excepcional da economia mundial, lançou o Brasil em período de grande expansão econômica que durou até às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, houve a consolidação do regime civil sob a liderança da plutocracia paulista, decorrente em boa parte do sucesso de seu protagonismo no processo de estabilização, eliminando a quase contínua tensão política, os conflitos regionais e a influência de lideranças militares que caracterizaram a primeira década republicana. (FRITSCH, 2019, p. 48).

É nesta cena que surge de fato a primeira geração da *intelligentsia* no Brasil, segundo Sergio Miceli (1977). Eles são contemporâneos de um momento histórico em que a vida intelectual já era dominada pela grande imprensa, que, para o autor, constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais, eles integravam um novo tipo de profissional liberal das letras, que o autor classificou como *Anatolianos*⁸⁰, definidos por ele como sendo “aquele para cujo êxito têm o mesmo peso a figura do ‘dândi’, manequim intelectualizado responsável pela importação simbólica em país periférico, e uma obra poética que registra ‘estados d’alma’, ambos os planos marcados pela contrafacção dos modelos parisienses”. (MICELI, 1977, p.77).

⁷⁹ Trata-se da reforma urbana realizada durante o governo do prefeito Pereira Passos, que teve início em 1903 e que reformulou o espaço urbano do Rio de Janeiro, cidade que contava com mais de um milhão de habitantes na época. A cidade foi alvo de uma profunda reestruturação, ocasionando uma grande mudança no processo histórico-social da cidade, que inclusive é bastante criticada, por ter sido bastante excludente e não ter abarcado as necessidades das camadas mais baixas da sociedade, que foram “empurradas” para fora do centro da cidade rumo às periferias e morros. Largas avenidas foram abertas e a topografia da cidade foi remodelada. A ideologia higienista marcou o período das intervenções, uma vez que o combate às epidemias que assolavam a cidade era o eixo norteador da Reforma Urbana - um processo que encontrou resistência por parte da população, sendo o episódio da Revolta da Vacina (novembro de 1904) o maior exemplo. O Estado, através de uma política que ficou conhecida como “Bota Abaixo”, desapropriou e demoliu uma parcela significativa de cortiços e casas populares no centro do Rio de Janeiro. (BENCHIMOL, 1990).

⁸⁰ Uma referência ao romancista e contista Anatole France (1844-1924), grande revelação literária de uma época em que a França ditava hábitos culturais e artísticos. France era grande crítico da sociedade e da Igreja e a ironia era umas de suas maiores marcas estilísticas. Ganhador do Nobel de literatura, integrante do Partido Comunista Francês, se engajou em movimentos políticos, como o caso Dreyfus ao lado de Emile Zola. O autor influenciou vários escritores da época, como Lima Barreto.

A cena midiática era favorável. O aparecimento de diversos veículos como jornais e revistas na capital e província, o aperfeiçoamento das tecnologias que agilizavam os processos de impressão, a rapidez na distribuição, o incremento nas tiragens retratam um processo de expansão que convertera o jornal impresso em grande empresa industrial. E o jornalismo se torna atividade central dos anatolianos, conciliável com o status de escritor e um ofício respeitável, que pagava bons salários, ao contrário do que ocorrera com a percepção que tinham as gerações anteriores de autores⁸¹.

Do ponto de vista profissional, esses pré-modernistas tinham em comum uma atuação multifacetada em veículos de comunicação impressos – pois atendiam a demandas de diferentes gêneros textuais que lhes faziam a grande imprensa, escrevendo reportagens, entrevistas, crônicas, resenhas literárias – tanto que Miceli os denominou “polígrafos”, como Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato. Do ponto de vista pessoal, a forma de ingresso na carreira intelectual daqueles homens era geralmente favorecida em razão de circunstâncias pessoais ligadas à linhagem particular de cada um (por serem filhos únicos, primogênitos ou os únicos homens da família) ou por terem sido “empurrados” a estas carreiras por desvantagens como a morte do pai, falência material ou doenças na família etc.

Escritores de um momento de transição entre o Realismo e o Modernismo (por isso são encarados pela crítica especializada como integrantes de uma conjuntura específica, mas que não configura uma escola literária), alguns intelectuais desta fase, ainda que com marcas estilísticas distintas, procuravam escrever sobre questões sociais, criticando as desigualdades sociais e tinham em comum a expressão de aspectos até então negligenciados da realidade brasileira – o povo de Canudos, miserável, oprimido e marginalizado pela indiferença e desprezo do governo (Euclides da Cunha), o proletariado urbano obrigado a viver em cortiços e pensões insalubres, de salários aviltantes, de biscates e subempregos, sem direitos políticos, enquanto minorias se privilegiam de especulações, negociatas, clientelismo e corrupção de toda sorte na Velha República (Lima Barreto).

Ambos os jornalistas-escritores entendiam a literatura e ofício de escrever como mais do que uma arte contemplativa, destinada ao deleite de uma classe mais elitista, mas como uma missão um meio de participar da construção nacional, catalisando as mudanças sociais que os

⁸¹ À época, o Jornal do Comércio pagava 30, 50, até 60 mil Reis pela colaboração literária; o mesmo fazia o Correio da Manhã (...). O que no passado fora para alguns românticos (Alencar, Macedo) uma prática tolerada, tornou-se depois para a geração de 1870 (como Machado) uma atividade suplementar. E para os anatolianos, configurava-se como uma respeitada atividade profissional. (MICELI, 208, p. 56).

tempos exigiam (Sevcenko, 1989), e que a intelectualidade progressista do período reconhecia como dever, retratando a face das massas espoliadas da sociedade da época. Ou seja, os anatolianos, de alguma forma, já eram movidos por uma sensibilidade típica e característica da linhagem de intelectuais que irá lhe suceder:

Os discursos de Euclides da Cunha e Lima Barreto são exemplos da arte combativa marcada pelo humanitarismo pacifista, pelo realismo crítico e pelas ideias reformistas. Esta concepção de literatura visava superar a arte conformista, acrítica e descompromissada com a realidade social, por uma literatura militante que servisse de instrumento para a realização de uma sociedade mais justa. Os autores nutrem o ideal de contribuir para a transformação social do Brasil através da literatura, único veículo de expressão e ação que lhes restava à gradual e devastadora eliminação das possibilidades de luta e de liberdade empreendida pela nova ordem (...). A história de Canudos e a trajetória de Policarpo Quaresma têm em comum o retrato penoso da vida brasileira em seu processo de descolonização. São momentos e lugares diferentes do Brasil que, entretanto, falam da mesma problemática composta de muitas facetas: o progresso desordenado, a opressão a que o povo é submetido, a inversão de valores. (...) Os Sertões e Triste Fim de Policarpo Quaresma são tentativas desinibidas de emancipação nas letras e na vida nacional e por isso, obras criativas e recheadas de subversão e de modernidade (GERMANO, 2017, p. 43-48).

Entre os anos 1920 e 1945 o Brasil testemunhou o surgimento de uma geração pioneira quanto à busca por explicações para a opressão e a miséria que sofriam os setores mais explorados da nossa população desde o período colonial. Havia latente um anseio por respostas aos dilemas do Brasil, com base em interpretações inovadoras que iam finalmente colocar em destaque as camadas populares. Assim como uma necessidade de intervir politicamente na realidade concreta, visando provocar mudanças no painel socioeconômico nacional. Miceli classifica a geração modernista como sendo a segunda geração do campo intelectual no Brasil, renovando-o de maneira singular.

O primeiro grupo desta geração ganha destaque nos anos de 1920; são artistas e intelectuais paulistas que, em regresso de viagens à Europa, traziam na bagagem a notícia dos movimentos de vanguarda que apareciam no velho continente— o futurismo, o expressionismo, o cubismo e o dadaísmo, principalmente. A presença da classe média urbana na cena política começou a se fazer mais visível na nova década e esse setor da sociedade tendia a apoiar movimentos de oposição ao modelo oligárquico e que levantassem a bandeira de um maior liberalismo.

Foi um período marcado pela efervescência artística cultural – coroada pela Semana de 22⁸², pela ascensão do cinema e aparecimento do rádio - mas também por posteriores inquietações sociais, abertura de novas organizações partidárias e pela volta de jovens militares à cena política⁸³, que se modificou com o enfraquecimento das oligarquias rurais dos estados dominantes, marcando o fim da Primeira República e o início da era Vargas. Uma época que testemunhou duas grandes guerras, ao mesmo tempo marcada pela euforia de mudanças nos costumes, inovações tecnológicas e profundas oscilações na economia.

Miceli (2008) pontua que também entre os modernistas o recrutamento de intelectuais pelo mercado de trabalho continuava sendo pautado em função de relações sociais que estes e suas famílias conseguiam mobilizar, apelando para o capital social disponível. Mas, diferente do que acontecia no tempo dos anatolianos, esse capital agora passa a sofrer maior mediação de trunfos escolares e culturais de uma educação formal.

As possibilidades de acesso às profissões intelectuais continuam a depender, em medida significativa, das estratégias de reconversão das famílias que estão em condições de transmitir aos filhos certo montante de capital social e cultural, variável conforme o grau de proximidade entre essas famílias e a fração culta da classe dominante. (MICELI, 2008, p.81).

Além dos modernistas imediatamente envolvidos com a Semana de 22, outros intelectuais se filiaram à nascente vanguarda, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda – considerados ao lado do historiador Caio Prado Junior a trinca dos grandes mestres intelectuais da geração dos anos 1930, cujas densas e clássicas obras nos campos da sociologia, antropologia e da história evidenciavam a necessidade de compreender a realidade do país de

⁸² Para a historiografia literária nacional, a Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, é considerada o ponto de partida no processo de renovação das letras e do nascimento do Modernismo. Sob a liderança de Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954), Tarsila do Amaral (1886-1973) e Menotti Del Picchia (1892-1988), dezenas de intelectuais, principalmente paulistanos e cariocas, participaram do evento, proferindo conferências e fazendo a leitura de textos e poemas. Os modernistas lançaram a revista Klaxon, considerada o principal veículo de comunicação do movimento. Em comum, o desejo de transgredir e superar os temas e as formas que influenciavam a literatura produzida até então, permeado por um espírito de traduzir a velocidade da vida nas cidades, cultuando o novo e rompendo com movimentos anteriores em busca de uma identidade cultural verdadeiramente brasileira.

⁸³ O episódio dos 18 do Forte de Copacabana no Rio de Janeiro e a revolta tenentista no Rio Grande do Sul, que culminou na Coluna Prestes são exemplos da animosidade do Exército contra o então presidente Artur Bernardes, que personificava a oligarquia política e econômica dominante.

uma forma mais ampla e aprofundada, durante um período histórico propício para a reflexão⁸⁴ e reinterpretção do processo histórico brasileiro, “uma fase que ficou marcada pela produção de correntes explicativas que buscavam compreender a sociedade brasileira à luz de certas teorias e métodos que eram vistos por seus defensores como instrumentos válidos para decifrar o enigma da constituição de sua nação” (MOSCATELI, 2007, p. 188). Francisco Costa, no editorial da Revista USP dedicada aos “intérpretes da geração de 30”, sintetiza:

Não há mais homens como Buarque de Holanda, Freyre e Prado Jr. Hoje, os três parecem compor uma constelação, parecem fazer parte de uma mitologia, seres vindos de um país distante para dizer a todos nós quem éramos e de onde vínhamos. Suas vidas intelectuais e pessoais influenciaram nossa própria vida. (COSTA, 1998, p.1).

Na mesma época, a cena intelectual testemunhava a emergência de novos nomes ligados ao romance social do Nordeste, como José Lins do Rego (1901-1957), Jorge Amado (1912-2001), Graciliano Ramos (1892-1953), Rachel de Queiroz (1910-2003), escritores cujas obras em geral refletem sobre o homem brasileiro, com o regionalismo ganhando importância, tendo destaque personagens e suas relações com o meio natural, além de denúncia social (seca, migração, miséria, exploração do trabalhador rural), evidenciando um projeto literário de unir ficção à realidade como forma de despertar a consciência da sociedade para as questões sociais de um Brasil fora dos grandes centros. A crítica tradicional geralmente os categoriza como sendo representantes da segunda geração do Modernismo (ao lado de outros autores de fora do eixo Rio - São Paulo, como Érico Veríssimo e Carlos Drummond de Andrade), embora a esse respeito haja controvérsias⁸⁵.

⁸⁴ Nos anos 30 o Brasil viveu um período de mudanças, com a saída de cena das grandes oligarquias cafeeiras de SP e MG que dominavam a economia e a política para uma centralização autoritária com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder a partir de 1937.

⁸⁵ Essa denominação pressupõe que esses autores partiram dos ideais da primeira geração para compor seu universo narrativo. Porém, os próprios líderes do modernismo paulista já percebiam que essa literatura recém-surgida fora do eixo dos grandes centros se distanciava das propostas experimentais que caracterizaram o momento inicial do movimento em São Paulo, pois sua literatura de denúncia social e tom sóbrio diferiam daquela produzida pelos intelectuais em 1922. Aliás, pesquisas recentes também procuram contradizer a leitura tradicional, propondo que outras cidades tiveram acesso à cultura vanguardista europeia sem a mediação de São Paulo ou do Rio. “Hoje sabemos que o moderno brasileiro resulta de um amálgama complexo envolvendo distintas tradições e releituras, combinando localismo, nacionalismo e cosmopolitismo.” Segundo a pesquisadora Mônica Pimenta Velloso, historiadora e pesquisadora na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, esse processo de renovação não teve apenas a Semana de 22 como marco. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/modernismo-revisitado/>

No final daqueles anos 30, acontece um *boom* na indústria do livro nacional, marcado pelo aparecimento de novas editoras, fusões e processos de incorporações no mercado editorial. Adicione-se a isso o fato de que após o fim da Segunda Guerra, passou a ser mais difícil e menos vantajoso do ponto de vista econômico continuar a importar títulos do que ampliar a produção nacional de livros, ainda que houvesse condições adversas impostas pela era Vargas – os aparelhos de repressão e censura instituídos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP.

As instâncias de produção dos bens culturais se concentravam na região centro sul, que também era a que mais consumia títulos e o gênero campeão de vendas era o ficcional. De acordo com Miceli (2008, p.157), tal fenômeno só foi possível por conta do aumento do contingente de leitores, recrutadas em novas parcelas da classe média nas cidades ligadas ao setor terciário da economia, onde aumentavam os postos técnicos e de gestão, tanto nos setores público quanto privado e pela expansão o número de formados em novos cursos superiores, além da reforma no sistema de educação⁸⁶. Uma situação que sem dúvida fortaleceu o mercado e possibilitou o estabelecimento da carreira de romancista, moldando o perfil do campo intelectual, propiciando a gênese dos escritores profissionais.

Não pretendemos ser exaustivos sobre a história da intelectualidade brasileira, apenas refletir sobre como esse campo transformou-se ao longo dos anos que antecederam o aparecimento de Antônio Callado na cena da *intelligentsia* nacional, como forma de entender suas influências, pontos de similitude que podem ter sido importantes em sua trajetória como jornalista, cuja produção textual colaborou para a construção da memória acerca dos anos da ditadura militar e para a representação daquele momento histórico que o país atravessava.

De qualquer maneira, vale o exercício da reflexão sobre o papel dos intelectuais nas definições que um país toma, especialmente em sociedades como a brasileira, estigmatizada ao longo da história por processos de formação antidemocrática e habitualmente atualizados por escolhas políticas igualmente antidemocráticas. Compreender o legado histórico do protagonismo dos intelectuais brasileiros e o raio de atuação destes atores neste campo social assegura-se ainda hoje como circunstância para o entendimento, tanto das potencialidades do presente, quanto das perspectivas de futuro da sociedade.

⁸⁶ Para se ter uma ideia, estima-se que entre 1936 e 1944, o número de editoras brasileiras tenha crescido 50%, um crescimento cujo reflexo será sentido na década seguinte - por volta de 1950, o Brasil chegou a produzir quatro mil títulos e cerca de 20 milhões de exemplares por ano. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo12178/modernismo-segunda-geracao>

2.2 - Vínculos de sociabilidade de um intelectual orgânico

Eu acho que um intelectual, sobretudo num país como o Brasil, não tem o direito de se eximir como pessoa, e como intelectual, de opinar sobre a situação do país.

Antônio Callado, 1982

Pensador moldado por convicções sociais e políticas, representante dos ideários de resistência do seu tempo, Callado era visto por seus pares e assim passou à história como uma consciência intelectual ante a ditadura. A exemplo de Quintino (2017) que estudou o papel de Zuenir Ventura enquanto testemunha e jornalista-intérprete dos fatos relacionados com a cultura dos anos 1960, procuraremos aqui refletir como se moldou a imagem e esta identidade de jornalista engajado no campo intelectual e na imprensa (que a perpetuou através dos meios de comunicação), a partir das influências que ele sofreu, das relações que estabeleceu e dos circuitos que integrou. Assim, a dinâmica da experiência vivida pode nos fornecer mais elementos e lançar luz para compreendermos a produção jornalística calladiana, especialmente a opinativa, durante os anos da ditadura.

Creemos que seus textos não devam ser entendidos como mero reflexo ou representação de um dado período histórico que auxiliam na construção da memória daqueles anos no país, mas também como um conjunto de produções de um homem da imprensa diária, que viveu um contexto de profundas movimentações sociais, políticas e culturais. Um contexto sujeito a uma série de influências, que cercava e era cercado por outros intelectuais e artistas, que tinham correlação de ideias às suas, determinando seu estilo e visão de mundo. .

Essas formas de interação na sociedade a partir das experiências vividas no âmbito social são denominadas por Georg Simmel (1983) como *sociabilidade*. Para o sociólogo alemão, tais interações surgem a partir de certos impulsos e em função de certos propósitos como os instintos eróticos, impulsos religiosos e em função de interesses objetivos de defesa, auxílio, jogo, amor, comunicação, entre outros. O que motiva homens a formarem uma unidade, uma “sociedade”, fazendo-os receber e oferecer influências entre eles constitui o conteúdo, a matéria da *sociação*.

“Desse modo, a sociação é a *forma* (realizada de incontáveis maneiras) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (Simmel, 1983, p. 166).

Ainda segundo Simmel, o processo de sociabilidade, suas condições e resultados são as pessoas que se encontram numa reunião social. A “autonomia” e “exacerbação pessoal” precisam ser reduzidas e autorreguladas para que a reunião ocorra e para que haja “interação” entre os participantes. (Fernandes, 2002). As formas de linguagem não podem ser desconectadas da configuração social na qual seus sujeitos encontram-se, pois antes de serem experiências individuais e subjetivas, são experiências sociais, exemplos de sociabilidade, são formas conectadas à configuração de seres interdependentes, os quais sempre estão criando novas formas de comunicação.

Em outras palavras, os ambientes dessa convivência têm papel importante, pois neles ocorre o compartilhamento de sentimentos e valores e podem produzir solidariedade, mas também competição. Estas sociabilidades em que estão imersos os intelectuais os situam, inspiram e deslocam no tempo. Para Sirinelli⁸⁷ (2003), todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, que fundam uma vontade e o desejo e um gosto de conviver.

No ano em que o jovem Antônio Callado ingressou no mercado do jornalismo impresso em um dos periódicos mais respeitados daqueles tempos, o *Correio da Manhã*, um terço da produção editorial brasileira vendida em todo país cabia a um só autor. Com 1,2 milhão de exemplares de livros e traduções sob sua responsabilidade, o *best seller* daquele 1937 era o anatoliano Monteiro Lobato⁸⁸.

O que percebemos é que, ainda que pertença à geração que nasceu quando o modernismo era a vanguarda artística, o percurso de vida do jornalista encontra-se transpassado por alguns pontos comuns à antiga geração da República Velha. A escolha pelo curso de Direito, seguindo os passos do avô materno, por exemplo. Até a primeira República, essa formação acadêmica era vista como instância suprema em termos de produção ideológica, passaporte principal para mais facilmente abrir caminhos profissionais, na medida em que concentrava inúmeras funções políticas e sociais. Uma escolha talvez motivada pelas circunstâncias pessoais – Callado havia

⁸⁷ Para o autor, as estruturas de sociabilidade costumam ser identificadas como “redes” e apontam revistas, os manifestos, os abaixo-assinados como as estruturas de sociabilidade mais elementares para o estudo do campo intelectual.

⁸⁸ Os números correspondem a mais da metade dos 2,3 milhões de exemplares impressos pela Companhia Editora Nacional (fundada por Lobato) e sua sucursal, a Editora Civilização Brasileira naquele ano. (MICELI, 2008, p. 146).

ficado órfão na infância, o que fez cair o padrão de vida da então família de classe média, obrigando o jovem Antônio Carlos, único filho homem, a trabalhar para ajudar no sustento do seu clã.

Aliás, na época, perder o provedor do clã configurava uma espécie de mutilação social para as famílias menos abastadas. Desprovidos de capital econômico, ao menos os Callado possuíam capital social para garantir a salvaguarda do filho varão. Era a família então um exemplo do que Miceli denominou “parentes pobres das oligarquias”, que, como na geração dos anatolianos, tiveram êxito em fazer valer seu capital simbólico conseguindo que seus filhos se encaixassem em postos de trabalhos que estavam sendo abertos (imprensa) e cujo acesso estava vedado aos agentes das demais classes. Lembremos que graças às relações do avô com o proprietário do Correio da Manhã é que o futuro jornalista e escritor conseguiu a primeira oportunidade de emprego em um dos jornais de maior prestígio da época.

Em outros termos, o acesso à posição de escritor aparece, nessa conjuntura, como o produto de uma estratégia de reconversão que se impõe por força do desaparecimento do capital de que a família dispunha outrora, ou ainda pela impossibilidade de herdar esse capital em toda sua extensão. Assim, o êxito maior ou menor desse gênero de estratégia depende da capacidade de utilizar a única espécie de capital disponível, a saber, o capital das relações sociais e de honorabilidade que, em certos casos e sob certas condições, os parentes pobres da oligarquia poderão acionar a seu favor (MICELI, 2008, p. 23).

Sabe-se que Callado teve desde cedo à disposição uma boa formação humanística, graças ao incentivo dos seus parentes, que tinham sólida constituição escolar e bons livros ao seu dispor na biblioteca de casa. Na adolescência, lê clássicos como Júlio Verne e, de acordo com o que revelou durante uma entrevista no início dos anos 1990⁸⁹, lia nesta fase muito mais livros estrangeiros que brasileiros. Entre os clássicos nacionais, Machado de Assis era o mais frequente, mas é apenas durante a temporada que passa no exterior, especialmente quando frequentava o sebo Royals em Londres que, por conta da falta que sentia do Brasil, buscou refazer a cultura de língua portuguesa e redescobrir nossa literatura. Entre os seis andares do espaço, um era somente destinado à língua portuguesa e foi ali que leu o que até então não conhecia (como *Sagarana*, de Guimarães Rosa) e reler algumas obras, especialmente Esaú e Jacó: “Aí é que comecei a descobrir o verdadeiro Machado de Assis, que eu tinha lido muito

⁸⁹ Nesta entrevista, também revela ser um apreciador da poesia de Baudelaire e Rimbaud. E da poesia nacional, “li muito Castro Alves. (...). Gosto também de outros poetas. Já li Bilac... Ha pouco tempo atrás eu fiz um texto para a Folha sobre um poeta de que eu gosto muito: Augusto dos Anjos”. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/issue/view/87>

jovem e que não era um dos grandes escritores para mim. A partir desse momento, foi um deslumbramento (...) aquela maravilha, aquele texto bem escrito, tão moderno”. (PEREIRA, 1993, p. 102). Foi nossa época também que nasceu o desejo de conhecer geograficamente o interior do Brasil, o que mais tarde Callado realizou, resultando em frutos literários como *Quarup* “com aquelas leituras que fiz por lá (.) algo começou a fermentar em minha cabeça” (COELHO, 2013, p. 58).

Quando voltou ao Brasil, além da experiência da cobertura da Segunda Guerra pela BBC e Radio France, trouxe na bagagem também novas influências, fruto da convivência e contato com a imprensa internacional. O escritor Graham Greene, que também era jornalista do *The Times* de Londres, tinha como inspiração as suas viagens a trabalho pelo jornal, úteis para compor cenários e personagens para seus romances. Um *modus operandi* que vai lhe inspirar anos depois a viajar pelo Brasil como estratégia criativa para seus livros⁹⁰, convertendo, como lembra Martinelli (2006), o capital econômico propiciado pelo jornalismo em capital simbólico, por meio da literatura. Como ele relembra o jornalista nos anos 1970 em uma entrevista em *O Pasquim*:

Agora, realmente, a atividade que me interessa menos, de certa forma, é o jornalismo. A menos que você possa o tempo todo estar fazendo reportagens como essas que eu fiz no Vietnã e em Pernambuco. Essa é uma atividade jornalística que eu acho que pode competir com as outras, no sentido que te enriquece muito como pessoa. Graham Greene, por exemplo, é um sujeito que tem nutrido a obra de romancista dele com grandes reportagens preparatórias. Ele vai ao Congo, ao Haiti, ao Paraguai, ao Chile. Isso é importante para ele não apenas no sentido jornalístico, mas pela informação que deixa nele. (CALLADO in *O Pasquim*, 1972)⁹¹.

Outros autores bastante festejados na Europa no pós-guerra que influenciaram o jornalista foram Jean Paul Sartre e Bernard Shaw que, nas palavras do próprio Callado em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo em 26 de fevereiro de 194 no caderno Ilustrada, “clareavam as trevas do século XX”. Neste artigo ele ressalta a grandeza dos dois intelectuais, dando ênfase ao fato de ambos serem partidários da corrente do socialismo – à qual também se

⁹⁰ Em 1948, Callado cobriu em Bogotá uma reunião da OEA, que foi seguida de manifestações violentas nas ruas após o assassinato do candidato favorito à presidência do país. O episódio conhecido como “bogotazo” serviu de inspiração para *Passaporte sem Carimbo* (1969). E também em 1952, a viagem que fez a convite de Assis Chateaubriand, na expedição em busca de informações sobre a ossada de um coronel inglês na região do Xingu, no estado do Mato Grosso, deu origem ao livro *Esqueleto na Lagoa Verde* (1953), tendo gerado também referências explícitas em dois outros livros: *Quarup* (1967) e *Expedição Montaigne* (1982).

⁹¹ IN MARTINELLI, 2006, p. 52.

filiava. Callado os considera intelectuais com vocação pedagógica, evocando o conceito de Gramsci de intelectuais-orgânicos-educadores.

(...) dois gênios que se derramaram de suas fronteiras e idiomas para inundarem o mundo inteiro, Shaw e Sartre. Por vocação eram ambos sermonários, pregadores, além de serem ambos, naturalmente, socialistas. Passaram a vida animando e admoestando, enaltecendo e passando pito, tratando sempre de empurrar para frente a humanidade descansada, inerte⁹². (CALLADO In Folha de S. Paulo, 1994, p. 10).

No final dos anos 1940, quando volta ao país e ao Correio da Manhã, o repórter Antônio Callado tem o privilégio de ter como colegas de redação nomes de peso da intelectualidade da época, alguns já eram escritores consagrados. Entre eles, o tradutor e autor de *São Bernardo* (1934) e *Vidas Secas* (1938) Graciliano Ramos, recém-filiado ao Partido Comunista do Brasil e que atuava no periódico como redator. Na mesma função trabalhava o advogado e cronista Otto Lara Resende, além do ensaísta, crítico literário, de arte e música Otto Maria Carpeaux, que trabalhava como editorialista. Um grupo que causava fascínio ao jovem jornalista, certamente o inspirando e modelando sua identidade profissional e sua visão de mundo.

Era uma estrutura intelectual impressionante (...) creio que não se repetiu no país uma redação tão impressionante como aquela, inclusive porque havia uma simbiose, uma ligação maior entre o intelectual e o redator de jornal. Hoje os jornais estão mais profissionalizados e, sob muitos aspectos, mais fortes do que os daquela época. Mas isso tirou certo brilho intelectual que existia em redações como a do Correio. (CALLADO IN COSTA, 2005, p. 96).

Nos anos 1950 durante a viagem que faz ao Alto Xingu a convite dos Diários Associados, conhece e convive com os irmãos Villas Boas, sertanistas que a partir dos anos 1940 devotaram a vida à defesa dos índios e se engajaram na campanha que culminou com a criação do Parque Nacional do Xingu, durante o governo Jânio Quadros. A relação se estreita, pois o jornalista viaja outras vezes ao oeste do país. Os ideais dos irmãos indigenistas, ativistas de direitos humanos seguramente tiveram forte ascendência sobre o jornalista.

Quando ocupou o cargo de redator chefe do Correio da Manhã, foi convidado por Niomar Muniz Sodré, esposa do diretor do periódico a escrever a biografia do modernista Cândido Portinari, gerando a biografia *Retratos de Portinari* (1956). A aproximação com o artista

⁹² Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12346&keyword=Sartre%2Ce%2CShaw&anchor=4947461&origem=busca&pd=ab0939fb938456145c5ddb6bd926071>

plástico, filiado ao Partido Comunista, que retratava em suas telas as questões sociais, explorando temáticas como a luta de classes no campo e nas cidades acabou sendo natural – como frequentemente acontece entre biógrafos e biografados. Antônio Callado dizia que o célebre artista plástico fazia com a pintura o que os pais deles faziam com a lavoura de café. “Ele era um homem para quem o pincel era uma enxada, com a qual ele lavrava sua plantação de quadros de sol a sol”⁹³.

A sensibilidade artística do jornalista foi um dos fatores que o levou naturalmente a estabelecer relações também outro grande nome das artes visuais no Brasil, a pintora Djanira da Mota e Silva. Os laços de amizade que o uniam à desenhista, ilustradora, cartazista, cenógrafa e gravadora paulista, que tinha praticamente a mesma idade que a sua, foi provada em vários momentos – como quando ela criou em sua homenagem uma aquarela retratando um anjo da guarda, fazendo questão de levar pessoalmente a tela de presente na prisão onde estava detido em 1965, por protestar em frente ao Hotel Glória, por ocasião da reunião na OEA. A obra foi a leilão em 2017, como também outros objetos pessoais de Callado que revelavam suas conexões com outros intelectuais contemporâneos a ele⁹⁴.

Com uma carreira jornalística que incluía reportagens locais e internacionais, quatro livros publicados, duas peças de teatro em cartaz e um bom trânsito entre literatos, a bagagem intelectual de Callado em 1958 já era considerada notável o suficiente para credenciá-lo a encabeçar jantares e encontros com personalidades internacionais.

Um exemplo foi a missão do Itamaraty para receber o escritor britânico radicado nos EUA, Aldous Huxley, considerado um dos mais vanguardistas⁹⁵ intelectuais da época. Durante a missão, (que incluiu viagens a Minas Gerais e ao Mato Grosso) da qual fazia parte também a poetisa Elizabeth Bishop (que já vivia no Brasil), Callado apresentou-lhes o Xingu e o modo de vida das diferentes aldeias indígenas, onde viviam 30 diferentes nações. Ele também foi escalado para ser integrante da comitiva que ciceroneou um de seus escritores mais admirados, Jean-Paul Sartre, em visita ao Brasil entre agosto e novembro de 1960.

⁹³ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq31019817.htm>

⁹⁴ Entre eles também mais de 40 livros com dedicatórias originais de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Clarice Lispector. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/livros-do-acervo-pessoal-de-antonio-callado-serao-leiloados.html>

⁹⁵ A obra progressista de Huxley antecipou e exerceu grande influência teórica na formação dos meios da contracultura e dos movimentos de contestação, especialmente entre jovens californianos nos anos 1960, como a rejeição ao consumismo, as tendências anarquistas o uso de alucinógenos e o movimento hippie.

Ao longo da vida profissional, o trabalho nas redações jornalísticas favoreceu o aumento da capilaridade em sua rede de relacionamentos intelectuais. As rotinas do fazer jornalístico da época, e seus longos períodos de tempo passados nas redações, por exemplo, tornavam-nas ambientes prolíficos para gerar essas conexões. Nos anos 1940, o trabalho na redação de *O Globo* aproximou-o de Nelson Rodrigues, embora ideologicamente estivessem em polos opostos⁹⁶. Em depoimento ao mesmo jornal, décadas depois (em 06.01.1996), dizia: “tive uma relação muito intensa com o Nelson. Ele era diferente de todo mundo que conheci e me achava um exemplar curioso de gente. Ficava impressionado com o fato de eu conseguir agir em silêncio naquela época tão barulhenta”⁹⁷.

Um dos mais importantes vínculos que manteve foi com o também escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, de quem foi redator chefe nos anos 1960, no *Correio da Manhã* e a quem Cony se referia como “companheiro de jornal, de prisão, de vida”. Um robusto elo, forjado graças a episódios que revelam a sincronia de pensamento entre ambos, que não se esquivavam da tarefa se colocarem publicamente como intelectuais contra o regime: juntos foram presos ao lado de outras figuras de renome da cena cultural da época ao protestarem durante reunião da OEA em 1965, o episódio conhecido como *Os Oito do Glória*.

No ano anterior, colaboraram (sob a organização de Alberto Dines) para elaboração do livro *Os idos de março e a queda em abril*, publicado meses depois do golpe. Para Callado, como para Cony, aquela era a hora dos intelectuais tomarem posição contra o que acontecia no país, sob pena de passarem à história como pérfidos que não defenderam o Brasil.

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no país. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a consciência da sociedade. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traíndo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. (CONY, 1979, p. 100).

O estilo direto e muitas vezes virulento das crônicas políticas de Cony contra os militares, publicadas nas páginas de *O Correio da Manhã* nos dias que sucederam a deposição de João

⁹⁶ Nelson Rodrigues era considerado pelos seus pares como um porta-voz do pensamento conservador e defensor da ditadura militar.

⁹⁷ Disponível em <http://www.tirodeletra.com.br/relacoes/NelsonRodriguesAlceuAmorosoLimaAntonioCalladoArianoSuassuaIsabelLustosaMillorFernandes.htm>

Goulart (e posteriormente reunidas no livro *O Ato e o Fato*) renderam-lhe perseguição, ameaças e uma inevitável demissão. Mais uma vez, a relação entre os dois jornalistas provou-se de lealdade e revelou a integridade de Callado.

A importância de Callado em minha vida é tanta que ele foi o único ser humano a quem dediquei um livro. No dia em que, sob o peso das pressões políticas, me demiti do Correio da Manhã, ele, redator-chefe, aceitou na hora. Mas se demitiu também. Só Antônio Callado seria capaz de um gesto desses. (SANTOS, 2017)⁹⁸

A admiração pelo amigo fica patente ao escrever sobre ele após sua morte em 1997, em artigo emocionado na Folha de S. Paulo. Cony lembra que em 1967 recebeu uma homenagem que ainda lhe tocava o coração: os originais de *Quarup*, para que lesse e opinasse em primeira mão.

Li mas não opinei. Levei os originais para Ênio Silveira, na *Civilização Brasileira*. Foi o melhor romance do ano e da década, um dos maiores de nossa literatura (...). Em novembro de 1965 fomos presos na porta do Hotel Glória. Saímos cedo de casa, almoçamos com Flávio Rangel na Colombo, depois o Flávio saiu para ir buscar umas faixas que o Thiago de Mello estava fazendo. Ficamos Callado e eu rodando pela cidade, aguardando a hora de ir para a porta do Glória. O mínimo que nos aconteceria seria a prisão, disso tínhamos certeza. Volta e meia eu sentia um frio no estômago: e se houvesse reação, tiros, o diabo? Olhava o Callado: a fleuma dele era sobrenatural. Já de cabelos brancos, ele tinha a consciência de que estava fazendo o certo - o resto não tinha importância. (CONY, 1997, p. 4).

Além do jornalista e romancista, havia também o Antônio Callado escritor de teatro, cujo estilo começou a ser moldado durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto trabalhava em Londres na Seção Brasileira da Rádio BBC, quando “bebeu” na fonte dos roteiros de radio teatro da emissora, traduzindo alguns textos para o português e produzindo novas peças. Segundo Mandur (2018), os modelos de narrativa e diálogo com os quais teve contato impactaram sobre o estilo que o autor desenvolveu a partir da década seguinte.

Das nove peças que escreveu *O Fígado de Prometeu* (1951), *Cidade Assassinada* (1954), *Frankel* (1954), *Pedro Mico* (1957), *Colar de Coral* (1957) *O Tesouro de Chica da Silva* (1959), *Forró no Engenho Cananeia* (1964), *A Revolta da Cachaça* (1983) e *Uma rede para Iemanjá*

⁹⁸ Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/antonio-callado-caboclo-ingles-que-se-tornou-escritor-imortal-1-20781879#ixzz6Gul0vbCJ>

(1983) – sem dúvida a mais vitoriosa⁹⁹ e que bem reflete essa linguagem simples, dinâmica e direta do rádio foi *Pedro Mico*.

Sucesso de público e crítica entre 1957 e 1964, o texto foi encenado primeiro no Rio de Janeiro, depois em São Paulo e em outras cidades brasileiras, além de Havana, em Cuba, onde foi escolhida para representar o Brasil em um festival de teatro. A peça conta a história de um malandro simpático, negro, morador de uma favela no Morro da Catacumba que comete alguns crimes, mas sempre consegue se sair bem das situações mais adversas.

Pela primeira vez, um negro e uma favela eram protagonistas dos palcos cariocas e atraía muito público. O crítico de teatro Yan Michalsky lembra que as peças calladianas têm características próprias, porque nelas o povo desempenha um papel de protagonista coletivo com personagens populares, que geram empatia no público, mas Callado se recusa a tratá-los sob um enfoque paternalista¹⁰⁰.

É certo que quando comparada com sua produção de romancista e jornalista, a verve dramática de Callado ocupa um lugar mais secundário no conjunto de sua obra. O que foi produzido parece mais ser fruto da influência do contexto artístico que vivia o Brasil naqueles anos. Como ele disse durante uma entrevista

O teatro para mim não foi realmente fundamental. Eu tive um certo flerte pelo teatro e isso aconteceu porque o teatro cresceu muito no Brasil daquele tempo. A partir de Nelson Rodrigues houve uma coisa assim com o teatro que nunca vi em relação a nenhuma outra arte (...) esse momento absolutamente extraordinário e eu me deixei envolver por ele. (...) não considero que seja uma coisa muito importante da minha obra (...). Não que o Teatro seja menor. Eu é que era menor que o Teatro. (PEREIRA, 1993, p. 103-104)

Uma declaração modesta e típica de um intelectual discreto, *low profile*. Em uma reportagem não assinada de 1965 no *Correio da Manhã*, Antônio Callado é considerado um dos dramaturgos a renovar a cena teatral brasileira ao lado de nomes de peso da cena contemporânea

⁹⁹ Durante dois anos consecutivos (1957-1958), a montagem conquistou respectivamente os prêmios de melhor ator (Milton Moraes) e melhor atriz (Nicete Bruno) de comédia da Prefeitura do Rio de Janeiro. Os jornais da época se referiam a *Pedro Mico* como “um dos maiores êxitos teatrais de 57”. A peça – cuja estreia foi prestigiada inclusive pelo presidente Juscelino Kubitschek – tinha ingressos lotados e foi encenada neste período em pelo menos sete teatros no Rio de Janeiro (República, de Bolso, Rival, Dulcina, Tijuca, Recreio, Municipal nos quais ficava em média quase um ano em cartaz), além do TBC em São Paulo. Além disso, segundo nota publicada no *Correio da Manhã* em 21.09.1957, a peça foi citada de maneira positiva na Revista Times, em uma reportagem especial sobre as favelas no Rio de Janeiro. Sem esquecer que foi adaptada para o cinema (1985) e mereceu também uma versão para a televisão, na TV Excelsior de São Paulo, em 1966, no programa “Teatro como no Teatro”.

¹⁰⁰ In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa25227/antonio-callado>.

como Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Viana Filho e Dias Gomes - todos com inclinações ideológicas à esquerda, como Callado. Mas ao contrário deles, a militância do jornalista não tinha vínculos formais ou filiação ao Partido Comunista Brasileiro.

Na função de dramaturgo o jornalista vai angariar ainda mais capital simbólico, por meio das inúmeras conexões com atores, diretores, produtores, cenógrafos do panorama teatral dos anos 1950. Importantes nomes da cultura nacional, que durante décadas fizeram história não só no teatro, mas também na televisão, cinema e artes em geral fluíam nestes meios e tinham contato direto com Callado, que acompanhava a produção de suas peças e sempre estava presente a cada estreia.

Nos créditos da primeira montagem de *Pedro Mico* no Rio de Janeiro, em 1957, por exemplo, estavam Paulo Francis, na direção e Oscar Niemayer, na cenografia¹⁰¹. Nos papéis principais, figuravam em diferentes montagens os nomes dos atores Milton Moraes, Grande Otelo¹⁰², Paulo Goulart e Nicete Bruno (casal de sucesso de produções no canal 9, TV Excelsior, ela já consagrada por papel na peça “Marido Magro, Mulher Chata” de Augusto Boal) nos papéis principais, tendo Ary Barroso composto sambas e outras canções para uma versão musical, que não chegou a ser encenada, em 1958.

Na mesma época, outra obra teatral calladiana, *Frankel*, foi escolhida para ser a peça de estreia da companhia de teatro de Paulo Autran e Tônia Carrero – uma montagem que, além dos dois já consagrados atores da cena teatral, também trazia Claudio Correia a Castro no elenco. Aliás, a amizade e aproximação com a classe de atores continuarão pelas décadas seguintes (uma de suas amigas mais próximas era Fernanda Montenegro) – especialmente durante as manifestações contra a ditadura.

¹⁰¹ Foi a segunda incursão do arquiteto de Brasília no teatro. A primeira havia sido na peça “Orfeu da Conceição” de Vinicius de Moraes – a imprensa da época brincava e lhe chamava de “arquiteto da favela”, visto que ambas as peças se passavam nestes cenários.

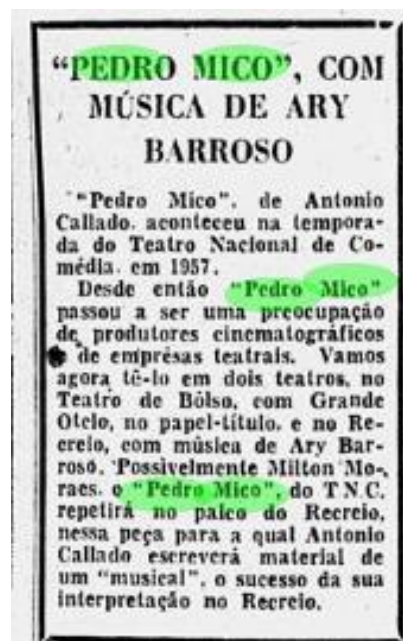
¹⁰² Na realidade o ator fechou contrato com a companhia de teatro para encenar o papel principal a partir de 1958, o que ganhou holofotes na mídia da época, mas nunca chegou a estrear nenhuma montagem, porque não conseguia comparecer aos ensaios, devido a outros trabalhos no cinema.

Imagem 25 – Nota no *Correio da Manhã* sobre encontro com Oscar Niemeyer e Paulo Francis a respeito da primeira montagem de *Pedro Mico*



. Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Imagem 26 – Nota no *Correio da Manhã* sobre a participação de Ary Barroso em nova montagem de *Pedro Mico*, 10.06.1958.



. Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Imagem 27: Antônio Callado com Milton Moraes, ator branco que para encenar o papel-título precisava ter o rosto pintado. *Correio da Manhã*, 25.11.1958.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Imagem 28: Anúncio de uma das montagens da peça Pedro Mico, publicada no *Correio da Manhã*, em 05.08.1960.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Imagem 29- Nas manifestações contra a ditadura no final dos anos 1960, com as atrizes Norma Benguell e Odete Lara.



Fonte: “Antônio Callado – Fotobiografia”

Nos anos 1960, Callado é convidado pelo *Jornal do Brasil* a integrar o corpo de editorialistas, o início de uma jornada profissional que durará até sua aposentadoria em 1974, na qual vai desempenhar o papel também de repórter, articulista, cronista e crítico de arte. Um período no qual convive com escritores do quilate de Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, dos quais se tornará amigo e com o qual em muitas edições do Caderno B dividirá espaço na mesma página. É admirado por outros escritores seus contemporâneos e como ele, imortais da Academia Brasileira de Letras como João Cabral de Melo Neto, Ferreira Gullar e Lygia Fagundes Telles, que o define como um “amado amigo”¹⁰³.

Callado também inspirou e transitou entre intelectuais de gerações mais novas. Com o cantor e compositor Chico Buarque, foi preso nos anos 1970 no Aeroporto do Galeão quando voavam juntos vindos de um evento cultural em Havana. Ou os escritores João Ubaldo Ribeiro e Moacir Scliar – este último com quem esteve em conferências na Alemanha, e para quem Callado “apesar de ser um homem de imensa estatura moral, era extremamente simples”. E

¹⁰³ Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13414&keyword=Callado&anchor=258204&origem=busca&pd=b4e819cb0bcf89451a4401df4e4e24f3>

ainda, o cineasta Ruy Guerra - de quem ficou próximo quando este adaptou *Quarup* para o cinema.

Estas diferentes redes de relacionamentos certamente contribuíram para a consolidação de uma carreira de um intelectual-cidadão, cuja militância era não vinculada a uma ideologia de um ou outro partido – pois extrapolava essa visão, na medida em que se achava comprometido com a defesa da democracia, da liberdade de expressão da condição humana – especialmente das minorias.

No dia seguinte à morte do jornalista e escritor, em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, o então presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Eduardo Portela, dizia que Callado se posicionou na política porque era ético. “Quem empurra o escritor para a política é a ética. Callado é político, porque é ético. É ele que as pessoas, os cidadãos que alcançaram o discernimento crítico, deploram agora. Deploram o escritor que partiu, exemplo de exercício cotidiano de dignidade, sem rodeios e sem concessões” (PORTELA, 1997, p. 1).

3- VOZES DAS REDAÇÕES: OPINIAO POLITICA NO JORNALISMO

3.1 Imprensa: uma instituição política

Parece pacífico afirmarmos que os meios de comunicação social se inserem na definição de instituições sociais¹⁰⁴ já consagradas, que conseguiram autonomizar o seu campo de legitimidade em contextos democráticos e que estabelecem com os restantes campos da sociedade relações privilegiadas. (RODRIGUES, 1981).

Já no princípio do século XX, teóricos da Escola de Chicago, que deram continuidade às perspectivas iniciadas por Gabriel Tarde, se debruçavam sobre a relevância e dimensão social da imprensa e do jornalismo. Outros estudos no quadro dos Estudos Culturais, como os da pesquisadora norte americana Barbie Zelizer, fazem menção à responsabilidade do jornalista enquanto elucidadores da realidade - integrantes do que ela denomina “comunidade interpretativa”, que mantém uma coesão por possuírem um repertório de acontecimentos do passado, uma cultura que se constitui como modelo de apreciação das ações do presente. Realmente, muito já se refletiu sobre o compromisso social do jornalismo, o seu lugar na construção de circulação de conhecimento na sociedade, a sua responsabilidade pública muito para além da oferta diária de notícias aos cidadãos e do reflexo da realidade, pois contribui para a construção desta. (TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1978).

Se considerarmos o histórico de baixa participação política existente no Brasil, um país com traços arraigados de autoritarismo nas relações sociais, o histórico papel de mediador dos jornalistas ganha contornos de ainda de maior relevo na produção de sentido para o público, especialmente quando o assunto é política.

Neste sentido, ao “traduzir” e interpretar esses fatos específicos, o jornalista constrói e baliza agendas e panoramas - encargo mais reforçado e com espectro de influência redobrado em um contexto de precárias condições de ensino básico, analfabetismo¹⁰⁵, baixo poder aquisitivo, escassez de empregos, desigualdade social, fragilidade das organizações sociais, o que leva boa

¹⁰⁴ Para Adriano Duarte Rodrigues, uma instituição social constitui “um sistema de produção e inculcação de valores, gerido por agentes sociais dotados de uma legitimidade indiscutível e relativamente soberana em razão da competência adquirida e reconhecida por todos dentro de um campo autónomo e específico” (RODRIGUES, 1981, p. 31).

¹⁰⁵ Segundo o IBGE, hoje 6,8% da população acima dos 15 anos no Brasil ainda é analfabeta. Uma taxa que nos anos 1960 - período de que se trata a análise nesta pesquisa - era de 39%. Disponível em [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,\(3%2C9%25\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,(3%2C9%25))

parte dos cidadãos a ter na imprensa a sua principal fonte de contato com temas da política. Como lembram os cientistas políticos Miguel e Biroli (2010):

(...) a mídia se tornou o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns”, substituindo, em alguns casos, os próprios partidos políticos, tradicionalmente os mediadores dessa relação. (...) a interação da imprensa com as instituições políticas democráticas pode ser considerada um dos aspectos centrais da atividade do jornalismo. (MIGUEL; BIROLI 2010, p. 9, 17).

Cristina Ponte (2005) defende que quando todos os dias os diferentes meios de comunicação ofertam um “cardápio” noticioso ao público, este *menu* é carregado sempre de sentido ideológico, “de que essas são as matérias que *importam saber* e que as formas como se apresentam são as *naturais e certas*” (PONTE, 2005, p. 100). Neste sentido, Eduardo Meditsch (1992) chama a atenção para o fato de que

todo o conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isto não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade. (MEDITSCH, 1992, p. 31-32)

Em outras palavras, em que pese o fato dos códigos deontológicos pregarem a objetividade, isenção e imparcialidade como condições primordiais para o bom exercício do jornalismo, há muito já se sabe que tal afirmação parece constituir uma falácia – tendo em vista que ainda que os relatos jornalísticos não conseguem escapar – mesmo que inconscientemente – de um maior ou menor grau de viesamento, mesmo que lhes apliquem critérios de objetividade e que aparentemente sejam neutros quanto ao conteúdo.

O processo de apurar, reunir, elaborar e distribuir informação é totalmente influenciado pelas visões, compromissos e interesses dos agentes envolvidos na cadeia de produção noticiosa – jornalistas e empresas. (TUCHMAN, 1978; ABRAMO, 1988). O jornalismo, em suma, tem sempre opinião, independente dos gêneros opinativo e informativo (MORAES, 2007). Por isso, Chaparro (2007) duvida da efetividade da divisão entre informação e opinião, ao argumentar que uma paginação diferenciada dos textos não garante um relato purificado, livre de ponto de vista.

Tais fatores são próprios da engrenagem do fazer informacional, das rotinas de trabalho, da “regra do jogo” jornalístico. O jornalista precisa ser capaz de desenvolver um trabalho que vá além da mera narrativa da atualidade dos fatos, atuando criticamente e assim assumindo uma condição de ator político: um processo no qual “tomar algum partido” acaba se tornando inerente à função de profissional da notícia.

O jornalista não pode ser despido de opinião política. A posição que considera o jornalista um ser separado da humanidade é uma bobagem. A própria objetividade é mal administrada, porque se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico. Deve-se, sim, ter opinião, saber onde ela começa e onde acaba, saber onde ela interfere nas coisas ou não. É preciso ter consciência. (ABRAMO, 1988 p. 109)

Para McNair (2000), estudar a democracia pressupõe sempre refletir acerca da maneira pela qual os meios representam os acontecimentos, influenciando na opinião pública e no próprio processo político. Norberto Bobbio ensina que “A característica da democracia é a publicidade dos atos do governo, pois somente quando o ato é público os cidadãos estão em condições de julgá-lo e, portanto, de exercer diante dele uma das prerrogativas fundamentais do cidadão democrático, o controle dos governantes”. (BOBBIO, 2000, p. 204-205).

Esse poder de publicizar os acontecimentos e o acompanhamento da forma como se comportam outros atores sociais na visão de Alzira Alves Abreu (2017) é a chave para compreender como a mídia revela as transformações que se operam em contextos democráticos. Para a autora, além disso, “a mídia também introduz no sistema social novas formas de pensar, elabora e interpreta aspirações e demandas da sociedade; ou seja, como ator social, participa de todo processo político” (ABREU, 2017, p. 92).

Timothy Cook (2005) considera o jornalismo contemporâneo uma instituição política com base em critérios como seu desenvolvimento histórico, o processo compartilhado e a previsibilidade de seus produtos, que são materializados por meio de organizações de comunicação. Para melhor compreendermos as interações entre mídia e política, recorreremos novamente ao conceito de *campo*, de Pierre Bourdieu, que o define como um espaço social, mais ou menos restrito e autônomo, que possui suas próprias relações, processos e regras. Nele, os indivíduos podem ocupar posições mais centrais ou periféricas, de acordo com o nível de capital que acumulam.

As figuras de autoridade no campo, que ocupam as posições mais centrais nele, são aquelas que detêm maior volume de capital. A sanção decorrente da transgressão das regras do campo manifesta-se na forma de exclusão ou fracasso (BOURDIEU, 2011, p. 195). A ideia de que a mídia e a política sejam campos relativamente independentes, com suas próprias lógicas, mas que interferem um sobre o outro em larga escala ganham força na visão de Miguel (2014). Seus agentes precisam, em alguma medida, incorporar a lógica um do outro.

Esse traço da relação entre jornalismo e política é exemplificado por Cook (2005) ao referir-se à forma com que o trabalho do jornalista se entrelaça com os dos governos em geral, sendo as notícias e a cobertura política em geral o fruto de uma negociação e de uma produção conjunta entre ambos, “resultado da colaboração e do conflito entre jornalistas, autoridades e outros atores político, de modo a tornar os meios noticiosos uma força política central no governo” (COOK, 2005, pp. 203-206).

Cook ressalta, porém, que existe uma peculiaridade nesta relação: é possível ao jornalismo pertencer ao mundo da política, mas com independência em relação ao Estado e um distanciamento do poder público, de modo que consiga exercer o papel de observador avançado, os “olhos críticos” da sociedade, de ser um fiador da democracia.

3. 2- Um gênero “ao rés do chão”

O cronista é um indivíduo encharcado de seu tempo. Enfim, um escritor crônico.

Afonso Romano de Sant'Anna

Tipo textual opinativo suscetível aos acontecimentos factuais do cotidiano, que permite uma interpretação subjetiva, poética e criativa da realidade, a crônica é, dos textos do gênero jornalístico de opinião, o de caráter mais híbrido e que flui mais livremente entre o fato e a ficção, cuja trajetória no Brasil que se confunde com a história do jornalismo contemporâneo. Para Marques de Melo (2006) é um tipo textual tipicamente brasileiro e se distingue de manifestações jornalísticas similarmente rotuladas que se praticam em outros países. Crosson (2007) enxerga na crônica semelhanças com o livro-reportagem, na medida em ambos constituem mecanismos matizados, híbridos, capazes de dilatar a capacidade de comunicação moderna ao combinarem perfeitamente literatura e jornalismo.

Alguns estudos situam o registro circunstancial da chegada dos portugueses à costa da Bahia em abril de 1500, constante da carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel como a primeira crônica produzida sobre o Brasil (nos moldes do que usualmente se denominava crônica no século XVI na Europa). Para Afrânio Coutinho, a divisa da produção de crônicas no país ocorre apenas no século XIX, quando surge ligada ao entretenimento, por meio de um tipo de produção na imprensa que abarcava um apanhado cronológico dos fatos, aliado à ficcionalidade: histórias reais contadas com características literárias, estas últimas herdadas dos folhetins.

Não por acaso foi no espaço destinado ao folhetim, em um rodapé largo de página do jornal carioca *Correio Mercantil* (1848-1868) que nasceu a coluna “Ao correr da pena”, um marco da crônica no Brasil, segundo Antônio Cândido (1980). Este espaço era do escritor José de Alencar (1829-1877)¹⁰⁶, que no período entre 1854 e 1855 concebia semanalmente produções textuais curtas, nas quais desfiava uma resenha dos acontecimentos da semana, com comentários despreziosos e pessoais sobre fatos cotidianos da cidade. No mesmo periódico e época trabalhava Machado de Assis (1839-1908), para quem o gênero era muito mais antigo, conforme

¹⁰⁶ “Alencar era formado em Direito e escrevia no jornal uma seção forense até que começou a produzir uma coluna passando em revista os acontecimentos da semana. (...) Os costumes mudavam rapidamente e as crônicas de Alencar refletem essas mudanças: o interesse pelo teatro, a guerra da Crimeia, as festas populares, como o carnaval, as sociedades por ações que davam toque de escândalo aos negócios parcos e morigerados até aí vigentes, inauguração das corridas de cavalo, os partidos que se formavam após as récitas do teatro lírico, o aparecimento das máquinas de costura”. (SODRE, 2011, p. 286-287)

escreveu em crônica publicada anos depois em outro periódico, a revista dominical, *O Espelho* (1859-1860):

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a possibilidade de crer que foi coetânea das duas primeiras vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. (ASSIS, 1997, p. 370).

Para compreender a diferença de estilo das crônicas entre Alencar e Machado, recorremos a Hérís Arnt (2001). Para o autor, enquanto o primeiro “se envolve no brilho das aparências da sociedade da época” o bruxo do Cosme Velho espelha “os mesmos ambientes e tipos, contudo, levanta o tênue verniz que encobre a essência deles, e analisa a sociedade atentamente, jogando sobre ela um olhar irônico e crítico” (ARNT, 2001, p. 49).

No alvorecer do século XX, outro jornalista e escritor, Joao do Rio (1881-1921), pseudônimo de João Paulo Alberto Coelho Barreto, fez da crônica jornalística na imprensa carioca uma janela pela qual contemplava as glórias e mazelas do Brasil republicano e, mais especificamente, de uma capital federal em fase de mudanças urbanas. Na coluna *Cinematographo*, publicada na primeira página da *Gazeta de Notícias*, no período entre 1907-1910 procurava captar a psicologia das ruas, evidenciada nos textos em que fazia uma revisão da semana com um olhar crítico, especialmente à realidade política da classe dominante na sociedade da época.

Outro jornalista/escritor profundamente ligado ao gênero foi Lima Barreto (1881-1922), ferrenho defensor da igualdade social, da luta dos trabalhadores e crítico mordaz de uma cidade cuja imprensa tinha na satisfação dos ditames de quem governava o país na época a sua razão de existir – tudo expresso em suas crônicas publicadas no *Correio da Noite* (1907-1913) e na revista *Fon Fon* (1907-1958), nesta última tendo publicado textos sob pseudônimo, como era habito na época. Estavam na mira de suas crônicas a sociedade, a política, a vida literária e os costumes do Rio de Janeiro.

Antônio Cândido - que definiu a crônica como a “vida ao rés do chão” no sentido de ser um texto mais próximo do público e da vida comum, haja vista a sua vinculação com a realidade

cotidiana, assinalando “para os milagres operados pela simplificação e naturalidade” – afirma ainda que é a partir dos anos de 1930 que ocorre a solidificação do gênero na imprensa brasileira.

Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres. Nos anos 30 se afirmara Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, e apareceu aquele que de certo modo seria ‘o’ cronista, voltado de maneira praticamente exclusiva para este gênero: Rubem Braga”. (CANDIDO *apud* MARQUES DE MELO, 2006, p. 203).

As décadas seguintes nos legariam ainda outros escritores de destaque na cena das crônicas na imprensa diária, como Nelson Rodrigues (1912-1980), Clarice Lispector (1920)-1977, Fernando Sabino (1923-2004), Paulo Mendes Campos (1922-1991) Luis Fernando Veríssimo (1936) Afonso Romano de Sant’Anna (1937), Artur da Távola (1936-2008) e Carlos Heitor Cony (1926-1918), que demarca algumas diferenças em relação a outro tipo de texto opinativo com presença recorrente nos jornais diários, os artigos:

Elas se diferenciam do artigo porque são basicamente centradas num eixo permanente: o ‘eu’ do autor. Daí que o gênero é romântico por definição e necessidade. O artigo procura a objetividade, a clareza, o raciocínio, o desdobramento de premissas e uma conclusão. Baseia-se na fonte de informação, cultural ou factual expressa-se numa linguagem apropriado para ser uma coisa e outra, ou seja, objetiva e informativa. Já a crônica, gravitando em torno dos mesmos segmentos (política, esporte, economia, polícia, sociedade etc.) tem menos ou nenhum compromisso com a objetividade ou a informação. Sua validade (nunca a necessidade) dependerá da qualidade do texto em si (CONY, 1998, p.7).

Outro autor que confronta crônica e artigo é Luiz Beltrão, que considera a primeira menos ambiciosa que o segundo e menos rígida na exposição e interpretação do tema abordado, sem elevá-lo a generalizações teóricas, na medida em que constitui “a forma de expressão do jornalista/escritor para transmitir ao leitor seu juízo sobre fatos, ideias e estados psicológicos pessoais e coletivos” (BELTRÃO, 1980, p 66-68). Mas também vê semelhanças entre articulistas e cronistas, ambos considerados autênticos literatos e privilegiados que podem burilar seus textos, por não terem que se submeter à pressão do tempo reduzido da produção coercitiva diária, o que resulta em produções perenes, verdadeiras exceções no exercício da atividade jornalística.

José Marques de Melo (2003) detecta marcas identitárias fundamentais na crônica moderna: vinculação ao cotidiano de forma temática e analítica, captando os estados emergentes da psicologia coletiva, além da crítica social, disfarçada num arranjo de conversa simplista e despretensiosa.

Afrânio Coutinho exalta certas qualidades estilísticas importantes neste tipo de produção textual. “A crônica é um gênero literário em prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas” (COUTINHO, 1997, p. 121). Mas a evidenciação das marcas do enunciador parece ser a característica definitiva¹⁰⁷ e mais importante dos atributos do gênero, para a maior parte dos estudiosos do tema.

Isto porque os gêneros opinativos, de forma geral, facultam ao profissional de imprensa a rara e privilegiada oportunidade de trabalhar o texto em primeira pessoa, ao contrário do jornalismo informativo, que além de sofrer influência de *deadlines* cada vez mais encurtados também - ao menos em tese - necessitam cumprir com a neutralidade e imparcialidade do autor perante o que acontece no mundo ao seu redor, que naturalmente tolhe o desejo de imprimir pessoalidade a quem escreve.

A crônica, ao contrário, liberta o *ethos*¹⁰⁸ do criador do texto. “Os fatos são, portanto, um pretexto para o autor da crônica. A partir daí ele dá vazão aos seus sentimentos e, com absoluta legitimidade, pode entrar no domínio da ficção” (GALENO, 2002, p.108). E esse livre curso dado à própria emoção, ao próprio julgamento não constitui mais uma falta, mas a própria regra da enunciação (CHARAUDEAU, 2012).

¹⁰⁷ Massaud Moisés (2001) nos lembra ainda de outros traços característicos do gênero, como a ambiguidade, o estilo variante entre o oral e o literário, a presença das temáticas do cotidiano, da brevidade expressa em textos curtos e da efemeridade, pois, para o autor, mesmo quando reunidas em livro, as crônicas são fugazes, não têm a permanência ou a longevidade de outras obras literárias como conto ou romance. Para o autor, a crônica cedo ou tarde perde a batalha contra o envelhecimento. Uma premissa, a nosso ver, verdadeira em parte, haja vista casos de crônicas que, quando posteriormente reunidas em livro, eternizaram-se, como as obras de Drummond, Rubem Braga ou Fernando Sabino. Mas quando tratamos de produções que versem sobre temas específicos de uma determinada época, realmente implicam uma compreensão prévia do contexto no qual foram engendradas, a fim de serem efetivamente compreendidas. É o caso das crônicas políticas publicadas na época da ditadura, que requerem um entendimento acerca do ambiente social em que foram produzidas, a fim de que sejam alcançadas em sua totalidade.

¹⁰⁸ O *ethos* constitui um domínio, uma dimensão que não se limita ao autor, à pessoa que fala pessoalmente aos leitores, mas sua imagem/representação criada no discurso, o modo de exposição no texto. (FIORIN, 2014). Para Michel Meyer, o *ethos* é “uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga a pessoa e a imagem que orador passa de si mesmo e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que, então, se dispõe a ouvi-lo e segui-lo” (MEYER, 2007, p. 34). Na visão do autor, as virtudes morais, a boa conduta e a confiança são fundamentais para o que o orador suscite uma autoridade junto ao seu auditório, no caso, os seus leitores.

Nesse diapasão, Aguiar (2004) ao tratar das crônicas de Machado de Assis no século XIX, lembra-nos que a autonomia da qual dispõe o cronista para transitar por terrenos e assuntos diversos de forma expressar um fato temporal da realidade presente libera-o ainda para adotar o tom que preferir em sua produção: bem humorado, sarcástico, sério, irônico ou poético, se contar outras estratégias, como o uso de figuras ou personagens como fio condutor para o desenrolar de um assunto, que podem dialogar diretamente com o escritor ou ser o personagem principal do enredo, de forma a esmerar a maneira como os assuntos são tratados no texto.

Veremos mais adiante que esta foi uma das estratégias empregadas por Callado em parte de suas crônicas para refletir sobre o momento do Brasil, um país vivendo nos primeiros meses de uma ditadura militar e uma sociedade mergulhada em um estado do torpor típico de quem vivia a transição entre a instabilidade política e institucional e uma realidade de muitas incertezas quanto à manutenção de um estado democrático de direito. Uma tática que não era propriamente inovadora, posto que já houvesse sido usada pelo próprio Machado em crônicas, publicadas em jornal 60 anos antes, como a seguir se apresenta.

3.3 Crônicas políticas no Brasil

Melo (2003) ressalta que a crônica moderna capta os estados da emergente psicologia coletiva, produzindo crítica social, sob o disfarce de uma conversa simples e despretensiosa e que, ainda, o gênero não é monolítico nem uniforme, comportando várias classificações. Enquanto objeto de estudo no Brasil, a crônica é categorizada sob diferentes denominações por seus estudiosos. Coutinho (1999), Moisés, (2011) e Cândido (1992) ¹⁰⁹, por exemplo, formularam propostas de classificação a partir de tipologias literárias, de gênero literário e de estrutura narrativa, respectivamente.

Há uma afinidade entre os estudos desses autores, que em suas classificações chegam a um ponto comum: a *crônica narrativa* ou *crônica conto*, que é dotada de certa estrutura de ficção, marchando rumo a este outro gênero ficcional, dotada de um eixo constituído por uma história ou episódio, (sem possuir necessariamente começo, meio e fim).

Massaud Moisés ainda a subdivide em dois subtipos: a que explora a temática do 'eu' (quando se concentram nas emoções do cronista), e a que gira em torno do 'não-eu' (o acontecimento de que o cronista é apenas o narrador, o historiador).

Já Beltrão (1980) orienta-se por critérios jornalísticos e projeta uma partição segundo o tema em si e o tratamento dado pelo cronista. Quanto ao *tema* temos a *geral* (que trata de assuntos variados, ocupando espaço fixo no jornal), a *local* (ou urbana, que critica a vida cotidiana nas cidades, captando tendências da opinião pública) e a *especializada* (ou comentário, na qual o autor focaliza apenas assuntos referentes a um campo específico da atividade: política, esportes, economia).

Já quanto ao tratamento dado ao tema, o pesquisador pernambucano propõe a existência da crônica analítica, na qual os fatos são apresentados com brevidade e dissecados de forma objetiva e direta, falando mais à razão do que à emoção, em linguagem sóbria, enérgica, mas elegante e caprichosa; a sentimental, em que predominam a emoção e o apelo à sensibilidade e os fatos são apresentados a partir do seu lado pitoresco e/ou lírico; e finalmente, a satírico-

¹⁰⁹ Outros tipos de crônica, segundo Cândido são *crônica diálogo*: conversa do cronista com seu interlocutor imaginário ou uma conversa entre os personagens criados pelo autor. *Crônica de exposição poética*: é a divagação, de forma lírica, sobre um fato ou personagem. E a *crônica biográfica lírica*: narra, de forma poética, a vida de alguém. Esta é uma forma de os autores prestarem reverência a seus colegas.

humorística, cujo objetivo é criticar, ridicularizar ou ironizar fatos, ações, personagens, com emprego de palavras de duplo sentido, incorporando uma feição quase caricatural.

Mais recentemente e a partir dos conceitos de Beltrão, Tattiana Teixeira (2000) propôs aglutinar os conceitos de crônica especializada e satírico-humorística. Assim, a fim de abarcar os textos nos quais o tema principal é a política nacional/internacional utilizando, para isto, a ironia e outros recursos retóricos ligados ao humor com o firme propósito de tecer comentários críticos a determinada conjuntura e/ou governo, tomando como ponto de partida acontecimentos previamente noticiados pela imprensa, fala em *crônica política*.

Ao estudar e comparar os estilos de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo de expressarem suas opiniões políticas na imprensa, defende que, apesar de sempre assinar suas crônicas com pseudônimos (uma prática comum à época), Machado foi o grande nome do gênero. Ao longo de 40 anos, criou crônicas e ajudou a consolidar este tipo de texto criando, de certo modo, também um método para se abordar a política que ainda hoje é mantido. Pouco a pouco, segundo Teixeira, o autor construiu um estilo que ultrapassou a barreira do tempo para se consagrar como um modo de produzir a crônica política brasileira.

A pesquisadora aponta as características presentes já nas suas primeiras obras do escritor neste gênero: a constante referência aos jornais como fonte de informação, a ironia (marca registrada do autor em toda a sua produção), a presença explícita do “eu” que comenta os acontecimentos políticos usando os mais variados argumentos, sem a intenção de doutrinar o leitor, mas de dialogar com ele, através de uma conversa informal, como aquela que se estabelece entre amigos em um encontro casual, fórmulas usadas ainda nos dias de hoje nos textos opinativos sobre política.

É certo que entre Machado e Callado existe um intervalo de pelo menos três gerações de profissionais atuantes na imprensa diária e que, ao longo deste período, o jornalismo carioca experimentou uma série de transformações técnicas e gerenciais que mudaram a feição dos jornais e, por consequência, das crônicas estampadas em suas páginas.

Talvez a mais emblemática tenha sido o processo de modernização e concentração ocorrida a partir dos anos de 1950, como pontuam Ribeiro (2006) e Abreu (2017), que demarcou um momento de inflexão de um jornalismo de opinião e de crítica para um jornalismo de informação, em que o acontecimento passou a ter lugar de maior destaque. Uma época em que novos padrões de texto jornalístico foram estabelecidos para reportagens, notas e notícias,

padrões estes ditados pelo modelo americano da objetividade, buscando se emancipar da política e da literatura, que até então prevaleciam nas produções diárias.

Os textos do gênero informativo passaram a ser marcados pela impessoalidade, distanciamento, sendo concebidos a partir de novos procedimentos técnicos, como o lide. Mas a primazia da objetividade jornalística não significou o fim dos textos opinativos literários ou ficcionais, mas estabeleceu-lhes uma nova configuração.

Ao contrário, os lugares dedicados a esses gêneros discursivos foram revalorizados. As crônicas e as colunas assinadas, por exemplo, receberam grande impulso, conformando-se definitivamente como gêneros jornalísticos. Principiou-se, entretanto, uma separação clara – marcada editorial e graficamente entre informação, transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ e o comentário e a opinião que, apesar de valorizados, passaram a ter seu poder heurístico atenuado (RIBEIRO, 2006, p. 430).

Veremos nos próximos capítulos que em algumas de suas crônicas (especialmente aquelas que pertencem a serie *Entrevistas Imaginárias*), Callado “bebe na fonte” daquelas escritas por Machado durante os primeiros anos do Brasil República não apenas ao lançar mão do recursos retóricos diversos e dissimular sua reprovação aos fatos políticos, por meio de ironia refinada, velada, oculta (que muitas vezes até pressupunha da parte do leitor um bom repertório cultural para compreender o subtexto camuflado e assim captar o nível de julgamento do momento presente). Um exemplo: em crônica publicada no dia 10 de julho de 1892, Machado de Assis afirmava:

S. Pedro, apóstolo da circuncisão, e S. Paulo, apóstolo de outra coisa, que a Igreja Católica traduziu por gentes, e que não é preciso dizer pelo seu nome, dominaram tudo esta semana. Eu, quando vejo um ou dois assuntos puxarem para si todo o cobertor da atenção pública, deixando os outros ao relento, dá-me vontade de os meter nos bastidores, trazendo à cena tão-somente a arraia-miúda, as pobres ocorrências de nada, a velha anedota, o sopapo casual, o furto, a facada anônima, a estatística mortuária, as tentativas de suicídio, o cocheiro que foge, o noticiário, em suma. (ASSIS, 1996, p. 85).

Como lembra Teixeira (2000), S. Pedro e S. Paulo longe estão de fazerem menção literal aos personagens bíblicos, mas à antiga província de S. Pedro, que na época já se chamava Rio Grande do Sul, e ao estado de São Paulo. Naquele período, ambos viviam conflitos que ocupavam o noticiário: no Rio Grande havia uma guerra civil e em S. Paulo, intensificavam-se confrontos entre italianos e brasileiros.

Em outras crônicas, o autor de D. Casmurro usa de certos expedientes criativos ficcionais para estruturar os textos - mais especificamente a criação de situações e diálogos irreais. Machado fez uso desta técnica durante a Revolta da Armada¹¹⁰, em 1893, quando escrevia para *A Semana*, revista integrante de *A Gazeta de Notícias*. O jornal passou a ser censurado pelo governo de Floriano Peixoto e, naquele ano, também o escritor expressou sua opinião sobre os fatos que ocorriam no Rio de Janeiro (decretação de estado de sitio, saques, bombardeios na capital federal e outros fatos consequentes de conturbação política da época) por meio de crônicas, pautadas por uma retórica poética.

Em novembro de 1893, por exemplo, criticava a censura imposta e as propositalmente enfadonhas notícias “menores” publicadas nos jornais daqueles dias, em decorrência da perseguição do governo.

Repito, que me trariam os diários? As mesmas notícias locais e estrangeiras, os furtos do Rio e de Londres, as damas da Bahia e de Constantinopla, um incêndio em Olinda, uma tempestade em Chicago, as cebolas do Egito, os juízes de Berlim, a paz de Varsóvia, os Mistérios de Paris, a Lua de Londres, o Carnaval de Veneza. (MACHADO, 1996, p. 334).

O ensaísta e pesquisador do legado machadiano John Gledson, no prefácio à edição do livro *A Semana* (1996) explica que o fragmento acima denota a crítica do jornalista aos banais *fait divers*, notícias estrangeiras, notícias “velhas”, folhetins antigos que preenchia as páginas dos desalentados periódicos cariocas naquele final de 1893, uma tentativa de não abrirem mão das edições de cada dia, de sobreviverem em uma circunstância de forte repressão institucionalizada em que se vivia naquele período. Portanto, deixar ideias subentendidas, criticar pela metáfora, pela ironia, pela analogia são mecanismos presentes em parte das crônicas políticas de Callado que parecem ter sido herdadas da tradição machadiana.

Mas nem todos os textos deste gênero produzidos por Callado no período delimitado no *corpus* desta pesquisa seguiram essa tônica. No próximo capítulo, mostramos que, tanto no

¹¹⁰ Movimento de insurgência militar da Marinha contra os primeiros governos republicanos que teve dois momentos: a Primeira Revolta da Armada (1891-1892) contra o Marechal Deodoro da Fonseca, que em um momento de crise do seu governo e sem conseguir entendimento com partidos que representavam as oligarquias cafeeiras, ordenou o fechamento do Congresso, culminando com sua renúncia em favor do vice-presidente). Já a Segunda Revolta da Armada (1893-1894), contra Floriano Peixoto, deu-se por parte de altos oficiais que exigiam o cumprimento da constituição federal da época quanto à realização de eleições, mas que também revelavam sublevação de almirantes que almejavam obter poder equivalente ao do Exército. Sem apoio popular ou do Exército, o movimento foi sufocado pelo presidente Floriano Peixoto, a quem pretendiam depor. As crônicas de Machado que relatam o clima na cidade durante a Segunda Revolta da Armada e datam de setembro a novembro de 1893.

primeiro relato pertencente a este grupo (publicada 11 dias após a queda de Goulart) quanto nos textos posteriores a 1964, o tom muda. A opinião é expressa sem subterfúgios, de maneira mais clara e direta e, no caso dos textos de abril de 1967 especificamente, o estilo ganha contundência, com um jornalista declarando sua oposição e opondo-se frontalmente ao Exército, à ditadura e ao recém-empossado presidente Costa e Silva. Um estilo mais explícito, de contestação mais acirrada, que se assemelha ao de outro cronista carioca do século XIX: Lima Barreto.

Ao atacar declaradamente seus desafetos, especialmente os homens do poder e seus desmandos na capital durante a Primeira República, Barreto produzia textos diretos, que pendiam mais para uma ironia cáustica e ácida do que o estilo eivado de refinamento poético. “O governo é o Deus menos milagroso que há e, quando faz milagres, pesa sobremodo nas nossas algebras” (“A Propósito...”, vol. I, p. 148). Para Clara Ávila Ornellas (2006), Barreto era o cronista do protesto eterno, pois

estabeleceu um ponto de vista fino à realidade que o cercava, destilando sua ironia tipicamente ácida. Criatividade e uma militância incansável registram um dos raros homens no Brasil que não se intimidou por galardões e pelos anéis dos doutores. E da mesma maneira também manteve seus ataques à República, aos ministros, industriais, governadores e deputados, enfim, a tudo o que se relacionava ao poder. (ORNELLAS, 2006, p. 200)

Revelar os pontos de vista implacáveis sobre temáticas banais do cotidiano carioca também foi a tônica a partir do fim dos anos 1950 da coluna *Da arte de falar Mal, assinada por Carlos Heitor Cony* no *Correio da Manhã*. Mas quando eclode a “Revolução” de 1964, a coluna ganha contornos primordialmente políticos e de protesto. O romancista e jornalista parecia incorporar ainda mais o espírito de Barreto entre 2 de abril 09 de junho escreve 37 crônicas de ira e resistência ao regime autoritário¹¹¹, porque

A violência a ser combatida revela-se escancarada e os textos do cronista (...) tornam-se mais informativos, contestatórios, articulados aos acontecimentos (sociopolíticos) do carrilhão da história. Seu olhar, antes afeito a aparente simplicidade da vida, passa a perquirir os generais no poder e as reações sociais às iniciativas de tais governantes (SILVA JUNIOR, 2012, p. 95).

Contemporâneo de Cony e seu colega de redação, Callado testemunhou a experiência destes textos de confrontação imediata ao golpe, uma tendência à qual em um primeiro momento

¹¹¹ As crônicas foram reunidas no livro *O Ato e o Fato*, lançado no mesmo ano.

não vai aderir, mas que será incorporada à sua narrativa a partir de 1967, em provável decorrência ao recrudescimento da ditadura.

Veremos que ao contrário de Cony, no mês do golpe Callado penderá mais para um estilo machadiano e sutil de estabelecer a crítica ao regime militar. Mostraremos que Callado já tinha experiência, respeito e “tarimba” suficientes para traçar um estilo próprio de conversar com o leitor por meio da crônica.

4- ANTAGONISMO, CONVICÇÃO E SUBJETIVIDADE: AS CRÔNICAS DE OPOSIÇÃO.

Podem me prender
Podem me bater
Podem até me deixar sem comer
Que eu não mudo de opinião
(Zé Kéti
***Opinião*)**

A epígrafe é o trecho inicial do samba *Opinião* composto por Zé Kéti (1921-1999) canção de abertura do emblemático musical¹¹² homônimo de contestação, dirigido por Augusto Boal (1931-2009) e assinado por, entre outros autores, Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974). A música era um protesto contra a ditadura e as autoridades públicas, cujo projeto era abolir as favelas do Rio de Janeiro, em uma fase da ditadura em que ainda era possível alguma expressão artística ser exercida sem repressão. Pode-se dizer que os versos da música povoaram o imaginário das esquerdas durante a ditadura militar, na medida em que sintetizavam poeticamente o enfrentamento simbólico da resistência artística- cultural.

Anacronismos à parte, como se sabe, a imprensa em um primeiro momento, se posicionou a favor do movimento que instaurou a ditadura militar. Mais do que isso foi um apoio essencial para a “Revolução” obter o arrebatamento de boa parte da sociedade civil a favor da quartelada. Muitos periódicos se posicionaram contrariamente às propostas de reformas estruturais de base, como a agrária, por exemplo, por serem avessos aos desejos das elites econômicas, às quais seus interesses empresariais se vinculavam. Sem falar no fato de que muitos veículos se posicionavam contrariamente também ao viés ideológico do governo de Goulart.

¹¹² A peça estreou no Rio de Janeiro de dezembro de 1964. Além do compositor Zé Kéti, compunham a montagem também João do Vale (1934-1996) e Nara Leão (1942-1989), que depois foi substituída por motivos de saúde por outra então jovem cantora de 19 anos, Maria Bethânia, que neste espetáculo foi revelada à MPB.

A atuação da imprensa no processo que levou à queda do regime constitucional, em 31 de março de 1964, foi fundamental. Ela foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, e esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo, a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da ideia de que era imperiosa a necessidade de restabelecer a ordem mediante uma “intervenção militar”. (ABREU, 2017, p. 166).

Foi o caso de dois dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro à época, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, este último cujo público era composto “basicamente pelo escalão médio da administração, comerciantes, professores donos de pequenas empresas” (GOULART 2007, p. 64), era em suma um veículo da pequena burguesia urbana (SODRE, 1999). A enfática oposição ao governo de Jango, o desejo de sua deposição e a saudação à vitória dos militares ficaram expressas nos históricos editoriais “Basta” e “Fora”, em 31 de março e 01 de abril de 1964, em que uma mesma frase é repetida nos dois textos, *ipsis litteris*: “Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor”.

Figuras 30 e 31 - Fragmentos dos editoriais de oposição a Jango publicados no *Correio da Manhã* em 31 de março e 01 de abril de 1964, respectivamente.



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Mas não tardou para que essa posição passasse a ser revista pelos jornais. Como lembra Abreu (2017), após o golpe e iniciadas as primeiras prisões, cassações e editadas as medidas restritivas da liberdade de expressão, os mesmos jornais que haviam apoiado a queda de João Goulart, passaram a fazer oposição ao regime militar – cada um a seu tempo¹¹³ - e a denunciar o abuso de poder e as arbitrariedades perpetradas.

No entanto, depois de aprovar a UDN por duas vezes, fazer oposição radical a Getúlio Vargas e João Goulart e defender a deposição de Jango e a subida dos militares ao poder, o Correio da Manhã acabou por se tornar um dos grandes baluartes da oposição e da crítica dos militares. Talvez resida aí a singularidade de sua trajetória: um dos jornais mais identificados com o liberalismo conservador no pré-golpe se tornam, na ditadura, a referência na grande imprensa para setores da esquerda e parte daqueles que lutavam contra o regime (CHAMMAS, 2012, p. 31).

As crônicas que analisaremos a seguir, em certa medida, refletem esse espírito vivido nas redações. Antes de procedermos ao exame dos textos, cumpre lembrarmos que, ainda que o poderio revelador da crônica nos anos 1960 pudesse já não ser mais o mesmo do final do século XIX (devido a, entre outros fatos, à modernização e implementação de novas técnicas jornalísticas em vigor desde a década anterior¹¹⁴), a força de expressão e as possibilidades poéticas do gênero se mantinham, favorecendo a expressão crítica do momento, ampliando a viabilidade da interpretação da atualidade por parte dos cronistas políticos.

Olivier Reboul lembra que “a escolha de um gênero não é apenas a escolha de um estilo e de uma argumentação. É necessariamente uma escolha ideológica, que acarreta certa visão do mundo e do homem” (Reboul, 2000 p. 152). Em uma entrevista em 1976 à Revista Veja, sobre o processo de elaboração e escrita do livro reportagem sobre a guerra do Vietnã durante os anos 1960, Callado afirmava: “Não precisei separar muito (o jornalista do escritor) não, porque dentro

¹¹³ Um processo perceptível primeiro no Correio da Manhã e posteriormente no Jornal do Brasil, que demorou mais a se posicionar contrariamente ao governo militar, conforme nos lembra Eduardo Chamas em sua tese de doutorado sobre os editoriais dos dois periódicos entre 1964-1968. O pesquisador observa que, embora os dois jornais mantivessem uma linha editorial de oposição a Jango e defendessem sua queda, o JB hesitou muito mais em se colocar contra o regime militar, mantendo com este relações ambíguas durante os primeiros anos da ditadura. Em 1966, por exemplo, Costa e Silva escolheu o JB para se pronunciar pela primeira vez como presidente. “Só em abril de 1968 foi que o JB marcou com clareza as suas diferenças em relação aos militares” (CHAMMAS, 2012, p.80)

¹¹⁴ Com já mencionamos, a década de 1950 marca o ocaso do jornalismo opinativo em detrimento do informativo. Além disso, lembremos que o jornal Última Hora criado em 1951 foi um dos mais progressistas, ao adotar diagramação inovadora e com a maior racionalidade na gestão empresarial. O Diário Carioca introduziu o lead em 1951 e foi o primeiro a empregar uma equipe de copidesques. Em 1956 o Jornal do Brasil criou o Suplemento Dominical com colaboração de poetas escritores, artistas plásticos, jovens de vanguarda ligados ao movimento concretista e depois o Caderno B., dedicado às artes em geral. Em 1962, a redação foi reestruturada e foram criadas as editorias que se especializaram na cobertura e temas como política, esportes, cidade internacional – uma reforma que serviria de exemplo para as transformações posteriores da imprensa brasileira. (ABREU, 2017).

do jornalismo consegui chegar a um estágio de fazer o que gosto”. (CALLADO, 1976, edição 410).

Antônio Callado, quando assina os textos desempenha um papel de orador, direcionando-o, dando-lhe valor emprestando ao discurso sua influência. Um orador que alias é figura presente na enunciação da trama narrativa em cada crônica. E como nos lembra Chaim Perelman (1996), nas relações entre o ato e a pessoa, o discurso, como ato do orador, merece atenção particular, tanto porque o discurso, para muitos, é a manifestação por excelência da pessoa, quanto porque a interação entre o orador e discurso desempenha um papel muito importante na argumentação.

Na época sob análise, o jornalista que já tinha o respeito de sua classe profissional (fruto de sua farta trajetória no jornalismo e literatura), desfrutava por isso de uma incomum liberdade criativa dentro das redações, o que justificaria a opção por tratar a realidade por meio do gênero crônica. Neste capítulo, refletimos sobre o que esta opção do jornalista parece revelar sobre sua visão do mundo e, sobretudo, como estes textos configuram uma contribuição à memória daquele momento histórico do país.

4.1 – As Entrevistas Imaginárias: seis passeios ficcionais de crítica à Ditadura

Profissional da imprensa que seja verdadeiramente apaixonado pelo ofício jornalístico, certamente algum dia já imaginou qual seria a sua entrevista dos sonhos. Diferentes poderiam ser os alvos desta “cobiça” comum entre jornalistas: um sublime líder espiritual, um grande estadista, uma figura polêmica da história. Ou, quem sabe ainda, um genial escritor, cânone da língua portuguesa. Antônio Callado parecia sonhar com todas essas entrevistas, quando partiu para a concretização delas – mas por meio da imaginação: transformou-as em crônicas, publicadas nos mais importantes e representativos veículos de comunicação impressa da época.

Dono de uma farta bagagem intelectual, profundo arcajou criativo e fértil poética (esculpidos aquela altura na faina de quem já havia escrito mais de dez livros de ficção, não ficção e teatro), Callado converteu devaneios jornalísticos em textos repletos de simbolismos e referências àquele Brasil contemporâneo, confuso e inquietante.

O ímpeto engenhoso do jornalista conquistou espaço no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Pasquim*, oportunidades nas quais lançou mão da retórica ficcional para tratar de temas da realidade política pela qual passava o país naquele momento histórico. Para isso, fez uso de uma série de expedientes de expressividade, no intuito de abordar sobre o golpe, a ditadura, a falta de liberdade e as incertezas institucionais que pairavam sobre o Brasil, naqueles dias que sucederam à deposição de João Goulart. Neste capítulo, procuraremos mostrar quais foram procedimentos retóricos dos quais o jornalista serviu-se para tratar destes temas, detectando recursos para torná-los persuasivos.

A leitura retórica (...) não objetiva dizer que o texto tem razão ou deixa de tê-lo. Nem por isso é neutra, pois não hesita em fazer juízos de valor, em mostrar que tal argumento é forte ou fraco, que tal conclusão é legítima ou errônea. Critica e pondera sem se abster de admirar, tendo como postulado que o texto, tanto em sua força quanto em suas fraquezas pode ensinar alguma coisa. A leitura retórica é um diálogo. (REBOUL, 2000, p. 139).

Enquanto arte de persuadir pelo discurso, a Retórica se divide em quatro partes, como lembram Tringali (1988) e Reboul (2000): a *heuresis* (invenção dos argumentos, a busca do orador por seus argumentos), *taxis* (a disposição, a reunião e a ordenação prévia dos argumentos), *léxis* (o estilo, o modo como se dá a redação dos argumentos, quais recursos são

utilizados no discurso) e *hypocrisis* (a ação, a proferição efetiva do discurso, o arremate do trabalho retórico). Nesta análise, optamos por focar na *léxis*, na elocução dos textos.

Entrevistas Imaginárias era originalmente uma coluna publicada pelo cronista Fernando Sabino (1923-2004) entre os anos de 1959 e 1960 no caderno B do Jornal do Brasil, em que o escritor mineiro entrevistava de modo fictício sempre a mesma figura, um presidente da república (sem, contudo dar-lhe identidade) e uma das suas marcas era a ironia. No ano do golpe, Callado parece ter dado continuidade à ideia de Sabino de escrever crônicas políticas em tom de sarcasmo, porém ampliando a proposta original, já que suas “entrevistas” integraram um conjunto de textos que partem da premissa básica de encontros fantasiosos, realizados entre o jornalista e significativos vultos da história do Brasil e do mundo, como ponto de partida para criticar o governo militar e o contexto em que vivia o país.

Como mencionamos no capítulo anterior, enquanto gênero, a crônica se apoia nos fatos cotidianos para promover uma recriação do real em uma operação sincrônica com a temporalidade da narrativa jornalística. E para empreender esta manobra, gênero híbrido que é, pode lançar mão de alguns recursos típicos da ficção, como a coexistência de diversos “universos”, “degraus”, os chamados “níveis de realidade” de que nos fala o escritor italiano Calvino (2006). Em *As Entrevistas Imaginárias*, há um duplo nível de realidade: Callado escreve naquele Brasil presente dos anos 1960, mas faz referência a momentos não-reais, situações ocorrida num plano imaginário (como já anuncia o “chapéu¹¹⁵” no texto, presente em cinco das seis crônicas), que envolvem o encontro presencial entre o jornalista e notáveis entrevistados, que já não eram mais vivos no momento em que se passam as narrativas.

As crônicas se apoiaram todas, portanto, em uma em uma figura de enunciação retórica que atribui um discurso a um orador fictício, já morto: a prosopopeia. Ademais, são crônicas que dialogam com o *fantástico*, entendido por Tzevan Todorov (1981) como a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a um acontecimento sobrenatural.

¹¹⁵ Jargão do jornalismo impresso que nomina uma ou duas palavras que definem o assunto de uma matéria, que na página de um jornal vem acima do título. Recurso bastante usado em séries especiais ou *suites* (coberturas jornalísticas que demandam desdobramentos em vários dias)

Em um mundo que é o nosso, que conhecemos, sem diabos, sílfides, nem vampiros se produz um acontecimento impossível de explicar pelas leis desse mesmo mundo familiar. Que percebe o acontecimento deve optar por uma das duas soluções possíveis: ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto de imaginação, e as leis do mundo seguem sendo o que são, ou o acontecimento se produziu realmente, é parte integrante da realidade, e então esta realidade está regida por leis que desconhecemos. Ou o diabo é uma ilusão, um ser imaginário, ou existe realmente, como outros seres, com a diferença de que rara vez o encontra. (TODOROV, 1981, p.15).

Rodrigues (2006) ensina que o fantástico nutre-se de tal hesitação, pois está no limite de dois “subgêneros”: o estranho e o maravilhoso. O primeiro refere-se a acontecimentos que podem ser explicados pelas leis da lógica, pela razão, mas que, de uma forma ou de outra, são incríveis, extraordinários, insólitos, pois se ligam a sentimentos, emoções e não a um acontecimento concreto que desafie a razão. O fantástico-estranho domina todo o contexto e é solucionado com uma explicação racional.

Nas *Entrevistas*, Callado apela para uma norma básica ao lidar com o texto ficcional, a chamada suspensão da incredulidade. O leitor precisa aceitar uma espécie de pacto, em que abre mão das leis do mundo real para “mergulhar” na ficção. Como lembra Umberto Eco em *Seis passeios pelos bosques da ficção*:

(...) o leitor precisa aceitar tacitamente um acordo ficcional, que Coleridge chamou de ‘suspensão da descrença’. O leitor tem de saber que o que está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras. De acordo com John Searle, o autor simplesmente finge dizer a verdade. Aceitamos o acordo ficcional e fingimos que o que é narrado de fato aconteceu (ECO, 1994, p. 81).

A técnica argumentativa comum empregada em todas as crônicas é o que Perelman (1996) denomina *argumento de autoridade*, que utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou grupos de pessoas como meios de prova a favor de uma tese, sendo seus pensamentos/reflexões reforçados pelo seu eventual prestígio, pelo respeito que inspiram nos leitores, sejam por seus feitos, seus exemplos, sua história de vida. Assim, ao engendrar o universo das crônicas e escolher figuras históricas de relevância como entrevistados, Callado lançou mão desta estratégia para melhor convencer o leitor da validade de seus argumentos.

A série é composta por em seis crônicas: as cinco primeiras publicadas em jornais diários de grande circulação (ao longo de 34 dias, entre 20.05.1964 e 28.06.1964, concorrentes, com um intervalo médio de 15 dias entre uma e outra. A primeira estampou uma página do *Jornal do Brasil* e as outras quatro, o *Correio da Manhã*) e uma publicada em jornal semanal, *O Pasquim*, publicada em novembro de 1970.

Uma primeira leitura superficial dos textos sugere que parece não ter sido o plano imediato de o jornalista escrever crônicas organizadas sob uma série, visto que é apenas a partir da segunda publicação que se adota, além do título, um “chapéu”¹¹⁶ indicando se tratar de uma publicação que se filiaria a uma sequência de textos, ligadas a uma mesma cobertura ou tema.

O primeiro texto mereceu um quarto de página no Caderno B, caderno de cultura do *Jornal do Brasil*. Um leitor um pouco mais atento poderia perceber que o texto de Callado estava longe de constituir uma mera expressão de cultura, estando credenciado a ocupar espaços ainda mais relevantes no jornal, na medida em que refletia uma crítica aguçada e uma opinião refinada e precisa sobre a atualidade política do país.

Foi o que aconteceu a partir da segunda crônica – as seguintes passaram a figurar sempre no mesmo espaço: cerca de 1/3 da página 2 do primeiro caderno, nas edições de domingo do *Correio da Manhã*. Usualmente no jornalismo impresso, a edição deste dia da semana costuma ser a mais nobre, com maior tiragem, maior número de páginas e conteúdos especiais.

Uma provável explicação para que as crônicas deixassem de ser publicadas no JB talvez resida no fato de que, como Callado neste período era um dos responsáveis pelos editoriais – textos em que o veículo expressava sua opinião e linha editorial – talvez houvesse por parte da direção da empresa alguma recomendação quanto a evitar textos opinativos de seus editorialistas – eram tempos obscuros para a imprensa, afinal.

Seis anos depois da publicação da primeira crônica, em plena vigência do AI-5, tendo Callado já acumulado a experiência de ser correspondente de guerra no Vietnã, de ter sido preso mais de uma vez, responder a inquéritos militares por conta de seus artigos contrários ao regime, de ver seus direitos políticos cassados e ter lançado aquela que é considerada sua obra máxima, sucesso de crítica e vendagem e traduzida em quatro línguas (*Quarup*), Callado publicou uma sexta crônica, revivendo a série, desta vez publicada em *O Pasquim*.

¹¹⁶ Termo técnico que se usa no jornalismo impresso para designar uma palavra ou frase curta que na página fica localizada acima do título, é relacionado a assunto do texto e serve para “localizar” o leitor ou mesmo identificar quando se trata de uma série.

Em que pese o fato desta última crônica não trazer a marca *Entrevista Imaginária* e também não ser publicada em um veículo diário como as demais, o texto guarda total similitude com os antecessores. Usa os mesmos expediente retóricos das cinco primeiras¹¹⁷, além de ter sido produzida em um contexto de maior repressão - em plena vigência do AI-5, como colaboração em um jornal cuja redação se encontrava, em sua maioria, presa pela ditadura militar¹¹⁸, o que, em nossa visão, a credencia plenamente a integrar o *corpus* desta análise.

Lançaremos mão do procedimento metodológico de Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, proposta por Motta (2010), especificamente refletindo acerca do movimento que busca compreender as estratégias narrativas a partir da reflexão sobre quais dispositivos retóricos usados foram capazes de revelar pelo jornalista o uso intencional de recursos linguísticos, mais precisamente no caso das crônicas, quais estratégias de subjetivação foram empregadas.

Reboul (2000) pontua que, em certas análises textuais, é útil que algumas indagações preliminares sejam feitas, algumas ligadas ao *ethos* do discurso - como *quem fala* e *quando fala* (em todas as crônicas, o próprio Callado figura como personagem- jornalista que entrevista e narra em primeira pessoa os diálogos ocorridos durante os “encontros” naqueles anos de ditadura militar). Outras questões versam sobre *contra quem* se dirigem (as mensagens sempre trazem menção mais ou menos sutilmente contrárias à ditadura, aos militares, à cassação de políticos, à censura etc.), *por que* (como forma de expressar postura crítica diante do golpe) e *como* (por meio de crônicas publicadas em jornais de grande circulação).

Para um “mergulho” mais a fundo nos textos, a fim de compreender as estratégias comunicativas de subjetivação e construção de efeitos poéticos nas crônicas, nos apoiaremos ainda nas lições de Dante Tringali (1988) quando propõe um modelo retórico de análise,

¹¹⁷ Com algumas diferenças em termos de linguagem e tom, a crônica *O Provedor de Ausentes* segue o mesmo argumento das antecedentes - uma entrevista imaginária com um vulto da humanidade, mesclando passado, presente, usando simbolismos e outros subterfúgios para refletir sobre o momento histórico vivido pelo Brasil.

¹¹⁸ Um dos acontecimentos mais marcantes de *O Pasquim* foi a prisão de nove de seus integrantes na Vila Militar - entre eles os cartunistas Ziraldo e Jaguar, além do fotógrafo e até do boy do jornal- em uma tentativa da ditadura de acabar com os ideais de liberdade, irreverência, bom humor e sarcasmo - constituintes da alma do jornal, que não se rendia e fazia troça do regime. Na ocasião, não se podia falar o que de fato ocorrera com a equipe e o acontecimento ficou conhecido como “a gripe do Pasquim”. As duas semanas de prisão, inicialmente previstas acabaram virando dois meses. Durante seis edições (a partir do número 74), o jornal foi conduzido por Millôr Fernandes, Henfil e Miguel Paiva e conseguiu ser editado graças às contribuições de importantes intelectuais - além de Antônio Callado figuravam neste rol também Vinicius de Moraes, Flávio Rangel, Luís Fernando Veríssimo, Rubem Fonseca, Otto Maria Carpeaux, Glauber Rocha, Ferreira Gullar, Chico Anísio, Jô Soares, do exílio Chico Buarque e Caetano Veloso, entre outros.

levando-se em conta diferentes aspectos de um texto. Para analisar as crônicas a seguir, optamos por caminhar a partir desta trilha, tendo como rota cinco destes aspectos: *tema* (de qual assunto se trata), *questão* (o que se discute sobre o tema), *elocução* (como a expressão do texto concorre para persuadir o leitor), *figuras retóricas* (quais as figuras presentes e o que significam no contexto) e *conclusão* (mensagem final, fechamento provável do pensamento do enunciador, revelando ou não estratégia de persuasão dos seus leitores).

4.1.1 Entrevista com Lampião

Figura 32—Crônica publicada em 20.05.1964, página 4 do Caderno B do Jornal do Brasil.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Quase dois meses depois do golpe que solapou a democracia em março de 1964 e 40 dias depois de ter sido baixado o AI -1¹¹⁹, o Jornal do Brasil publicou a primeira das crônicas em que Callado abordava a atualidade política do país, a pretexto de tratar em crônicas sobre entrevistas imaginárias com notáveis personalidades da História.

Naquela edição de quarta-feira, 20.05.1964, a capa destacava três principais manchetes: “Anticastroistas dinamitam seis pontes em Cuba” (sobre a movimentação de grupos contra Fidel Castro, na tentativa de invadir e retomar o país caribenho das mãos do revolucionário governo); “Justino é contra a eleição direta do Presidente em 65” (uma repercussão de declaração dada à

¹¹⁹ Os Atos Institucionais foram normas de natureza constitucional expedida entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo, foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país. Onze artigos compunham o AI-1, que entrou em vigor em 08 de abril de 1964. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”, o AI-1 determinava em seu artigo 2º que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República. O mandato presidencial se estenderia até 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>

Revista *O Cruzeiro* pelo comandante do IV Exército, expressando contrariedade à realização constitucional do pleito democrático do ano seguinte, “por entender que seria uma sobrecarga muito pesada à Nação”, além de seu desejo de afastar a candidatura do então senador Juscelino Kubitschek). “Governo tem plano para evitar emissões” (sobre a decisão do governo de Castello Branco de enviar ao Congresso uma proposta para evitar emissão de papel moeda). Outras notícias de menor destaque eram um Incêndio em uma favela e a criação de um pão popular pela SUNAB¹²⁰, mais barato e menor que o pão francês, a ser vendido a populações de baixa renda.

O primeiro “entrevistado” da série foi Virgulino Ferreira da Silva (1898 – 1938), o bandoleiro Lampião, rei do cangaço¹²¹, que por 16 anos comandou aquele que é considerado por Lima (2008) o “ciclo mítico do movimento¹²²” de nômades armados do sertão brasileiro. Entrou para a história como a mais importante liderança de uma quadrilha que roubava, matava e assustava famílias ricas e pobres no interior de sete estados do nordeste, cujas façanhas eram exaltadas nos versos de cantadores de feiras e na literatura de cordel.

Como vimos, uma crônica pode lançar mão de várias estratégias quanto ao tom comunicativo que permeie a narrativa, sendo fundamental, entretanto, que esta seja ancorada em um ou mais fatos da realidade. Como vimos, nas entrelinhas de cada crônica da série que integra o *corpus*, Callado utiliza os textos para fazer referência àquele momento pós-golpe. Mas, nesta primeira crônica, além da situação política, outro acontecimento factual se deixa revelar – que pode inclusive ter sido a motivação para a escolha do primeiro personagem e servido de gancho para o primeiro texto da série: a campanha na justiça feita nos anos 1960 pela família de Lampião e Maria Bonita, além da pressão popular nos meios universitários em Brasília pelo

¹²⁰ A Superintendência Nacional de Abastecimento era uma autarquia federal criada no governo de Jango que foi extinta no governo FHC por medida provisória, em 1997. O órgão foi responsável durante mais de 20 anos pelas funções de acompanhar preços, sobretudo no varejo (em épocas de altíssimas taxas de inflação) e defesa do consumidor.

¹²¹ Em sua tese de doutorado pela UNICAMP, Geralda Lima (2008) conceitua o cangaço como um fenômeno de banditismo que surgiu no final do século XIX devido a uma grande seca que flagelou o nordeste em 1870, fomentando saques e invasões a fazendas, comércio e vilas. É considerado por estudiosos como uma forma primitiva de protesto social organizado contra os privilégios das classes dominantes e as oligarquias de grandes proprietários rurais, em uma época em que o Estado não se fazia presente no sertão. Em que pese a violência empreendida pelo cangaço, os jornais da época ressaltavam a bravura e a coragem dos grupos de bandoleiros, que desafiaram autoridades por quase 20 anos, contribuindo para uma percepção do bandido como um defensor dos mais humildes, que os idealizavam como heróis. Até hoje, no senso comum e no imaginário coletivo do sertão, Lampião é visto como uma espécie de mártir dos oprimidos, com forte representação em vários segmentos da cultura popular do nordeste e em manifestações da cultura de massa.

¹²² Lampião era almocreve (condutor de bestas) e viajava desde criança com o pai pelo interior, até este ser assassinado. A partir daí, ainda adolescente, ingressou no bando do cangaceiro Sinhô Pereira, tornando-se mais tarde seu sucessor, aos 25 anos - pois era considerado além de ótimo conhecedor de estradas, também astuto, inteligente, corajoso e planejador. Além de Sinhô Pereira, outros predecessores do movimento foram Antônio Silvino, Jesuíno Brilhante e Adolfo Meia Noite, citados na crônica sob análise.

direito dos parentes enterrarem os despojos de seus antepassados – uma campanha que culminou com a aprovação de um projeto de lei¹²³ no Congresso, um ano depois, em maio de 1965.

Como se sabe, após serem emboscados por uma volante¹²⁴ em julho de 1938, no interior de Sergipe, Lampião, a mulher Maria Bonita e seus comparsas foram mortos a tiros e tiveram suas cabeças decepadas, posteriormente exibidas ao público por dias a fio, em um espetáculo macabro que percorreu várias localidades do nordeste. Sem dúvida, um mecanismo de intimidação do governo Getúlio Vargas e uma forma de “dar o exemplo” não apenas contra a bandidagem na região e seus simpatizantes, mas também aos seus opositores de maneira geral.

Por muitos anos, os restos mortais vagaram por faculdades de Alagoas e Bahia - onde foram analisados à exaustão - sem resultarem em quaisquer relatórios conclusivos - na tentativa de provar um liame entre a criminalidade a constituição física de seus agentes¹²⁵. As cabeças foram mumificadas e ficaram por 26 anos expostas à visitação no Museu Etnológico e Antropológico Nina Rodrigues¹²⁶, em Salvador, até a ordem legal do efetivo sepultamento – ocorrido em fevereiro de 1969.

O tema da crônica é o encontro em outro plano espiritual entre o jornalista e o cangaceiro, a convite deste último, por meio de uma “astro mensagem” recebida por Callado. Em outras palavras, uma mensagem vinda do além, uma carta psicografada, comum no Espiritismo, o que denota uma narrativa marcada pelo sincretismo religioso, mesclando crenças católicas e espíritas e católicos. Aliás, o catolicismo é um tema recorrente na produção de Callado enquanto escritor. Ao tempo desta crônica, já havia escrito dois romances e uma peça de teatro em que a religião estava no foco da narrativa.

O jornalista encontra Lampião no Purgatório, em uma casa, um ambiente familiar no qual vivem pai, mãe e filhos – um cenário que o cangaceiro de fato nunca conseguiu desfrutar em

¹²³ O Projeto de Lei 2867/65 dizia que a decisão guardava guarida no meio universitário, no clero, no espírito cristão do povo brasileiro. “É inacreditável que (...) o Brasil exiba mais essa singularidade: país exibidor de crânios humanos com os filhos dos exibidos sendo espectadores”. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05JUN1965.pdf#page=49>

¹²⁴ Polícias especiais dos estados, treinadas com as mesmas práticas do cangaço, com o fim de capturar bandoleiros, matá-los e assim sufocar o movimento no sertão.

¹²⁵ Isto porque os pressupostos da Medicina Legal ainda dominante na primeira metade do século XX baseavam-se nos estudos de antropologia criminal do médico italiano Cesare Lombroso e visavam comprovar as hipóteses sobre a inferioridade dos negros e mestiços e a criminalidade racial. Para tanto, acreditava-se que corpos, cabeças, mentes e histórias de vida consistiam em material fundamental para desvendar a motivação de seus crimes. (Rodrigues, 2015).

¹²⁶ Atual Museu Antropológico Estácio de Lima, que está fechado há mais de quatro anos, com acervo espalhado por outras instituições em Salvador.

vida¹²⁷: uma espaçosa e confortável residência com rede na varanda, um bonito jardim com vegetação típica do sertão, a mulher ao seu redor (que, aliás, “cobra” do jornalista a “máquina de fazer retrato” – como se sabe, Maria Bonita e o bando tinham fascínio por fotografia e em vários momentos e se deixaram clicar em vida, por fotógrafos registraram em imagens o cotidiano do cangaço¹²⁸) e muitos filhos correndo pela casa – um ambiente de paz familiar, portanto.

Para orgulho dos pais, em uma das crianças, inclusive, nasce-lhe asas, o que o habilita a frequentar a escola de querubins. Poderia ser a descrição de uma família vivendo em um ambiente que o senso comum descreveria como sendo “o paraíso”, mas o jornalista se encarrega de pontuar sutilmente que não, já que na fala de Lampião “esse clima é o diabo”, “um lugar onde não nasciam flores”, “as rosinhas que o português plantava pegavam fogo na ponta do galho”.

O ponto central da crônica se funda menos na satisfação da alma do cangaceiro ao perceber que, supostamente entre os vivos no Brasil, sua imagem está sendo reabilitada (bem como tendo o perdão de seus crimes – ao citar o acontecimento factual de seus restos mortais deixarem de integrar exposição em um museu na Bahia) e mais para justificar a existência do cangaço, enquanto movimento contra os desmandos das autoridades e contra as desigualdades sociais.

É o que se percebe no trecho: “Um país baita daquele precisa ter cangaço. É um cangaço que progrediu, está claro. Mais alinhado, feito por gente que até sabe ler, puxa. Não tem Governo do Estado num país que é um mundão daqueles”. É uma clara menção crítica ao governo e sua inércia quanto a resolver de fato questões também ligadas ao campo, das quais, como já tratamos nos primeiros capítulos, Callado era ferrenho defensor. Por analogia, podemos entender também que o jornalista deixou subentendida, nos argumentos de Lampião, a necessidade naquele momento da existência de movimentos de resistência.

¹²⁷ O cangaço impunha uma vida instável, nômade e errante, marcada por rotineiras fugas, ora por perseguição das autoridades, ora para fugir do flagrante dos crimes que cometiam. As poucas mulheres que integravam o bando quando engravidavam, abortavam. E quando conseguiam dar à luz, logo que nasciam, os bebês estes eram entregues aos parentes não engajados no cangaço, ou deixados com familiares de padres, coronéis, juizes, militares, ou fazendeiros. Foi o caso da única filha do casal, Expedita, criada por terceiros. Disponível em: <https://www.historiaillustrada.com.br/2014/11/o-cangaco-12-fotos-e-7-fatos.html>.

¹²⁸ A iconografia mais conhecida do cangaço foi a produzida pelo fotógrafo sírio libanês Benjamim Abraão – apresentado a Lampião durante uma visita do bando a Padre Cícero, de quem Abraão era secretário particular. Foi o único profissional autorizado a acompanhar o cotidiano e os hábitos do bando entre 1936 e 1937, registrando-os em filmes e fotos. As fotos foram publicadas nos Diários Associados e na Revista O Cruzeiro. O material foi considerado uma afronta ao governo federal e foi apreendido após uma exibição no Ceará e parte dele se perdeu por anos, tendo sido recuperados em parte décadas depois e hoje pertencem ao acervo do Instituto Moreira Salles. Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=9527>

A elocução de um texto se capta a partir das escolhas léxicas feitas para persuadir o leitor. Lampião está feliz em família, busca a redenção dos crimes, mas justifica e defende o cangaço, agora menos como pilhagem material e mais como forma de resistência. É o que se percebe na repetição da palavra *necessidade* e no uso de advérbio *ainda*, com conteúdo implícito (“O cangaço, seu moço, é uma necessidade. É uma necessidade ainda. A gente tinha um papel histórico no Brasil”). Quando trata de pressionar autoridades, usa também ênfases (“Assim é que a gente fala com essa gente. Assim é que a gente chacoalha Badger e Mauro Borges¹²⁹ e até gente mais importante que está na alça da mira”).

Há também o uso de substantivos estigmatizantes “*os macacos* estão vendo que *os bandidos* tinham as ideias no lugar”, no sentido de legitimizar, de alguma forma no presente, parte da atuação que tiveram no passado os bandoleiros nordestinos. Corretos, portanto, eram os cangaceiros. Como se sabe, “macacos” era o substantivo utilizado época para se referir aos policiais. “Os *bandidos* abrem caminho para os *macacos* de hoje” temos uma ironia que remete a uma argumentação, sustentada pela ridicularização.

Como figuras retóricas, identificamos *analogia* entre o cenário onde se dá a entrevista (o purgatório) e o próprio estado atual daquele Brasil de maio de 1964. O país vivia o segundo mês de uma ditadura militar, em um contexto de incertezas e instabilidades quanto à retomada da democracia e dos rumos futuros. É como se a sociedade também vivesse em suspenso, em um estado de transição, em uma antessala do céu ou do inferno. Aliás, o tema religião é uma presença permanente na obra de Callado¹³⁰ e aparece nesta e em outras crônicas que escreverá¹³¹, não apenas durante os primeiros anos da ditadura.

Há ainda hipérbole em frases como “mas esse clima é o diabo”, “o perdão tem força de bomba aqui nestes arraiais”, “um país que é um mundão”, exageros textuais que parecem reforçar o caráter informal da entrevista e a simplicidade do entrevistado. Há ainda duas *metáforas* que se referem à ditadura, que desempenham papel de arrematar a crônica. A primeira: a entrevista imaginária só chega ao fim porque seu fim é apressado, tendo em vista que “sinalizavam a partida da minha nave”, que levará Callado de volta ao mundo dos encarnados. O

¹²⁹ Uma referência aos governadores da época dos estados do Rio de Janeiro e Goiás, respectivamente.

¹³⁰ A religião é tema de dois de seus primeiros romances, “Assunção de Salviano” (1954) e “A madona de cedro” (1957).

¹³¹ Um fato que a viúva do jornalista observa no prefácio do livro “O país que não teve infância”, de 2017, que reúne crônicas semanais publicadas em uma coluna na qual escrevia na revista Istoé, entre 1978 e 1982.

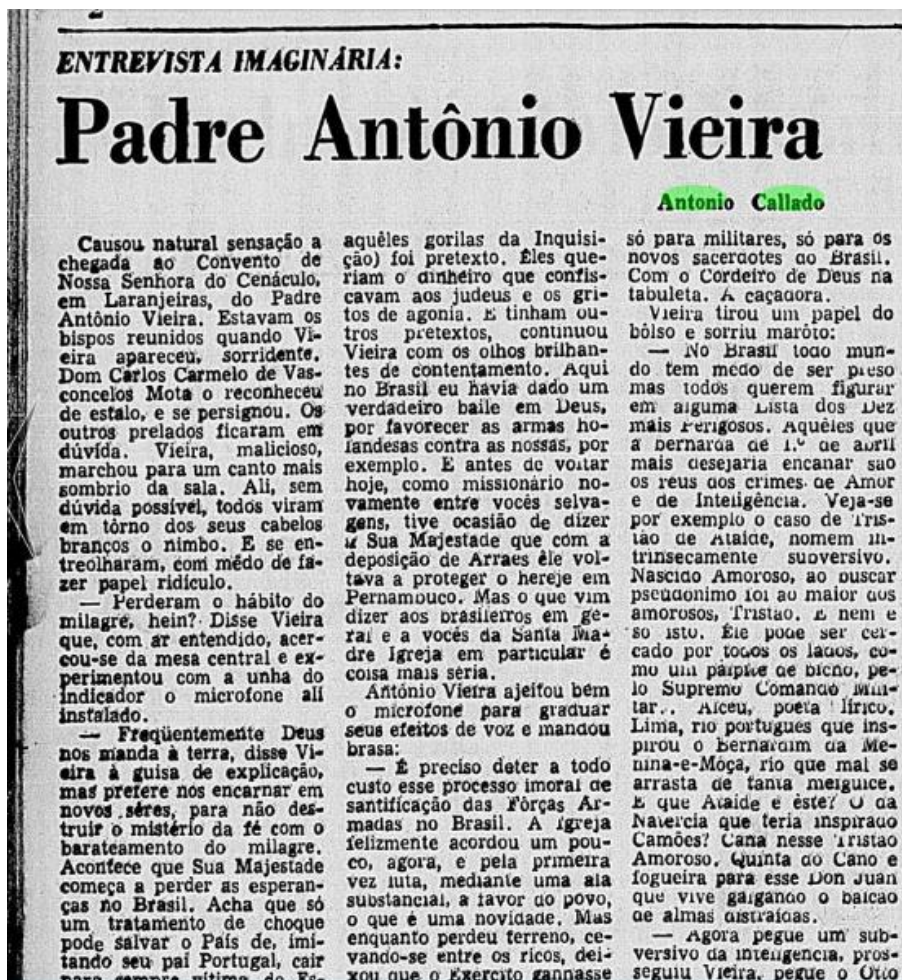
embarque se dá no aeródromo cujo nome é *Públio Virgílio*¹³², referência ao célebre poeta épico da Antiguidade, autor de *Eneida*. Mas que também é um personagem em *A Divina Comédia*, na obra desempenha papel de guia do próprio Dante Alighieri, conduzindo-o em viagens pelo purgatório e pelo inferno. Em outras palavras, ao voltar ao Brasil naquele maio de 1964, é como se o próprio Callado, tal como Dante, estivesse sendo conduzido agora ao inferno.

A segunda: antes de embarcar, Callado recebe um presente, uma lembrança do purgatório, dada por um dos filhos de Lampião, aspirante a anjo: uma camélia, que rapidamente pega fogo “me deixando na mão uma pitada de cinzas, cheirosa e clara”. Planta ornamental de origem asiática, a flor camélia foi símbolo da campanha abolicionista no século XIX, sendo usada pelos simpatizantes da causa pela libertação dos escravos, que precedeu a assinatura da Lei Áurea. A flor que simboliza a luta pela liberdade, ao ser entregue ao jornalista, se desfaz. Uma metáfora da própria liberdade e da democracia, que naquele momento também se transformavam em cinzas, como uma flor em brasa, permanecendo dela apenas o perfume no ar e as cinzas. A sinestesia entre tato, olfato e visão reforça os sentidos da liberdade se esvaindo, sutilmente, pelos “dedos” do país.

¹³² PublioVirgilio Maro (70 a.C.- 19 d.C.) era admirador de Homero e se inspirou em “*Ilíada*” e “*Odisseia*” para escrever “*Eneida*”, em que descreve por meio da poesia a jornada do troiano Enéas, fugitivo da Guerra de Tróia, guiado pelos deuses até o território italiano, onde edifica a cidade de Roma.

4.1.2 Entrevista com Padre Antônio Vieira

Figura 33 – Fragmento da crônica publicada no dia 31.05.1964, página 2 caderno 1 do Correio da Manhã.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Na edição daquele domingo, 31 de maio de 1964, o Correio da Manhã trazia na capa como principais manchetes: “Greve ameaça eleição na Bolívia” (sobre movimento do sindicato dos trabalhadores mineiros – o mais representativo do país - para derrubar a ditadura do presidente Paz Estenssoro), “Paulo VI refuta ataque a Pio XII” (por ocasião de publicação de livro que sugeria omissão do antigo papa quando do holocausto nazista, durante a Segunda Guerra); “Pelé, o espetáculo”, sobre mais um desempenho brilhante do jogador, desta vez durante uma goleada do Brasil sobre a Inglaterra por 5 a 1, na Taça das Nações.

Outras manchetes com menor destaque presentes na edição: “Kruschev e Ulbright reforçam relações” (anúncio de um comunicado assinado pelo o *premier* da URSS, Nikita Krushchek e o chefe do partido comunista da Alemanha Oriental, Walter Ulbright, estreitando

relações e intercâmbio entre o bloco socialista e o país europeu); “Difícil nome para substituir Nehru” (sobre sucessão no parlamento indiano, após a morte do primeiro ministro Jawaharlal Nehru, pai da futura primeira ministra Indira Gandhi), além de “Castello demite almirante” (sobre mudanças feitas pelo presidente no primeiro escalão do governo) e “Servidor diz que aumento é pouco” (sobre a negociação de aumento de salários de servidores públicos federais com o governo federal).

A religião continua sendo objeto temático na segunda crônica, publicada exatamente um mês após o golpe militar. Se na primeira o jornalista faz uma viagem astral rumo ao purgatório ao encontro do cangaceiro entrevistado, desta feita o tema é o regresso ao mundo dos vivos de uma das figuras mais expressivas da literatura barroca em língua portuguesa, notável por sua oratória e retórica expressa em históricos sermões: o missionário jesuíta português Padre Antônio Vieira (1608-1697).

Ele volta ao mundo dos vivos, enviado como medida extrema por Deus, que está preocupado com os rumos do país onde Vieira fora missionário no século XVII. Temia que o Brasil sucumbisse ao conformismo diante de uma ditadura, tal qual Portugal (então sob o jugo da ditadura salazarista, desde os anos de 1930). “Acontece que Sua Majestade começa a perder as esperanças no Brasil. Acha que só um tratamento de choque pode salvar o país de, imitando seu pai Portugal, cair para sempre, vítima do espírito de solenidade. Eu vim com o Espírito do Escândalo”. Um espírito que chega para reprovar a ditadura militar, advertir e criticar a Igreja Católica quanto ao seu posicionamento sobre os acontecimentos políticos. Aliás, criticar a Igreja era algo que Vieira também fez em vida.

Uma efeméride foi usada como gancho de atualidade para a crônica: a proximidade de completar três séculos do seu julgamento e prisão pela Inquisição em Portugal¹³³ por defender

¹³³ Desde o século XVI, quando a Companhia de Jesus foi fundada por Santo Inácio de Loyola, a ordem sempre esteve próxima da Coroa Portuguesa, por conta de sua atividade missionária de catequização nas colônias – favorecendo os interesses da metrópole. Foi também uma época de colaboração entre os jesuítas e o Santo Ofício, consideradas as duas mais importantes instituições religiosas do país. Mas cem anos depois, houve muito desgaste e episódios de desavença e confronto entre eles. O processo inquisitorial a que respondeu Vieira resultou-lhe dois anos de prisão em Coimbra (uma sentença que, mais tarde, conseguiu reverter junto a Roma), a partir de 1665. Uma das causas para o processo foi a postura frontalmente contrária de Vieira ao tratamento dado aos judeus recém-convertidos. Vieira era favorável ao casamento entre cristãos antigos e cristãos novos e, para ele, a dinastia dos Bragança só se perpetuaria no poder em Portugal se os cristãos-novos – muitos banqueiros e mercadores – não fossem expropriados de seus bens pelos confiscos impostos pela Inquisição aos réus condenados por heresia ou atos diversos. Isso porque os judeus recém-convertidos, com receio da perda de seus bens, procuravam fugir do reino para outros países mais tolerantes. O processo também foi motivado por intrigas políticas: Vieira era próximo do Rei João IV e da Rainha Luísa de Gusmão e protegido pelos monarcas. Quando morre o rei, o filho, o príncipe D. Afonso VI dá um golpe e destitui a própria mãe do poder, o que enfraquece a força e o prestígio de Vieira junto à Coroa, abrindo caminho para sua prisão.

judeus recém-convertidos ao cristianismo, fortemente perseguidos na época pela cúpula da Igreja Católica no país. Assim, Vieira parecer ser o personagem ideal para a intenção calladiana de criticar os militares, as recentes cassações empreendidas pelo regime naqueles primeiros 30 dias à frente do Executivo federal. Basta lembrar que, em 10 de abril daquele ano, era divulgada a primeira lista com cassações e ao longo do primeiro mês foram abertos centenas de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) chefiados em sua maioria por coronéis e que tinham como objetivo apurar atividades consideradas supostamente subversivas.

Nesta crônica, a questão central é estabelecer uma analogia entre Portugal de 300 anos antes e o Brasil de 1964, ao comparar os militares aos inquisidores e os comunistas/esquerdistas aos cristãos novos perseguidos pelo Santo Ofício. Assim como os expedientes usados pela Inquisição na península ibérica, também o governo militar do Brasil agia de modo arbitrário, promovendo perseguições sem direito de defesa àqueles que ousassem pensar diferente. Não por acaso fala em “aqueles gorilas da Inquisição”, lançando mão do substantivo estigmatizante frequentemente associado aos militares para se referir aos integrantes dos Tribunais do Santo Ofício.

Vieira vê ainda semelhanças entre o golpe brasileiro e outro golpe, ocorrido em 1662, quando a rainha regente Luísa de Gusmão foi destituída do poder pelo próprio filho, D. Afonso VI, episódio que deflagrou a prisão de Vieira pela Inquisição. Se no Brasil o golpe pôs no poder o general Castelo Branco, em Portugal o golpe fora orquestrado por outro Castelo, o Conde de Castelo Melhor¹³⁴. O trocadilho promove uma associação de ideias imediata a quem lê.

Para sua visita à Terra, escolhe o convento Nossa Senhora do Cenáculo¹³⁵, no bairro das Laranjeiras, cuja congregação (Nossa Senhora do Retiro do Cenáculo) tem como um dos patronos Santo Inácio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus, a mesma ordem de Vieira. Uma rápida leitura revela que, ao contrário da crônica publicada 11 dias antes no Jornal do Brasil, aqui nota-se que na narrativa o jornalista optou por não desempenhar ativo papel de entrevistador, com atuação expressa no texto. Durante o encontro, Vieira responde a questionamentos feitos pelos religiosos presentes à cena e Callado reporta em terceira pessoa,

¹³⁴ Luís de Vasconcelos e Sousa (1636-1720) 3º Conde de Castelo Melhor, era funcionário da confiança do príncipe D. Afonso VI e apontado como um dos mentores do golpe em Portugal.

¹³⁵ O Convento do Cenáculo era um local importante e emblemático para o clero brasileiro nos anos 1960. Foi o lugar escolhido pela CNBB para reunir seus bispos a fim de definir qual posição política tomar após a quartelada que instituiu o regime militar, segundo relato do Frei Betto, presente àquela reunião. Atualmente, o prédio tombado pela Prefeitura do Rio de Janeiro funciona como casa de retiros espirituais e oração, administrada pelas freiras da congregação francesa que vieram para o Brasil em 1928. Hoje, o local abriga 14 irmãs que desenvolvem trabalhos sociais com jovens carentes e idosos do bairro das Laranjeiras.

como se fosse um espectador do sobrenatural encontro entre Vieira e os bispos incrédulos e até um pouco assustados (“D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota¹³⁶ o reconheceu de estalo e se persignou”).

Como parte da estratégia de conferir autoridade e prestígio ao discurso de Vieira, sua figura física é descrita à semelhança de um santo (em que pese o fato de Padre Antônio Vieira nunca ter sido canonizado pela Igreja Católica): “todos viram ao redor dos cabelos brancos o nimbo¹³⁷. E se entreolharam, com medo de fazer papel de ridículo”. A palavra milagre também é empregada duas vezes no mesmo parágrafo, como reforço desta mesma ideia, induzindo a compreensão de que se trata ali da própria voz enviada pelos céus a se dirigir aos brasileiros.

Na aparição, Padre Antônio Vieira prega em forma de sermão, como que conduzindo uma missa na capela do Convento, com a mesma eloquência pela qual ficou conhecido em vida: “Com ar entendido, acercou-se da mesa central e experimentou com a unha do indicador o microfone ali instalado”; “Antônio Vieira ajeitou bem o microfone para graduar seus efeitos de voz e mandou brasa”, usando uma linguagem coloquial típica da época, apropriada para a crônica.

Como parte das intenções de elocução, o texto faz uso de verbos/expressões de advertência e negação para admoestar a Igreja quanto ao seu posicionamento e sua relação com o regime militar: “Vim *adverti-lo*”; “*Não podem continuar* marginalizando tantos líderes e homens de pensamento; “*É preciso deter* a todo custo esse processo imoral de santificação das Forças Armadas no Brasil. A Igreja felizmente acordou um pouco agora (...) a Igreja deixou que o Exército ganhasse força teológica. Nem os gnósticos, nem os maniqueus, nem os albigenses¹³⁸ constituíram heresia mais perigosa que essa”.

A figura da sinédoque presente no trecho denota a crítica do jornalista quanto à postura dos integrantes da Igreja quanto aos acontecimentos que culminaram no golpe. Basta lembrar que foi decisiva a participação de setores da Igreja Católica na organização da Marcha da

¹³⁶ Uma das mais importantes figuras da cena eclesiástica do Brasil na época. Amigo do presidente JK, rezou a primeira missa em Brasília, foi Arcebispo de São Paulo, o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), um dos fundadores da PUC/SP e um dos responsáveis pela construção do Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, na cidade de Aparecida (SP).

¹³⁷ Sinônimo de auréola.

¹³⁸ Segundo Maria Henriqueta Fonseca (1954) trata-se de duas correntes religiosas dualistas, que se desenvolveram em certas partes da Europa na Idade Média e foram arduamente combatidas pela Igreja Católica, que as considerava hereges por não se alinharem aos dogmas de Roma. Entre outros pontos, não reconheciam a doutrina da Santa Trindade (Pai-Filho-Espírito Santo), rejeitavam a idolatria, o sacramento do casamento e acreditavam em reencarnação. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36092>

Família com Deus pela Liberdade, dois meses antes, em São Paulo. O anticomunismo ferrenho das autoridades eclesiásticas e de algumas organizações civis de base católica foi um fator predominante para o apoio inicial à ditadura, um respaldo que foi diminuindo com o passar dos anos¹³⁹.

Ao modo de Antônio Vieira, também Callado utiliza recursos retórico-argumentativos como a exemplificação, para convencer o leitor de seu raciocínio. Sustenta que os militares são piores e mais cruéis que os inquisidores. “Nossos inquisidores eram sutilmente corruptos. Eram ascetas que queimavam os incrédulos em meio a um profundo jejum. O general Costa e Silva, *por exemplo*, se chegar a assar um comunista, come-o em seguida”. Ser chamado de canibal em um dos mais importantes jornais da época certamente incomodou o então Ministro da Guerra e futuro presidente do Brasil.

A superação do medo (inquisição, ditadura) é mediada/suavizada/eufemizada pelo humor ao longo do texto, pois este é um procedimento defensivo contra o sofrimento. Ao ultrapassar o momento e o sentido trágico, com características idealizadas e admiráveis, o autor se mostra não resignado, mas rebelde, o que significa, parafraseando Freud, não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais, ou seja, um mecanismo de defesa face às necessidades e angústias humanas.

E ainda para condenar as perseguições à intelectualidade, mais especificamente a dois escritores que eram seus colegas de trabalho na imprensa (Alceu Amoroso Lima e Otto Maria Carpeaux), continuou usando a exemplificação, além de um jogo de relações de explicação, de causa e efeito, de indagação-resposta.

¹³⁹ Conforme as medidas autoritárias e a repressão aumentavam gradativamente, as violações dos direitos humanos iam ficando cada vez mais evidentes, incluindo a prisão de padres, a Igreja mudou de postura. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/igreja/>

Aqueles que a bernarda de 1º de abril mais querem encanar são os réus dos crimes de Amor e de Inteligência. Veja-se, por exemplo, o caso de Tristão de Ataíde, homem intrinsecamente subversivo. Nascido Amoroso, ao buscar pseudônimo, foi o maior dos amorosos¹⁴⁰. Ele pode ser cercado por todos os lados, como um palpite de bicho pelo Supremo Comando Militar... (...) e que Ataíde é este? O da Natércia que teria inspirado Camões¹⁴¹? Cana neste Tristão Amoroso, Quinta do Cano e fogueira para esse D. Juan que vive galgando o balcão de almas distraídas. (CALLADO, 1964, p. 2).

A última parte do trecho citado é marcada pela figura da ironia, posto que defende e em seguida pede a fogueira e a prisão (a mesma onde esteve Vieira por dois anos) ao “criminoso” jornalista, ridicularizando o seu suposto “crime”. Com interrogações retóricas, não se busca informação, mas afirmação, zombando, afirmando o contrário do que se quer dizer, o que denota um forte traço de sarcasmo.

Aliás, a argumentação irônica se fortalece por um conflito ideológico que deixa marcas no texto, determinando a orientação que segue seu autor, pois ao se utilizar da ironia procura evidenciar o ridículo, o incoerente, e está articulada aos eventos históricos enredados por posicionamentos da Igreja frente a ditaduras, a vivida (em Portugal, a partir de meados dos anos 1920) e a anunciada (Brasil, a partir de 1964). A evocação da memória aumenta a credibilidade da história, o que possibilita que seja contada rapidamente.

Como se sabe, o colunista do Jornal do Brasil, (cujos textos também eram publicados na Folha de S. Paulo), Alceu Amoroso Lima (1893-1983) foi um exemplo de voz que se colocou contrária à ditadura e não por acaso aparece em uma crônica em que a Igreja Católica é personagem: primeiro porque era declaradamente católico (embora tenha passado a abraçar teses mais liberais na política e na religião nos anos 1960¹⁴²) e segundo porque o jornalista um mês antes havia publicado o artigo “Terrorismo Cultural”, por ocasião das primeiras sanções do novo regime a seus críticos, texto pelo qual inclusive recebeu uma chamada telefônica do próprio

¹⁴⁰ O pseudônimo de Alceu Amoroso Lima faz referência à lenda medieval de origem céltica, a história de amor Tristão e Isolda.

¹⁴¹ Referência à personagem Natércia, ninfa em Os Lusíadas, um anagrama em homenagem a uma das paixões de Camões na corte portuguesa, D. Caterina de Ataíde.

¹⁴² Segundo Marcelo Timothéo da Costa (2018), nesta década, Amoroso Lima irá defender enfaticamente as resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965). Decisões que promoveram o chamado *aggiornamento* católico, a abertura da Igreja ao espírito moderno. No cenário interno nacional, Alceu apoiou causas como as Reformas de Base pregadas pelo presidente João Goulart e o voto dos analfabetos. E, quanto à política internacional, denunciou a ingerência norte-americana em Cuba e a participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, ação que classificou de “genocídio” promovido pela alta tecnologia. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/viewFile/39092/27620>

presidente Castello Branco, que lhe atribuía tal posicionamento à suposta má-informação acerca do alcance da “penetração comunista” no país.

(...) os processos mais antidemocráticos de cassar mandatos, suprimir direitos políticos, demitir juízes e professores, prender estudantes, jornalistas e intelectuais em geral, segundo a tática primária de todas as revoluções que julgam domar pela força o poder das convicções e deter a marcha das ideias (AMOROSO LIMA, 1999 [maio de 1964]: 319-320).

A crônica avança, defendendo em seguida outro católico, o “subversivo da inteligência”, Otto Maria Carpeaux (1908-1978). Nascido na Áustria, o cronista, crítico musical e literário era um intelectual respeitado, um erudito com ampla formação multicultural, formado em física, filosofia e letras com doutorado em matemática, historiador da literatura que se refugiou no Brasil durante a 2ª Guerra¹⁴³. Nas palavras de Vieira-Callado, Carpeaux era “uma espécie praticamente extinta”.

Carpeaux ocupava o cargo de redator político do *Correio da Manhã* e era um franco adversário do regime militar. Conhecido pelos colegas de profissão como um literato, um jornalista que mantinha independência de suas opiniões, sem se vincular a nenhuma ideologia. “É um homem que não aceita nenhum partido, mas luta por suas ideias com uma veemência e uma mandíbula de darem medo”; “Comunistas, fascistas, indiferentes, o detestam”.

O uso de metáfora busca mostra que, em que pese o fato de um jornalista não ser nem de esquerda, nem de direita, tampouco filiado a qualquer partido de oposição, a ditadura o perseguiria pelo simples fato de ousar ter ideias e manifestá-las em um meio de comunicação, já que o alvo era todos aqueles que não pensassem da mesma forma que os militares. “As ideias do Carpeaux são sua pele. Vai ser difícil queimá-las sem queimá-lo. O Carpeaux está em vinha d’alhos”, em uma referência à marinada tipicamente portuguesa que se utiliza para preparar alimentos, no qual ficam mergulhados por horas, temperando, antes de serem levados ao fogo.

Em outras palavras, era questão de tempo até Carpeaux ser “cozido” pela fogueira da inquisição militar, ou seja: sofrer represálias. O que de fato aconteceu, anos depois. Viu sua seção de política internacional ser suprimida em 1966 e ficou impedido de publicar qualquer matéria assinada no jornal, que lembremos, havia se tornado entre 1964 e 1965 um importante veículo de denúncia das arbitrariedades cometidas pelo regime militar, e por isso foi vítima de pressões econômicas e perseguição política, até quando deixou de circular, em julho de 1974.

¹⁴³ Filho de pai judeu e mãe católica, se converteu nos anos 1930 ao cristianismo católico.

O desfecho da crônica acontece quando, de súbito, Vieira e os bispos são surpreendidos pela chegada de um general Taurino. “É o visitador do Santo Ofício?”, pergunta Vieira. “É o touro do sacrifício, carrega os pecados dos governadores”, responde um dos bispos. A visita era do General Estevão Taurino de Resende Neto, empossado por Castelo Branco em abril de 1964, como Presidente da Comissão Geral de Investigação (CGI), organismo encarregado de coordenar IPM’s então instaurados em todo país. Ou seja, era por mesmo, por analogia “o inquisidor geral” da ditadura, como Vieira sugere ao ser surpreendido com a aparição. Importante lembrarmos que

Os IPMs tornaram-se palco de atuação para militares interessados em radicalizar as medidas repressivas, que utilizaram os meios à disposição para pressionar os setores liberais e moderados do regime. Seu poder geral era limitado, mas eles agiam arbitrariamente a fim de tentar criar fatos consumados, e também aterrorizar inimigos e obter publicidade para sua causa. Na verdade, os IPMs deviam se limitar a fazer investigações e remeter suas conclusões ao Judiciário, a quem caberia julgar e estabelecer as penalidades para os condenados. Os oficiais na direção dos IPMs não tinham poder de condenar, embora por vezes pudessem prender temporariamente para investigações. Trocando em miúdos eles não tinham instrumentos legais para demitir ou condenar, mas tiveram poder suficientes para amedrontar e coagir. (MOTTA, 2014, p. 103).

O general bateu continência, saudando Vieira e informando-lhe acerca de encontro marcado com as Forças Armadas, não em tom amistoso de quem faz um convite, mas de uma constatação imposta: “Sereis hoje homenageado por nós, homens de Deus dentro da nossa farda. As três Armas lhe oferecem hoje um banquete”.

Mas Vieira mostra desprezo pelo encontro, esnoba os militares e declina de forma objetiva: “não posso”, porque irá a uma conhecida boate carioca da época, a Sacha’s¹⁴⁴, na orla da zona sul, localizada na rua que o homenageia com o seu nome. E sai de cena, sem se despedir, com desdém, apenas cantarolando o primeiro grande sucesso do grupo de *rock and roll* inglês *Beatles*, uma “febre” entre os jovens daquele ano, *I Want to hold your hand*, externando falta de solenidade e ausência total de reverência de um convidado, típica de quem não reconhece a autoridade dos anfitriões – uma provável expressão do desejo implícito de próprio Callado naquele momento do Brasil.

¹⁴⁴ A boate era um reduto boêmio da moda nos anos 1960, frequentado por ricos e celebridades e tinha como sócios o pianista Sacha Rubin e Carlos Machado, ainda considerado “o rei da noite” do Rio de Janeiro na época. A fama da boate era conhecida em todo Brasil.

O desfecho do texto remete ao riso irônico, sarcástico, pois o riso é uma das melhores maneiras de transgredir. Este é um recurso estratégico do Callado, que se verifica em boa parte das crônicas. Segundo Propp (1992), em certas circunstâncias pode se tornar cômica a transgressão de norma de ordem pública, social e política.

-

4.1.3 Entrevista com Sigmund Freud

Figura 34- Fragmento da crônica publicada no Correio da Manhã em 07.06.1964 – p.2 Caderno 1 Correio da Manhã.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Ao ocupar três colunas em um terço de página par (dividindo espaço com um anúncio de financiamento de automóveis da época o *Aero Willys*, *Gordini*, *Renault Dauphine*), Callado apresentava sua terceira crônica prosopopeica, uma entrevista como pai da Psicanálise naquele domingo, 07 de junho de 1964, menos de uma semana depois da decretação do AI-1. Figuravam como manchetes na capa da edição: “Castelo: direito de crítica é sagrado” (em visita a Pernambuco, o presidente defendia o direito de certos setores da sociedade criticarem a tomada de poder dos militares, afirmando que a crítica era necessária e que respeitava muitos intelectuais que a faziam, como Alceu Amoroso Lima); “Alerta, Marechal” (Editorial em que o jornal se posiciona esperando que Castelo Branco não concorde com a prorrogação do AI -1 e das inúmeras cassações de mandatos e direitos políticos no ordenamento previstos e nem com o adiamento das eleições diretas, marcadas para o ano seguinte); “Johnson evita ação da Turquia

em Chipre” (sobre atuação dos EUA para impedir pressões turcas para invadir e dominar o norte da ilha do Mediterrâneo, o que acontecerá anos depois).

O tema nesta crônica é a realização de uma aula prática de uma das figuras mais emblemáticas do século XX, o médico neurologista, psiquiatra austríaco e fundador da Psicanálise Sigmund Freud (1856-1939) em seu consultório. Uma insólita preleção, aberta a alguns de seus discípulos e ao jornalista, na qual o analisa um paciente chamado Brasil e sua relação conflituosa com sua “noiva”, o golpe militar.

Como na entrevista com Padre Antônio Vieira, a narrativa aqui se dá em terceira pessoa e Callado desempenha mais um papel de espectador - que apresenta tudo o que vê e ouve - do que propriamente o de um entrevistador mais proativo. Por isso, domina o texto a voz dos argumentos de um mestre que, em tom professoral, descreve um estudo de caso clínico, suas possíveis causas e caminhos de cura.

O Brasil é apresentado como um paciente, um homem triste, com dimensões gigantescas que tem como noiva certa “Revolução de 1º de Abril”, descrita como uma companheira do tamanho de uma escultura, de um bibelô de mesa, “mal encarada e com cara de megera”. O jornalista reforça a data 1º de abril, que é emblemática, pois é o dia da Mentira. Aqui Callado assume um lugar no discurso, ainda que de forma simbólica, como ato do orador dentro de um conceito de valor. Não por acaso os militares comemoram "A redentora" no dia 31 de março como dia da revolução, para fugir da comparação.

Freud afirma que este é o caso mais difícil que já teve em termos de “psicanálise das nações” e sustenta que quaisquer relacionamentos entre os dois sejam impossíveis, porque o paciente é muito “maior” que a noiva, em que pese o fato dele acreditar o contrário, por influência dela.

Freud analisa o caso do país à luz de alguns tópicos e conceitos fundamentais de sua teoria aos quais são feitas referências ao longo do texto como libido, teoria da pulsão (com ênfase para a pulsão de morte), sublimação, Complexo de Édipo etc. Tal como é descrito, o Brasil parece estar “preso” a uma relação amorosa abusiva, porque a “Revolução” tenta a todo custo controlar e manipular a percepção que o país tem de si mesmo, distorcendo o seu senso de realidade, ao afirmar que são “do mesmo tamanho”. Sabe-se que, em geral, estes relacionamentos patológicos têm forte impacto na autoestima de uma vítima, que com o tempo pode começar a se sentir impotente, sem esperança, triste – o que parece ser justamente o caso do Brasil, assim retratado no divã do pai da Psicanálise.

A aula busca indagar explicações para o estado emocional do país. Como Freud considera que a angústia de seus pacientes com neuroses, em geral, possui vínculos estreitos com a sexualidade, a crônica tem início analisando como provável causa dos males do Brasil o seu medo do ato sexual, o que explicaria porque teria inclinações a se envolver com amores impossíveis de serem consumados. Para Freud, a relação com a Revolução é impossível, por conta de suas dimensões respectivamente contrárias. Prossegue tentando entender a psique do paciente, evocando o seu passado de colônia e uma possível relação de ódio ao pai - o país colonizador, Portugal – mas desiste dessa teoria, ao perceber que possíveis conflitos com a figura paterna se sublimam por meio das piadas que ridicularizam os portugueses.

Ao final da exposição, desiste de achar uma solução, diz não ter matéria suficiente para analisar o Brasil: o paciente é grande, porém pensa pequeno; é infantil e seu sonho no fundo é voltar ao ventre materno. Por isso, afirma que não é caso para Psicanálise, mas para Pediatria, quiçá para Psiquiatria, já que envolve uma relação de desvio de comportamento entre um paciente grande (o país maior, superior) em contraste ou enfrentamento com um pequena noiva (corrompida, viciada, ou louca).

A tese de que o Brasil é um país que não “evoluiu” e que por isso tem dificuldades de se desenvolver e de ter consciência acerca da própria grandeza Callado retomará em crônicas futuras. Para o jornalista, ao contrário de outras nações, é como se o país ainda fosse como uma criança imatura porque “pulou” etapas em seu crescimento, mais especificamente, a etapa da reforma agrária. Uma ideia desenvolvida a partir do pensamento de outro escritor, o português Eça de Queirós, expressa em 1888 como parte do livro *A correspondência de Fradique Mendes*. A ele, Callado faz referência em crônica publicada 15 anos depois, na Revista Istoé, chamada “O país que não teve infância”:

(...) o Brasil não teria a que voltar. Como os brasileiros não tinham criado nunca uma verdadeira e humana civilização rural, como não havia estruturado as bases naturais para o futuro crescimento industrial, não teriam jamais um ponto passado de referência (...). O Eça vislumbrava, e se arrepiava, com o abismo de ganância e de cegueira que nos conduziria das sesmarias e latifúndios às fazendas multinacionais, sem jamais darmos terra aos que cultivavam outrora, aos que hoje a cultivam. (CALLADO, 2017, p. 29).

Embora o jornalista fosse partidário da reforma agrária, a questão não é mencionada de forma expressa nesta crônica, cujo ponto central está mesmo focado em reforçar a ideia de que o país está “doente”, perdeu a consciência de sua força, vive uma relação “amorosa” com uma

noiva desprezível e autoritária, e que precisa reagir rápido, pois sua parceira e seus ideais - menores e indignos diante da grandeza do país - estão a lhe ameaçar a sua sanidade.

Os expedientes de enunciação utilizados para expressar o menosprezo e insignificância do movimento que instituiu a ditadura são evidenciados pelo sucessivo uso de adjetivos no diminutivo (“figurinha viva”, “monstrinho”, “revoluçõzinha”, “carinha”) além de substantivos e expressões de cunho negativo tais como “inconcebível”, “mal encarada”, “megera”, “essa jarrinha vale mais do que você” (em referência a uma pequena jarra Sévres¹⁴⁵ que a Revolução chutou durante um momento de ira e contrariedade durante a aula). O uso do diminutivo com marca irônica tem por função afagar ou afastar, neste caso não há a expressão de afetividade, mas o aporte a um sentido pejorativo e carrega um valor de significação com sentido denotativo, a “revoluçõzinha” como aquilo que se apequena, ou seja, Callado busca o constrangimento proposital.

O animismo é a figura de retórica dominante na crônica, que de pronto equipara uma nação continental sob ditadura a um ser humano em situação de desequilíbrio psíquico e uma quartelada a uma noiva manipuladora. Em “Olhem as dimensões *gigantescas* do paciente e olhem a *revoluçõzinha*. Trata-se de uma noiva para Andorra, no máximo”, evidencia-se a impossibilidade do Brasil “casar” com a ditadura por meio de uma antítese (gigante *versus* pequeno) e uma comparação (a noiva, tão pequena, seria mais apropriada para um dos menores países da Europa, um principado de 468 quilômetros quadrados, localizado na fronteira entre França e Espanha). Para reforçar o aspecto diminuto da noiva, compara-a a uma pequena típica escultura de barro, um *Vitalino*, em referência ao Mestre Vitalino, ceramista pernambucano que se notabilizou por figuras inspiradas em cenas do universo rural e urbano do sertão nordestino.

Callado também estabelece uma analogia ao equiparar a pulsão de morte freudiana com as cassações de mandatos impostas pelo AI-1 dois meses antes, que são equiparadas a uma morte civil dos cassados. Há ainda o uso de uma alegoria, ao citar um trecho da Bíblia (Apocalipse 3;15-16), em referência à trajetória do Brasil, (“tu és morno, nem és frio, nem és quente”) uma explícita crítica à inércia, à apatia, à falta de reação de setores da sociedade frente aos últimos acontecimentos políticos do país, mais precisamente as perseguições e supressões de direitos políticos impostas pelo regime.

Vale observar no diálogo final do texto, há uma citação direta à personagem *Lolita* de Vladimir Nabokov (1899-1977) autor do romance homônimo. A personagem é uma ninfeta com a qual o narrador principal se envolve. A assimilação da personagem na cultura popular foi tão

¹⁴⁵ Tradicional tipo de porcelana fabricada na França desde o século XVIII.

forte que o nome "Lolita" tornou-se um adjetivo para qualificar ou sugerir uma menina sexualmente precoce. A Ditadura desempenha este papel na voz da personagem narrativa, na figura de quem busca seduzir o Brasil, deixando no ar mais uma vez que se trata de uma relação anômala, condenável.

4.1.4 Entrevista com Mahatma Gandhi

Figura 35 – Fragmento da crônica publicada na página 2, Caderno 1 de 14.06.1964 Correio da Manhã.

2

CORREIO DA MANHÃ, Domingo

ENTREVISTA IMAGINÁRIA

Mahatma Ghandi

Antonio Callado

Quando cheguei à sala de espera do Nirvana, Ghandi trocava ainda algumas palavras com Siva, um deus que se afastou, gracioso apesar de tantos braços que seguravam diferentes oferendas. Siva propunha alguma coisa que o Mahatma recusava.

— Um deus impossível na sua terra, não é? Indagou Ghandi, sorrindo. Muito ramalhudo, muito material.

— Bem, nossa religião...

— Pela ficha aqui da Biblioteca védica é a religião católico - espirita - macumbeira com forte tendência a um sincretismo militarista. Mas vocês são principalmente um país muito espiritual.

— Não entendo bem, Mahatma.

— Não entende, farejou uma ironia e já está todo formalizado. O brasileiro tem mais medo de ser ridículo do que de qualquer outra coisa, não é verdade? Alguma piada para cima de um brasileiro e arma-se logo um Aeroporto de Orly. Troça, não. Uma porção de braços, não.

Tudo isso é espiritual.

— Ué, vocês hindus, vocês iogas, vocês budistas são muito mais espirituais do que nós. Quando desencarnam de vez no Nirvana viram o quê? Pura energia.

— Por isso mesmo eu ainda estou aqui, sem querer desencarnar e até me preocupando com o Brasil. Eu gosto deste meu corpo, sabe, magro, curvo, seco. Quanto mais a gente se espiritualiza mais dá valor ao corpo. No Brasil quase ninguém tem corpo.

— O senhor acabou de dizer que éramos muito espirituais.

— Foi ironia, sim, meu filho. Vocês estão no Neolítico da alma. Ainda não descobriram o corpo. Você já pensou se os deputados cassados tivessem noção do próprio corpo, se ficassem sentados nas suas bancadas, se obrigassem o Costa e Silva a mandar carregá-los para fora? Já pensou no Juscelino aguardando sua cassação no Senado e depois cantando, alegre: "Daqui não saio, daqui ninguém me tira." Iriam para lá o Gabinete Civil e o Militar, o Castelo Branco, até a dona Sara, todos iriam pedir ao JK que saísse, que fosse para casa, e JK, impávido: "Daqui não arredo pé." E teria de sair de colo. Nasceria ali, nos braços da Polícia. Nasceria a vitima. Todo Bocaliava seria um baby. Ganharia auréola quem provasse que tinha corpo que precisava ser carregado. Haveria muito mais espírito no pé fincado de JK do que nos seus discursos e mensagens ao povo, em tom de lamentosa poesia.

— Passei minha vida de tanga, prosseguiu Ghandi, para mostrar que se pode viver sem importar tecidos. De tanga, meu corpinho ao sol, andei 400 quilômetros a pé até o mar para derrotar o monopólio do sal: entrei na água, apanhei uma pedra de sal com as mãos, apertei-a contra o peito descarnado, só para obedecer, para levar sal para casa, sal proibido, sal nas mãos do meu corpo. Uma pedra de alva rebelião. Atrás de mim, milhares de indianos entravam também na água salgada e viravam o próprio sal da terra da Índia. Depois resolvi usar meu corpo para não comer. Fiquei pôsto em sossego, da bôca ao ânus. Mas o meu jejum matava o Império Britânico, que enviava sumidades a tomarem a temperatura do meu adorável corpo esquelético e feio. Eu me afirmava nos meus elementos básicos, cantava como S. Francisco uma ode a tudo que eu me recusava a mim mesmo, para valorizar a vida do meu corpo. E a Inglaterra definhava. Altos, ruivos, fortes mas derrotados pelo meu corpo inarredável. "Não como, pronto", dizia eu. E eles não digeriam e bife. Foi o grande momento do sal de frutas na Comunidade.

— Diga aos brasileiros, prosseguiu o Mahatma, que descubram as suas vísceras, seus membros, a glória do corpo que diz não. Com o espírito é sopa. O difícil é com a carne. *Ecce Homo! Habens Corpus! Os ingleses aprende-*

Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Setenta e cinco dias depois que os militares ascenderam ao poder, o Correio da Manhã trazia na capa de sua edição dominical as manchetes (pela ordem decrescente de destaque): "Governo revela novas cassações" (sobre a continuidade do expurgo do regime, suprimindo mais mandatos de deputados e vereadores, suspendendo direitos políticos por 10 anos de novos sindicalistas, políticos e outros cidadãos comuns, suspeitos de atividades supostamente envolvidos em atividades subversivas); "Batismo e violência no Galeão" (única manchete com foto em um *box*, dando destaque a um tumulto ocorrido no aeroporto internacional do Rio de Janeiro, quando Juscelino Kubitschek foi agredido verbalmente e ameaçado com uma arma por um comandante da base aérea do Galeão, por ocasião do embarque do ex-presidente rumo ao exílio na Europa, cerca de uma semana após a cassação de seu mandato como senador. O militar

foi hostilizado e xingado por outros passageiros em apoio a JK) e “Cercos a Ademar é prévia do expurgo” (sobre exoneração dos secretários estaduais de São Paulo, como uma antecipação da cassação do governador Ademar de Barros, que aconteceria dois anos depois, em 1966).

A terceira Entrevista Imaginária ocupou quatro colunas em 1/3 de página, dividindo espaço com um publeditorial da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, um texto que expressa o protesto do setor - que empregava na época 50 mil trabalhadores - que se punha contra a decisão do governo de congelar os preços ao consumidor por conta do cenário de alta inflação naquele ano 1964. O texto defende o fim da medida e a liberação dos preços, como já acontecia com os de outros setores da economia e dizia ser insustentável manter os empregos, caso a decisão não fosse revogada.

Como de hábito na série, o texto opta de imediato por situar o leitor quanto à esfera onde é ambientada a entrevista imaginária, quase sempre um âmbito afeito à trajetória do entrevistado em vida. Neste caso, o nirvana, onde o jornalista se encontra com um dos líderes políticos e espirituais mais importantes da humanidade, o advogado e militante hindu Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948), tema desta crônica. Um homem que em seu país também se engajou em causas sociais e religiosas¹⁴⁶, além da política, mais especificamente na luta anticolonialista pela independência da Índia da Coroa Britânica¹⁴⁷, por meio de dois principais caminhos: a *Satyagraha* (“o caminho da verdade”, que pode ser traduzido como uma forma não-violenta de protesto, a mudança revolucionária por meios distensos, a resistência desarmada) e as atitudes de não violência (*Ahimsa*) como greves de fome e outros protestos de cunho pacifistas.

Resumidamente, em três eixos parecia se fundar a luta de Gandhi contra o imperialismo inglês: manifestações pacíficas (diálogos, petições, marchas, jejuns, manifestações públicas, orações e cooperação com os mais oprimidos); não cooperação (boicote sistemático a escolas e outras instituições inglesas no país como forma de negação à colaboração com um regime

¹⁴⁶ Em vida Gandhi também se engajou em outras causas, como o questionamento ao sistema de castas e a pacificação entre muçulmanos e hindus no país, lutas com os quais seus inimigos não concordavam e muitos apontam inclusive como causa do seu assassinato por um radical hindu, em janeiro de 1948, transformando-o em mártir.

¹⁴⁷ Durante dois séculos a Índia foi colônia britânica, tendo obtido sua independência em 1947.

injusto) e desobediência civil¹⁴⁸ (violação intencional, organizada, sistemática e pública de leis consideradas arbitrárias).

A Índia era o núcleo de todo Império britânico no início do breve século XX e bem ilustra o período a que Hobsbawn (1989) se refere quando relembra que o colapso geral de velhos regimes coloniais ocidentais e a sua quase total liquidação aconteceu a partir da Grande Depressão de 1929-1933¹⁴⁹ e se prolongou no decorrer do meio século que se seguiu à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Os movimentos nacionalistas de libertação que surgiram nas colônias do Terceiro Mundo eram comumente ligados à classe média, que entendiam, entretanto, ser necessário o apoio das massas (na Índia da época, caracterizadas por serem essencialmente tradicionalistas e arcaicas) rumo ao processo de descolonização. Uma tarefa que coube à Gandhi, cuja trajetória o credenciava a transitar entre diferentes classes.

À medida que o movimento nacionalista se desenvolvia e procurava uma base de massas, Gandhi fornecia um elo entre os setores poderosos da burguesia e os camponeses, através da doutrina da não violência, das curadorias e da glorificação da comunidade aldeã indiana. Por esse e outros motivos, o movimento nacionalista não tomou uma forma revolucionária, embora a desobediência civil forçasse à retirada do Império Britânico enfraquecido. O resultado dessas forças foi, efetivamente, a democracia política, mas uma democracia que pouco fez para a modernização da estrutura social da Índia. Por isso, a fome ronda ainda. (MOORE Jr., 1983, p. 313).

Nascido em uma família pertencente à casta de comerciantes, Gandhi morou em Londres no final do século XIX, onde estudou Direito, retornando à Índia anos depois para exercer a profissão, como um cidadão que respeitava e cooperava com o país dominante. O jovem Mohandas até então nutria um sentimento de admiração pelo Império, julgando que seria positivo para seu país fazer parte dele, na condição de uma nação autônoma, em condições

¹⁴⁸ Gandhi foi inspirado pelos ideais do escritor americano Henry David Thoreau (1817-1862) constantes de sua mais importante obra, o livro “Desobediência Civil”, no qual prega a não cooperação, resistência, revolução e de recusa de lealdade a governos quando sua tirania ou ineficiência se tornarem insuportáveis. “Leis injustas existem: devemos contentar-nos em obedecer a elas ou esforçar-nos em corrigi-las, obedecer-lhes até triunfamos ou transgredi-las desde logo?” (THOREAU, 1997, p. 10).

¹⁴⁹ Eric Hobsbawn explica a relação entre mudanças na economia e o surgimento de movimentos radicais anticolonialistas nas colônias: “Pela primeira vez, os interesses dependentes e metropolitanas entraram claramente em choque, inclusive porque os preços dos produtos primários, dos quais dependia o Terceiro Mundo caíram muito mais dramaticamente que os dos bens manufaturados que eles compravam do Ocidente. Pela primeira vez, colonialismo e dependência se tornaram inaceitáveis, mesmo para os que até então se beneficiavam com eles (...) a Depressão derrubara de repente os esteios que tinham tornado o colonialismo tão aceitável para a geração dos seus pais. (...). Pela primeira vez (exceto durante as guerras) a via d gente simples era abalada por terremotos que não eram de origem natural, e que exigiam mais protestos do que preces. Passu a existir uma base de massa para a mobilização política, sobretudo onde os camponeses tinham se envolvido maciçamente na economia de dinheiro-safra do mercado mundial. Ao mesmo tempo, a Depressão desestabilizou a política nacional e internacional do mundo dependente. (HOBSBAWN, 1989, p. 211-212)

políticas de igualdade com a Inglaterra. Gandhi lutou do lado inglês na Primeira Guerra Mundial e em conflitos na África do Sul¹⁵⁰, conforme relembra em sua autobiografia:

Quando a guerra foi declarada, minha simpatia estava totalmente com os bôeres, mas acreditava ainda não ter direito, em tais casos, de fazer valer minhas convicções (...). Minha lealdade ao domínio britânico levou-me a tomar o seu partido naquela guerra. Percebi que, se exigia para mim os direitos de um cidadão britânico, era também meu dever, nessa condição, defender o seu Império. Na época, acreditava que a Índia só chegaria à sua emancipação total por intermédio dele. (GANDHI, 1999, p. 194).

Mas tudo indica que a experiência que teve na África, ao testemunhar de perto o tipo de tratamento conferido pelo governo inglês aos cidadãos naturais dos países colonizados, foi o fator determinante para que mudasse radicalmente de opinião e despertasse para a necessidade de se engajar politicamente em seu país e passasse a questionar os valores da civilização ocidental, valorizando os ideais nacionalistas e de independência indianos.

Edita jornais, escreve livros e se torna um dos fundadores do Partido do Congresso Nacional Indiano, ao lado de Jawaharlal Nahru, o futuro primeiro ministro. Passa a incentivar e a participar de marchas, protestos (nem sempre pacíficos, como o massacre de Amritsar¹⁵¹) greves, campanhas de não-pagamento de impostos, boicote a produtos ingleses, que lhe custaram sucessivas prisões e condenações, consequências de uma causa que ganhou mais holofotes no mundo inteiro a partir de sua greve de fome, em 1932. Um ferrenho defensor da liberdade, porém nunca abrindo mão da paz e de preceitos de não violência.

(...) conseguindo mobilizar as aldeias e bazares da Índia, às dezenas de milhões, em grande parte com o mesmo apelo ao nacionalismo da espiritualidade hindu embora tendo o cuidado (...) de evitar o antagonismo à Índia maometana (...). Ele inventou o político como santo, a revolução pelo ato coletivo de passividade (não cooperação não violenta) e até a modernização social, como rejeição do sistema de castas, através do potencial reformador contido nas abrangentes ambiguidades em eterna mutação do hinduísmo em evolução. Teve um êxito muito acima do esperado (ou temido) por todos. E, no entanto, como ele próprio reconheceu no fim da vida, antes de ser assassinado por um militante da tradição italiana de exclusivismo hindu, fracassara em seu esforço fundamental. (HOBSBAWN, 1989, p. 206-207)

¹⁵⁰ Como a Guerra dos Bôeres (1880-1881) conflito contra colonos holandeses que haviam fundado repúblicas independentes ao longo da parte nordestes da África do Sul, um marco na história da expansão territorial britânica na colônia africana.

¹⁵¹ Como é conhecido o evento em que soldados britânicos abriram fogo contra homens, mulheres e crianças desarmados durante um festival *sikh* que reunira cerca de 20 mil pessoas na cidade de Amritsar, na província de Punjab, no norte do país. A pretexto de conter manifestantes, foram assassinados 337 homens, 41 mulheres e um bebê de sete semanas e houve 1.500 feridos, segundo a estatística oficial britânica, contestada pelos indianos, que passados 100 anos, ainda se ressentem da falta de um pedido de desculpas oficial do governo britânico. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/apr/12/britain-amritsar-massacre-centenary-1919-india>

Pela terceira vez o espiritual/sagrado/religioso se faz presente na narrativa do jornalista. Tanto para o budismo quanto para o hinduísmo, o nirvana não é um lugar, mas um estado de pureza, de libertação do ciclo de sucessivas reencarnações (*samsara*) pelas quais passa o ser humano, quando a alma já alcançou uma condição de extrema paz e virtude, uma posição de superioridade perante as existências humanas já vividas. É neste âmbito que acontece a conversa entre o jornalista e Gandhi e, ao contrário da segunda e terceira crônica, neste quarto texto Callado volta à narrativa em ritmo de diálogo com o entrevistado, como adotou na publicação inicial da série. Gandhi relata a Callado não querer desencarnar e virar energia, porque está preocupado com o Brasil.

A conversa é testemunhada por um dos deuses centrais do hinduísmo: Shiva¹⁵² (ou Siva, como também é grafado), “um deus impossível na sua terra, não é?”, questiona com ironia Gandhi. Na mitologia hindu, ele é a divindade que destrói ilusões para transformar; representa a mudança, o fechamento de ciclos, a energia das renovações, pois só ele tem a força para propiciar as reformas que são necessárias para corrigir o rumo em direção da correta missão das almas rumo à purificação- o que aponta já para o pensamento do jornalista de que o regime militar estivesse longe de representar mudanças positivas para o país, empreendendo as transformações necessárias para a elevação do Brasil enquanto nação, segundo o ponto de vista de Callado.

A questão central da crônica é a discussão em torno das recentes cassações de mandatos de parlamentares pelo regime militar e procura estabelecer uma relação dicotômica entre a resistência política de Gandhi contra o imperialismo britânico na Índia no início do século XX e o esmorecimento dos representantes eleitos pelo povo contra os desmandos estabelecidos pelos atos de cassação de seus mandatos a partir do golpe militar no Brasil.

Em termos de elocução, paira sobre esta crônica um proposital paradoxo: entrevistar imaginariamente um grande líder espiritual, um mahatma (grande alma) e, por outro lado, ressaltar à exaustão o valor e a noção de corpo, revelada por uma incomum ênfase/repetição do substantivo, mencionado 13 vezes ao longo do texto, sem contar suas variações/derivações (“corpinho”, “corporeamente”), além da expressão em latim *habeas corpus* (cujo significado é

¹⁵² O hinduísmo é uma das religiões mais antigas do mundo, surgida há 3500 anos cujos principais conceitos, símbolos, ensinamentos estão nos textos védicos. De forma simplista, podemos dizer que para os hindus a força criadora suprema (Brâman) está dividida em uma trindade sagrada (Trimurti) representada pelos deuses Brahma (deus da criação), Vishnu (deus da conservação) e Shiva (deus da destruição ou transformação).

“que tenhas o teu corpo”). A dualidade, como se verá mais adiante, tem um propósito implícito: estabelecer uma analogia entre corpo físico e corpo político.

Gandhi diz estar preocupado: “No Brasil, quase ninguém tem corpo. (...) vocês estão no Neolítico da alma. Ainda não descobriram o corpo”. A metáfora indica que o país estaria atrasado em termos de evolução porque ainda não havia descoberto a “potência” do corpo, aqui entendido enquanto artefato de poder político. Juan Antônio Ramirez (2003) a propósito de refletir sobre o uso do corpo nas artes pontua que

O corpo é um âmbito conflituoso difícil de delimitar, um lugar de convergência ou disputa de complexas pulsões morais, biológicas, políticas. A batalha social, a luta de gêneros e de classes desenvolve-se em seu corpo, mesmo que, nem sempre, você se dê conta disso. (RAMIREZ, 2003, p. 104).

Não é nossa pretensão imergir nas diversas perspectivas teóricas que se aprofundam sobre as relações entre corpo biológico, social e político, como nos estudos de Rousseau, Durkheim ou Arendt. No entanto, para melhor entender a analogia central proposta pela crônica, é pertinente lembrarmos de forma breve algumas reflexões acerca do conceito de corpo enquanto um instrumento do político. Deve-se a Nietzsche a pioneira reflexão da teoria social contemporânea colocar o corpo como uma das questões centrais de discussão.

Nietzsche compreendeu que, em cada época, a cultura educa e adentra os corpos, já que ele não é algo autônomo, inerte, isolado do mundo, ou seja, ele não é apenas um sistema fisiológico. O corpo é assim reconhecido como interpretação, criação e vivência no mundo; como a simbolização da sociedade expressa os valores e sentidos da vida: da coragem, do proibido, do amor, do medo, do ódio, assim como, evidencia os tipos humanos que constituem a família, a religião, a estrutura de classes, o trabalho etc. (GENARO, 2009, p. 74).

Michel de Foucault, dar continuidade ao legado do pensamento do filósofo alemão, dirá que o corpo é sujeito da política, é uma arena de resistência que oferece a possibilidade de atividade política positiva, capaz de inserir os indivíduos em um próprio processo de subjetivação (FOUCAULT, 2004). E em *Vigiar e Punir*, assim problematizará essa relação: “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele de imediato; elas investem nele, marcam-no, preparam-no, suplicam-no ao trabalho, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes signos”. (FOUCAULT, 1987, p.125).

Outros autores sustentam que o corpo é uma esfera onde se desenrolam conflitos simbólicos que refletem as questões mais prementes de cada tempo, sendo quase sempre dominados de alguma forma pelo *status quo* – como o capitalismo, conforme encaram estudos de vieses marxistas. David Le Breton (1992), citando Brohm, ao sustentar que toda ordem política se impõe pela violência, coerção e constrangimento sobre o corpo, de modo que as ordens política e social se mesclam ao fazer do corpo seu campo de batalha.

Gilles Deleuze (1998) diz que o corpo não se deixa controlar, fugindo das tentativas de aprisionamento de cada época, não se submetendo às sujeições impostas. Em outras palavras, por mais que a sociedade tente impor obstáculos para cercear a atividade do sujeito, ela não consegue controlá-lo, pois o corpo encontrará uma forma de se rebelar – o corpo é um “insurgente”, não se deixa aprisionar pelo controle do mundo exterior.

Mas para o jornalista, falta a consciência do corpo aos brasileiros (especificamente aos políticos cassados) quanto às possibilidades de resistência às decisões do governo militar. Gandhi exemplifica sua trajetória de sacrifício e resistência contra a exploração econômica da Índia por parte da Inglaterra, cuja trajetória tanto incomodou a Coroa Inglesa, como quando em 1930 protestou e afrontou o monopólio britânico na produção de tecidos e sal, esta última conhecida como a Marcha do Sal¹⁵³.

A analogia e a metáfora são predominantes enquanto recursos retóricos de enunciação. O corpo esquelético e seminudo de Gandhi, o seu jeito manso, a resiliência com que suportou prisões e os jejuns como protesto deveriam servir de exemplo aos políticos brasileiros perseguidos, cassados em seu “corpo”, que aceitaram e se deram por vencidos sem opor resistência - em sua visão, muito facilmente - à supressão dos cargos que lhes foram conferidos pelo voto popular.

Um político especificamente é citado e criticado: o ex-presidente e então senador Juscelino Kubitschek. Apoiador de primeira hora do movimento militar que depôs Jango, JK foi cassado no dia 8 de junho. A crítica se dá porque dias antes, ciente de que teria o mandato cassado e os direitos políticos perdidos por 10 anos, JK (então já lançado à eleição presidencial

¹⁵³ Em 1930, a lei britânica proibiu a retirada do sal do mar e a criação de salinas, afetando em particular os mais pobres. Gandhi iniciou uma marcha de mais de 300 quilômetros rumo ao mar, de Ahmedabad a Dândi. No início, foram apenas 78 seguidores, depois de mais de 20 dias de caminhada, mais de 60 mil pessoas caminhavam ao seu lado. Em 6 de abril, Gandhi retirou o sal, gesto que desafiou o monopólio do colonizador sobre a produção do sal e exemplifica a postura de desobediência civil. Milhares de pessoas foram presas. Gandhi também foi preso, mas no ano seguinte firmou acordo com a Inglaterra, a desobediência civil foi cancelada e os prisioneiros foram libertados.

de 1965) antecipou-se e, no discurso¹⁵⁴ que proferiu na tribuna do Senado, afirmou ser naquele momento a “vítima preferida da sanha liberticida” e “um homem desarmado, sem possibilidades de reação material, mas disposto a reagir com a energia, a determinação, a coragem dos que combatem para cair de pé”. Mas que, ao contrário, pouco resistiu e embarcou para o exílio voluntário cinco dias depois de usurpado seu mandato.

Já pensou no Juscelino aguardando sua cassação no Senado e depois cantando alegre ‘daqui não saio, daqui ninguém me tira’? Iriam para lá o Gabinete Civil e Militar, o Castelo Branco e até a D. Sara pedir ao JK que saísse que fosse para casa, e JK impávido: ‘daqui não arredo pé’. E teria de sair de colo, nos braços da Polícia. Nasceria a vítima. (...) Ganharia auréola quem provasse que tinha corpo que precisasse ser carregado. Haveria muito mais espírito no pé fincado de JK, do que nos seus discursos e mensagens ao povo, em tom de lamentosa poesia. (CALLADO, 1964, p. 02).

No final da crônica, Callado criticará novamente JK de maneira velada, pela voz de Gandhi, quando este é cobrado por Shiva a encerrar a entrevista e acompanhá-lo a encontrar outros grandes espíritos que estão à sua espera, diz: “Não, ainda não! (...) já lhe disse que não quero virar ideia (...). Logo você, com essa braçaria toda, feito um divino polvo, pregando sermão ao meu corpinho. Eu sou de Porbandar¹⁵⁵, não sou de Diamantina, não”.

Pela voz de Gandhi, o jornalista recomenda o mesmo caminho de desobediência civil sem violência trilhado pelo indiano, para os brasileiros resistirem e enfrentarem à nascente ditadura. “Diga aos brasileiros, prosseguiu Mahatma, que descubram as suas vísceras, seus membros, a glória do corpo que diz não”. E a exortação continua com o uso repetido do verbo “dever”:

Os cassados todos, governadores, deputados, senadores deviam se reunir, reunir seus corpos. O Ato Institucional cassou-os no espírito e isso não tem importância nenhuma. Eles deviam formar um governo e um parlamento no exílio. (...) Chatearem corporeamente os gorilas do espírito. E deixarem-se carregar para a prisão, sempre que for necessário. (CALLADO, 1964, p. 2).

O uso do substantivo estigmatizante “gorila”, da frase anterior revela o sentido crítico e zombeteiro da expressão, que costumava povoar as representações da esquerda, servindo para criticar e denunciar o autoritarismo dos militares. Rodrigo Patto Sá Motta, (2006) ao tratar do

¹⁵⁴ O áudio original do discurso feito no dia 03 de junho de 1964 com duração de cerca de 10 minutos pode ser ouvido em http://www.projetomemoria.art.br/JK/som/jk_06.mp3

¹⁵⁵ Cidade costeira no oeste da Índia onde nasceu Gandhi, localizada a cerca de mil quilômetros da capital, Nova Délhi.

golpe militar pela análise das caricaturas da época, lembra que o uso começou primeiro em 1962 na Argentina, após o golpe militar que lá destituiu o presidente Arthur Frondizi. Uma charge publicada no Correio da Manhã pelo cartunista Augusto Bandeira retratou o fato na imprensa brasileira pela primeira vez em uma imagem dos militares como símios, que vestiam fardo militar, atacando com violência a democracia argentina, representada por uma mulher. Também o cartunista Jaguar fizera o mesmo em outro jornal, Última Hora naquele mesmo turbulento ano de 1964, em meio à polarização ideológica típica da época.

A construção do ‘gorila’ enquadra-se perfeitamente nas teorizações clássicas do riso, pois se tratava de zombar do outro através do rebaixamento grotesco, nesse caso, representando o inimigo político como um animal. E a besta não foi escolhida de maneira aleatória: o gorila sugere um ser dotado de fora maciça, brutal mas ao mesmo- e aí reside parte do efeito cômico, evoca ideia de rudez, ignorância. O gorila seria uma síntese de brutalidade e estupidez, ou seja, tão forte quanto burro. E essa é uma imagem corrente no pensamento progressista e de esquerda: a presunção de que à direita encontram-se as forças do atraso, da ignorância, a repressão. O gorila passou a representar as forças de direita, mas em sua formulação original se trataria de referência específica aos militares direitistas, considerados golpistas por excelência. (MOTTA, 2006, p. 41)

Há a ocorrência de outras três figuras de linguagem na crônica, todas relacionadas à descrição e trajetória quase santa de Gandhi, um provável recurso poético para elevar ainda mais aos olhos do leitor a figura do indiano. Há oxímoron em “meu adorável corpo, esqualido e feio”; sinestesia em “(...) o sal nas mãos do meu corpo. Pedra alva da rebeldia”; E ainda uma enumeração, seguida de uma metáfora: “E a Inglaterra definhava. Altos, ruivos e fortes, mas derrotados pelo corpo inarredável. ‘Não como e pronto’, dizia eu. E eles não digeriram o bife”, para se referir à verdadeira “indigestão”, ao desgaste político que sua greve de fome repercutida em todo mundo causava à Inglaterra.

A entrevista é encerrada depois que Gandhi é cobrado por Shiva a parar a conversa sobre fatos ligados ao mundo físico e a se juntar a outras almas iluminadas no nirvana. Irritado e considerando coercitivo o comportamento do deus hindu, protesta fazendo um trocadilho com um dos nomes de primeiro escalão de Castelo Branco: “vai catar seu rival Vishnu, se está com muita gana hoje, seu Costa e Siva”. Assim, Callado cumpre nesta crônica com o a função de promover a reflexão em torno da falta de capacidade de resistência dos políticos expurgados pelo regime, mas sem perder de vista a usual e refinada maneira de provocar os militares, por meio desta vez de um trocadilho como general então Ministro de Guerra, que representava a linha mais dura e radical do governo.

Se na página 2 do primeiro caderno ganhou destaque a crônica de Callado, chama atenção que nesta mesma edição, porém na capa do 2º Caderno, outra crônica também criticava a situação política do país, as cassações derivadas do AI-1, além de acusar os militares não apenas de perseguirem inimigos políticos e cassarem mandatos, mas de se locupletarem com o poder. Tudo em estilo direto e bem objetivo:

E se me perguntarem o que de pior aconteceu no Brasil em seus 400 e tantos anos de vida, eu diria sem receio: o Ato Institucional assinado pelos militares em abril de 1964. Pior pelo que realmente trouxe: a tirania, a supressão do Estado Jurídico, a idiotice generalizada. (...) Toda a força foi acumulada, toda a aberração jurídica foi perpetrada apenas para as caças, as perseguições, as mesquinhas, o saciar dos ódios. (...) Usou-se a força tão somente para intimidar o Congresso e o povo, e através do pânico, arrancar punições e castigos para os inimigos pessoais ou políticos dos homens que subiram ao poder. (...) Brasil, para militares como esses que subiram ao poder, não é uma Pátria: é uma profissão. Em tempo: fizeram uma coisa importante com o Ato Institucional: aumentaram astronômicamente o soldo dos militares (CONY, 1979, p. 132-133).

Sob o título “Capim Melado” (em uma provável referência ao nome do sítio de João Goulart, em Jacarepaguá), este é uma das muitas crônicas escritas por Carlos Heitor Cony nos meses que se sucederam ao golpe¹⁵⁶. A trajetória inicial dos futuros imortais Cony e Callado guarda semelhanças. Embora Callado fosse nove anos mais velho, ambos frequentaram a mesma universidade e nunca seguiram as profissões originalmente escolhidas, enveredando pelo jornalismo. Estrearam neste mercado de trabalho com praticamente a mesma idade, tendo obtido a primeira oportunidade de ingressar na carreira graças às suas relações familiares¹⁵⁷. Tornaram-se amigos, colegas de redação e, no ano seguinte ao golpe, também parceiros de cela, por ocasião da prisão pelos protestos em frente ao Hotel Glória durante reunião da OEA.

Ao lermos as crônicas de ambos sobre o mesmo período, é inevitável não traçarmos um paralelo estilístico entre os dois jornalistas. Enquanto Callado burilava a palavra, lançava mão de expedientes retóricos refinados, simbolismos e sutilezas para criticar o país e seus governantes em uma série fictícia de entrevistas, cujos personagens principais são vultosas personalidades da história, Carlos Heitor Cony, por outro lado, escancarava o tom abertamente oposicionista em um estilo certo, contundente, até virulento. Enquanto um procurava expressar a opinião contra

¹⁵⁶ As crônicas políticas escritas sob o calor dos acontecimentos entre abril de setembro de 1964 foram reunidas no mesmo ano e transformadas no livro “O Ato e o Fato”, editado pela Civilização Brasileira. Cony respondeu a oito processos, três IPMs e foi preso seis vezes por delito de opinião, entre 1964 e 1968.

¹⁵⁷ Cony era filho do jornalista Ernesto Cony Filho, que trabalhava no Jornal do Brasil e teve sua primeira experiência em 1947 cobrindo as férias do pai. E depois, substituindo-o quando ficou doente, no início dos anos 1950.

a ditadura fazendo uso jogos de linguagem com o leitor, o outro manifestava o pensamento de forma totalmente direta e transparente.

O estilo e o tom presentes em “Mahatma Gandhi” mais se aproximavam do padrão de crônicas culturais, afeitos ao segundo Caderno. Já o tom mais objetivo e jornalístico da crônica de Cony talvez o credenciasse a estar no primeiro caderno na edição, ao contrário do que resultou publicado. Qual a explicação para a inversão?

O lastro intelectual de Callado o destacava a ocupar o caderno mais importante da publicação e a aspereza textual de Cony precisava estar mais diluída na edição? É importante lembrar que o jornal, assim como a maior parte da imprensa carioca, de imediato se posicionou favoravelmente ao golpe. Mas o ponto de inflexão nesta disposição foi a entrada em vigor do AI-1 e suas consequências poucos dias antes. Como se sabe, o Correio da Manhã anos depois seria alvo de forte perseguição dos militares. Mas em junho de 1964, esta “briga” ainda não estava totalmente declarada e a postura editorial de oposição ao regime ainda começava a ganhar corpo, o que também pode ajudar a entender a opção pela poética de Callado e não pelo texto ruidoso de Cony no primeiro caderno.

4.1.5 Entrevista com Abraão Lincoln

Figura 36 – Fragmento da crônica publicada na página 2, Caderno 1 de 28.06.1964- Correio da Manhã.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

A poucos dias da quartelada que elevou Castelo Branco à presidência da república completar três meses, a capa do último domingo de junho trazia como principal manchete “Castelo: Reforma é imperativo” (uma reportagem na qual o presidente afirmava que encaminharia em breve a Câmara Federal textos contendo as propostas do Executivo para reformas eleitorais, fiscal e administrativas no Estado brasileiro). O segundo destaque era um editorial contundente, “Guerra à Justiça” (a respeito da polêmica declaração do Marechal Estevão Taurino que pretendia encaminhar uma proposta ao governo de transferir para a justiça militar de todos os inquéritos sobre subversão e corrupção que devessem ter andamento na justiça civil, por considerá-la inepta, sob pena da “revolução se transformar em uma palhaçada”. Um editorial que sobe o tom contra os militares, demonstrando um passo adiante rumo ao caminho de oposição que o jornal trilhará anos depois: “Talvez o marechal não tenha percebido,

apesar das violências e perseguições que o país inteiro já começou a rir desta “revolução” que se exprime por seu intermédio – uma pobre revolução arbitrária, atrabiliária, agropecuária”).

Outras notícias com menor destaque foram: “Miss GB” (uma nota sobre a escolha da nova Miss Guanabara, a única imagem da página, uma foto vertical da largura de uma das oito colunas padrão); “Johnson manda FBI contra racistas” (sobre envio de agentes do FBI pelo presidente americano Lyndon Johnson ao estado do Mississippi, a fim de evitar mais atos de violência racial no estado, onde acontecia uma série de protestos e crimes contra jovens pró-integração racial); E ainda “Rebeldes matam líder de Catanga” (crime ocorrido em uma das províncias ao sul do Zaire¹⁵⁸ como parte das agitações pós-independência da Bélgica). Ao final da capa, uma pequena nota registra o convite feito por Castelo Branco ao ex-presidente Jânio Quadros, para que figurasse como um dos líderes civis da revolução, que foi recusado, já que dizia que golpes “deveriam partir do povo e nunca dos militares”.

A última das crônicas escritas durante o ano do golpe mantém o padrão de ocupar três colunas e 1/3 da página 2 do primeiro caderno. “Abraão Lincoln” divide espaço com um artigo sobre as razões para se empreender a reforma tributária, parte integrante de uma série especial que o jornal iniciava naquela edição, abrindo espaço para que especialistas de diversas áreas discorressem sobre as reformas mais urgentes no país. Percebe-se na página uma diagramação mais caótica e desordenada do ponto de vista de hierarquia de conteúdo e de estética do que em outras edições: na mesma mancha gráfica¹⁵⁹ estão presentes e mesclados anúncios de troca de carros, aparelhos de surdez, de remédio para fígado, de consultório médico no tratamento contra impotência sexual e um comercial de lojas de peles de animais.

O tema central é o suposto encontro do jornalista na capital dos EUA com o 16º presidente norte-americano, o republicano Abraham Lincoln (1809-1865), uma das maiores figuras da história dos EUA, considerado um herói no imaginário americano associado a ideais como liberdade e democracia. Ao contrário de outros textos da série, temos de partida um entrevistado inanimado, não humano, um gigante de mármore que repousa histórica e tranquilamente, com um olhar vago dirigido às cerejeiras em flor plantadas próximas ao monumento erguido em sua honra, o Memorial Lincoln, às margens do rio Potomac, em

¹⁵⁸ Atual República Democrática do Congo. Essa região da África nos anos 1960 foi considerada epicentro do confronto entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, já que o novo governo da ex - colônia belga declarou-se socialista e não alinhado à Bélgica e aos EUA. Para os aliados capitalistas, o fato tinha potencial para ser outro mau exemplo, como o de Cuba, no Caribe.

¹⁵⁹ Jargão que significa a área de distribuição dos elementos gráfico, figurativos ou textuais. É a sua efetiva área de trabalho em uma página de jornal, revista, panfleto, livro, catálogo ou encarte.

Washington. A princípio, parecia nada disposto a participar de uma entrevista e demonstrava certo tédio quando Callado propõe-lhe falar sobre a revolução. Só desperta de sua letargia de pedra, ganha vida, flexibilidade e voz quando decide tratar primeiro da relação do seu país com os outros países da América, especialmente os latinos.

Como se sabe, o entrevistado entrou para a história como o líder político que defendeu a união do seu país (em uma época em que os interesses conflitantes dos estados norte-americanos pareciam inconciliáveis¹⁶⁰) e foi o responsável por decretar a emancipação dos escravos durante a Guerra de Secessão¹⁶¹. Logo, a questão discutida ao longo da crônica é permeada pela reflexão sobre escravidão, exploração, luta pela liberdade, resistência (ou falta de disposição para ela) – este último tema também enfatizado na crônica publicada 15 dias antes.

O expediente de enunciação mais usado durante a crônica é a analogia. Lincoln estabelece um paralelo entre a escravidão e o analfabetismo brasileiro (“libertaram os escravos e criaram os analfabetos, que são os escravos de qualquer cor”), em uma crítica à falta de capacidade¹⁶² do Estado brasileiro de suprimir as desigualdades no país desde a abolição da escravatura, em 1888.

O “entrevistado” defende uma linha de raciocínio nacionalista e peculiar: a exploração de nações latinas pelos EUA é fruto da servidão dos próprios explorados, fracos e pouco insurgentes, o que insuflaria e provocaria a mentalidade escravagista dos norte-americanos, uma fato que ele não admitia, já que em vida lutou pela supressão da escravatura: “Vocês com seu jeitinho, vão despertando em nós o feitor. Não mandamos mais em nossos pretos, mas mandamos em vocês. Vocês nos fazem a chantagem, que é a arma do escravo e, no fim, nós exploramos vocês”.

¹⁶⁰ Em meados do século XIX os EUA viviam um momento de arrancada econômica. Mas havia um grave antagonismo, que fez durante cerca de 80 anos a nação americana viver sob o signo da dualidade: no sul, a população conservadora vivia da agricultura (com ênfase para o cultivo do algodão) e da escravidão, no norte, a sociedade mais progressista era industrializada e moderna. Com o tempo, as divergências entre os dois blocos levou a um cisma, exacerbado pelas ideias abolicionistas de um recém-eleito Lincoln - os separatistas estados do sul (os chamados “confederados” Carolina do Sul, Georgia, Louisiana, Florida, Alabama, Mississippi) estavam decididos a formar uma nação independente por não compactuarem com o fim da escravidão. A crise levou à Guerra de Secessão (1861-1865), Como se sabe, uma das estratégias bem-sucedidas para o norte vencer a guerra civil foi o decretar o fim da escravidão durante esse período, convencendo os antigos cativos de que era um conflito em nome da liberdade, conclamando-os a pegar em armas contra o sul. Estima-se que 750 mil americanos morreram durante ao combate interno – quase o dobro dos mortos do país na 2ª Guerra Mundial. (IN AMEUR, F. **Guerra da Secessão**. São Paulo: L&PM Editores, 2010, p.1-50).

¹⁶¹ Oficialmente a escravidão só foi extinta nos EUA pela 13ª Emenda em 1865, mas em 1863, durante a guerra civil, Lincoln já havia anunciado a chamada Proclamação de Emancipação.

¹⁶² Segundo censo do IBGE, 46,7% da população no país era analfabeta em 1960, um percentual que cairia para 38,7% em 1970. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14455.shtml>. Hoje esse percentual é de 6,8%, da população, segundo o instituto.

Também compara os latino-americanos, dependentes do capital americano, a prostitutas que trabalham em um prostíbulo decadente, que se deixam explorar e dominar, sem esboçar resistência. Uma metáfora também para se referir às nações que àquela altura (como também em outros momentos no século XX) viviam contextos de golpes de estado¹⁶³, quase sempre aceitos de maneira submissa. Ainda no campo da exploração, outra analogia é instituída por Lincoln quando compara os estados confederados do sul, derrotados na Secessão, aos países latinos (embora acredite que os estados do sul tenham sido mais aguerridos que os latino-americanos), bem como o capital privado que os explora aos *carpetbags*¹⁶⁴ que tiravam proveito da fração dos EUA que foi derrotada pós-guerra civil no século XIX.

A crítica à fraqueza do Brasil continua por meio de uma metáfora: “A luta contra um adversário forte e poderoso enrijece os músculos de uma nação (...) carregar as costas um gigante mole e desossado como o Brasil, esgota, desmoraliza a gente”. Há uma crítica implícita à típica falta de engajamento do brasileiro, à ausência do sacrifício em nome de ideais coletivos maiores como uma espécie de traço de personalidade do povo. Para Lincoln-Callado, desde Tiradentes não existiu mais nenhum brasileiro disposto a morrer por uma causa, uma ideologia. “Me aponte, desde aquele dentista mineiro, um brasileiro que tenha morrido ou sido morto em nome de uma convicção qualquer, religiosa, patriótica, nudista. De ideia ninguém estica a canela nos trópicos”. O que explicaria o fato dos brasileiros se acovardarem e não esboçarem maiores reações ao movimento que suprimia pouco a pouco as liberdades e tirava de cena políticos eleitos democraticamente.

Terminado o seu discurso sobre liberdade, servilismo, exploração, resistência, Lincoln resolve ao final da crônica tratar sobre o assunto que Callado propunha desde o início da entrevista. Dá a entender que era preciso antes explicar sua visão sobre o servilismo latino-americano para, só então, dar sua opinião a respeito do único movimento que para ele daria fim a este quadro – a revolução cubana, configurando “o fim da senzala latino-americana”.

¹⁶³ Segundo Hector Mondragon, os países latino-americanos atravessaram durante o século XX inúmeros golpes de estado, mas nem todos se configuravam como movimentos engendrados por militares ou resultado de intervenção norte-americana. Em seu artigo, enumera e classifica ao menos nove modelos de golpes vividos pelas nações ao longo deste tempo, para além da Operação Condor. Ver MONDRAGON, H. **Modelos de golpes de estado na América Latina**. IN III Colóquio Internacional da Associação de Historiadores Latinoamericanos e do Caribe – ADHILAC (Brasil). 2016. PUC/SP.

¹⁶⁴ Termo pejorativo aplicado aos nortistas que se mudaram para o sul após a Guerra Civil, especificamente aqueles que se juntaram aos partidos republicanos estaduais formados em 1867 e que foram eleitos como republicanos para cargos públicos. Os democratas do sul alegaram que os recém-chegados eram aventureiros corruptos e desonestos, cuja propriedade consistia apenas do que eles podiam carregar em suas mochilas (malas feitas de carpete), que tomavam o poder político e saqueavam o povo desamparado do sul. Disponível em <https://tshaonline.org/handbook/online/articles/pfc01>.

Mas, quando percebe que Callado não era um jornalista cubano e que a revolução em pauta se tratava na verdade da Revolução de 1 de Abril, o golpe militar brasileiro, Lincoln fica desapontado, chateado e, sem dar uma palavra, praticamente se retira, voltando ao seu estado letárgico de estátua de pedra gigante. Implicitamente, o estadista americano não reconhece o movimento como revolução, menospreza-a, ignora-a, dá-lhe as costas em silêncio, retira-se. O que não representava pouca coisa, vindo de um vulto da história, associado à liberdade e à democracia.

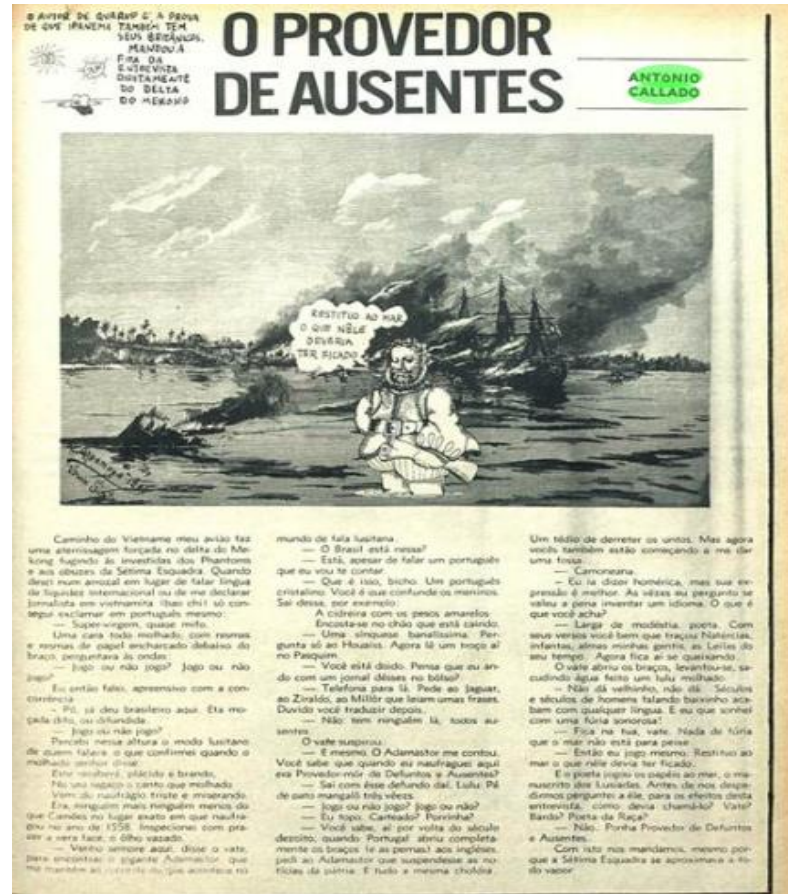
Ao longo da crônica, além da prosopopeia, metáfora e analogias, também são observadas outras figuras de linguagem. Há personificação: Callado entrevista uma estátua (“... Lincoln sacudiu os braços de mármore”); antítese (“... o que se fez nos Estados Unidos com tiros e sangue, aqui é feito com sorrisos e flores”); eufemismo (“... de ideia ninguém estica a canela nos trópicos”) e hipérbole (“... dei voltas de raiva no meu túmulo em Springfield”).

Chama a atenção que além da crítica aos militares, Callado pela primeira vez não poupa civis que apoiaram e de alguma forma contribuíram para a instalação do regime – empresários, proprietários rurais, alguns governadores - o que fica claro com a escolha léxica de um substantivo estigmatizante para se referir a eles. Quando Callado situa Lincoln a respeito do estado atual da ditadura, dizendo que “os líderes civis continuam colocados nos seus lugares de *comparsas*” (grifo nosso), palavra esta que significa companheiro, cúmplice, geralmente utilizada para denominar parceiros em crimes. Ou seja: a parcela da população favorável à subida dos militares ao poder, não só não era protagonista da história, mas agora ocupava também uma posição de coadjuvante e fora da lei.

Na mesma passagem, Callado insinua haver um movimento insurgente dentro do próprio Exército a fim de “derrubar” Castelo Branco, perpetrado por três generais: Amauri Krueel, Justino Alves Bastos e Costa e Silva (este último, de fato, tinha muitas divergências com Castelo Branco e era considerado representante dos interesses da ala mais “linha dura” do Exército que o presidente). Aliás, esta é a segunda crônica em que Callado cita o “seu Artur”, uma tendência na trajetória textual de oposição de Callado. Como veremos no próximo capítulo, o Ministro da Guerra e futuro presidente da república será alvo de artigos polêmicos do jornalista, o que vai lhe custar IPMS, prisões e inclusive a cassação de seus direitos políticos.

4.1.6 - O Provedor de Ausentes

Figura 37 – Fragmento da crônica publicada em novembro de 1970 em *O Pasquim*.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Publicada na página 19 da edição nº 74 de *O Pasquim* (18 a 24 de novembro de 1970), *O Provedor de Ausentes* é a única da série das seis crônicas que não traz o *chapéu* “Entrevista Imaginária”, embora mantenha a mesma estrutura e apelo narrativo da cinco crônicas, publicadas seis anos antes no *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. *O Pasquim* era um veículo semanal, cuja proposta era abordar os fatos da realidade a partir de uma perspectiva mais solta, informal, dialogada, visual, bem humorada, até debochada. Não tinha compromisso com o caráter informativo e factual como os jornais diários, logo, não precisaria se adequar a nenhuma fórmula. Alias, a proposta editorial e gráfica de *O Pasquim* era justamente subverter as fórmulas tradicionais, em oposição ao que se via nos jornais diários, de preferência. Talvez por isso (e também pelo tempo decorrido entre a última *Entrevista Imaginária*) aparentemente *O Provedor de Ausentes* não guardar semelhanças, ao menos à primeira vista, com a série de 1964.

Metade da página é destinada a uma montagem em preto e branco. É única crônica da série que lança mão de algum recurso visual na diagramação¹⁶⁵. Ao fundo da colagem, uma cena de naufrágio, em uma praia tropical, provavelmente uma foto ou um quadro antigo. Sobre a cena, em primeiro plano, como se emergisse das águas um desenho estilizado de Luís de Camões (1525-1580), em trajes quinhentistas, portando manuscritos – que adiante, ficamos sabendo, fragmentos de sua obra-prima *Os Lusíadas* (1572) debaixo do braço.

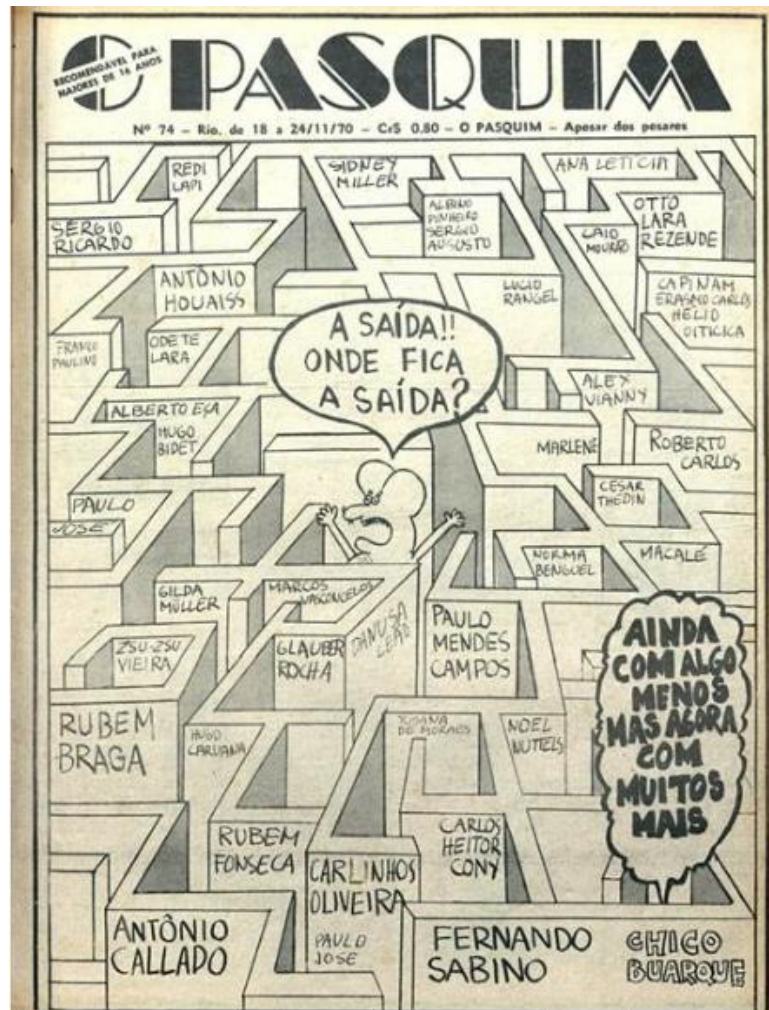
Aliás, para o leitor, já aqui fica patente que este é o “entrevistado” já que, diferentes das demais crônicas analisadas, esta é a única em que o título não revela de pronto quem é o personagem com o qual Callado estabelecerá diálogo. Aqui se repete a fórmula das outras cinco crônicas, o argumento da autoridade novamente condicionado ao prestígio do “entrevistado”. Evoca-se Camões, que além de grande escritor, dá nome ao maior prêmio da Língua Portuguesa.

O bardo lusitano ocupou em Macau, na China, 400 anos antes um cargo oficial junto à Coroa Portuguesa: o de “provedor de ausentes e defuntos”. Segundo Hespanha (1994), essa função tinha como objetivo o de tutelar, administrar e conhecer todas as causas tocantes aos bens de pessoas falecidas e/ou ausentes, que não deixassem procuradores nomeados em seus testamentos. “O cargo de provedor dos ausentes integrava uma categoria da administração lusa, a dos provedores, que fazia parte de uma estrutura bastante especializada, mas periférica, da administração real”. (HESPANHA, 1994, p. 206-209).

Naquele momento, guardadas todas as dimensões e proporções históricas, também Callado de certa forma desempenhava momentaneamente naquela edição *de O Pasquim* uma função semelhante à de Camões: a de ser um tutor de um bem (a edição do jornal) cujos titulares encontravam-se “ausentes”, por terem sido presos pelos militares. E Callado não era o único a integrar, a “guardar” no sentido não só de preservar, mas de levar adiante a edição. Para compreendermos melhor, basta lembramos a capa daquele número.

¹⁶⁵ As demais crônicas, publicadas em jornais diários, não contemplavam imagens porque não era padrão nas editoriais de opinião o uso de tal recurso gráfico, tal como acontece ainda hoje na maior parte dos jornais impressos mais importantes do país.

Figura 38 - Capa da edição de novembro de 1970, na qual a crônica foi publicada.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

Em destaque, a frase “ainda com algo menos, mas agora com muito mais”, faz uma referência à equipe do jornal que se encontrava na prisão, mas que graças às colaborações de vários intelectuais, a edição não deixava de circular. A típica frase-lema, logo abaixo do logotipo que quase sempre era espirituosa e sarcástica, dava o tom do clima pelo qual passava a redação: “apesar dos pesares”. E Sig, o rato símbolo do jornal criado pelo cartunista Jaguar, também fala em “saída” em meio a um labirinto de ideias, mas que também pode ser interpretado como uma metáfora ao desejo de libertação dos jornalistas titulares do jornal.

O tema da crônica é o encontro entre o jornalista e Camões, que com frequência aparecia no local de seu naufrágio para ter notícias “do mundo de fala lusitana”, a partir do que lhe relata

o gigante Adamastor¹⁶⁶, personagem mitológico presente na epopeia literária que publicou em 1572.

Assim como as duas primeiras crônicas, aqui também Callado começa delineando o cenário geográfico do encontro: um arrozal no delta do Rio Mekong¹⁶⁷, durante a Guerra do Vietnã – mesmo período em que Callado havia estado, dois anos antes, como correspondente do JB para produzir uma série de reportagens, depois editadas em livro. O estabelecimento deste marco temporal fica subentendido quando o jornalista diz que a caminho do Vietnã, fez um pouso forçado, “fugindo às investidas dos *Phantons* e dos obuses da Sétima Esquadra”¹⁶⁸, o que denota um momento de combate na região. A ambientação para a “entrevista” não foi escolhida ao acaso: na mesma região havia naufragado Camões, em 1558¹⁶⁹, a caminho da Índia, para cumprir o desterro a que fora condenado, depois de anos trabalhando para a Coroa Portuguesa, na colônia de Macau, na China.

Cerca de dois anos se demorou o poeta em Macau no exercício de seu emprego, sendo ele removido e remetido preso para Goa por intrigas que lhe teceram com o governador Francisco Barreto. A nau em que vinha embarcado naufragou, infelizmente, na costa de Camboja, Conchinchina, perdendo o poeta tudo quanto tinha seu, salvando-se ele a nado com o seu poema que nunca largou. (DE MELO, 2018, p. 198)

A crônica do encontro, narrada em primeira pessoa, mostra que Callado de pronto não reconheceu Camões, “um molhado senhor”, aparentemente amargurado, que atirava resmas de papel à água e conversava com as ondas e que o jornalista só conseguiu distinguir graças ao sotaque lusitano, ao olho vazado e porque declamava frases de trechos de *Os Lusíadas*. Aliás, Callado escolhe aqui os mesmos versos (estância 128, canto X) que já havia reproduzido antes

¹⁶⁶ No livro, Adamastor é o titã que representa as forças da natureza que impediam os navegadores - mais precisamente Vasco da Gama – de ultrapassar a divisão entre Oceano Atlântico e o Índico, próximo ao Cabo das Tormentas (Cabo da Boa Esperança, no ponto mais setentrional do continente africano). O seria o próprio Cabo e foi transformado em pedra e monte por ter amado a nereida Tétis e ter tentado tomá-la à força. Irado, Zeus transformara o gigante em rochedo.

¹⁶⁷ Labirinto de rios, pântanos, ilhas e vilarejos cercado por arrozais, na região sul do Vietnã, a cerca de 1h30 da capital, Cidade de Ho Chi Minh – que à época da guerra denominada Saigon.

¹⁶⁸ *Phantons* eram jatos de guerra usados pela Força Área dos EUA durante o conflito no Vietnã. Obuses espécies de projeteis, de peças de artilharia utilizadas para atirar projeteis em trajetória parabólica. E a Sétima Esquadra (US 7 th Fleet) é a divisão da marinha americana criada durante a Segunda Guerra designada para operar na região do oeste do Oceano Pacífico e Índico. É a responsável pela maior área de atuação e pelo maior contingente bélico das frotas numeradas dos EUA (que dividem o mundo em áreas, sendo cada esquadra responsável por atuar em uma parte do planeta). Dispõe de centenas de aeronaves, navios e porta-aviões e milhares de funcionários. Hoje em dia, além de atividades de monitoramento militar na região, procuram fornecer orientação, apoio e segurança aos países aliados dos EUA na região. Disponível em <https://www.c7f.navy.mil/>

¹⁶⁹ A este episódio Camões se refere na estrofe número 128, Canto X de *Os Lusíadas*.

em seu livro-reportagem *Vietnã do Norte – advertência aos invasores*. Trata-se do trecho em que o poeta português se dirige às águas do Rio Mekong, que “engolira” sua obra por ocasião do naufrágio que sofrera no século XVI.

Uma das questões discutidas na crônica é o estado de amargura e tédio do poeta fundador da língua portuguesa diante das notícias vindas do mundo da fala portuguesa, tanto pelo aviltamento praticado contra a língua pátria (o que pode ser interpretado como uma analogia à censura imposta aos jornais) quanto pela submissão política, especialmente as de Brasil e Portugal, uma possível alusão aos dois países sob ditadura naquele 1970.

Aí por volta do século dezoito, quando Portugal abriu os braços (e as pernas) aos ingleses pedi ao Adamastor que me suspendesse as notícias da pátria. É tudo a mesma choldra. Um tédio de derreter os untos. Mas agora vocês também estão começando a me dar uma fossa... (CALLADO, 1970, p. 19).

Quanto à elocução do texto, percebem-se algumas opções do jornalista. No fragmento anteriormente citado, opta por uma figura de construção, a aposiopese. O final da sentença, deliberadamente interrompida, deixada inacabada, dando uma impressão de falta de vontade ou incapacidade de continuar, parece revelar um estado de cansaço do bardo lusitano quanto aos acontecimentos no Brasil. Procura-se retratar na crônica um Camões enfadado e desiludido. A biografia de Camões relata que quando ocorreu o naufrágio no sudeste da Ásia no século XVI, a embarcação em que estava afundava, Camões procurava a todo custo salvar (em detrimento até da própria vida) os manuscritos de sua obra máxima, para evitar que se perdessem água adentro. Pois na narrativa fantástica de Callado, ao contrário, o desgosto do escritor com a Língua Portuguesa (por analogia, com o Brasil, Portugal) era tamanho que era ele quem se encarregava de atirar às águas a obra que outrora quis preservar.

Neste texto, diferente das cinco crônicas anteriores, Callado recorre a um tom muito mais informal, usando várias gírias (“Cara”, “Bicho”, “Mifo”, “Traçou”, “Duca” “nos mandamos”), o que revela uma tentativa de adequação à linguagem espontânea, descontraída, características de *O Pasquim* que, lembremos, foi um veículo da contracultura, que buscava incorporar em seu conteúdo uma linguagem mais coloquial, sarcástica, bem humorada, debochada. Só mesmo em *O Pasquim* leríamos um intelectual do quilate de Callado se referir a uma sumidade da nossa língua como Luís de Camões com tamanha intimidade, a ponto de lhe tratar por “Lulu” ou a ele se dirigir pedindo calma, cautela a partir de uma frase como “fica na tua, Vate”.

Abundam no texto referências à ditadura e figuras de retórica que incrementar a argumentação do jornalista neste sentido. Em um dos diálogos, Camões pede a Callado para ligar para a redação de *O Pasquim* para falar com Jaguar, Ziraldo ou Millôr, a fim de tratar sobre o modo como o português tem sido falado no século XX, ao que responde Callado:

-Não tem ninguém lá, todos ausentes.

O vate suspirou.

-É mesmo. O Adamastor me contou.

O jornalista opta pela figura da personificação, concedendo um atributo humano (a capacidade de contar sobre a ausência dos jornalistas) a um não humano (ser mitológico, o gigante), transferindo para um ser inanimado a tarefa de comunicar implicitamente sobre a prisão. A crônica se vale ainda do eufemismo *todos ausentes* para se referir ao fato de boa parte da redação do jornal se encontrar presa— uma informação que obviamente não seria autorizada pelo mesmo aparato censor que levou os jornalistas de *O Pasquim* ao encarceramento. A imprensa sob o jugo da mordança ditatorial naquele momento aparece em pelo menos duas metáforas, presentes em um mesmo fragmento, no diálogo a seguir:

- Séculos e séculos de homens falando baixinho acabam com qualquer língua. E eu que sonhei com uma fúria sonora!

- Fica na tua, Vate. Nada de fúria, que o mar não tá pra peixe.

“Homens falando baixinho que acabam com qualquer língua” é uma alusão ao ato de “falar pequeno”, falar pouco, falar escondido, falar menos, se calar. Uma metáfora para a prática que tomava conta dos meios de comunicação da época, o de ter a expressão de ideias (a língua) sendo vigiada. . Callado, em 1970, afinal, já havia tido os direitos políticos cassados por “falar alto”, por expressar sua contrariedade contra a ditadura. Em um contexto de vigilância ainda, não é apropriado ter fúria, mas silenciar. O jornalista se vale de uma expressão popular, que tem a ver com o contexto de naufrágio para recomendar cautela a Camões (fique na tua) porque o mar está “revolto”, o “mar não tá pra peixe”, uma mensagem cifrada para se referir à falta de liberdade para a manifestação do pensamento. Afinal, vivia-se a fase mais recrudescida da ditadura, tendo Médici na presidência, representante da “linha dura” do generalato.

O encerramento da crônica se dá quando o jornalista pergunta ao poeta como quer ser tratado no texto que escreverá sobre a entrevista e Camões prefere ser tratado como o próprio

Callado, um provedor de ausentes. A entrevista é encerrada bruscamente porque se acercava do lugar do encontro a Sétima Esquadra americana, “que se aproximava a todo vapor” uma referência às Forças Armadas brasileiras e sua vigilância imposta aos homens das ideias naqueles anos de chumbo.

O que podemos inferir desta crônica é que há mais em comum entre Camões e Callado que o idioma pátrio. Quando fala de Camões, na verdade, Callado fala de si mesmo. Ambos provedores de ausentes. Ambos se encontram em cenário comum às suas biografias: o local do naufrágio de um e do desembarque do outro para cobrir uma guerra. Ambo estão amargurados e sentindo tédio com as notícias do mundo de fala em português: a submissão aos interesses de nações estrangeiras (Portugal à Inglaterra, Brasil aos Estados Unidos) e a falta de liberdade para se expressar, por conta de ditaduras sob as quais viviam naquele momento os dois países¹⁷⁰, em novembro de 1970.

¹⁷⁰ Portugal vivia sob regime ditatorial desde 1926, uma realidade que teve fim em 25 de abril de 1974, com a deposição do primeiro-ministro Marcelo Caetano, a Revolução dos Cravos.

4.2 – Sem rodeios nem concessões: as *Crônicas de Confrontação*

Com o passar do tempo, a visão calladiana sobre o golpe, as medidas despóticas de dois governos militares, as cassações, perseguições, o contexto da ditadura em progressivo recrudescimento ganha outros contornos. Chamamos de “Crônicas de Confrontação” o conjunto formado por quatro textos publicados no *Correio da Manhã* (1) e *Jornal do Brasil* (3) entre 1964 e 1967, cujo tom é mais direto e combativo que o das *Entrevistas Imaginárias*.

Saíram de cena o lampejo do sopro, a sugestão, a crítica latente e sutil. Ganhou terreno o ponto de vista mais explícito, objetivo, sem o apoio da retórica poética para interpretar os fatos da atualidade e expressar o que pensava sobre um regime não democrático. Aqui, Callado fala por si, sem recorrer a personagens históricos, nem a narrativas fantásticas. As crônicas desta série, já anunciavam no título as referências ao militarismo, ao universo bélico e, porque não, o combate, o confronto, Não é à toa que usou os substantivos *barril, arma, general, exército*, em cada uma delas, respectivamente. Quando produziu a maior parte delas, dois Atos Institucionais já haviam sido baixados, o jornalista já havia sido preso duas vezes e testemunhado várias cassações de pessoas próximas. Fatos que certamente deram a tônica para as crônicas de confrontação.

Callado mudou a distância do leitor. Procurou aproximar sua audiência da narrativa dos acontecimentos. A crônica aqui, realmente, vai ser ao “rés do chão” acalorado daqueles anos. Em muitos momentos, o tom dos textos subiu, acompanhando a alta temperatura dos fatos no Brasil e no mundo: ganha corpo o influência da crônica barretiana em detrimento do espírito machadiano, presente nas *Entrevistas Imaginárias*.

O primeiro texto desta série, publicado 11 dias após o golpe de 1964 é a também a primeira em que Callado se manifesta sobre os “idos de abril” pelo gênero crônica. Interessante notar que boa parte da imprensa em um primeiro momento se colocasse a favor da deposição de João Goulart - e mesmo Callado admitisse que o Brasil sob Jango trilhasse um rumo perigoso, já vê com desconfiança e condena os primeiros atos autoritários de Castello Branco. Não se pode dizer, portanto, que o jornalista tenha se colocado a favor dos militares. Reprovar o governo Jango não implicava aprovar um golpe. E Callado deixou isso claro nesta fase, em que não fez rodeios, nem concessões.

4.2.1 – Volta o Barril

Figura 39: Fragmento da crônica publicada na página 6 do primeiro caderno de *Correio da Manhã*, edição de 12.04.1964.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

A primeira das crônicas políticas de Callado após a queda de Jango – publicada um mês antes das *Entrevistas Imaginárias* - ocupou três colunas em um terço de página par, dividindo o espaço da editoria de opinião com textos de Marcio Moreira Alves e Carlos Drummond Andrade, então cronista fixo do jornal em 1964.

Era uma edição importante a daquele domingo, dia seguinte à eleição indireta do novo presidente, o Marechal Humberto Castelo Branco¹⁷¹ pelo Congresso, assunto que ocupava a principal manchete daquela edição (“Castelo eleito por 361 votos”). A capa trazia nominalmente os deputados federais que se abstiveram de votar (como José Sarney, Tancredo Neves, Nelson Carneiro, com destaque para declaração do último: “não queria agora contribuir com meu voto para que haja o menor retrocesso da evolução do regime democrático”). A única foto da capa, em um box, sob o título “Eleição Tutelada” mostra a cidade de Brasília ao fundo e, em primeiro plano, dois soldados de costas, apontando uma metralhadora para a capital, cujo texto legenda, marcado por um tom irônico e melancólico do relato de uma eleição anômala, de um candidato só, um rito *pro forma* concretizado para manter as aparências de uma suposta legitimidade democrática, em uma nação apática e sem capacidade de reação:

Castelo Branco elegeu-se ontem, por via indireta, presidente dos Estados Unidos do Brasil. Para proteger a eleição, desde ontem que Brasília esteve fortemente policiada. Não houve incidentes nem dentro nem fora do Congresso. A eleição cessou-se em paz. O candidato único e vitorioso teve, contra si, apenas 77 votos. Destes, 72 foram abstenções. O marechal Dutra conseguiu dois votos, apesar de ter retirado sua candidatura. O outro marechal, o Sr. Juarez Távora, que nem chegou a ser candidato, teve três votos. A metralhadora foi inútil, serviu apenas de moldura. (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p. 1).

Outros destaques de capa foram “Oficiais passam a Reserva” (sobre ato do Comando da Revolução que transferiu da Ativa ao menos 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica, silenciando obviamente sobre os motivos da aposentadoria compulsória dos militares, prováveis opositores ao movimento) e “Johnson vê com cautela o Brasil”, (ainda repercutindo nos EUA sobre o golpe no Brasil. Trazia a afirmação do presidente Lindon Johnson segundo a qual “O Brasil está caminhando para frente” e que tinha admiração pelo “vigor dos brasileiros para solucionar as dificuldades dentro da ordem democrática constitucional e sem desordens civis”).

. Para Callado (como para boa parte da imprensa, à época), a “Revolução” era uma medida necessária diante do contexto de um antecessor inepto, fraco (“que estava levando o país à anarquia”), combalido, a favor do qual ninguém lutou (“ninguém disparou um tiro em favor de Jango”), mas cujo apedrejamento coletivo lhe causava certa repugnância. Mesmo reconhecendo a

¹⁷¹ Castelo Branco tomaria posse três dias depois, em 15 de abril de 1964, governando até 15 de março de 1967, quando Costa e Silva foi empossado presidente.

urgência da mudança e da troca no Executivo, a crônica critica as ações do novo governo, chamando atenção para primeiras decisões autoritárias decorrentes do AI-1, promulgado dias antes pelo Alto Comando – medidas estas tomadas por quem assumiu o poder com uma perturbadora facilidade e que agia, na visão de Callado com a truculência semelhante à de quem invade uma porta já invadida e vencida (“quem arromba uma casa aberta, tende a varar a casa inteira com o impulso adquirido”).

“Volta o Barril” é um alerta metafórico quanto ao risco de iminente retrocesso no nordeste e no Brasil, com a cassação do mandato e a prisão¹⁷² do governador de Pernambuco Miguel Arraes, além da cassação dos direitos políticos do superintendente da SUDENE, Celso Furtado. Para o jornalista, os dois constituíam figuras-chave, responsáveis por importantes projetos em curso que representavam a chance de mudança e de progresso para o Nordeste e para o Brasil. Trabalhavam para transformar a feição miserável desta parte do país, para combater problemas sociais e econômicos como a fome, a seca, a exploração da mão de obra rural, o analfabetismo – elementos de tensão social, ingredientes “explosivos”, na visão do jornalista. Ao alijá-los de atuação política, como diz ao final da crônica, haveria um perigo iminente de ocorrer, na visão do jornalista, um retrocesso e, quem sabe, uma convulsão social, transformava-se o Nordeste de novo em um lugar prestes a “explodir”. É ao que se refere quando afirma que “houve restauração do barril de pólvora”.

E Callado falava com a autoridade de quem conhecia bem a atuação de ambos e o contexto em que se inseriam, por conta de duas séries de reportagens especiais, que escreveu no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, transformadas em livros reportagem anos antes.

Em uma época em que a imprensa pouco falava sobre reforma agrária, *Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco*, reuniu uma série de reportagens pelo *Correio da Manhã*, publicadas entre 10 e 23 de setembro de 1959 e teve repercussão em vários outros jornais do país, incomodando grandes proprietários de terras na região. Callado viajou ao nordeste para compreender os mecanismos do que se convencionou chamar de “indústria da seca” e nos textos reportava a exploração e as más condições de trabalho de trabalhadores rurais, além dos interesses escusos de senhores de engenho, latifundiários que lucravam com a seca. Denunciava

¹⁷² O nome de Miguel Arraes constou da primeira lista de cassações do AI-1. Foi deposto e preso, cumprindo pena na ilha de Fernando de Noronha e depois se exilou na Argélia por 14 anos. Voltou ao Brasil em 1979, beneficiado pela anistia política e teve ainda uma longa carreira política: deputado federal eleito três vezes: em 1982, 1990 e 2002. E governador de Pernambuco por mais duas vezes em 1986 e 1994.

os esquemas vigentes no Departamento Nacional de Obras contra Secas (DNOCS¹⁷³), autarquia federal que ao invés de mitigar o sofrimento humano com a seca (fim para o qual fora criada no início do século XX) agia a serviço de grupos hegemônicos, favorecendo construções de açudes e estradas em terras de famílias influentes no Ceará e na Paraíba.

No Nordeste, agrava-se o máximo Brazilian Way of Life: quem tem influência tem tudo e os pés-raspados, em meio a maior ignorância e desamparo, vivem da mais cristalina teimosia. Quando digo que o Ceará está contra a irrigação, digo que a maioria dos porta-vozes do pobre povo cearense, tão cantado em verso e tão traído em discurso, morre de medo da Lei de Irrigação e de qualquer coisa que mexa no bem-bom (CALLADO, 1960, p. 18).

O propósito de mapear os males da seca fez Callado ir até Pernambuco, onde conheceu a experiência do movimento que nasceu no Engenho Galileia, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), assessorada pelo advogado e deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Francisco Julião, que rapidamente foi associada às Ligas Camponesas. Nas palavras do próprio Callado, um encontro que representou fortalecimento para o movimento, mas, sobretudo uma nova bandeira de luta para um partido em busca de uma causa pela qual lutar.

De João Mangabeira, Hermes Lima, Osorio Borga, Mario Pedrosa ou Rubem Braga aos mais humildes militantes, o PSB é um partido desesperadamente sem assunto. É um clube de gente culta, inteligente, mas sem a menor ideia do que fazer, politicamente, consigo mesma. Têm as armas e não têm combate nenhum, saqueados pelo PC, pelo PTB e até pela UDN. Todas as donzelas são libertadas pelos outros. Francisco Julião viu um dia o seu combate entrar-lhe pela casa adentro, no Caxangá, e hoje estende a todo o Partido Socialista a bandeiras que vieram lhe trazer. Que ele chama de Reforma Agrária, mas que é mais que isso. “É o despertar do lavrador brasileiro, um dos últimos escravos do ocidente” (CALLADO, 1960, p. 36).

A criação da SUDENE pelo governo JK e a nomeação do economista Celso Furtado (1920-2004) para a superintendência do órgão foi saudada na apresentação do último texto do

¹⁷³ Autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que atua no Nordeste e no norte de Minas Gerais em ações relacionadas à construção de açudes e reservatórios, perfuração de poços e irrigação. Em 2018, um estudo do Tribunal de Contas da união revelou que entre todos as quase 300 instituições federais, é o órgão com maior risco de fraude e corrupção no Brasil, por ausência de controle, falta de transparência na atuação e na designação de dirigentes, entre outros critérios. O órgão, que quase foi extinto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e com orçamento previsto para 2020 da ordem de R\$ 1 bilhão, recentemente ocupou o noticiário por conta da troca em sua direção geral. A medida é parte da estratégia de turbinar o chamado “Centrão” (grupo que reúne parlamentares de centro e centro direita no Congresso) com cargos políticos que administrem fartos orçamentos a fim de promover maior aproximação e o fortalecimento de apoio ao governo de Jair Bolsonaro, a fim de evitar um eventual processo de *impeachment* na Casa.

livro – o jornalista e o economista tinham ideias semelhantes sobre reforma agrária. O economista paraibano, que propunha uma nova maneira de pensar a economia era uma figura respeitada no campo intelectual no Brasil e no exterior¹⁷⁴, tendo participado na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da ONU, uma participação que embasou o plano de Metas do governo JK.

Para o economista, as condições estruturais da relação subserviente às colônias continuavam presentes e decisivamente atuantes. Apesar dos avanços no processo de industrialização, a estrutura agrária permanecia arcaica, fundamentada na monocultura exportadora e na profunda desigualdade das relações de trabalho. A análise de Furtado apontava que, para superar o estado de “subdesenvolvimento”, seria necessário e conjunto de reformas básicas a serem implementadas pelo Estado. Além das reformas fiscal, bancária, urbana, tributária, administrativa e universitária, o economista indica a reforma agrária como questão decisiva para o surgimento de um novo país. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 418).

As reportagens desta série tornaram Callado uma das principais referências da imprensa no debate da reforma agrária (MARTINS, 2018) e sua repercussão teria sido fundamental no processo de desapropriação do Engenho e para a criação do símbolo que ele se tornou. “As Ligas Camponesas que se espalhavam pelo Nordeste ganharam, nas suas mãos, identidade política nacional e fundaram descendência (FIGUEIREDO, 2009, p.9)”.

Já em *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*, editado em 1964, reunia a série de reportagens originalmente produzidas para o *Jornal do Brasil*, publicadas entre 22 de dezembro de 1963 e 19 de janeiro de 1964, sob o título “Revolução Piloto em Pernambuco.” Nela Callado narrava a experiência do primeiro ano de Miguel Arraes (1916-2005) à frente do governo de Pernambuco. Advogado e economista de esquerda, o ex-prefeito de Recife teve popularidade conquistada graças a uma série de políticas direcionadas ao enfrentamento de problemas da população de baixa renda, combinadas com o lançamento do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Paulo Freire (1921-1997) para combater o analfabetismo de jovens e adultos. Fatores determinantes para sua eleição a governador, em 1962.

Para o jornalista, PE era naquele momento um laboratório de experiências sociais bem sucedidas no país. “Pretendo nesta serie de reportagens mostrar como me convenci de que Pernambuco saiu de um marasmo de quatrocentos anos para uma marcha redentora. (...) acho

¹⁷⁴ Após o golpe e a cassação de seus direitos políticos, viveu exilado no Chile, dando aulas como professor convidado em Yale, Cambridge, Columbia, Universidade de Paris e de Washington. Também foi professor da USP.

que é uma revolução que merece viver” (CALLADO, 1964, p. 35). Na visão de Callado, a experiência das Ligas no interior (que evoluíram para sindicatos rurais), o enfrentamento aos abusos trabalhistas contra lavradores com a negociação de pagamentos com os usineiros da região, o plano e a metodologia inovadora de alfabetização de Paulo Freire, o diálogo com as forças conservadoras da sociedade, a união da igreja com comunistas e uma polícia de vigilância e não de repressão eram os fatores que tornavam o estado o singular palco de mudanças sociais, modelo a ser notado pelo resto do Brasil

Tudo novo e tudo empírico. Pernambuco nem se parece com Cuba nem com a URSS. Por outro lado, se já não parece muito com o resto do Brasil. Sua pobreza continua enorme, mas sua atividade revolucionária, sua busca de soluções em todos os terrenos dão-lhe uma vitalidade maior que a de qualquer estado. As franquias democráticas são totais, a grande imprensa e a sofisticada televisão local são conservadoras (...) mas ao mesmo tempo, lá estão os padres que não veem nada demais no trabalho que fazem os comunistas entre os homens do campo, lá estão as Ligas Camponesas pregando guerrilhas sob a invocação de padre Cícero de Juazeiro e lá está uma nova geração que trabalha até de graça para a assessoria sindical (CALLADO, 1960, p. 25).

Como expedientes de enunciação, destacamos a autorreferencialidade, que é a exposição dos protocolos realizados para a aquisição de informações, processo impregnado de subjetividade em que, como lembra Fausto Neto, o narrador apresenta seus métodos de apreensão da realidade (FAUSTO NETO, 2007). Esta é uma estratégia que busca convencer o leitor por meio da autoridade de quem escreve, enfatizada em várias frases no texto: “estive há pouco tempo em Pernambuco”, “estudei as fórmulas sociais de seu governo”. “eu vi”. Para tratar da truculência dos militares, usa verbos de ação que remetem à ferocidade como “arrombar” e “varar” e substantivos como “gorileSCO”, para se referir ao tratamento dado a Celso Furtado. A apresentação do testemunho para reforço do efeito da verdade é uma estratégia narrativa característica de Callado, presente também em suas grandes reportagens, como detectou Lilian Martins, em sua tese de doutorado¹⁷⁵.

Além da analogia ao barril de pólvora do título, também na frase “ninguém vai fazer daqui um grande país caçando comunista embaixo da cama”, aproveita a sonoridade idêntica entre os verbos *caçar* e *caçar* e cria um trocadilho, explorando a mesma palavra com sentidos diferentes (antanáclase) para ironizar e criticar as cassações dos direitos civis de políticos e intelectuais determinadas pelo AI-1. Assim, reforça a opinião de que perseguir comunistas no

¹⁷⁵ MARTINS, L.J. **Antônio Callado Jornalista**: a narrativa da grande reportagem e o ideal de Brasil possível. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista: Bauru, 2018.

próprio país, dentro de “casa” (embaixo da cama) em nada favorece as mudanças de rumo que realmente precisariam ser feitas no Brasil, e das quais o novo governo se arvorava ser o realizador.

Callado lança mão de uma proposital repetição de palavras (diácope) nas frases “(...) cassaram os direitos políticos de quem não é político. Cassaram seus direitos políticos para lá colocar algum político para transformar a SUDENE em outro DNOCS corrupto”. Assim, além de ressaltar o caráter injusto de acossarem um intelectual do quilate de Celso Furtado (que era não era um político profissional), procura associar a ideia de político tradicional com corrupção e imoralidade. E mais importante: deixa subentendido que os militares preferiam compactuar com elas a resolverem os problemas sociais do Nordeste.

Entre outras metáforas, expressa repugnância aos civis aliados de primeira hora dos militares como Ademar de Barros, (“em caso de enjoo, use o envelope das costas da poltrona. No avião da democracia brasileira, não há mais envelopes que cheguem para todas as ânsias de vômito”). Esta é só a primeira crônica em que Callado resolve declarar sua discordância à Revolução e se posicionar como jornalista defensor de mudanças sociais e da liberdade de expressão. Adiante, o tom e as críticas contra os militares vão se intensificar.

Segunda Guerra Mundial, que reaparecera na costa da França, após um fenômeno que fez o Atlântico recuar 10 quilômetros e revelar inusitados objetos de naufrágios passados. Outras dez chamadas de capa disputavam a atenção do leitor nesta edição entre elas “Paulo VI divulga sua 5ª Encíclica”, “Aumento de passagens de ônibus no Rio”, “Índia pode ter bomba, mas não quer”, “Bolívia luta contra grupo de guerrilha”.

Um intervalo importante de quase três anos separa esta crônica e as anteriores produzidas por Callado em 1964. Nesse período, Callado se afastou das redações para produzir aquela que é considerada sua obra literária máxima, *Quarup*, escrita entre março de 1965 e setembro de 1966 e editada no ano seguinte. Para os críticos, em termos de grandeza e importância, *Quarup* está para os anos 1960 como *Grande Sertão: Veredas* está para o anos 1950¹⁷⁶.

Além disso, durante este interregno, muitos fatos certamente contribuíram para o acirramento do tom das crônicas calladianas publicadas nos veículos cariocas. Em 1965, ao lado de outros intelectuais, Callado fora preso pela segunda vez, desta vez ficando dias detido junto a outros intelectuais por protestarem contra o governo de Castello Branco durante realização da reunião da OEA no Rio de Janeiro, o episódio conhecido como *Os Oito do Glória* sobre o qual falamos no primeiro capítulo. Sem falar que

Em 1965 o governo editou o AI-2, que extinguiu os partidos e introduzia eleições indiretas para presidente. Fechou-se o Congresso e, em 1966, foram criados os dois partidos oficiais: ARENA e MDB. Em fevereiro desse ano, o AI-3 introduziria a eleição indireta para governador e viriam mais cassações. Em outubro, o Congresso elegeu Costa e Silva. Trata-vases de ativo participante da conspiração contra Goulart que praticamente forçara sua candidatura contra a posição de Castelo Branco, que preferia um candidato civil. Uma nova constituição seria promulgada em janeiro de 1967. (CARVALHO, 2019, p. 145).

Importante lembrarmos também que o ano de 1967 fora bem agitado (um frenesi que evoluiu para uma verdadeira ebulição política, social e de costumes no Ocidente em 1968). Nos Estados Unidos, manifestações e marchas pacifistas pediam o fim da guerra do Vietnã em Nova York, protestos políticos e saques em Detroit deixaram um rastro de mortos, presos e feridos. O

¹⁷⁶ Em prefácio à 11ª edição da *Civilização Brasileira*, Franklin de Oliveira opina: “Se ao escrever o livro maior do nosso século Thomas Mann *imitatio* Goethe, Antônio Callado ao escrever o maior romance desta fase da vida brasileira procedeu igual ao gênio de *A Montanha Mágica*. No melhor estilo manniano, *Quarup* é uma *summa* do Brasil. Poderosa *summa* do Brasil, realizada através de uma obra de arte total, com uma estrutura musical: *adagio, vivace, allegro, presto, prestíssimo*. (...) Thomas Mann, filho de brasileira, teria estimado saber que Doktor Faustus ganhou um presente no Brasil: *Quarup*, o qual mantém com o livro consular do século, a íntima aparência das obras de arte que pertencem à mesma família. Excluída a feição tribal, *Quarup* é brasileiríssimamente brasileira: romance da crise que mais demoniacamente já feriu o Brasil”.

movimento *hippie* como expressão da contracultura ganhava vulto. Na Bolívia, Che Guevara é capturado e assassinado. No Brasil, um clima de efervescência criativa e cultural apresentava *Terra em Transe* no cinema, *Alegria, Alegria* e o Tropicalismo na música. E *O Rei da Vela* estreava nos palcos. Zuenir Ventura pontua que havia problemas sociais e econômicos, mas um clima de esperança pairava sobre o país “(...) o arrocho salarial, os sindicatos sob intervenção, uma insuportável inflação de 40% ao ano que Delfim Netto prometia reduzir para 25% - mas o segundo governo militar anunciava que queria restabelecer o diálogo com a sociedade e com a classe política”. (VENTURA, 1988, p. 20).

Mas Callado não via a atualidade com tanto otimismo resolve expressar de modo explícito o pensamento de oposição, o que fica evidente nas crônicas que produziu neste ano. Na primeira delas, “Arma Secreta”, ele provoca o governo ao sustentar que “De norte a sul do país, há uma porção de mentiras pregadas com convicção e aceitas com candura” e a principal ficção de todas é a ideia de um país independente e soberano.

Ao longo da crônica, percebemos metáforas e ironias. Já no início da narrativa, Callado lança mão de uma hipérbole ao contar a dificuldade que teve para chegar até a redação do jornal: “(...) precisei remar contra a corrente da Marcha com Deus pela Família”. Neste trecho, se refere à marcha que aconteceu no Rio de Janeiro, em 02 de abril de 1964, quando Jango já havia sido deposto. Uma manifestação de apoio aos militares que, segundo relatos da época, levou às ruas cerca de um milhão de pessoas. Certamente um transtorno para a mobilidade em qualquer cidade de hoje, ainda mais naquele tempo. Mas o trecho revela mais. Assim como outras pessoas, ele não só não estava ao lado da maioria. Mas remava contra – o que revela seu posicionamento de oposição. Também percebemos a presença da autorreferencialidade - um expediente do qual já lançara mão anteriormente – para se colocar no lugar de testemunha da história, como parte integrante dos fatos, como alguém que tem autoridade para tratar deles. Em outras palavras “eu sei, eu vi, eu estava lá”. Logo, o que eu digo, tem peso.

Mas a marcha é apenas um dos factuais aos quais Callado faz referência na crônica. A ideia central da crônica é criticar a subserviência do governo militar aos Estados Unidos, a partir de outro fato, que serve de base para o desenvolvimento da crônica: a primeira visita oficial ao exterior que Costa e Silva fez em janeiro daquela ano na condição de presidente eleito.

Depois de passar pelo Japão, foi aos Estados Unidos¹⁷⁷, tendo sido recebido na Casa Branca pelo presidente Lyndon Johnson, oportunidade na qual também se encontrou, com Lincoln Gordon, ex-embaixador dos EUA no Brasil e agora Sub Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Latino-Americanos (apontado posteriormente pela historiografia como um dos articuladores e apoiadores do golpe de 1964). Na crônica diz-se que Costa e Silva encontrara com seus “antigos amos” e chama Gordon de “Ex-Vice-Rei” do Brasil.

Segundo a narrativa, durante o encontro, ao mencionar que a inflação no Brasil estava sob controle, mas que era preciso fazer o país voltar a se desenvolver, Costa e Silva teria tido um choque diante de uma sutilíssima, mas clara ameaça do ex-embaixador: “O Sr. Gordon advertiu: cuidado com essas teorias. Houve um Presidente do Brasil que gostou muito do desenvolvimento. Está asilado em Paris (...) ¹⁷⁸. Pessoalmente, peço vênia para ter a impressão de que o Presidente Costa e Silva não é de nada”. Em outras palavras, Costa e Silva foi ameaçado de ter o mesmo destino de JK e sua omissão é motivo de forte crítica. E é chamado de covarde, por meio da perífrase “não é de nada”.

Por conta deste suposto diálogo, Callado enfatiza que os brios nacionais precisam ser restaurados e sugere, com ironia e em tom jocoso, que o presidente investigasse a origem de uma possível “arma secreta” (que dá título à crônica) que os americanos parecem dispor, um engenho psicológico que parecem usar contra aqueles que ousam lhes desfeitear, o chamado *Silly Ray* (raio bobo ou raio idiotizante, em tradução livre), do qual a última vítima parece ter sido o ex-presidente Jânio Quadros que “desfeiteou o ex-vice Rei, Berle¹⁷⁹, falou bem de Fidel, condecorou Guevara. De repente, foi abobando e, ao sete meses de presidência, renunciou, sem qualquer motivo discernível. A toleima em que mergulhou, não passou mais”.

¹⁷⁷ Costa e Silva esteve em visita aos EUA a partir de 18 de janeiro de 1967 e que, durante a estadia, além de reuniões, participou de recepções oferecidas pelo governo americano, nas quais Gordon também esteve presente.

¹⁷⁸ O registros dos jornais da época narram a pauta das reuniões entre as autoridades apenas como conversações “sobre pontos das relações entre Brasil-Estados Unidos”, sem entrar no mérito dos tópicos tratados. Não há, portanto, evidências de que este diálogo ou situação tenha realmente ocorrido (até porque os relatos chegaram à imprensa por meio da agência de notícias americana UPI, por isso, naturalmente filtrados) ou se Callado teve acesso a este bastidor do poder por alguma fonte privilegiada. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2472&keyword=e%2CCosta&anchor=5175654&origem=busca&pd=8e7c70b17048409c93976f63c97a4d61>

¹⁷⁹ Callado aqui se refere ao ex-embaixador americano no Brasil Adolf Berle Jr, que atuou no Brasil esteve atuação polêmica durante a deposição de Getúlio Vargas, em 1945. A referência que o autor faz aqui diz respeito ao atrito que ocorreu entre Berle e Jânio Quadros, quando este era presidente, em 1961. Na época, Berle foi enviado pelos EUA como emissário para cobrar de Quadros explicações por conta das posições do Brasil em termos de política externa quanto às relações com China, Cuba e Congo. Jânio teria respondido que não admitia intromissão americana e que o Brasil não devia satisfações aos EUA, dada a sua independência. O ex-embaixador teria sido convidado a se retirar do país. O assunto foi tema da manchete do jornal Diário Carioca: “Berle voltou às pressas: atrito com Jânio”. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1961_10028.pdf

Em outra oportunidade, questiona novamente a autoridade do governo brasileiro perante os Estados Unidos em atividades dentro do Brasil, ao confrontar um fato paradoxal. Segundo o artigo 13 da Lei de Segurança Nacional¹⁸⁰ em vigência, atividades fotográficas de cidadãos comuns que não tivessem aval de autoridades competentes para tal poderiam naquele momento ser punidas com prisão. Enquanto isso, 125 oficiais da Força Aérea Americana trabalhavam livremente, sem serem perturbados no espaço aéreo brasileiro, fazendo aerofotogrametria, usando câmeras e satélites “para aperfeiçoar mapas”. Desfere mais uma vez ironia na indagação “não é injusto que para tirar retrato à vontade a gente precise de aviões e satélites?”

Um ponto interessante é que neste texto, Callado não dispara críticas apenas contra o governo, mas contra parte dos brasileiros também. Reflete sobre a apatia do brasileiro diante dos acontecimentos. Para isso, recorre às próprias lembranças, voltando ao dia da Marcha com Deus pela Família, realizada no Rio de Janeiro “em dia já tão longínquo da queda de João Goulart”. Compara-a ao tradicional e melancólico rito da Igreja Católica que celebra a morte de Cristo às sextas-feiras da paixão, a Procissão do Senhor Morto (que na crônica, é a procissão de “um Senhor Deposto”) e como em um flashback, descreve o semblante de quem estava na rua – participando da marcha ou não - como pessoas apáticas.

Para o jornalista, desde então, o brasileiro médio se assemelhava a um Buster Keaton¹⁸¹, ator de cinema mudo americano, célebre nos anos 1920-1930 por sua capacidade de não esboçar quaisquer reações a nenhuma situação. “É a cara do homem tão esmagado pelo absurdo e comicidade das coisas que acontecem ao seu redor que nem se espanta e nem ri mais de nada”. Uma metáfora ao estado de letargia em que a sociedade brasileira parecia estar mergulhada, o que justificaria a falta de reação aos acontecimentos políticos no país.

¹⁸⁰ Callado aqui faz referência mais precisamente ao § 4º do artigo 13 da Lei que vigorava na época, o Decreto Lei 314, de 13 de março de 1967, que textualmente previa: “Fazer ou reproduzir, para o fim de espionagem, fotografias, gravuras ou desenhos de instalações ou zonas militares e engenhos de guerra, de qualquer tipo; ingressar para o mesmo fim, clandestina ou fraudulentamente, nos referidos lugares; desenvolver atividades aero fotográficas, em qualquer parte do território nacional sem autorização da autoridade competente: Pena - detenção, de 1 a 2 anos”. Note-se que o Brasil já teve várias leis de segurança nacional, desde 1935. A mais recente, promulgada em 1983 é a Lei 7.170 e vigora até os dias atuais.

¹⁸¹ Buster Keaton (1895-1966), foi um dos três reis da comédia visual que marcou os anos 1920 e 30, integrante do trio cuja estrela maior era Charlie Chaplin, seguido de perto por Harold Lloyd. Considerado por Orson Welles como o “maior ator-palhaço de todos os tempos”, Keaton marcou o cinema pelo modo como trabalhava o olhar e o rosto: ambos funcionavam como tela neutra, onde cada espectador projetaria suas emoções e sensações a partir das situações apresentadas — Keaton mantinha a mesma feição diante dos maiores riscos e absurdos, o que o tornou conhecido como “O grande cara de pedra” e “O homem que nunca ri”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/buster-keaton-que-competia-com-chaplin-no-cinema-tema-de-mostra-23101014>

Crítica a impassibilidade, em especial, do povo paulista, no episódio de cassação do mandato do governador Ademar de Barros¹⁸². Ironiza o slogan do brasão da cidade *Non Dvcor, Dvco*¹⁸³ ao duvidar do paulistanos e do tradicional orgulho de pegar em armas contra o governo, provada durante a Revolução Constitucionalista de 1932. O mesmo povo que se curvou no entanto, anos depois, permanecendo inertes diante da decisão de Brasília de destituir um governador eleito por voto popular e mais: de terem saudado a “restauração” da democracia na nomeação de um *quisling* - em inglês¹⁸⁴ um sinônimo de traidor, alguém que trai a pátria, ajudando um inimigo invasor. E mais que isso, alguém que tem simpatia pelo terror e pelo regime de Hitler. Assim, usando apenas um adjetivo, associa as cassações às arbitrariedades cometidas na Alemanha nazista.

¹⁸² Aliado de primeira hora da ditadura, Ademar de Barros, no entanto, se voltou contra o governo Castello Branco a partir da edição do AI-2 e AI-3, que extinguiram a possibilidade de eleições diretas, pondo fim assim s suas pretensões imediatas de concorrer novamente pela terceira vez ao cargo de presidente da república, já que perdera as eleições de 1955 para Juscelino e 1960 para Jânio Quadros. Em 1966, Barros deu várias declarações contrárias ao governo pedindo eleições diretas e o fim do bipartidarismo, o que culminou em sua cassação em , quando assumiu seu vice, Laudo Natel.

¹⁸³ Do latim, não sou conduzido, conduzo.

¹⁸⁴ Na verdade, em vários idiomas europeus *quisling* é sinônimo de traidor, por conta de uma figura real, histórica. Um adjetivo originário do nome de Vidkun Abraham Lauritz Jonson Quisling (1887-1945), que foi ministro presidente da Noruega durante a Segunda Guerra Mundial e fez um governo fantoche, colaboracionista e pro-nazista. .Por este motivo, ao final da Segunda Guerra, foi condenado e fuzilado em seu país.

4.2.3 – A Merenda dos Generais

Figura 41 – Fragmento da crônica publicada em 04.04. 1967 na pagina 6 primeiro caderno 1 do Jornal do Brasil.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

A prisão dos últimos nove integrantes da Guerrilha do Caparaó¹⁸⁵ na cidade mineira de Manhuaçu foi a principal manchete da terça-feira, 04 de abril de 1967. “Governa nega importância à Guerrilha em Minas”. Para o governo Costa e Silva, o grupo não afetava a segurança nacional, tampouco revelava qualquer caráter perigoso. Os ex-militares do movimento capturados pela PM mineira depois de quatro meses de perseguição estavam doentes, com peste bubônica, informava o jornal. A única foto da capa mostrava os guerrilheiros abatidos e algemados, em frente a uma Kombi, em uma pequena praça de cidade do interior, cercada por populares.

¹⁸⁵ Frente guerrilheira brizolista com treinamento em Cuba que chegou a ser formada por 22 guerrilheiros, 13 deles ex-militares expurgados pelo golpe. Para Gaspari (2014), a facilidade com que desabou indica que era mais propaganda do que um foco insurrecional, uma guerrilha de verdade. Mas os envolvidos foram todos condenados a penas iniciais de quatro a 12 anos de prisão.

Outras nove notícias foram destaque naquela edição, entre elas: “Guandu vaza e água faltará por sete dias” (sobre racionamento na cidade por conta de problemas no sistema de abastecimento); “Hanói rejeita mais uma proposta de paz” (Vietnã do Norte rechaçar proposta apresentada pela secretaria geral da ONU para um possível cessar-fogo); “Açúcar sobra aos milhões em São Paulo” (Sobre as 10 milhões de sacas estocadas nas refinarias paulistas, provável estratégia para elevação de preços).

A *Merenda dos Generais* é terceira das crônicas de confrontação e é considerado um texto-chave na trajetória de oposição de Callado à ditadura, por compor parte das provas que serviram de argumento para a abertura de inquérito militar, ao qual responderia nos anos seguintes, culminando na cassação de seus direitos políticos por dez anos e na proibição temporária de exercer o jornalismo. É parte, portanto, do clímax do antagonismo verbal contra os militares.

Para além do fato de chamar atenção ao nominar já de primeira a mas alta patente da ativa do Exército, o título em si carrega uma forte crítica ao estabelecer um diálogo intertextual como a peça teatral francesa *Le Gouter des Généraux*¹⁸⁶, escrita em 1951 por Boris Vian¹⁸⁷ (1920-1959), intelectual francês conhecido por sua crítica aos conflitos na Argélia.

O texto francês é uma comédia antimilitarista, uma sátira porque zomba dos integrantes do exército que atuou na França ocupada pelos nazistas em que se destaca a estupidez dos oficiais e sua pouca maturidade. Aliás, a própria tradução para já constitui uma provocação - literalmente *gouter* em português significa “gosto” ou “lanche”, para se ter uma tradução mais próxima e que fizesse sentido com a narrativa da obra francesa. Mas não é por acaso que Callado opta por usar o sentido da palavra “merenda”, que nos remete a crianças durante o recreio. É proposital a invocação da ideia de imaturidade dos militares. Adultos lancham, mas crianças (e para Callado, também seus análogos, os militares) merendam.

No primeiro parágrafo, Callado narra o episódio de um protesto contra a ditadura ocorrido no centro do Rio, ao qual esteve presente e que reunira poucos intelectuais e estudantes, que foram fisicamente ameaçados e acuados por homens armados e em maior número. Quando

¹⁸⁶ Em linhas gerais, a trama gira em torno de quatro generais franceses nostálgicos do regime de Vichy e do Marechal Petain que resolvem criar uma guerra, mas não sabem contra quem, até que durante um lanche organizado na casa de um deles, decidem que ela deve acontecer contra as colônias francesas do norte da África. A frivolidade com que os generais lidam com a guerra é parte da caricatura que Vian traça da sociedade francesa. Disponível em https://www.senscritique.com/livre/Le_Gouter_des_generaux/critique/83860461

¹⁸⁷ Intelectual francês ligado ao surrealismo, existencialismo e anarquismo e uma das vozes mais conhecidas na França por se opor à dominação na Argélia.

perceberam que o movimento era pequeno, os homens se retiraram do local, tudo observado de longe por um coronel, que Callado conseguira reconhecer. Ao registrar queixa na polícia contra o militar, Callado ouvira dos policiais que se tratava de um engano e que os agressores eram prováveis “malandros” que atacavam nas redondezas. Embora não usassem farda, o jornalista lança mão da ironia para revelar a omissão da Polícia e deixar claro que sabia exatamente qual a origem dos homens armados: “malandros de cassetetes, vejam vocês”.

É a partir deste fato que Callado vai fazer a mais contundente das críticas: comparar a chamada “linha dura” do Exército ao “Clube dos Cafajestes”, mas ressaltando a superioridade destes em relação àqueles, por serem mais corajosos, na medida em que combatiam seus inimigos com os próprios punhos e não enviavam mercenários armados para lhes representar.

Para melhor compreendermos a dimensão dessa afronta ao governo Costa e Silva, importante lembrarmos o que “linha dura” costumava designar à época¹⁸⁸. Chirio (2011) lembra que foram jornalistas e analistas políticos¹⁸⁹ que primeiro começaram a assim denominar o conjunto de militares que expressavam oposição ao governo Castello Branco por divergências quanto à condução da Revolução de 1964 e integravam uma

Facção militar agitadora das casernas, sob a pressão ou com a colaboração daquela que os governos sucessivos foram conduzidos à tendência autoritária e à violência de Estado, que implantou e invadiu órgãos de segurança, até que a abertura democrática lhe fosse imposta, a partir do governo Geisel. (CHIRIO, 2011, p. 3).

Para Rego (1994) os oficiais assim chamados eram aqueles que “se caracterizavam pelo radicalismo, arbitrariedade, intransigência e adoção de processos violentos de intimidação e coação” (REGO, 1994, p. 55). Antes eram chamados de *troupiier* em contraposição ao grupo que

¹⁸⁸ Estudos historiográficos contemporâneos costumam criticar e considerar simplista a divisão segundo a qual havia dois grupos militares atuantes durante a ditadura: os *duros* versus os *moderados*, porque para muitos estudiosos, como Fico (2004), o jogo político interno das Forças Armadas era bem mais complexo e havia uma miríade de outros elementos a considerar para além da posição que os oficiais tinham acerca da tortura (entre eles, laços de lealdade, formação militar, diferenças entre as instituições formativas, posição em relação ao desenvolvimento econômico do país, entre outros).

¹⁸⁹ Para a historiadora francesa, a primeira vez que tal nomenclatura apareceu na imprensa foi no Jornal do Brasil, em agosto de 1964, quando o colunista Carlos Castello Branco dividiu o mundo militar entre os linhas dura e moderados. E foi só depois que essa categorização foi apropriada pelos militares.

apoiava Castello Branco, os integrantes do grupo conhecido como militares “Sorbonne”¹⁹⁰.

A figura mais atrelada à oposição ao ex-presidente Castello Branco era o recém-empossado Costa e Silva, em cujo governo seria futuramente inaugurada a fase mais repressiva da ditadura militar por conta da promulgação do (AI-5), que vigorou até 1978, e permitiu a institucionalização da repressão, além de dar poderes ao presidente para fechar o Parlamento e continuar a cassar políticos. Uma oposição devidamente tramada na vigência do primeiro mandato militar, pois como lembra Gaspari (2014), Costa e Silva roera com astúcia e audácia a autoridade de Castello

Enquanto Castello procurava manter uma ordem constitucional e se chocava com o radicalismo, Costa e Silva valia-se dele. Castello se considerava presidente eleito pelo Congresso, Costa e Silva se dizia comandante revolucionário. Castello recuava, Costa e Silva avançava (...). Se Castello procurava pacificar as relações dos intelectuais com o governo, seu ministro solidarizava-se com a caça às bruxas na Universidade de São Paulo. (GASPARI, 2014, p. 270)

Comparar os militares no poder ao “Clube dos Cafajestes” foi uma tacada ousada. Primeiro, porque em outras palavras, parece intencional a ideia de afirmar que cafajestes em geral (cujo significado é de pessoa desprezível, sem importância que se comporta de maneira vil) têm mais valor que os governantes. E também porque, em detrimento destes, Callado ressalta o valor moral de um grupo considerado amoral integrado por homens jovens, quase sempre bem nascidos e filhos das classes mais altas da zona sul, verdadeiros *bon vivants* que se reuniam e cujas proezas saíam na imprensa, graças às suas festas ruidosas, que abalavam os padrões da sociedade da época entre bebidas, mulheres, brigas e muita inconsequência nas noites de Copacabana, considerado seu principal reduto.

Ruy Castro, que em *A Noite do Meu Bem* abordou sobre o universo do samba-canção e das boates cariocas entre os anos 1940-1960 (época dos grandes *nightclubs* do Rio de Janeiro) nas quais circulavam políticos, autoridades, altos funcionários da burocracia estatal, artistas e milionários donos das maiores fortunas do país explica sobre a origem do grupo, que era chamado de clube, mas não tinha qualquer característica formal:

¹⁹⁰ Como lembra Aquino (2002), os “linha dura” ficarão no controle do poder também durante o governo Médici, que ainda lideraram durante parte do governo Geisel, quando paulatinamente o controle foi sendo passado para os militares da “Sorbonne”, que coordenaram o processo de “distensão” e depois o de “abertura” política no final dos anos 1970.

Esses rapazes tinham em comum várias características que as pessoas de fora achavam intoleráveis: uma permanente *joie de vivre*, materializada em festas que duravam dias; um relativo conforto financeiro (quase todos trabalhavam nas empresas das famílias ou tinham bons empregos) e grande sucesso com as moças – muitas dispensavam o noivo ou namorado por um flerte ou coisa mais séria com alguns deles. E tinha uma irritante tendência a brincadeiras – uma delas, levar ao restaurante boas dentaduras feitas sob encomenda no protético e deixá-las cair “casualmente” no prato de alguém. Por essas e outras, viviam metidos em brigas. Uma dessas brigas aconteceu no Vogue, no carnaval de 1948, o que levou uma dama da sociedade a defini-los: ‘são uns cafajestes’. Eles gostaram da palavra, assumiram-na e nasceu ali o Clube dos Cafajestes. (CASTRO, 2015, p. 61)

Callado parecia bem empenhado na crítica. Depois de em crônicas anteriores associar os militares a adjetivos negativos como *imatuross*, *cafajestes*, *covardes*, faltava lhes chamar de sem pulso, ineptos e intimidados. E o faz de modo astuto, dizendo-o sem dizer, dissociando os “linhas dura” do governo – como se pudessem àquela altura de 1967 serem separados (o presidente era Costa e Silva, considerado o “linha-dura” mor), num jogo de vai e vem interessante. Os linhas não são o governo, por outro lado, o verno é fraco, mole. “Só um governo muito *mole* tolera uma linha *dura*,” (grifo nosso). Em outro trecho, chama o governo de incapaz: “... pusilânime, que não é sequer eficiente, como no caso do IPM do Partido Comunista (...) que acabou todo errado, jocoso, enfiando no PC tanto Luís Carlos Prestes quanto Afonso Arinos. O coronel Ferdinando devia restituir o dinheiro”.

Entre 1964 e 1968 diversos IPMs foram instalados, os chamados “IPMs da subversão”, como eram conhecidos. Callado se refere a um dos mais emblemáticos, o de nº 709, que passou dois anos investigando conexões entre o PCB e personalidades políticas, a partir de documentos apreendidos entre os quais alguns cadernos escritos por Prestes relatando reuniões desde 1961. Jacob Gorender (1990) lembra que mal os integrantes do Partido se recuperavam das notícias sobre o 31 de março e a polícia já vasculhara a residência do secretário-geral do PCB no dia 09 de abril, encontrando 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações, porque Prestes geralmente comparecia às reuniões

(...) munido de uma caderneta folhuda, de doze centímetros, de capas cartonada, presas por espiral. Enquanto os outros falavam, sua grossa caneta-tinteiro deslizava incansável pelo papel. Identificava os oradores pelos nomes verdadeiros, pois ninguém usava nome de guerra (...). Durante cerca de três anos, a partir de meados de 1961, os cadernos registraram centenas de reuniões, encontros e informações diversas. Para os órgãos de repressão policial, elementos de primeira ordem sobre a intimidade de uma organização fora da lei. (GORENDER, 1990, p. 86).

Esse material possibilitou a abertura do inquérito conduzido pelo então coronel Ferdinand de Carvalho, um dos mais conhecidos oficiais integrantes da “linha dura” que resultou na oitava de mais de 70 militantes e suspensão dos direitos políticos de 59 pessoas¹⁹¹. O jornalista ressalta o dispêndio de tempo e dinheiro em uma iniciativa policlesca atabalhoada, porque chega a conclusões reducionistas, implausíveis e até risíveis, como associar figuras políticas e antagônicas com trajetórias opostas como Prestes e Afonso Arinos¹⁹² ao mesmo partido.

O desfecho do texto volta a fazer referência à peça de Vian e também é uma provocação ao militarismo belicista contemporâneo: “diante desse grave problema dos militares que querem guerrear ou contundir alguém, os líderes do mundo adotam a solução que dói menos: despacham-nos para guerras no exterior longínquo”.

Com certo desalento, desabafa que aos países pobres, sem condições de fomentar uma guerra para se livrar dos militares, não restava outra alternativa, senão bradar ao mundo um protesto, um pedido de socorro: “mas nos países subdesenvolvidos, que não podem se dar ao luxo de guerras externas, eles (os militares) ficam embutidos, onipresentes, incessantes. O jeito é gritar às Nações Unidas, em língua de *Beatle*: Help!”.

¹⁹¹ Essa apreensão inclusive é apontada como fator determinante para um racha interno no PCB, que fora surpreendido pela repressão do governo militar, poucos dias após a queda de Jango. Prestes sofreu violentas críticas dentro do partido, formando-se então duas tendências: uma pró-Prestes e outra anti-Prestes. A primeira considerava que o erro do partido estava em ter levantado palavras de ordem incentivando greves etc. sem ter como sustentar de fato essa política. A segunda, liderada por Carlos Marighella, acusava o partido e Prestes de não se terem preparado para dar início à luta armada. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>

¹⁹² Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) jurista, historiador e político mineiro, membro da Academia Brasileira de Letras autor da lei contra a discriminação racial de 1951 que leva seu nome. Foi deputado federal e senador, fez oposição a Getúlio Vargas (fazendo inclusive campanha por sua renúncia) e a JK. Desempenhou papel de líder da UDN na Câmara Federal e foi um dos fundadores da ARENA, partido de sustentação do governo militar, cuja instalação teve seu apoio.

Como uma crônica deve ser, Callado finaliza, mantendo o laço do texto com a atualidade, com os dias daquele momento presente, ao fazer referência novamente¹⁹³ à cultura pop, ao *Rock and Roll*, citando uma das canções mais populares na época dos Beatles, “Help”.

A letra da canção, escrita por John Lennon e lançada em 1965, reflete o estado de depressão vivida pelo compositor nos tempos em que a fama já começava a lhe cobrar o preço de sua liberdade. É literalmente um pedido de socorro e não por acaso foi usada por Callado. Refletir o espírito de alguém em um estado de tristeza – metáfora para um país sob repressão, aprisionado e sem liberdade: “Ajude-me, se puder, eu me sinto para baixo. Ajude-me, coloque meus pés de volta no chão (...) agora minha vida mudou em muitos sentidos. Minha independência parece dissipar-se na neblina”¹⁹⁴.

¹⁹³ Na crônica “Entrevista Imaginária com Padre Antônio Vieira” em maio de 1964, Callado fez outra referência a uma música dos *Beatles*.

¹⁹⁴ *Do original, em inglês* “Help me if you can, I’m feeling down. (...) Help me, get my feet back on the ground. (...) And now my life has changed in oh so many ways.. My independence seems to vanish in the haze”

4.2.4 Exércitos Mendigos

Figura 42- Fragmento da crônica publicada em 11.04.1964 no Jornal do Brasil, página 6 do primeiro caderno.



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Com um intervalo de uma semana da última crônica política que provocara os militares, nesta edição de 11 de abril de 1967, o JB trouxe novamente na página 6 do primeiro caderno, ao lado dos editoriais, novo texto de crítica do jornalista. A grande manchete do dia foi a ida de Costa e Silva ao Paraguai para a reunião do OEA (“Integração agrava divergências em Punta del Este”), com uma foto ilustrando a passagem temporária da presidência ao seu vice, o civil Pedro Aleixo ¹⁹⁵, por ocasião da viagem. Entre as outras nove chamadas, têm novamente destaque notícia sobre a Guerrilha do Caparaó, a partir do envio de novos reforço aéreos para sobrevoar as

¹⁹⁵ Pedro Aleixo (1901-1974), fundador e diretor do jornal O Estado de Minas, foi um político mineiro que fazia parte da ala dos liberais que apoiaram o golpe de 1964, mas que mais tarde se afastaram ou foram afastados do governo. Foi um dos fundadores e liderou a União Democrática Nacional (UDN), partido que dava sustentação ao governo militar. Seria também líder da Aliança Renovadora Nacional (Arena), que substituiu a UDN após a extinção dos partidos pelo AI-2. Na reunião do Conselho de Segurança que provou o AI-5, foi o único voto contrário, o que contribuiu para que, com a morte de Costa e Silva em 1969 fosse impedido por uma junta militar de assumir a presidência.

idades capixabas de Guaçuí e Iúna, ao pé da serra do Caparaó em busca de novas captura (“Localizado novo grupo de guerrilheiros”). Também estava na capa a visita do ex-senador e ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek ao Brasil¹⁹⁶ e seu encontro com Carlos Lacerda mereceu uma foto e cujo título trazia uma advertência direta dos militares (“Costa e Silva quer Juscelino discreto”). Uma terceira foto ilustra a página 1, referente à passagem do bailarino russo Rudolf Nureyev pelo Brasil, seguida de uma chamada sobre as chuvas que alagaram quase todos os estados da região nordeste e que deixaram 20 mil desabrigados do Sergipe ao Piauí. .

Esta é a segunda crônica que vai subsidiar o inquérito militar contra Callado. Aqui o jornalista incomoda sobremaneira o governo ao se posicionar favorável e demonstrar abertamente seu pensamento de oposição sobre pelo menos quatro temas “espinhosos”: ao pregar que a luta armada precisava ser mais espaço (a propósito das notícias acerca da Guerrilha do Caparaó); ao exaltar a luta dos comunistas do Vietnã do norte contra os Estados Unidos; ao equiparar o discurso de Che Guevara a de um santo católico e ao aplaudir a nova Encíclica do Papa João XXIII, anunciada naquele ano, que pregava o desenvolvimento social, a igualdade e a justiça como metas para os governantes das nações.

Neste texto como no anterior, o título atçou os militares primeiro porque relaciona a palavra “Exército” a um substantivo altamente negativo, “mendigo” (igual a desvalido; esmolador, miserável; pobre. ou, em última instância, perdedor). Na verdade, o título é uma expressão que consta de um trecho de um livro proibido no Brasil, “Guerra de Guerrilhas” de Che Guevara. O jornalista faz questão de citar um trecho da obra proibida a longo do texto, o que certamente aumentou a contrariedade dos oficiais. E não contente, convidava o leitor a refletir sobre o conteúdo, induzindo-o a estabelecer uma analogia entre a escrita de Guevara a do santo Francisco Xavier¹⁹⁷ (“escreve às vezes naquele tom de São Francisco Xavier a Loiola”), lembrando em outros dois momentos que o guerrilheiro argentino e o santo espanhol do século XVI tinham muito em comum (“Era assim que Francisco treinava seus homens em Goa, no Japão e na Conchinchina” e” Guevara diz no seu livro que o soldado dever ser um asceta. É só procurar direito em São Francisco, que se há de encontrar a mesma frase, numa outra ordem”).

¹⁹⁶ A visita foi saudada por parte da imprensa da época como um errôneo sinal favorável de possível abertura democrática. Dizia nesta mesma edição a Coluna do Castello: “(...) neste abril de 67, no pleno reinado do alívio e da distensão, a volta do Sr. Juscelino poderá ser um dado positivo e um teste para o reencontro da convivência entre os vitoriosos de março e os que foram banidos pelo movimento” (CASTELLO BRANCO, 1967, p.4)

¹⁹⁷ S. Francisco Xavier (1506-1552) era padre jesuíta espanhol, co-fundador da Companhia de Jesus e fundou missões na Índia, no Japão e na região onde hoje é o Vietnã. Chamado de “Apóstolo do Oriente” pelo grande número de fiéis convertidos ao cristianismo, é considerado o maior dos missionários jesuítas e foi canonizado em 1622.

Associar guerrilha à religião, de alguma forma, legitimava a ideia de resistência e combate ao autoritarismo.

Equiparar um missionário santo a um guerrilheiro, ícone da esquerda latina, *persona non grata* às aspirações capitalistas que os EUA tinham para a América, figura chave no movimento revolucionário que instalou em Cuba um o regime alinhado ideologicamente à União Soviética, cravando o comunismo no coração da América Central, em plena vigência da Guerra Fria... Realmente não passaria incólume, representando certamente um “espinho” difícil de digerir para os militares.

Ao longo do texto, volta a dar ênfase à ideia de guerrilha e luta armada. Juntos os vocábulos “guerrilha” e “guerrilheiro” são repetidos nove vezes ao longo do texto. Em “Parece normal que surjam guerrilhas no Brasil, tanto assim que o glorioso Exército Nacional se diz preparado para contê-las com o respaldo do Exército dos Estados Unidos. Há uma espécie de uma conspiração pró-guerrilhas, um convite à guerrilha”, revela-se ironia em dois momentos. No primeiro, ao se referir ao Exército como “glorioso” - quando se sabe que anteriormente em outros textos o jornalista sempre que pode, de maneira velada ou declarada já o desqualificara, chamando-o de “gorillesco”, “pusilânime”, “cafajeste”, “incompetente”. E também por sugerir que o governo esteja estimulando os movimentos revolucionários de esquerda e que até os incentiva, quando se sabe que, ao contrário, a intenção do governo era sufocar quaisquer movimentos armados de oposição.

Elogia a postura da Igreja, que, contrariando seu passado, na visão de Callado era condenável por “benzer muita arma e santificar muita guerra”, deplorara recentemente as declarações de um padre americano, segundo as quais os EUA combatiam no Sudeste Asiático uma “guerra santa” contra o Vietnã: “É que a Igreja está novamente com os humildes”. Uma frase que – contexto da Guerra do Vietnã à parte - bem pode ser interpretada também como o prenúncio de mudanças de direcionamento¹⁹⁸ no seio da Igreja Católica no Brasil.

¹⁹⁸ O posicionamento inicial da Igreja Católica foi apoiar a “Revolução” como forma de combater o comunismo, mas esse apoio não era uma unanimidade. Como lembra o relato do Frei Betto: “Como membro da direção nacional da Ação Católica, participei no Rio, no Convento do Cenáculo, na rua Pereira da Silva, em Laranjeiras, da reunião da CNBB na qual os bispos católicos definiram sua posição frente à quartelada. Houve acalorada discussão entre progressistas e conservadores. De um lado, Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio, apoiado por Dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, criticaram os militares por desrespeito à Constituição e à ordem democrática. De outro, Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG), exigiam *Te Deum* por ter a Virgem de Aparecida escutado os clamores do povo e livrado o Brasil da ameaça comunista. Venceu esta segunda posição. A CNBB deu seu apoio oficial aos militares golpistas”. Disponível em <https://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/39-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964>. A Igreja também acabou silenciando sobre o AI-5 em 1968, mas com o passar dos anos (e das pressões junto

Ainda sobre o conflito em que os EUA se envolveram, diz que “a Guerra do Vietnã é guerra dos donos do Reino da Terra contra um país paupérrimo, um punhado de deserdados que se defendem com seus guerrilheiros contra Flash Gordon e Superman”. Ou seja, os guerrilheiros são figuras oprimidas em uma luta desigual contra figuras superpoderosas (representadas não por acaso pelos invencíveis personagens de quadrinhos de grande identificação com os norte-americanos) e a Igreja fazia bem em estar do lado certo, ao defender os humildes contra os Estados Unidos – para Callado, os donos de todas as terras, os opressores¹⁹⁹ - uma forma de incomodar o governo militar, já que para Callado havia correspondência entre a nação americana e o golpe no Brasil, apesar de não ser comprovável à época, era notório para os intelectuais de esquerda.

Callado revela certo tédio com os fatos no Brasil, que quando acontecem parecem sempre ser noticiados com cautela. “Ao cabo de anos e anos o Brasil produz uma notícia, fruto de inúmeros fatozinhos que atravessaram com uma cautela de camundongo esse palco já meio velho da pátria”, um marasmo que o faz ter misto de admiração e pena dos historiadores brasileiros contemporâneos, que “precisam dar forma à neblina e timbre aos cochichos”.

Sua crítica também se dirige à postura dos veículos impressos, notadamente os de São Paulo. Sente a imprensa paulistana apática, vazia de notícias relevantes. Na verdade, uma metáfora para tratar do escoamento do ato de noticiar com liberdade, fruto de uma já existente repressão. É o que se percebe em “As coisas de certo modo não acontecem”. E ainda no trecho em que afirma que

os jornais estão ermos, isolacionistas. Não de um isolacionismo consciente, mas instintivo. Não falam de Caparaó. Noticiam longamente que Pirapozinho e Cubatão estão fazendo 18 anos, Mogi Guaçu, 80. Na sua página nobre, editorial, uma grave folha adverte sobre os perigos de não se determinar direito o sexto dos recém-nascidos. (CALLADO, 1967, p. 6).

ao Vaticano, por conta das perseguições sofridas por religiosos no Brasil) denunciou a tortura e ajudou a engendrar movimentos sociais que, mais tarde, delineariam a cena política da redemocratização. Destaque para o arcebispo Dom Helder Câmara e os cardeais Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Aloisio Lorscheide, figuras determinantes nas denúncias de torturas e violações aos direitos humanos durante o regime militar.

¹⁹⁹ Como se sabe, no ano seguinte Callado viajou ao Vietnã e cobriu durante alguns dias o conflito de Hanói, a partir do ponto de vista do norte comunista, região defendida pelos vietcongues. O jornalista tinha grande interesse no conflito e conseguiu reportar de perto os fatores de resistência do pequeno país asiático à invasão norte-americana, transformando a série de reportagens no livro reportagem *Vietname do Norte: aviso aos agressores*. O jornalista enxergava muito do Brasil no Vietnã, como no trecho “Os únicos nativos a se beneficiarem do colonialismo – no Vietnã sob o domínio francês como no Brasil, sob o domínio americano – era um pequeno grupo da burguesia ligado ao capital colonizador” (CALLADO, 1969, p. 98). Como observou Lilian Martins, em sua tese de doutorado, a subjetividade do jornalista e sua admiração pela resistência vietnamita ficam evidentes na narrativa.

É como se os periódicos paulistanos naquele momento privilegiassem pautas amenas, “frias”, muito longe do *hard news*, de atenderem critérios de noticiabilidade como o interesse público, o conflito, o ineditismo, a improbabilidade, a comoção pública. Como se tivessem aberto mão da sua função primordial de acompanhar desdobramentos de fatos políticos de impacto no cenário nacional, traduzindo-os ao público. O exemplo disso é quando afirma que os jornais da cidade – sem mencionar exatamente quais - estranhamente noticiassem ainda menos que os do Rio de Janeiro sobre as prisões na Serra do Caparaó, o que parece apontar também para a ocorrência da autocensura²⁰⁰.

Callado ao que parece poderia ser referir ao jornal *O Estado de S. Paulo* que, como lembra Kucinsky (2002), foi um dos poucos a acatar a prática. Os proprietários dos meios de comunicação em geral, receosos dos prejuízos financeiros decorrentes do eventual confisco de uma edição, assim, já, eram mantidos intimidados. A autocensura era um método ideal de controle da informação, porque também não deixava rastros, evitando os desgastes “espetaculares” da censura exógena. E que, por esse mesmo motivo, também é difícil mapear os episódios de suas manifestações durante a ditadura.

Ao suprimir a própria informação de que a informação está sendo suprimida, a autocensura torna-se, para o opressor, a melhor forma de controlar a informação. E também a mais compatível com o regime militar brasileiro, que nunca quis assumir-se como ditadura e manteve até o fim a retórica democrática ainda que dentro do discurso articulador de sentidos de caráter autoritário, gestado na matriz da Guerra Fria e da Doutrina da Segurança Nacional (...). A autocensura, por definição, não tem e nunca terá uma história à altura de sua verdadeira importância no processo de controle da informação durante a ditadura militar, pois seus principais registros são os que ficaram na memória dos que se autocensuraram. (KUCINSCKY, 2002, p. 541)

²⁰⁰ Desde o golpe instaurou-se na imprensa um controle sobre as informações veiculadas à população, preocupação institucional evidenciada com a criação do SNI a estruturação dos centros de informação do Exército (CIE) e da Aeronáutica (Cisa) e a rearticulação da Marinha (Cenimar). Como lembra Maria Aparecida de Aquino (2002), até o primeiro semestre de 1968 a forma de controle de veiculação mais comum era o telefonema (às vezes anônimo) ou bilhete apócrifo para as redações dos jornais “recomendando” a não divulgação de determinada notícia. Quando aceitavam este tipo de expediente, a responsabilidade pela censura no interior do jornal passava a ser assumida pela sua direção e não mais pelos órgãos do governo. À essa comum aceitação interna destas ordens considera-se autocensura. Mas a partir da segunda metade do ano de 1968, “com o aumento das tensões entre Estado e sociedade civil, de um lado, e, de outro, o acirramento das relações no interior das próprias Forças Armadas, desencadeia-se o aumento do controle sobre todos os órgãos de divulgação”. (AQUINO, 2002, p. 516-517).

O arremate do texto é um elogio à *Populum Progressio*²⁰¹, considerada a mais importante e emblemática iniciativa da Igreja Católica no século XX a favor dos povos subdesenvolvidos, contra as desigualdades sociais e as mazelas do capitalismo. Cita a mensagem de felicitação que o Papa recebeu do presidente brasileiro, com ironia, lembrando que a aplicação dos princípios da Encíclica, de fato, “vai ser difícil” (em outras palavras, porque a ênfase dos militares não era propriamente o cumprimento da justiça, tampouco da justiça social). E que do Vaticano, os Papa ouvirá aquilo que os brasileiros mais têm respondido ao governo: “Amém”, palavra hebraica frequentemente associada à ideia de aprovação, reafirmação, algo “assim seja”, aquilo com que se concorda sem contestação. Ou seja, o governo militar manda. O brasileiros, apenas obedecem.

²⁰¹ Do latim “O desenvolvimento dos povos”. Outras encíclicas pais já haviam tido cunho social, como a *Rerum Novarum* (1891) e a *Mater Magistra* (1961). Mas a *Populum Progressio*, segundo Ottaviani (2008) representou um importante marco na questão social e no desenvolvimento dos povos como uma verdadeira recomendação aos governantes. O tema adquiriu uma dimensão maior. O documento procurava passar a mensagem de que a paz e a concórdia só seriam possíveis entre os povos mediante a aplicação da justiça social. Contrapunha os valores e os fundamentos do Estado de bem-estar social, à nova razão vigente na Europa e na América, pautada no pensamento neoliberal Seus detratores, por este motivo, acusavam o texto de conter suposto viés comunista.

Considerações finais

No momento histórico em que uma onda de ataques e uma campanha de parcelas da sociedade no Brasil tentam minar o preceito segundo o qual a existência de uma imprensa livre é princípio fundamental de um Estado democrático, este estudo torna-se particularmente propício e atual. A pesquisa procurou traçar e refletir sobre o percurso de um jornalista que não se calou diante das iniquidades do seu tempo, e procurou honrar seu ofício e sua biografia. Influenciado por ideologias de esquerda, no entanto, jamais precisou se vincular a quaisquer partidos políticos para lutar contra o inimigo da opressão, tanto que os prontuários dos órgãos de repressão pesquisados jamais se referem a Callado como comunista, mas, na visão dos militares, como um jornalista dono de ideias “atentatórias contra a Segurança Nacional”. Suas armas foram as palavras e o discurso, em defesa da liberdade do livre pensar, dos direitos humanos e da justiça social.

A imersão na trajetória de Antônio Callado possibilitou também um aprofundar no universo de temas afeitos aos estudos das relações entre comunicação, política e imprensa no século passado. Seus caminhos pelas redações cariocas de *O Globo*, o *Correio da Manhã* (cuja cobertura sobre a gênese das Ligas Camponesas em Pernambuco incomodou muitos latifundiários e repercutiu em todo país), a passagem pela *BBC de Londres* e *Radio France* durante a Segunda Guerra na Europa, pelo *Jornal do Brasil* (quando realizou reportagens históricas como *Tempo de Arraes* e a série sobre a Guerra do Vietnã, a partir do lado dos vietcongues), suas colaborações para *Opinião*, *Visão*, *Brasil em Marcha*, *O Pasquim*, *Istoé* e, nos últimos anos da vida, na *Folha de S. Paulo* sem dúvida caminham *pari passu* com as transformações que o universo do jornalismo sofreu ao longo do século XX. Callado foi, ao mesmo tempo, personagem e testemunha desse fenômeno e refletir sobre ele sempre nos auxilia no entendimento do presente.

Ao longo da pesquisa, procuramos entender quais foram os “recados” sobre a Ditadura Militar presentes nas crônicas do jornalista e quais estratégias foram utilizadas ao longo de um período de seis anos para comunicar ao leitor a sua visão de mundo a respeito do contexto político e social da época. Em que pese o fato de Callado já contar com 47 anos e já ser um experiente e burilado repórter ao tempo do golpe militar, as diretrizes clássicas do texto imparcial do jornalismo informativo não davam conta da gravidade dos acontecimentos, nem a vazão adequada ao pensamento de um intelectual engajado, para quem “falar é agir”: só mesmo a crônica seria capaz de atingir o pleno êxito do que para ele era uma necessidade – tomar partido.

Podemos afirmar que em Callado, o poder da crônica foi exponenciado na medida em que o autor buscou ampliar a capacidade estética típica destes textos, transformando-os em instrumentos de resistência e de protesto ao movimento autoritário instalado a partir de 1964. Tanto nas *Entrevistas Imaginárias* quanto nas *Crônicas de Confrontação*, assumiu presença no palco das narrativas e um lugar de oposição, que a cada publicação foi ficando mais evidente e, nos casos das crônicas de 1967, contundente.

Em cada publicação, procuramos indagar o que se dizia, como se dizia e em que contexto se desenrolava a argumentação do jornalista nos dez textos que recuperamos e sobre os quais buscamos lançar luz. É um acervo importante e representativo daquele momento vivido pelo país, pois traduzia a cada publicação ao longo do tempo o espírito que pairava sobre o país.

Primeiro, o da mudança abrupta de governo, que deixou o país em suspenso, na expectativa por renovação e pretensos “novos rumos” (mas que também já sentia o sabor amargo dos primeiros atos autoritários). Embora sejam parte de conjuntos de crônicas distintas, nas duas primeiras *Volta o Barril* e *Entrevista com Lampião* publicadas em abril e maio de 1964, há uma intenção deliberativa que parece aconselhar, prenciar ou intuir um porvir, como se anunciassem uma antevisão sobre os fatos que se sucederam com o passar dos meses e dos anos. Nas palavras de Callado, aos poucos, os brasileiros caminharam aos poucos para um estado de desalento e quase inércia, refém de um regime que se revelou em pouco tempo tão arbitrário quando ávido pelo Poder. De uma maneira geral, as primeiras crônicas são uma antessala dos caminhos tortuosos que o Brasil seguiria com o passar dos anos.

Podemos afirmar que as mensagens presentes nas crônicas foram sem dúvida no sentido primordial de criticar a ascensão dos militares, seus expedientes de cerceamento das liberdades, suas fraquezas e contradições - sempre lançando mão de recursos como ironia e sarcasmo. Mas, em muitos momentos (como no caso da crônica de Gandhi), a mira de Callado se voltou também contra outros agentes, não poupando críticas à sociedade civil, a própria imprensa e alguns políticos, que segundo não resistiam o suficiente para fazer frente aos desmandos do autoritarismo do governo.

Em *Entrevistas Imaginárias* abunda a retórica poética e a narrativa fantástica. Há recorrências figurativas catamórficas (de queda) tratadas de forma pejorativa (General, *revoluçãozinha* etc.) em contraste com figuras ascensionais, de prestígio, dadas pelas personagens escolhidas pela anterioridade, que ratificam a autoridade pela experiência. Entrevistados ilustres desempenham o papel de autoridades discursivas em seus lugares de fala

(Pe. Vieira no discurso religioso; Freud no discurso da Psicanálise; Gandhi no de pacificador; Lincoln node estadista; Camões no de poeta), e representam as práticas e valores sociais/culturais que movem as paixões e visões de mundo de Callado, como porta-vozes de questionamentos quanto aos métodos impostos pela ditadura. A espacialidade é marcada por lugares que cobrem o discurso de autoridade das personagens, ou seja, Camões e o mar (o mar do imaginário português), Freud e o consultório (a clínica e o divã), Gandhi e o nirvana, Lincoln no Capitólio.

Se o conjunto das crônicas de Callado fosse retratado em um gráfico, diríamos que *As Crônicas de Confrontação* representam o pico da curva, o ápice da mudança de tom de oposição do jornalista sobre a ditadura, que não por acaso coincide com a época em que mais Atos Institucionais foram baixados suspendendo a realização de eleições diretas, suprimindo mandatos, em que manifestações foram coibidas na base da força, abundaram prisões, IPMs, repressão os suspeitos de subversão. A eleição e posse de Costa e Silva, (a quem ele indiretamente já havia chamado de “deus da destruição” em textos anteriores), pareciam ser a gota d’água.

Todo este estado de coisas influenciou um conjunto de textos mais contundentes, diretos e ferinos, porque manter a sutileza já parecia insustentável. De maneira diferente das *Entrevistas Imaginárias*, a cada texto o jornalista a propósito de comentar acontecimentos cotidianos, enredou narrativas usando argumentos de tal forma que conseguiu dizer quase tudo o que parecia pensar sobre os militares: *cafajestes, incompetentes, arbitrários, corruptos, mendigos, infantis, pusilânimes*. Uma vitória da inteligência sobre o autoritarismo, mas que anos depois lhe custou um IPM e a perda de seus direitos políticos, que jamais conseguiu reverter. Logo Callado, defensor ferrenho da democracia, nunca mais conseguiu exercer a cidadania por meio do voto direto.

Certos temas aparecem com frequência em boa parte das crônicas como apoio para a tônica da crítica política. Um deles é a religião (Lampião em busca de redenção no purgatório, Padre Antônio desce à Terra para criticar as cassações, Gandhi expressa preocupação com o Brasil direto do nirvana, a referência à Encíclica *Populorum Progressio*), que, aliás, é uma marca de Callado em suas obras ficcionais. Enquanto escritor e crítico cultural, também procurou fazer várias referências a peças de teatro, literatura, filmes) à cultura pop, como o *Rock and Roll*, nas referências que faz em mais de uma oportunidade aos *Beatles*, maior sucesso musical massivo da época.

Importante frisar que o estilo textual de Callado protestar contra a Ditadura não era hermético. Era direto, mas sem ser visceral na crítica, a exemplo de Carlos Heitor Cony, por exemplo. A oposição e a confrontação, até mesmo nos momentos mais objetivos, carregam uma sutileza e uma fina elegância textuais tamanhas que repertórios mais limitados dificilmente conseguiriam captar à primeira vista. É como se o jornalista seguisse o que diz Umberto Eco, buscasse aguçar a cada texto as qualidades perceptivas do leitor, modelando sua capacidade interpretativa, para que “este perceba aquilo que o texto quer lhe transmitir” (ECO, 2017 p. 7).

Outra característica da configuração discursiva nos textos permite presumir que a retórica da guerra (ou do enfrentamento) se instaurará ainda mais potente em cada artigo, em cada comentário crítico, progressivamente. Contudo, Callado sempre manteve o bom humor. O humor aqui serve como instrumento de persuasão, pois causa um relaxamento e se origina de uma relação de contraste entre o que se espera e o que se observa na realidade.

É possível perceber que, na soma dos argumentos expostos nos diferentes textos de Callado, há a clara intenção de expressar a lógica grupal (dos intelectuais da época) de apreensão quanto aos rumos que a ditadura poderia tomava, já sinalizando o inconformismo com relação ao discurso oficial do governo, bem como apontando o recrudescimento gradual deste (que terá seu ponto alto no AI-5). Por isso os textos constituem uma contribuição para a memória daquele momento no país, que procurou ser amplificada pela consciência e pela voz de Callado que, parafraseando uma música proibida dos anos de chumbo foi uma contra-mola que procurou resistir, em meio à engrenagem do autoritarismo daqueles anos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AGUIAR, M.B. **Tempo e artista: Chico Buarque, avaliador de nossa cotidianidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014.
- ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.
- AQUINO, M.A. Mortos sem sepultura. IN CARNEIRO, M.L.T (org). **Minorias silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002
- ARNT, H. **A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica**. Rio de Janeiro: Epapers, 2001.
- ARRIGUCCI JR., D. **O sumiço de Fawcett**. In: Outros achados e perdidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, M. **Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Niterói – UFF. 1996.
- BELTRAO, L. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BULHOES, M. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.
- BOURDIEU, P. **As Regras da Arte**. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- _____. (2012). O campo político. IN **Revista Brasileira De Ciência Política**, nº (5), pp 193-216. <https://www.periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>
- BURKE, P. **O que é historia cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CALLADO, A.A. (org.) **O país que não teve infância: as sacadas de Antônio Callado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- _____. **Antônio Callado: Fotobiografia**. Recife: Cepe, 2013.
- CALLADO, A. **O centenário do Desembargador Souza Pitanga: lembrando o abolicionista, o indianista e o grande apaixonado da liberdade**. IN *Correio da Manhã*, 2 de março 1950.

_____ **Como desapareceu o Cel. Fawcett.** IN Revista Realidade. Edição 111. São Paulo: junho, 1975.

_____ **Esqueleto na lagoa verde:** ensaio sobre a vida e o sumiço do Coronel Fawcett. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ **Os industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

_____ **m nome da consciência:** as ideias e o brado de um escritor na obra e na vida. (14 de julho de 1976, edição nº 410). Rio de Janeiro: Revista Veja. Entrevista concedida a João Marcos Coelho.

_____ **Vietnã do norte:** advertência aos agressores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____ Entrevista. In: LEITE, L. C. M. Z., CARLOS; LAFETÁ, JOÃO LUIZ (org.). **O nacional e o popular na cultura brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1982p. 129-267.

_____ **Assunção de Salviano.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. Entrevista. In: MARTINS, M.; ABRANTES, P.R. (org.). **3 Antônio e 1 Jobim:** histórias de uma geração. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____ Volta o Barril. IN **Correio da Manhã.** Caderno 1, 12.04.1964, p. 2

_____ Entrevista com Lampião IN **Jornal do Brasil.** Caderno B, 20.05.1965, p. 4

_____ Entrevista com Padre Antônio Vieira. IN **Correio da Manhã.** Caderno 1, 31.05.1964, p. 2

_____ Entrevista com Sigmund Freud. IN **Correio da Manhã.** Caderno 1, 07.06.1964, p. 2

_____ Entrevista com Mahatma Gandhi. IN **Correio da Manhã.** Caderno 1, 14.06.1964, p. 2

_____ Entrevista com Abraão Lincoln. IN **Correio da Manha.** Caderno 1, 28.06.1964, p. 2

_____ Arma Secreta. IN **Jornal do Brasil.** Caderno 1, 28.03.1967, p.6

_____ Merenda dos Generais. IN **Jornal do Brasil.** Caderno 1, 04.04.1967, p.6

_____ Exércitos Mendigos. IN **Jornal do Brasil.** Caderno 1, 11.04.1964, p.4

_____ O Provedor de Ausentes. IN **O Pasquim.** Edição nº 74, 18 a 24.11.1970, p. 19

_____ **Crônicas de fim de milênio.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1997

_____ **Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência.** Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **A Crônica:** o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

CARVALHO, J.M. de. Fim de um experimento democrático. IN BACHA, E. **130 anos em busca da República.** pp. 143-147. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

CASTELLO BRANCO, C. As duas voltas de Juscelino Kubitschek. Coluna. IN **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, edição 11 de abril de 1967, p. 4.

CASTRO, G. de; GALENO, A.(Org). **Jornalismo e Literatura:** a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CASTRO, R. **A noite do meu bem:** a história e as histórias do samba-canção. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 p. 11-115

CHAMMAS, E.Z. **A ditadura militar e a grande imprensa:** os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

CHAPARRO, M.C. Pragmática do jornalismo: buscar práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. IN **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. Vol 7 nº 13, 1994, p. 97-113.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2012.

CHIRIO, M. A primeira linha dura do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60-70. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo: julho, 2011.

COELHO, N.N. **Escritores brasileiros do século XX:** um testemunho crítico. Taubaté: Letra Selvagem, 2013.

COOK, T.E. (2011) O jornalismo político. IN. **Revista Brasileira De Ciência Política**, nº6, pp-203-247. <https://www.periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1884>

CONY, C.H. **O ato e o fato:** crônicas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____ Callado era exemplo de integridade. IN **Folha de S. Paulo**. Caderno Ilustrada, 29 de janeiro de 1997, p. 4

_____ A crônica como gênero e como antijornalismo. IN **Folha de S. Paulo**. 16.10.1998, Ilustrada, p.07.

COSSON, R. **Fronteiras contaminadas**: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970. Brasília: Editora UNB, 2007.

COTRIN, G. **História Global – Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2005.

COUTINHO, A. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1999.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DICIONÁRIO TV GLOBO. V1. Programas de dramaturgia e entretenimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DINES, A. (Et al). **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

ECO, U. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ENNE, A. L. S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: **Revista Fronteiras: midiáticos**. Unisinos, V(2): 101-116, 2004

FARO, J.S. **Realidade 1966-1968**. Tempo de reportagem na imprensa brasileira. IN www.jsfaro.net .

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____ **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

FAUSTO NETO, A. **Enunciação, autorreferencialidade e incompletude**. Revista Famecos: Porto Alegre, nº 34 p. 78-85. Dezembro de 2007.

FERNANDES, A.C. **Namoro e Família na televisão**: análise do programa de auditório. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002.

FERREIRA, M. de M. Os anos 1910: uma estabilidade instável. IN BACHA, E. (org) **130 anos: em busca da República**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019, p.57 a 61.

FICO, C. **Além do golpe**: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____ **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 105.

_____ **Ditadura militar brasileira:** aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____ O milagre e a repressão. IN CARNEIRO, M.L.T (org). **Minorias silenciadas:** História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.

FIGUEIREDO, L. **Lugar nenhum:** militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FIORIN, J. L. Semiótica política. IN STRONGOLI, M. T. de Q. (org). **A (des) construção da identidade política :** discurso e imaginário. São Paulo: Paulistana, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis, Vozes, 1987.

FREDERICO, C. **Sociologia da Cultura:** Lucien Goldmann e os debates do século XX. São Paulo: Cortez, 2006.

GANDHI, M. K. **Autobiografia:** minha vida e minhas experiências com a verdade. São Paulo: Palas Athena, 1999 p. 180- 252.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** Martins Fontes, São Paulo, 2004.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____ **A ditadura escancarada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GENARO, E. de. Corpo e política na teoria social: a formulação nietzschiana e o marco interpretativo de Foucault. IN **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** Florianópolis: janeiro a julho /2009, volume 6, p 59-76.

GORENDER, J. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ática, 1990.

_____ Prefácio. IN FICO, C. **Como eles agiam;** os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido:** fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUIMARAES, H.S. **Os leitores de Machado de Assis:** o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: Edusp, 2004.

HESPANHA, A.M. **Às vésperas do Leviathan:** instituições e poder político, Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções:** 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____ **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.198- 219

HOLLANDA, H. B de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960-1970.** Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

INFORME DOPS 19.954. de 21 de junho de 1971.

JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

KOSHIYAMA, A.M. **Antônio Callado: jornalismo para a cidadania.** IN MELO J.M. (organizador) **Imprensa Brasileira: personagens que fizeram a história, volume 4.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, São Bernardo do Campo, 2009, p. 63.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta, 1991.

_____ A primeira vítima: autocensura durante a ditadura militar. IN CARNEIRO, M.L.T (org). **Minorias silenciadas: História da censura no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002 pp 533-551

KUSHNIR, B. **Cães de Guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2014, p. 340.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo.** Petrópolis Vozes, 1992.

LEITE, L. C.M. (org.). **Literatura Comentada: Antônio Callado.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LEPAPE, P. **Voltaire: nascimento dos intelectuais no século das luzes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LOWY, M. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 1.

MACHADO, I. **Por que se ocupar dos gêneros?** IN Revista Syposium: Ciências, Humanidades e Letras. Universidade Católica de Pernambuco, ano 5, número 1 janeiro-junho/2001.

MARQUES DE MELO, J. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras.** São Paulo: Paulus, 2006.

MARTINS, L.J. **Antônio Callado jornalista: a narrativa da grade reportagem e o deial do Brasil possível.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. UNESP. Bauru: 2018..

MATTOS, M.A.V. de. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro. (1964-1985).** Rio de Janeiro: DP &A, 2003.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: EdUFSC, 1992.

MEYER, M. **A Retórica.** São Paulo: Atica, 2007.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____ **Poder, Sexo e Letras na República Velha** – estudo clínico dos anatólios. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MIGUEL, L. P. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L.P.; BIROLI, F. Comunicação e política: um campo em estudo e seus desdobramentos no Brasil. IN MIGUEL, L.P.; BIROLI, F. (orgs). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 7-24.

MOISÉS, M. **A criação literária: prova II**. São Paulo: Cultrix, 2001, pp 98-130.

MOORE Jr., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, L. C. **Quando a pátria viaja: uma leitura dos romances de Antônio Callado**. Havana: Casa de las Americas, 1983.

MOREL, E. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOSCATELI, R. Um redescoberto historiográfico do Brasil. IN **Revista História Regional**. Goiânia: Editora Verão 2000, 2007, p. 187-207.

MOTTA, L.G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In LAGO, C; BENETTI, C (orgs) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, p 143-167).

MOTTA, R. S.P. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. São Paulo: Zahar, 2014.

MOURA: G. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOTA, C.G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1990.

NAPOLITANO, M. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)**. São Paulo: Intermeios, 2017.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, I. R. de. **Gênero Causo: narrativa e tipologia**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP, São Paulo: 2006.

ORNELLAS, C.A. Lima Barreto, cronista do protesto eterno. IN **Revista USP**. São Paulo, nº 69, pp 198-205, maio 2006.

- ORTIZ, R. **Sociedade e cultura**. IN SACHS, I; WILHEM, J; PINHEIRO, P.S. (orgs). Brasil, um século de transformações. São Paulo: Cia das Letras, 2001, pp 186-209.
- OTTAVIANI, E. **Populorum Progressio**: 50 anos depois. IN Cadernos Fé e Cultura. Campinas, v° 3, nº1, 2018, pp 15-35
- PALACIOS, M. Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História. IN: **Matrizes**, USP, v. 4, p. 37-50, 2010.
- PERELMAN, C. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERICÁS, L.B; SECCO, L. **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PONTES, C. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.
- PORTELA, E. Escritor tinha ética na alma. IN **Folha de S. Paulo**. Caderno Ilustrada, 29.01.1997, p. 01
- PRADO JR, C. **História**. São Paulo: Ática, 1982.
- PROPP, V. **Comicidade e Riso**. São Paulo: Atica, 1962.
- QUINTINO, F. Zuenir **Ventura, jornalismo e testemunhos**: interpretações da cultura Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.
- RAZUK, J.E.P. **Um teatro em nome da liberdade**: um estudo sobre a dramaturgia de Chico Buarque e suas relações midiáticas. Tese de Doutorado. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: 2012.
- REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REGO, G.M. Entrevista. IN D'ARAUJO, M.C.; SOARES, G.A.D; CASTRO, C. (orgs). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- REIMAO, S. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: FAPESP, 2011.
- REIS, E.P. **O estado nacional**: o caso brasileiro. IN Processos e Escolhas. Estudos de sociologia: Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 67-90.
- REIS FILHO, D.A. **Vozes silenciadas em tempo de ditadura**: Brasil, anos de 1960. IN CARNEIRO, M.L.T (org). Minorias silenciadas: História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.
- RESENDE, A.L. **Crise, autoritarismo e reformas**. IN BACHA, E. 130 anos em busca da República, pp. 153-157. . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

- RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN REIS, D.A; RIDENTI, M; MOTTA, R.P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pp 30-47
- ROCHA, R.C. **Antônio Callado e a rasura da identidade nacional**. IN Revista Brasileira de Literatura Comparada. Nº 21. 2012.
- RODRIGUES, M. F. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 3, 2015.
- RODRIGUES, A. D. A instituição dos Media. IN **O Campo dos Media**. Artigo em O Jornal, Vega, Lisboa, 1981.
- ROLLEMBERG, D. Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). IN Aarão Reis, D.; Rolland, D. (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96).
- ROMANCINI, R.; LAGO, C. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 159-182.
- SERVA, L. **Callado ganha obras inéditas no centenário**. Folha de S. Paulo, p. C4, 31 de maio de 2017).
- SILVA JUNIOR, M.G. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao golpe. IN **Em Tese**. V. 18, nº2 . Belo Horizonte, 2012. Pp 93-112.
- SIMMEL, G. **Simmel: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- SIRINELLI, J.F. Os intelectuais. In: REMOND, R.(org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003. pp 232-253.
- SODRÉ, N.W. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- _____ **Vida e morte da ditadura: 20 de autoritarismo no Brasil**. Petrópolis (RJ):Vozes, 1984.
- SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- TEIXEIRA, T. **A crônica política no Brasil: um estudo das características e dos aspectos históricos a partir da obra de Machado de Assis, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/teixeira-tattiana-cronica-politica-Brasil.html> <acesso em 23 de fevereiro de 2020>
- THOREAU, H. D. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 1997. p.5 -56.
- TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis, Insular 2005.
- TRINGALI, D. **Introdução à retórica**: a retorica como crítica literária. São Paulo: duas Cidades, 1988.
- TUCHMAN, G. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978
- VANDECK, S. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. (Série Perfil Parlamentar Século XX, 8). Recife: Assembleia Legislativa, 2001.
- WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. New York: Oxford University Press, 1985.
- WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 200 pp-13-82 e 507-783
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZELIZER, B. **Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory**. *Memory Studies*, Sage Publications, v.1, p.79-87, 2008. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1750698007083891>
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/26/brasil/15.html> <acesso em 12.12.16>
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/26/brasil/14.html> <acesso em 12.12.16>
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/31/ilustrada/9.html> <acesso em 12.12.2016 >
- <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/antonio-callado-caboclo-ingles-que-se-tornou-escritor-imortal-1-20781879> <acesso em 16.01.17>
- <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2017/01/26/livro-reune-cronicas-politicas-de-antonio-callado-publicadas-no-fim-dos-anos-70/> <acesso em 26.01.17>
- <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/01/1853079-callado-acreditava-que-o-papel-do-intelectual-e-intervir-na-politica.shtml> <acesso em 27.01.17>
- <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-01/encontro-na-casa-de-rui-barbosa-lembrando-centenario-de-antonio-callado> <acesso em 28.01.17>
- <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38794242> <acesso em 30.01.17>
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq290134.htm> <acesso em 03.03.17>
- <https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/100-anos-de-antonio-callado> <acesso em 21.09.17>

http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/01/cadernos/panorama/544017-um-pensador-do-brasil-100-anos-de-antonio-callado.html <acesso em 21.09.17>

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/01/1853078-livros-e-filme-celebram-o-centenario-de-antonio-callado.shtml> <acesso em 30.01.2017>

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> <acesso em 03.07.2017>

www.casadelasamericas.org/casa.php <acesso em 10.05.2018>

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1925413-filmes-que-retratam-antonio-callado-e-henfil-provocam-reflexoes-sobre-o-pais.shtml> <acesso em 08.10.17>

<http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/> <acesso em 09.10.208>

<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/> <acesso em 02.11.18>

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,estado-promove-debate-sobre-a-reportagem-meninos-do-contestado,855098> <acesso em 13.09.2019>

<https://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/39-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964> <acesso em 02.01.2020>

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

3 ANTONIOS & 1 Jobim. Direção: Rodolfo Brandão Autoria: Joao Paulo de Carvalho, Rodolfo Brandão, Zuenir Ventura, Paulo Roberto Abrantes, Caíque Botkay. Rio de Janeiro: 1993. Documentário (56 min).

A PAIXAO Segundo Callado. Direção José Joffily. Roteiro: Regina Zappa. Produção: Nina Luz e Claudia Castello. Produção Executiva: Miriam Porto Narração: Tessy Callado. Rio de Janeiro: 2007. Documentário. Lumen Produções: 56 minutos.